

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO MALAGUTI CAMACHO

**A REVOLUÇÃO NÃO PODE ESPERAR: AS
EXPERIÊNCIAS GUERRILHEIRAS DO MOVIMIENTO
DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS E DA
AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL EM PERSPECTIVA
COMPARADA (1965 – 1974)**

Guarulhos

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A REVOLUÇÃO NÃO PODE ESPERAR: AS
EXPERIÊNCIAS GUERRILHEIRAS DO MOVIMIENTO
DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS E DA
AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL EM PERSPECTIVA
COMPARADA (1965 – 1974)**

Carlos Eduardo Malaguti Camacho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Profa.º Dra.º Mariana Martins Villaça.

Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes.

Guarulhos

2017

Ficha catalográfica

MALAGUTI, Carlos.

A Revolução não pode esperar: : As experiências guerrilheiras do Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros e da Ação Libertadora Nacional em perspectiva comparada (1967 - 1974) / Carlos Malaguti. – Guarulhos, 2017.
243 f.

Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2017.

Orientador: Prof^a Dr^a Mariana Martins Villaça.

1. Tupamaros. 2. ALN. 3. Luta armada. 4. Esquerdas.

Carlos Eduardo Malaguti Camacho

**A Revolução não pode esperar: as experiências guerrilheiras do
Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros e da Ação Libertadora Nacional
em perspectiva comparada (1965 – 1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Profa.º Dra.º Mariana Martins Villaça.

Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes.

Aprovação: 01/03/2018

Profª Drª Mariana Martins Villaça (Presidente da Banca)

Departamento de História. Universidade Federal de São Paulo

Profº Drº André Lopes Ferreira (Titular)

Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina

Profº Drº Jean Rodrigues Sales (Titular)

Departamento de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS.

Agradeço ao CNPq/Capes pelo financiamento dessa pesquisa.

Realizar pesquisa documental em arquivos é sempre uma árdua tarefa, que foi aliviada pela atenção, carinho e profissionalismo das diversas funcionárias e funcionários que facilitaram o acesso a documentação. Agradeço aos trabalhadores do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Cedem/Unesp e do Arquivo Edgard Leuenroth pelo suporte material fundamental para que essa pesquisa fosse concluída.

Agradeço de modo muito especial minha orientadora, professora Mariana Martins Villaça, que contribuiu com essa pesquisa em todos os sentidos. Partilhar de seu conhecimento historiográfico foi uma das maiores alegrias dessa etapa. Suas correções, comentários e apontamentos, bem como seu esforço em proporcionar material de pesquisa durante suas viagens foi fundamental para que esse trabalho fosse concluído. Sem dúvida alguma, os possíveis méritos desse trabalho passam diretamente pelo seu atento e generoso olhar.

Ao PPGH da Unifesp, seus professores, funcionários e estudantes, que proporcionaram um ambiente de crescimento intelectual muito rico. Agradeço especialmente às coordenadoras Andréa Slemian e Mariana Villaça, pelo importante trabalho de suporte aos alunos.

Agradeço aos professores André Lopes Ferreira e Luis Antônio Coelho Ferla, que transformaram a ansiedade do exame de qualificação em uma tarde de intenso crescimento intelectual. Suas leituras atentas e interessadas foram fundamentais para a continuidade do trabalho. Ao professor André, agradeço ainda sua generosa contribuição providenciando meios para que eu pudesse ter acesso a bibliografia de referência de difícil acesso. Ao professor Ferla, seus exemplos acadêmico e humano me inspiram desde a graduação e foi motivo de orgulho contar com sua leitura.

Também agradeço aos demais professores do Departamento de História que direta ou indiretamente estiveram presentes na trajetória cumprida com essa etapa. Cito os professores Fernando Atique, Fabiano Fernandes, Mariana Villaça, Maria Rita Toledo, Fábio Franzini, Antônio Simplicio Neto e Janes Jorge, pelas aulas que enriqueceram a pesquisa.

Agradeço os professores Marcos Napolitano e Jean Rodrigues Sales pela possibilidade de frequentar seus cursos sobre luta armada ministrados no PPGH da USP. As leituras e discussões realizadas nas duas disciplinas abriram perspectivas essenciais para a conclusão desse trabalho.

Os integrantes do Laboratório de Pesquisa em História das Américas, o Lapha, agradeço a oportunidade de dividir o interesse por compreender o que nos faz latino-americanos. De modo especial agradeço ao professor José Carlos Villadarga pelo carinho e generosidade de sempre.

A experiência na pós-graduação foi complementada pela incrível experiência de auxiliar na construção de uma revista acadêmica discente. Agradeço imensamente aos companheiros André, Arthur, Anita, Bruna, Caio, Daniela, Gabriela, Lucas, Maria Clara, Michele, Paula, Rafael e Victor, pela oportunidade de participar desse projeto que mesmo dando muito trabalho, me fez crescer muito e, o que é mais importante, ganhar grandes amigos. Vida longa à Hydra!

Aos companheiros de militância acadêmica, Paula Franco e Elson Silva, agradeço a oportunidade de partilhar um tema tão caro e tão importante para nós. As angústias geradas pelas tantas derrotas sofridas não nos impedirá de continuar lutando por memória, verdade e justiça.

Aos companheiros da História e da vida, Felipe Souza Melo e Fábio Dantas Rocha, o meu contínuo obrigado pela oportunidade de partilhar os medos e os receios típicos de um historiador em formação. Devo aos dois as leituras atentas do trabalho, que foram essenciais para que ele tomasse forma. E também agradeço por ter a oportunidade de aprender tanto sobre campos do conhecimento tão importantes. A intersecção entre a estrutura, a agência e a cultura faz de nossa amizade a verdadeira história total.

À família de sangue, pela paciência com as horas que a pesquisa me roubou e pelo suporte material e afetivo sem o qual não teria sido possível concluir mais essa etapa. Marta, Valmir, Maísa, meu mais sincero obrigado e saibam que essa pesquisa só foi concluída pelo apoio de vocês.

À família da vida, pela paciência aos “nãos” durante a pesquisa e pela paciência da monotemática lamentação de cansaço e esgotamento. Fernando e João, irmãos que a vida meu deu, obrigado pela leveza das piadas ruins. Marina e Vanessa, irmãs que a

vida me deu, obrigado pelas risadas e pelo carinho emanado. Arthur e Victor, com vocês futebol e games só são desculpas para horas de conversas incríveis. Aos de sempre, ainda que distanciados, Bóris, Thomaz e Elson, obrigado por compartilharmos sonhos.

À minha mãe, Maria, o agradecimento de toda uma vida. Desde o primeiro dia na pré-escola até a colação de grau na Universidade, todo o meu esforço teve como inspiração sua luta diária. Tive muitos mestres que me ensinaram e me auxiliaram, mas nada se compara aos seus ensinamentos e ao seu exemplo.

À companheira Daniela, um obrigado que palavras são serão capazes de traduzir. Seu amor e seu carinho alimentam meu coração, sua inteligência e capacidade alimentam minha mente. Obrigado pelo apoio incondicional nas horas de sufoco, obrigado por enxugar minhas lágrimas nas horas de dúvidas. Obrigado por ouvir atentamente minhas linhas mal escritas e sempre me encorajar a continuar. Saiba que na prática, você é coautora desse trabalho. Assim como é coautora na minha vida. Obrigado por me permitir compartilhar a vida com você, ombro a ombro.

Por fim, agradeço as anônimas e anônimos militantes que pagaram com a vida o preço de um sonho. E aos sobreviventes que nunca deixaram de lutar e acreditar que, independente dos meios, sempre vale a pena sonhar com a transformação do mundo. A responsabilidade de contar essa história é enorme e sei que não fiz a contento. Mas o que fiz, foi inspirado em suas vidas. Por isso, à vocês, dedico esse trabalho.

*Aos que pagaram com a vida o preço de um sonho, e aos que ainda hoje ousam
sonhar, dedico esse trabalho.*

Memória de um tempo onde lutar

Por seu direito

É um defeito que mata

São tantas lutas inglórias

São histórias que a história

Qualquer dia contará

De obscuros personagens

As passagens, as coragens

São sementes espalhadas nesse chão

De Juvenais e de Raimundos

Tantos Júlios de Santana

Uma crença num enorme coração

Dos humilhados e ofendidos

Explorados e oprimidos

Que tentaram encontrar a solução

São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas

Memória de um tempo onde lutar por seu direito

É um defeito que mata.

(Gonzaguinha, Pequena memória para um tempo sem memória. 1981)

ABREVIACÕES

AI-5 – Ato Institucional Nº 5.

ALN – Ação Libertadora Nacional.

AP – Ação Popular.

BO – Bloco Operário.

BOC – Bloco Operário Camponês.

CE - Comité Ejecutivo.

CESU - Coordinadora de Estudiantes de Secundaria del Uruguay.

CIA - Central Intelligence Agency.

CN - Convención Nacional.

CNT - Convención Nacional de Trabajadores.

DI-GB – Dissidência Estudantil da Guanabara.

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações e Defesa Interna.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

EGP - Ejército Guerrillero de los Pobres.

ELN - Ejército de Liberación Nacional

ERP - Ejército Revolucionario del Pueblo.

FAU - Federación Anarquista Uruguaya.

FEUU - Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay.

FideL – Frente Izquierda de Liberación.

GTA – Grupo Tático Armado.

JCR - Junta de Cordinación Revolucionaria.

MAC - Movimiento de Apoyo al Campesinado.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MI 26 - Movimiento de Independientes “26 de marzo”.

MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Chile).

MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Uruguai).

MLN – Movimiento de Liberación Nacional.

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular.

MPS - Medidas Prontas de Seguridad.

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro.

MRO - Movimiento Revolucionario Oriental.

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes.

OBAN – Operação Bandeirante.

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade.

OPR 33 - Organización Popular Revolucionaria 33.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCU – Partido Comunista Uruguaio.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

PDC – Partido Democrata Cristiano.

PS – Partido Socialista Uruguaio.

REDE – Resistência Democrática.

TL – Tendência Leninista.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNETI - União Nacional dos Estudantes Técnicos Independentes.

UP – Unidade Popular (Chile).

UTAA - Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas.

UTE - Usinas y Teléfonos del Estado.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária.

RESUMO.

Essa dissertação estudou de forma comparada as trajetórias do MLN-Tupamaros e da Ação Libertadora Nacional, grupos guerrilheiros do Uruguai e do Brasil que atuaram entre os anos 1960 e 1970. Para isso, utilizou-se das documentações produzidas pelos próprios militantes. A segunda metade do século XX na América Latina foi um período de intensa renovação nos projetos da esquerda. A revolução cubana de 1959 apresentou uma nova perspectiva para o continente ao inserir a tática da luta armada como perspectiva de luta capaz de criar as condições subjetivas da revolução. Esse viés foi ao encontro do esgotamento dos modelos partidários, que representavam o imobilismo e a impossibilidade de agir naquele momento. Foi nesse contexto que emergiram novos grupos comunistas em praticamente todos os países latino-americanos. Essas novas experiências tinham em comum a adesão irrestrita ao modelo de luta armada como necessário para desencadear o processo revolucionário. Isso fez com que a interpretação corrente homogeneizasse todos os grupos guerrilheiros. A intenção dessa pesquisa é justamente utilizar a perspectiva da história comparada para analisar similaridades e distinções entre os grupos selecionados como objetos de estudo. Com esse estudo, conseguimos compreender de maneira mais completa quais foram os significados dessas experiências guerrilheiras para a esquerda latino-americana. Do mesmo modo, foi possível compreender que não apenas a revolução cubana, mas também outros movimentos internacionais, impactaram a vida política dos militantes que pegaram em armas. E isso demonstrou como a luta armada foi mobilizada enquanto imaginário social, não tendo necessariamente significado a criação de uma nova ideologia política nesses grupos. Por fim, com a pesquisa também foi possível compreender como as experiências de guerrilha foram permeadas pelo cotidiano da clandestinidade e convivendo com intensa violência. Isso abriu espaço para a militarização das organizações e as afastou do horizonte político. O resultado disso foi a praticamente inexistência de base social nos projetos defendidos por Tupamaros e ALN.

Palavras-chave: Tupamaros. ALN. Luta armada. Esquerdas. América Latina no século XX.

ABSTRACT.

The presented thesis studied in a comparative way the trajectories of MLN-Tupamaros and Ação Libertadora Nacional (the ALN), guerrilla groups from Uruguay and Brazil that acted between 1960 and 1970. For this writing, we used the documents produced by the militants themselves. The second half of the twentieth century in Latin America was a period of intense renewal in the projects of the left wing. The 1959 Cuban revolution presented a new perspective for the continent by inserting the tactics of armed struggle as a perspective of a fight capable of creating the subjective conditions for the revolution. This trend was against the exhaustion of party models, which represented immobility and the impossibility of acting at that moment. It was in this context that new communist groups emerged in practically every Latin American country. These new experiences had in common the unrestricted adherence to the model of armed struggle as necessary to light up the revolutionary process. Because of that characteristic, the current historiography interpretation homogenized all guerrilla groups into one unique process. The purpose of this research is precisely to use the perspective of comparative history to analyze similarities and distinctions between the groups selected as objects of study. With this study, we were able to understand in a more complete way the meanings of these guerrilla experiences for the Latin American left. Likewise, it was possible to understand that not only the Cuban revolution, but also other international movements impacted the political life of the militants who took up arms. In addition, this demonstrated how the armed struggle was mobilized as a social imaginary, and it did not necessarily mean the creation of a new political ideology in these groups. Lastly, with the research, it was also possible to understand how the guerrilla experiences were permeated by the daily life of clandestinely and living with intense violence. This started for the militarization of organizations and pushed them away from the political horizon. The result of this was the practically nonexistence of social base in the projects defended by Tupamaros and ALN.

Key-words: Tupamaros. ALN. Warfare. Left parties. Latin America in the 20th Century.

APRESENTAÇÃO.....	15
1. “EL CIELO POR ASALTO!” MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. (1965 – 1972).....	32
1.1 INTRODUÇÃO	32
1.2 A FORMAÇÃO DO MLN-TUPAMAROS.....	33
1.3 AS PRIMEIRAS AÇÕES MILITARES	42
1.4 CÁRCEL DEL PUEBLO.....	49
1.5. A TOMADA DE PANDO: INFLEXÃO NO USO DA VIOLÊNCIA.....	52
1.6 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA DO MLN-TUPAMAROS ENTRE SUA FORMAÇÃO E O INÍCIO DO <i>PACHECATO</i>	53
1.7 A ESTRATÉGIA DA PROPAGANDA ARMADA.	57
1.8 O LUGAR DOS OPERÁRIOS E DOS ESTUDANTES	62
1.9 TRANSFORMAÇÕES DOS TUPAMAROS FACE À A ESCALADA AUTORITÁRIA DO URUGUAI.....	66
1.10 A POLÍTICA DE MASSAS E O DIÁLOGO DIRETO COM A POPULAÇÃO.....	76
1.11 A GUERRA DE NARRATIVAS: OS BOLETINS TUPAMAROS COMO FERRAMENTA DA DISPUTA PELAS MASSAS.....	82
1.12 A CRIAÇÃO DO MOVIMIENTO 26 DE MARZO E A ADESÃO À <i>FRENTE AMPLA</i>	87
1.13 AS DUAS DERROTAS: O FIM DO MLN-TUPAMAROS.....	96
1.14 EXÍLIO DOS TUPAMAROS: TROCAS DE EXPERIÊNCIAS GUERRILHEIRAS NA ARGENTINA E NO CHILE E A REFLEXÃO SOBRE A METODOLOGIA ARMADA.	100
2. “O DEVER DE TODO O REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO!” A TRAJETÓRIA DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (1967 – 1974).....	107
2.1 INTRODUÇÃO.....	107
2.2 A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL COMO DISSIDÊNCIA DO PCB.....	107
2.3 FIM DA HEGEMONIA PECEBISTA NA ESQUERDA BRASILEIRA: RELATÓRIO KRUSCHEV E O CAMINHO PACÍFICO PARA REVOLUÇÃO.....	110
2.4 <i>O AGRUPAMENTO COMUNISTA</i> : OS PRIMEIROS PASSOS DA ALN.....	114
2.5 O PAPEL DO OPERÁRIO E DO CAMPONÊS NA TRADIÇÃO COMUNISTA BRASILEIRA.....	116
2.6 COMPOSIÇÃO SOCIAL DA ALN: PECEBISTAS DE PRIMEIRA HORA E JUVENTUDE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	117
2.7 A ESTRUTURA ORGANIZATIVA COM VISTAS A ETAPA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.	120
2.8. O “GRUPO ESTRATÉGICO” COMO CHAVE PARA IMPLANTAÇÃO DA GUERRILHA RURAL.	124
2.9. AS AÇÕES MILITARES DA ALN.....	129
2.10. A ALN APÓS O AI-5: INFLEXÃO NAS AÇÕES ARMADAS, ENDURECIMENTO DO REGIME E ENTRADA DE MILITANTES.	132
2.11. O SEQUESTRO DO EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO E A ALIANÇA COM O MR-8.....	137
2.12. A OPERAÇÃO BANDEIRANTE E O DOI-CODI COMO ELEMENTOS PARA A INFLEXÃO DA ALN.	140
2.13 O SENTIDO DA LUTA NA CIDADE E A PUBLICAÇÃO DO MINIMANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO.	145
2.14. A ALN EM CHEQUE: DISSIDÊNCIAS E ROMPIMENTOS.....	150
2.15. <i>FRENTE</i> : A RELAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES CLANDESTINAS COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA DIANTE DA REPRESSÃO.	157
2.16. A SEGUNDA FASE DA ALN: O PAPEL DA FRENTE DE MASSAS COMO TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE BASE SOCIAL.....	163
2.17. <i>VENCEREMOS</i>	168
2.18. AS DERROTAS NAS PÁGINAS DE <i>O GUERRILHEIRO</i> E A DEFESA TARDIA DA GUERRILHA.	177
2.19. A DERROTA DO PROJETO REVOLUCIONÁRIO: OS ÚLTIMOS ANOS DA ALN.....	180
3. ENTRE O NACIONAL E O CONTINENTAL: COMPARAÇÕES E CONEXÕES.....	184
3.1 INTRODUÇÃO.....	184
3.2 O IMAGINÁRIO DA REVOLUÇÃO ARMADA COMO CATALIZADOR DA LUTA.....	187

3.3 LUTA URBANA E PAPEL DA LUTA NO CAMPO.	194
3.4 MILITARISMO	204
3.5 PROTAGONISTAS DA REVOLUÇÃO.....	211
3.6 CONEXÕES GUERRILHEIRAS	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
FONTES	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	234

APRESENTAÇÃO.

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto de estudo a trajetória das organizações de luta armada *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, e a *Ação Libertadora Nacional*, a *ALN*. Ambas surgiram, respectivamente, no Uruguai e no Brasil, no contexto de renovação das esquerdas latino-americanas, processo que deu origem ao que se convencionou chamar de *nova esquerda*. Essa transformação teve como ponto de partida a revolução cubana, de 1959. Foi dentro dela que se desenvolveu uma experiência distinta de todos os processos revolucionários que haviam existido até então, inserindo a luta armada na concepção de revolução social. Apresentou, assim, as táticas *foquistas* e uma proposta voltada para a população que vivia no campo, vista, a partir de então, como sujeito social fundamental para a revolução. Nesse sentido, para compreender os modos pelos quais essas ideias foram incorporadas no pensamento da esquerda latino-americana, é preciso retomar alguns pontos acerca do processo revolucionário em Cuba.

No fim da década de 1950 e início da de 1960, rebeldes cubanos, liderados por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, tomaram *Sierra Maestra* e libertaram a ilha do poder do ditador Fulgêncio Batista, realizando assim uma das principais e mais impactantes revoluções do século XX, a revolução cubana. Em fins de 1961, Fidel Castro declara que o regime em Cuba passaria a ser socialista. Por ter um caráter diferente do que pregava a cartilha revolucionária dos Partidos Comunistas, essa revolução se coloca como um paradoxo para as esquerdas na América Latina. Afinal, em Cuba, a revolução não foi organizada pelo PC local, mas sim pelo *Movimento 26 de Julho*, que reunia militantes de diversas matrizes políticas. Além disso, o método utilizado para deflagrar a revolução foi o da luta armada no campo. Por isso é importante destacar que a esquerda latino-americana, após a revolução Cubana, inicia um processo de incorporação de novas ideias.

As principais formulações originadas na campanha da libertação de Cuba foram responsáveis por desencadear uma espécie de corrente de orientação marxista, que ficou conhecida como *guevarismo*¹. De modo geral, o *guevarismo* é uma tendência política

¹ Tomamos por *Guevarismo* uma tática político-militar, proposta por Che Guevara e posteriormente sistematizada por Régis Debray. Tal conceito é um conjunto de ideias e ações revolucionárias que tinham como base a luta foquista travada por guerrilhas rurais para desencadear a revolução social. Discutiremos posteriormente a ampliação e definição do termo. CF: GUEVARA, Che. Guerra de Guerrilhas. vol. 3. São Paulo: Edições Populares, 1982. (2ª ed.); DEBRAY, Régis. Revolução na revolução? São Paulo: Centro

baseada na luta anti-imperialista, que buscava a libertação nacional para a implantação do socialismo. No entanto, essa tendência tinha um elemento radical de ação, pois defendia a luta armada como via necessária para realizar a revolução. Essa ação armada deveria ser feita através de pequenos focos de luta, que desencadeariam condições materiais que levariam a revolução. Outro ponto determinante do *guevarismo* é a ênfase na necessidade de se fomentar a luta no campo, onde deveria acontecer o primeiro foco revolucionário da ação guerrilheira. Essa era uma ideia defendida por Guevara em diversos dos seus escritos, inclusive na obra *Guerra de guerrilhas*², e estava diretamente influenciada pela ação dos revolucionários cubanos fundadores do Exército Rebelde. Por outro lado, Che também afirma nessa obra que havia uma relação intrínseca entre camponês, reforma agrária e revolução socialista, pois as características da América Latina, com grande população camponesa e explorada pelo latifúndio, propiciavam elementos para a revolução acontecer no campo.

Observando essa característica existente nos países da América Latina, as ideias *guevaristas* postulavam que o caminho para a revolução popular nesses países não poderia seguir a orientação predominante nos partidos comunistas, que entendiam que o agente da revolução social era o proletário que estava na indústria. Olhando para a realidade concreta da América Latina, e sua vasta população que vivia no campo, sofrendo com a concentração fundiária, os defensores do *guevarismo* afirmam que o agente da revolução no *terceiro mundo* deveria ser o camponês. Dessa forma, o *guevarismo* atravessa a década de 1960 se consolidando como uma das principais correntes da esquerda e muito influente no meio latino-americano, principalmente porque, após a Revolução Cubana, o governo revolucionário passa a realizar diversas ações que visavam difundir a perspectiva da revolução de caráter *guevarista* para o restante da América Latina. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, essas iniciativas tomadas pelo governo cubano, que eram principalmente o financiamento e treinamento dos movimentos guerrilheiros, desagradavam o governo soviético e as organizações *maoístas* e *trotskistas* dos diversos países latino-americanos³.

editorial latinoamericano, 1980. E LÖWY, Michael. (org). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo. 2ª edição ampliada, 2006

² GUEVARA, Che. Guerra de Guerrilhas. vol. 3. São Paulo: Edições Populares, 1982.

³ BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 P. 574

Naquele contexto, Cuba disputou com as demais correntes da esquerda a hegemonia dentro desse espectro político. E como objetivo inicial, havia a intenção de se colocar como irradiadora da revolução social a América Latina, que aconteceria sob a égide da luta armada. Foi nesse período que o *guevarismo* se consagrou como corrente política⁴.

Essa ação teve como marco central a organização do Congresso da OLAS, Organização Latino-Americana de Solidariedade, em 1967⁵. Esse congresso tinha como objetivo colocar Cuba como gestora e base de apoio das revoluções latino-americanas, e no qual foi lida a mensagem que Guevara escreveu nas montanhas bolivianas, em que o guerrilheiro defendia o conceito de revolução mundial, o internacionalismo operário e a inevitabilidade da luta armada. Guevara sustentava a necessidade de expandir a luta guerrilheira para o restante da América Latina. Che também criticou as burguesias nacionais, como sendo incapazes de resistir ao imperialismo. Para ele, havia a necessidade de desenvolver a revolução socialista através da luta armada, por meio da guerrilha rural, que seria apoiada pelo restante da população. Esta mensagem de Che Guevara teve uma grande repercussão para toda a esquerda mundial, e OLAS tem papel fundamental para a transformação das posições de diversos grupos de esquerda⁶. Concomitante a esse processo, Régis Debray desenvolve a ideia de se realizar focos de guerrilha – o chamado *foquismo* – para que, a partir deles, fossem construídas condições materiais para a revolução acontecer⁷.

A interpretação sobre a renovação da esquerda latino-americana e o surgimento de organizações de luta armada atesta uma relação direta da influência cubana. De fato, é possível aferir diversos aspectos da revolução cubana nos grupos guerrilheiros.

No que diz respeito aos aspectos simbólicos, a importância do processo revolucionário cubano para a América Latina se expressa através de perspectiva distinta daquela defendida pelo Partido Comunista da União Soviética. À grosso modo, aquela experiência permitiu romper com a ideia da necessidade do aparato partidário burocrático, que iria conduzir as massas para a revolução. Em seu lugar, surgiu um entendimento dinâmica, no qual a implantação do comunismo seguiria por um caminho

⁴ LÖWY, Michael. (org). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo. 2ª edição ampliada, 2006. pp. 9 – 10.

⁵ Ibidem.

⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 p. 575

⁷ DREBAY, Régis. A Revolução na revolução. São Paulo: Centro Ed. Latino-Americano, 1980.

mais rápido e eficiente⁸. Além disso, o modelo cubano, de estratégia *foquista*, colocava o campo – e o camponês – como um agente protagonista da revolução, por entender que na conjuntura latino-americana, o sujeito histórico da revolução seria o campesinato, que estava no cerne de toda a exploração que o latifúndio e o imperialismo empreendiam⁹. Essas perspectivas atendiam e interessavam diretamente as esquerdas dos países da América Latina, pois estavam intrinsecamente ligadas as condições materiais de suas sociedades. Nesse sentido, suas ideias foram apreciadas como fundamentais para implantar a revolução na América Latina¹⁰.

Mas identificar certas questões simbólicas reproduzidos por tais organizações não significa dizer que o *guevarismo* enquanto corrente ideológica foi importante para os grupos armados. Defenderemos ao longo da dissertação que a revolução cubana foi apropriada enquanto símbolo e não corrente política.

No mesmo período histórico, outro evento impactou fortemente as esquerdas em todo o mundo, dessa vez negativamente. Em 1956, foi divulgado o relatório Krushev, que mostrou ao mundo os crimes cometidos por Stálin e abalou fortemente o comunismo, fazendo com que diversos militantes e intelectuais rompessem com as sessões nacionais.¹¹ Em meio a essa turbulência mundial, o PCUS passou a defender a chamada via pacífica para a revolução, concepção adotada por parte dos partidos comunistas ao redor do mundo¹².

No começo da década de 1960, a América Latina, por um lado, era impactada pelas notícias vitoriosas vindas de Cuba, e por outro lado, a tradição comunista sofria duros golpes. Nessa conjuntura de rompimento de hegemonia, derrotas desmoralizadoras assolaram respectivamente Uruguai e Brasil, e foram marcas decisivas para que alguns militantes anunciassem o esgotamento da via pacífica.

Portanto, voltando ao tema central dessa dissertação, é possível afirmar que essas renovações perpassam tanto o contexto uruguaio, quanto o brasileiro, e novas

⁸ CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960: Régis Debray e o foquismo. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Unesp/Franca. 2010.

⁹ BARÃO, Carlos Alberto; MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. História do marxismo no Brasil, v. 2, p. 259-316, 2003.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972. São Paulo: Graal, 1982.

¹² DE OLIVEIRA, Eder Renato. Metamorfoses políticas na esquerda brasileira: do IV Congresso (1954) à Nova Política (1958) do PCB. Faces da História, v. 3, n. 1, p. 159-181, 2016.

perspectivas de luta são colocadas para as esquerdas de ambos os países. Mas essa nova perspectiva diz respeito exclusivamente ao modelo da revolução, que aconteceria via luta armada. Analisando ambas as organizações percebemos permanências das tradições políticas nacionais, muito mais do que uma apropriação dos valores defendidos por Cuba.

É por isso que questionamos em parte o argumento de Alfonso Lessa. Para ele, a propagação de grupos revolucionários armados na América Latina, durante os anos 1960 e 1970, deveu-se muito mais “ao furacão da revolução cubana” do que propriamente aos contextos nacionais¹³. Não estamos diminuindo a importância da revolução cubana. Sem dúvida alguma ela foi um elemento catalisador de militantes para o projeto da luta armada. Entretanto, observamos que as esquerdas respondiam diretamente aos seus contextos internos, de crescente tensão social¹⁴. É nesse sentido que foi feita a escolha de usar a metodologia da história comparada para realizar essa pesquisa, uma vez que a mesma cria possibilidades para compreender aspectos daquilo que faz parte do contexto interno de cada país, ao mesmo tempo em que não se perde de vista o ponto geral da transformação ideológica pela qual a esquerda passa a partir dos anos 1960.

Segundo Maria Ligia Coelho Prado, a importância de realizar estudos comparativos está em “formular generalizações por meio de observações de recorrências; demonstrar as singularidades por intermédio da observação das diferenças; e ajudar a produzir explicações causais”.¹⁵ Seguindo caminho semelhante, Mariana Martins Villaça, ao explicar as propostas de Maurice Aymard para a metodologia comparativa, afirma que, para o autor francês, a validade da comparação “esta na tarefa de buscar as relações de complementaridade ou de exclusão que as expliquem e

¹³ LESSA, Alfonso. La revolución imposible. Los Tupamaros y el fracasso de via armada en el Uruguay del siglo XX. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2003 p. 26

¹⁴ Brasil e Uruguai passaram por experiências de Ditaduras Militares de 1964 a 1985 e 1973 a 1985, respectivamente. O contexto histórico que marcou o surgimento de ambas as Ditaduras foi um período de bastante tensão social em ambos os países, em que diversos programas políticos estavam em debate na sociedade. Em meio a essa tensão social, organizações militares, apoiadas por movimentos da direita e pelos EUA, tomaram o poder, dando origem aos regime baseados na Doutrina de Segurança Nacional. CF: PADRÓS, Enrique Serra. Como El uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985) Do pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 2005. E NAPOLITANO, Marcos. 1964 História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁵ PRADO, Maria Ligia Coelho, Repensando a História Comparada na América Latina. REVISTA DE HISTÓRIA DA USP (153) 2º 2005. p. 22

estruturem”¹⁶. Para Aymard, o uso do método comparativo é válido porque “causas semelhantes não produzem, sempre e sob qualquer aspecto circunstância, os mesmos efeitos; e efeitos semelhantes podem, por sua vez, remeter a causas diferentes”¹⁷.

Todavia, ao utilizar essa metodologia, é preciso estar atento a certos perigos que, segundo Prado, desencadeariam equívocos na interpretação do historiador. Em primeiro lugar, a autora enfatiza a importância de, ao traçar linhas de comparação, observar pontos verdadeiros de relação entre os objetos destacados para análise, com o objetivo de fugir da justaposição de histórias nacionais ou, então, da aproximação “formal” entre dois objetos.

Por considerar pertinente tal observação, ressalta-se que os grupos aqui selecionados possuem diversos paralelos, tais quais, a defesa de estratégias similares, a conquista de vitórias militares importantes, e, principalmente, o fato de ambos terem se destacado como sendo os grupos com maior organização e recursos no período, nos seus respectivos países¹⁸. Com relação aos aspectos estratégicos, observa-se que os movimentos de luta armada se destacaram por atuar em regiões urbanas, obtendo êxito em ações de expropriação de agências de bancos e de lojas de armas e munições, além de terem realizado sequestros de figuras públicas importantes, na busca de troca-las pela liberdade de presos de suas organizações. É a partir desses diversos pontos de aproximação entre o Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros – e a Ação Libertadora Nacional, a ALN, que se defende a escolha dos mesmos como objetos de estudo através da metodologia da história comparada.

Porém, o uso da metodologia da comparação nas pesquisas históricas se colocou, de maneira clara, como um problema de método, e as principais críticas dessa perspectiva apontam para o problema de cair em certos juízos de valor no momento da comparação, estabelecendo, por um lado, uma sociedade que se coloca de modelo, e aquela outra, comparada, como a atrasada. Edward Said, de maneira indireta, acaba realizando essa importante reflexão ao estudar o Oriente inventado pelo Ocidente,

¹⁶ VILLAÇA, Mariana Martins. Polifonia tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972). Humanitas, 2004. p. 23

¹⁷ AYMARD, Maurice. Apud cit. VILLAÇA, Mariana Martins. Polifonia tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972). Humanitas, 2004. p. 24

¹⁸ Denise Rollemberg afirma que o governo Cubano enxergou na ALN a organização com mais condições de realizar a revolução. ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à luta armada no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

demonstrando que o primeiro se coloca como superior ao se comparar com o segundo¹⁹. Outro caso que incorre em uma hierarquização, ao estabelecer critérios de comparação, é o livro de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*²⁰. Nesse estudo, os autores estabelecem os governos norte-americano e inglês como sendo democracias ideais, colocando as democracias de México, Itália e Alemanha como inferiores. Nesse sentido, a primeira ponderação a ser feita é a de fugir das hierarquizações para os casos analisados, não caindo em valorizações de certo ou errado.

No que diz respeito as análises propriamente comparativas, destaca-se o papel pioneiro de Marc Bloch na defesa do uso da comparação como metodologia de análise histórica. Para esse autor, o método comparativo é “um instrumento técnico, de uso corrente, manejável e capaz de levar a resultados positivos”.²¹ Para utilizar esse método, o autor defende a escolha de fenômenos análogos, e ao delinear suas trajetórias, constatar semelhanças e diferenças com o intuito de analisar quais as origens das distinções e das aproximações²².

A partir das considerações feitas por Marc Bloch, para realizar estudos comparados, é possível problematizar o uso dessa metodologia para os casos da América Latina, que pode ser bastante pertinente para a compreensão dos fenômenos específicos dessa região.

Portanto, o caminho seguido foi utilizar a metodologia de comparação para entender porque as renovações da esquerda latino-americana não produziram uma cultura política igual nas duas organizações guerrilheiras. Foi nesse processo que identificamos a apropriação da revolução cubana enquanto imaginário social que foi mobilizado para defender o uso das armas. Mas no que diz respeito a ideologia política, os grupos tiveram uma incidência muito forte das tradições políticas nacionais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa aqui apresentada se baseia nas contribuições que os autores da chamada *história política renovada* trouxeram para

¹⁹ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 32

²⁰ ALMOND, Gabriel A. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury park, California: Sage, 1989.

²¹ BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. In: *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40. Apud cit. PRADO, Maria Ligia Coelho. *Repensando a história comparada da América Latina*. Revista de História, n. 153, p. 11-33, 2005.

²² *Ibidem*. pp. 17 e 18

a historiografia atual. Nesse sentido, trabalha-se com o conceito de cultura política para analisar as organizações guerrilheiras aqui estudadas.

Segundo Bernstein, a definição de cultura política, apesar de escorregadia, pode ser apreendida a partir do que Jean-François Sirinelli construiu, “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”²³. O autor também aponta dois fatores fundamentais sobre tal ideia; a importância das representações para a constituição de uma cultura política e a diversidade de culturas políticas que podem existir concomitantemente em um mesmo contexto histórico. Ainda que possa se encontrar uma sistematização do conceito na obra de Bernstein, a questão fundamental é que o próprio autor evidencia ser “indispensável examinar o conteúdo da noção, se quiser poder utilizá-la e testá-la na sua eficácia explicativa”²⁴.

No Brasil, o principal autor que procura discutir teoricamente sobre a ideia de cultura política é Rodrigo Patto Sá Motta. Para este autor, a definição de cultura política “pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos”²⁵. As últimas sistematizações feitas no Brasil nesse campo do conceito de cultura política passaram a defender a ideia da existência de uma cultura política comunista. O próprio Rodrigo Patto Sá Motta afirma, no texto *A Cultura Política Comunista, alguns apontamentos*, que o

“estudo do comunismo como cultura política pode oferecer ângulo de abordagem fértil, capaz de abrir novas trilhas de pesquisa sobre objeto cuja importância é evidente, tanto pela influência que exerceu à esquerda, estimulando a produção de ideias e projetos políticos, assim como inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, que encontrou na bandeira anticomunista uma de suas principais motivações para ação”²⁶.

Em primeiro lugar, é importante notar que o autor defende a ideia de que o comunismo brasileiro forjou uma cultura política própria, no sentido de desenvolver seus próprios modelos de atuação, que traziam consigo concepções e estratégias

²³ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988. p. 350.

²⁴ Ibidem. p. 351.

²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. LPH Revista de História, 1996. p. 92

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. MOTTA, R.; NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R. comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-37, 2013. p. 15

particulares. Motta mostra como os militantes se seduziam pela “influência dos sentimentos, da identidade, do imaginário e dos valores culturais”. Portanto, para o autor, compreender os aspectos da cultura política comunista é importante para observar quais visões de mundo próprias atuavam para angariar militantes para esse pensamento político²⁷.

Do ponto de vista teórico, o texto de Rodrigo Patto Sá Motta também é essencial para essa pesquisa, pois ele é responsável por atualizar o próprio conceito de cultura política. Segundo o autor,

“pode ser adotada a seguinte definição para cultura política, sem a pretensão de excluir outras acepções possíveis para um conceito que é, evidentemente, polissêmico: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”²⁸.

Nota-se que a definição utilizada pelo historiador brasileiro se assemelha bastante aquilo já apresentado por Bernstein, mas é importante no sentido de não engessar o conceito, buscando visualizar sua expressão na própria pesquisa histórica. Por outro lado, tal interpretação se mostra útil, à medida que se pretende analisar as organizações de luta armada através de seus “valores, tradições, práticas e representações políticas”. É nesse sentido que a abordagem se encaixa com essa pesquisa, principalmente no momento em que o autor afirma que

“Tal conceituação de cultura política pode ser aplicada tanto a conjuntos nacionais (cultura política brasileira, por exemplo) quanto a projetos políticos específicos, em matriz pluralista: comunismo, liberalismo, conservadorismo, fascismo, etc”²⁹.

Portanto, parte-se da ideia de que no Uruguai e no Brasil, se enraizou culturas políticas próprias, que de distintos modos, eram comungados por parcelas de militantes das esquerdas desses países. Essas culturas políticas incidiram fortemente nos grupos guerrilheiros. Nesse caso, tanto o Tupamaros como a ALN atuaram por meio de um novo método, mas expressaram muitos valores das tradições políticas locais. E aqui, novamente, observa-se a potencialidade do estudo comparado, pois aproximando as

²⁷ Ibidem. p. 19

²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. MOTTA, R.; NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R. comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-37, 2013. pp. 17 - 18

²⁹ Ibidem. p. 18

duas experiências será possível perscrutar aquilo que há de particular em cada contexto próprio.

Desse modo, uma das conclusões que se chegou com essa pesquisa foi a ausência de uma ideologia política forjada pela revolução cubana. Nesse aspecto ideológico, os grupos guerrilheiros tiveram mais permanências do que continuidades. Uma das hipóteses para explicar esse fenômeno é o próprio radicalismo que a experiência armada apresenta. A violência enquanto método diminui o espaço político de atuação. E do ponto de vista prático, as guerrilhas representaram um momento em que não havia espaço para diálogos políticos, pois ele estava totalmente suplantado pelo método revolucionário das armas.

Conforme demonstra Hanna Arendt em sua obra *Sobre a Revolução*, adverte que a violência se expressa o limite do político, e quando ela é empregada como método, ela se coloca como antipolítica³⁰. Assim, as experiências políticas que possuem a violência como fator mediador de sua ação estão sempre no limiar de exercer a violência com um fim em si mesma. Na mesma obra, a autora retoma a argumentação dizendo que a violência se inicia no momento em que a esfera da política acaba. Ela entende que o homem é um ser político por ser dotado de fala, e a violência seria incapaz de usar da linguagem para se expressar, eliminando o político.

A partir da análise proposta por Hannah Arendt, é possível concluir que os projetos revolucionários que utilizam da violência atuam constantemente no limite do político. No caso dos objetos aqui propostos, soma-se à essa violência àquela propagada pelos órgãos de repressão, pois seja no Brasil, seja no Uruguai, os grupos guerrilheiros conviveram de maneira constante com práticas repressivas baseadas, inclusive, no terror de estado. Nesse sentido, a luta armada e o radicalismo inerente ao seu uso fizeram com que as concepções estratégicas e formulações ideológicas das organizações fossem muitas vezes deixadas em segundo plano. E com isso, ao expressarem visões ideológicas, retomaram aspectos já enraizados.

Por fim, é preciso abordar o debate historiográfico acerca das experiências de luta armada no Brasil, circunscrito na discussão sobre o conceito de *resistência*. Esse debate é muito importante para o campo acadêmico brasileiro buscando entender se as guerrilhas foram experiências de resistência ou não. De certa forma, esse debate teve

³⁰ ARENDT, Hanna. *Sobre a revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 45

origem quando o historiador Daniel Aarão Reis Filho publicou seu livro intitulado *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Nessa obra, o autor afirma que a luta armada foi um fenômeno ofensivo e revolucionário, lutando não apenas por uma volta à democracia, mas com vistas à implantação de um novo sistema político-social. Por isso, para Reis, o termo resistência caberia a outros setores da sociedade, como parte das esquerdas católicas, intelectuais ou a classe artística³¹. O historiador também argumenta que inserir as esquerdas armadas na ideia de resistência foi parte de uma agenda política datada do período da redemocratização, em que ex-guerrilheiros, visando sua inserção no projeto democrático, legitimariam sua opção por pegar em armas por meio da chave da resistência. A proposta do autor de que a luta armada não poderia ser compreendida como resistência à Ditadura Militar inaugurou um debate historiográfico que reverberou intensamente na sociedade, sendo instrumentalizada por setores que procuravam legitimar as atrocidades do regime³².

Para Marcelo Ridenti, o uso do termo resistência nas ciências sociais e mesmo nas esferas da política, inspira-se nas experiências europeias no contexto das invasões nazi-fascistas. Segundo o autor, isso teria levado a uma interpretação corrente do uso do termo voltado para uma ideia defensiva, quase nunca baseada e concepção ofensiva e propositiva no campo da política³³.

A partir dessa primeira fase do debate, houve na historiografia brasileira um intenso uso do conceito, alargando as experiências que poderiam ser inseridas no campo da resistência. Com isso, diversas experiências passaram a ser cunhadas como de resistência, e seu uso acabou sendo banalizado, ao ponto de não servir para explicar muita coisa. O caso mais emblemático dessa corrente historiográfica se expressa no texto *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*, de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis³⁴. Segundo os autores, essa classe média intelectualizada, pessoas que entre outras coisas tinham em comum a mesma faixa etária e uma ascensão financeira recente, nutriam consigo não apenas um

³¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

³² *Idem*.

³³ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004. pp. 62 – 63.

³⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Ed.). *História da vida privada no Brasil. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

desejo de lutar contra a Ditadura, mas sim um horror perante as notícias de tortura que se ouvia. Isso se torna claro no exemplo que os autores trazem de um grupo de amigos que torciam contra a seleção brasileira na final da copa de 1970 não por pensar que o governo iria usar a imagem do time tri campeão do mundo para propagandear o governo – coisa que já era fato e estava acontecendo desde o início da campanha – mas sim por julgarem incapazes de torcer à favor por conta das inúmeras atrocidades cometidas pelos militares. A concepção de resistência apresentada pelos autores nesse texto é tão abrangente que, ao mesmo tempo que não serve para interpretar as experiências de resistência, elas também são problemáticas por criar uma ideia errônea de que toda a população brasileira foi, em alguma medida, contra a ditadura.

Tentando responder a esse problema, Marcelo Ridenti diz que houve no Brasil uma releitura feita por parte da historiografia, que viu a opção pela luta armada como resposta ao fechamento dos meios institucionais, seja por parte do Golpe de 1964, ou mesmo da promulgação do AI-5, em 1968. Essa interpretação teria servido aos ex-guerrilheiros para justificar as escolhas feitas no passado. Segundo o autor, isso teria criado uma “ideologia da resistência democrática”, e diversos setores da sociedade brasileira poderiam ser inseridos nele, inclusive a luta armada.³⁵

Para resolver essa questão, o autor defende o uso do conceito de resistência para a interpretação das experiências armadas, mas sem utilizar o termo “democrática”, que traria essa carga de mistificação. O principal argumento de Ridenti toma como base Max Weber, que afirma que “o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente”³⁶. A partir dessa ideia, as experiências de luta armada valeram mais pelo seu significado de luta contra a ditadura do que pelo seu aspecto de ofensiva revolucionária³⁷.

Ainda que concordemos com esses apontamentos feitos pelo sociólogo, é importante aprofundar algumas questões. Para isso, serão apresentados alguns autores que se debruçaram sobre o tema da resistência analisando as experiências europeias. Com isso, pretende-se discutir os usos do conceito de resistência utilizados para interpretar os casos de França e Alemanha durante o regime nazista na Europa e assim iluminar os estudos sobre as resistências armadas contra a Ditadura Militar brasileira.

³⁵ RIDENTI, Marcelo. 2004. Opus Cit. p. 58

³⁶ WEBER, Max. Ciência e Política – duas vocações. 3. Ed. São Paulo: Cultrix, 1999. Apud cit. RIDENTI, Marcelo, 2004. Opus Cit. p. 62.

³⁷ RIDENTI, Marcelo. 2004. Opus Cit. p. 57

Entende-se que alguns conceitos e ideias desenvolvidas por certa historiografia alemã e francesa, que passaram por um revisionismo sobre sua atuação podem ser úteis para matizar as experiências de resistência armada brasileira, sem esquecer, evidentemente, das especificidades do caso brasileiro perante o europeu, não apenas por significarem experiências históricas distintas, mas principalmente porque o trabalho do historiador não deve ser de apropriar conceitos exteriores para aplica-los em casos específicos estudados e sim, forjar na sua própria pesquisa os conceitos necessários para a explicação dos processos históricos.

Esse tema foi revisto por diversos estudos no mundo acadêmico da França. No pós-guerra se desenvolveu o que Denise Rollemberg chama de *mito de resistência*. Segundo a autora, a memória francesa do período de ocupação nazista forjou uma imagem de que o Estado Francês, fundado na parte sul do país, com sede na cidade de Vichy, era controlado diretamente pelo totalitarismo de Hitler. Seguindo essa ideia, havia alguns franceses colaboradores desse regime, e o resto da população, que teria resistido³⁸.

Esse mito de resistência vigorou fortemente na memória francesa e foi reforçado pela historiografia, que sacralizou a ideia de resistência a partir da experiência francesa. Rollemberg afirma que esse mito começou a ser desconstruído no campo da academia com a publicação da obra do historiador norte-americano Robert Paxton, intitulada *Vichy France*, lançada em 1972. Segundo o autor, Vichy não foi um mero fantoche controlado pelos nazistas, mas sim o próprio Estado francês refundado, que expressava o projeto político de determinado setor da sociedade francesa³⁹. Essa tese abalou totalmente o pensamento social francês de então, colocando em xeque a mitificação da resistência. A partir da tese de Paxton, a historiografia da França – e dos demais países da Europa – passaram a revistar o conceito de resistência, promovendo um intenso debate e matizando a interpretação sobre o tema.

Rollemberg afirma que a “naturalização do conceito em nada contribuiu para a compreensão da experiência histórica, pois servia à memória, não à história”⁴⁰. Ou seja,

³⁸ ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016. p. 18

³⁹ PAXTON, Robert. La France de Vichy. 1940 – 1944. Paris: Seuil, 1997. (1ª edição em 1973). Apud Cit. ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016. p. 23

a autora mostra como o processo de construção do mito de resistência respondia as intenções políticas de setores da França, preocupados em reconstruir o país no pós-guerra na imagem de que todos resistiram à barbárie nazista. O alastramento do uso do conceito de resistência não serve a historiografia, pois não consegue explicar os fenômenos políticos. Mas o impacto da obra de Paxton deslocou a visão de que todos teriam resistido, para a ideia de que todo o país teria colaborado com a ocupação nazista. Para Rollemberg, isso evidencia a dificuldade de lidar com o passado à luz do presente, de perceber a complexidade dos comportamentos reais, não raramente distantes dos dois extremos⁴¹.

Nesse sentido, a utilização desses conceitos para os casos europeus não contribuíram para matizar tais experiências. O debate na França permanece como uma espécie de tabu na academia até meados da década de 1980. Nesse período, surgiram novas definições do conceito, como no caso do historiador francês François Bédarida, que o define como uma “ação clandestina, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana”.⁴²

Já para Jacques Sémelin, o uso do conceito estaria relacionado diretamente a uma ideia de ataque ao poder por parte de quem resiste contra o ocupante ou colaborador. Com isso, o autor rejeitaria ações cotidianas, como foi o caso de pessoas que legitimaram sua resistência por acompanharem no rádio o pronunciamento do general de Gaulle⁴³. É nesse sentido que Sémelin atribui a resistência um duplo sentido de conservar e romper; luta-se para manter aquilo que o regime procura transformar, mas também se insere um componente de transformação perante a ordem política estabelecida por ele.

Seguindo a mesma linha, Pierre Laborie, define resistência não apenas na sua expressão objetiva por meio de experiências históricas. Para o autor, a resistência só acontece quando há o imperativo da ação somada a um sentido que a norteia⁴⁴. E esse ato deve ser consciente de sua ação contra aquilo que resiste. O autor afirma que salvar judeus do campo de concentração motivados pela compaixão humana não se

⁴¹ Ibidem. p. 24

⁴² BÉDARIDA, François. “L’histoire de La Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain”. Vingtième Siècle, Paris, n. 11, jul – set, 1986. p. 80

⁴³ SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résister’ ?” Esprit, Paris, n. 198, jan. 1994. p. 57

⁴⁴ LABORIE, Pierre. Les Français sous Vichy et l’Occupation. Toulouse: Éditions Milan, 2003. p. 75

caracterizaria como ato de resistência por ser motivado por outra natureza humana ligada ao afeto.

Por fim, o trabalho de Denis Peschanski revitalizou o debate a partir do pressuposto de que a resistência está ancorada na ideia de decisão. Outra vez se utilizando do caso de Vichy, o autor afirma que a simples rejeição a ocupação alemã não conotaria uma prática resistente. Para ele, isso poderia ser caracterizado como resiliência. Os atos de resistência, por sua vez, estariam ancorados em três pontos: “o objetivo, a consciência da ação e o sentido dessa ação que a distingue das formas legais”⁴⁵.

Esse amplo debate no campo acadêmico francês foi responsável por desnaturalizar o uso do termo resistência. E isso foi fundamental para romper com uma ideia binária de pensamento que apenas observava colaboradores e resistentes. O mais pertinente desse debate é a possibilidade que o mesmo oferece para observar de maneira mais complexa os múltiplos comportamentos com relação a tais realidades. É justamente essa sua principal contribuição para as pesquisas sobre as organizações de luta armada na América Latina.

Partindo outra vez do raciocínio da historiadora Denise Rollemberg, a naturalização do uso da resistência como categoria histórica foi prejudicial para a compreensão dos significados dos fenômenos políticos que se desdobraram na França entre 1940 e 1944. Em nota relacionada, a própria autora também questiona se a mesma hipótese não se aplicaria ao contexto brasileiro em particular, em que a ideia naturalizada de resistência ao regime dificultou a compreensão das “múltiplas, ambivalentes, mutantes, complexas relações entre civis e militares”.⁴⁶

Sem dúvida alguma, o caso brasileiro também possuiu um uso político da memória da luta armada, que foi prejudicial para a compreensão dos fenômenos referentes à Ditadura Militar. Portanto, para deixar de incorrer nesse equívoco, é fundamental retomar o pensamento de Edward Thompson, que aponta para a necessidade do historiador não tomar nenhum tipo de conceito a priori ao realizar seus

⁴⁵ PESCHANSKI, Denis. Résistance, résilience et opinion dans La France des années noires. *Psychiatrie Française*, v. XXXVI, n. 2 – 5, fev. 2006. p. 2

⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016. p.39

estudos empíricos⁴⁷. Justamente por isso que a ideia defendida aqui é a de formar as interpretações sobre as organizações armadas a partir da sua experiência histórica, observando através da metodologia empírica. Estar atento aos debates sobre o conceito de resistência deve ser útil de modo a escapar de certas simplificações e generalizações, mas de maneira alguma tal debate deve ser transportado para o caso brasileiro apenas pelo campo teórico.

Dessa forma, a pesquisa não se preocupou diretamente em responder se o Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros e a Ação Libertadora Nacional foram organizações que resistiram aos regimes políticos de seus países, cada qual em seu contexto. Mesmo concordando com os argumentos de Marcelo Ridenti e encarando tais guerrilhas como movimentos de resistência, julgo ser mais profícuo se munir de tal debate para compreender como as próprias experiências guerrilheiras tiveram um significado para além de seu momento histórico, pois se é verdade que a luta armada tenha sido derrotada do ponto de vista militar e político, no campo da memória, ela segue sendo disputada por diversos setores da sociedade, e reduzir a experiência armada a uma categoria analítica estanque acaba apenas diluindo a discussão pela amplitude do uso do termo resistência.

Para percorrer esse trajeto, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, analisamos o MLN-Tupamaros desde sua formação até sua derrota e exílio fora do Uruguai. Ressaltamos as transformações que o grupo passou ao longo dos anos, de acordo com o endurecimento do regime político o país platino. Também procuramos demonstrar como diversos aspectos da tradição política institucional⁴⁸ do país incidiram sobre a organização, sendo responsável por forjar um modo próprio de agir.

No segundo capítulo, abordamos a experiência da ALN, destacando sua formação como fruto da crise da hegemonia do PCB na esquerda brasileira. Assim como para o caso dos Tupas, destacamos como o aprofundamento da repressão do regime militar brasileiro foi responsável por modificar concepções táticas e estratégicas da organização. Também foi possível aferir uma importante continuidade da tradição pecebista no grupo guerrilheiro, o que demonstra a permanência dessa tradição política.

⁴⁷ THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.

⁴⁸ Estamos chamando de cultura política institucional aquilo que identificamos como uma característica própria da cultura política uruguaia. Ela foi caracterizada pelo apreço às instituições políticas e sociais, como as arenas políticas democráticas e as instituições judiciais.

Por fim, no terceiro capítulo, abordamos semelhanças e diferenças existentes entre os dois casos. Além de aprofundar a importância das tradições políticas impactando ideologicamente os grupos, procuramos ressaltar como as organizações armadas forjaram um imaginário social próprio. Esse imaginário, baseado na inevitabilidade da revolução por meio da luta armada serviu para aglutinar os militantes em torno de um mesmo projeto político. Esse imaginário foi tão forte, que mesmo diante da derrota militar dos grupos, seus militantes jamais aceitaram rever o uso da violência como metodologia, pois isso significaria a derrota do sonho da revolução.

1. “EL CIELO POR ASALTO!” MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. (1965 – 1972)

1.1 Introdução

Neste primeiro capítulo será reconstituída a trajetória do Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros utilizando para isso a documentação interna produzida pelos seus militantes durante os anos de atuação, cotejando com as transformações políticas e sociais que o Uruguai passou durante os anos 1960. A intenção é ressaltar elementos expressados pelos seus documentos que atestam um *modus operandi* próprio, caracterizado pela tentativa de atuar dentro de certa moralidade e evitando o uso indiscriminado da violência. Esse viés presente na trajetória do grupo se relaciona com a cultura política institucional construída no Uruguai na primeira metade do século XX. Essa tradição foi um fator para a experiência guerrilheira, incidindo sobre ela. Entrementes, também se abordará como a escalada autoritária que teve vez com a chegada de Jorge Pacheco Areco a presidência da república modificou a ideologia da organização, transformando-a. Para tanto, é preciso reconstituir a criação da organização na primeira metade de 1960 e ressaltar como essa tradição institucional foi forjada ao longo do século XX.

As fontes analisadas são todas produzidas pela própria organização e podem ser classificadas em três tipos. O primeiro grupo são os cinco textos que delineavam a posição política do MLN, resultados das amplas reuniões organizadas pela militância. São intitulados genericamente de *Documentos*, do 1 ao 5, e são extensos, tendo entre 6 e 16 páginas e foram escritos entre 1967 e 1970. O segundo são textos também voltados para a militância, mas com temas definidos, tais como o *Seguridad*, o *Reglamento* e o *10 Puntos* e possuem entre 3 e 6 páginas e são todos de 1969. No terceiro conjunto estão os materiais destinados para setores externos à militância. Alguns são esporádicos e curtos, como *Manifiestos a la opinión publica* e o informe sobre a *Financera Monty*. Outros fazem parte do periódico criado pela organização que recebeu o nome de *Correo Tupamaro*. Circularam em 1969 e em 1971.

1.2 A formação do MLN-Tupamaros.

O MLN foi uma organização de luta armada fundada em 1965, em uma confluência de militantes originários do Partido Socialista (PS) uruguaio, com outros que vieram de setores ligados aos trabalhadores agrários e, ainda, de grupos menores da esquerda daquele país. Sua origem está intrinsecamente relacionada ao grupo chamado de *El Coordinador*, uma espécie de coletivo que surgiu em 1962 e que reuniu diversos setores da esquerda uruguaia com o objetivo central de resistir aos possíveis ataques que a democracia uruguaia pudesse sofrer, sendo simpática a ideia de utilizar a via armada como ferramenta de luta⁴⁹. O aparecimento do *El Coordinador* sinalizou uma profunda mudança na tradição política daquele país, pois historicamente o Uruguai era visto como irretocavelmente democrático, possuindo tradição eleitoral bastante consolidada, que respeitava as diversas instâncias desse jogo político construído pela democracia⁵⁰. Segundo André Lopes Ferreira, “a história política uruguaia foi, pelo menos na maior parte do tempo, a história da atuação de seus partidos”⁵¹. marcada por elementos de continuísmo e estabilidade.

O Uruguai, até os anos 1950, era conhecido como *La Suíza de América*. As principais características que levaram o país a se diferenciar de seus vizinhos continentais foram a pujança econômica somada a certas garantias oferecidas pelo Estado no campo do consumo, além de um nível cultural bastante elevado impulsionado pela escolarização de sua população. Esses fatores consolidaram uma baixa desigualdade social, principalmente para os padrões da América Latina. Essas características nasceram de maneira decisiva nos primeiros anos daquele século, quando se iniciou a chamada política *batllista*. O *batllismo* foi uma espécie de ideologia política forjada pela ala do partido colorado uruguaio, na figura do presidente José Batlle y

⁴⁹ CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional–Tupamaros–, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. Estudos Ibero-Americanos, v. 33, n. 2, 2008.

⁵⁰ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

⁵¹ Ibidem. p. 31

Ordóñez, que governou o país de 1903 a 1907, e que retornou para um segundo mandato entre 1911 e 1915⁵².

De modo geral, essa política se constituiu em um modelo capitalista exportador, mas fortemente intervencionista, com o Estado atuando em diversos setores fundamentais da economia para garantir serviços públicos essenciais para a sociedade. Também se preocupou em criar um modelo político bastante modernizante à época, com a adoção de voto secreto e direto, sustentando assim certos pilares para a prática democrática⁵³.

Por fim, é preciso destacar aspectos do campo social e práticas culturais importantes que foram responsáveis por fortalecer as bases dessa estabilidade política existente no Uruguai até a década de 1950. Durante o governo de Batlle y Ordóñez, houve crescente preocupação em criar mecanismos de proteção social para as classes menos abastadas, como se verifica no conjunto de leis trabalhistas que foram aprovadas sob seu mandato e que garantiram, dentre outros direitos, a jornada de oito horas diárias, seguro desemprego e salário mínimo. Além disso, criou-se escolas noturnas voltadas para trabalhadores⁵⁴. A essas medidas direcionadas para as classes *obreras*, somaram-se outras. Eram ações que amparam os mais pobres, criando uma destacada segurança social que visava a diminuição dos conflitos sociais, principal diretriz do modelo *batllista*⁵⁵. Além dessas ações nos campos econômicos e sociais, houve também a construção de certos fatores culturais que se mostravam distintos daqueles em prática nos demais países latino-americanos, como o combate às influências da religião na vida política do país, resultado da separação total do Estado e da Igreja Católica. Ainda se destaca nessa política uma preocupação voltada à mulher como sujeito social, principalmente observando a lei que permitia o divórcio a partir do pedido da mulher e a criação da *Universidad de Mujeres*⁵⁶.

Esse conjunto de ações foi responsável por forjar um modelo político que reforçou as bases democráticas do país. Por outro lado, esse projeto acabou se estruturando por meio de um jogo político de acomodação de classes, evitando o

⁵²NAHUM, Benjamín. Manual de historia del Uruguay: 1903-1990. Ed. de la Banda Oriental, 1995. pp. 47 - 48

⁵³FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai. Opus cit p. 32

⁵⁴ NAHUM, Benjamín. Opus. Cit. pp. 58 - 59

⁵⁵SOUZA, Marcos Alves de. A cultura política do " batllismo" no Uruguai, 1903-1958. São Paulo: Annablume, 2003.

⁵⁶ NAHUM, Benjamín. Opus. Cit pp. 60 – 61.

conflito entre elas: ao mesmo tempo que atuava de maneira a garantir direitos aos mais pobres, também fazia concessões às classes altas. Isso também se refletia no próprio sistema político partidário em que coparticipavam no poder somente dois partidos: o *Partido Blanco* e o *Partido Colorado*⁵⁷.

Dessa forma, toda a primeira metade do século XX foi marcada por tal modelo político e econômico nomeado de *Estado Batllista*⁵⁸. Destacar suas características é essencial porque o surgimento de experiências políticas radicalizadas, e de maneira específica o MLN-Tupamaros, está ligado à crise do modelo *Batllista*.

Seu desmonte se iniciou na década de 1950 por uma confluência de fatores: a conjuntura internacional provocou graves problemas econômicos no país⁵⁹. Segundo Henry Finch, a crise econômica estaria ligada diretamente à queda nas exportações dos principais produtos uruguaios - carne e lã – causando alta taxa de desemprego.⁶⁰ Ao mesmo tempo, a manutenção das altas taxas de importação fizeram com que as reservas cambiais baixassem e houvesse uma crescente inflação⁶¹. Soma-se ainda os gastos da estrutura burocrática estatal responsável por empregar em torno de 20 % da população do país, onerando massivamente as contas do Estado com o funcionalismo público⁶².

Tal situação de crise econômica colocou em cheque o modelo de Estado de bem-estar social que fora construído com o *batllismo*. A crescente situação de recessão foi responsável por diversas paralisações e movimentos de greve nos setores assalariados do Uruguai. Segundo Panizza, essas primeiras mobilizações podem ser vistas como o começo da ruptura da estabilidade social, principalmente porque esses grupos usavam ferramentas de reivindicação distintas das habituais ⁶³. Segundo Eduardo Rey Tristán,

⁵⁷FERREIRA, André Lopes. Opus cit p. 35

⁵⁸ A ideia fundamental desses autores é demonstrar como a estruturação do batllismo se convertendo em modernização do país através das ações já comentadas serviu para criar um modelo de Estado próprio, sendo então algo mais profundo do que apenas a corrente política de um partido. CF: DE SOUZA, Marcos Alves. O Reformismo uruguaio sob a égide do “batllismo” na primeira metade do século XX. III Encontro Internacional da Anphlac. Anais eletrônicos. 2002 e PANIZZA, Francisco. Uruguay: Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁵⁹PANIZZA, Francisco. Uruguay: Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁶⁰FINCH, Henry. Historia económica del Uruguay contemporáneo. Banda Oriental: Montevideo, 1980. Apud REY TRISTÁN, Eduardo. A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006.

⁶¹ NAHUM, Benjamín. Opus Cit pp. 219 - 220

⁶² Ibidem pp. 220 - 221

⁶³PANIZZA, Francisco. Uruguay: Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990. pp. 109 - 110

foi nesse momento que se engendraram as experiências radicais de mobilização social, porque o modelo de consenso não oferecia saída⁶⁴.

Nas eleições realizadas em 1962 alguns setores mais a esquerda se afastaram dos partidos tradicionais e criaram novos grupos políticos. Nesse contexto, foram criadas a *Unión Popular*, da *Frente Izquierda de Liberación*, a *FideL* e do *Partido Demócrata Cristiano*, o PDC, que mesmo não recebendo muitos votos, capitanearam importantes militantes que saíram dos partidos tradicionais, o *Blanco* e o *Colorado*⁶⁵.

Esse movimento aconteceu em torno do debate sobre a Revolução Cubana de 1959. Conforme demonstra Rey Tristán, já nos primeiros meses após o movimento revolucionário cubano expulsar o ditador Fulgêncio Batista, a nova situação política de Cuba era saudada pelos variados setores da esquerda uruguaia. Esse posicionamento das esquerdas logo se desdobrou para outros setores da sociedade. Foi o momento em que nasceram os primeiros *comités de apoyo* e os *comités de solidaridad* à Cuba, que eram organismos responsáveis por realizar atos de propaganda e defesa pública, manifestando solidariedade ao movimento cubano⁶⁶. Dentro desses comitês e dessas novas legendas, começou a se elaborar uma agenda política radicalizada. Essa mobilização reuniu diversos grupos sob uma mesma pauta de reformas constitucionais o que foi um fenômeno inédito no cenário político uruguaio⁶⁷. O desdobramento disso foi a criação da *Unión Popular*, para concorrer às eleições de 1962⁶⁸.

Os resultados do pleito de 1962 foram negativos, uma vez que não houve ganho substancial de votos em comparação com 1958⁶⁹. Com essa derrota no pleito, a esquerda uruguaia se rearranjou, dando origem a diversos pequenos grupos políticos, tais como a *Federación Anarquista Uruguay*, a FAU, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, o MIR, o *Movimiento Revolucionario Oriental*, MRO e o *Movimiento*

⁶⁴REY TRISTÁN, Eduardo. A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006. p. 87

⁶⁵Ibidem. p. 90

⁶⁶Ibidem. pp. 80 - 81

⁶⁷DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales ITALIC N 31, Universidad de La Republica, 2012. p. 143

⁶⁸REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. pp. 75 - 76

⁶⁹NAHUM, Benjamín. Opus Cit p. 219

de Apoyo al Campesinado, o MAC, dentre outros. O surgimento desses grupos, evidenciava o questionamento do modelo bi partidarista tradicional⁷⁰.

Outro marco na radicalização das esquerdas uruguaias foi a realização do trigésimo quarto Congresso do *Partido Socialista* que anunciou a desvinculação da *Unión Popular* e aprovou uma nova diretriz ao partido de aprofundar o processo que levaria à *libertação nacional*. Essa decisão é ilustrativa das ideias de libertação nacional presentes na Revolução Cubana e nos movimentos de libertação da África e da Ásia, que posteriormente foram disseminados em textos de Che Guevara e de Debray⁷¹.

Nesse momento conturbado e de incidência dos valores das guerrilhas, os grupos citados anteriormente (MIR, MRO, e FAU, além da participação de ex militantes do MAC, reunidos em torno da liderança de Raúl Sendic) começaram uma articulação para criar um grupo de luta armada. Nesse grupo se destacou a figura de Raúl Sendic, um dos grandes articuladores na trajetória da formação dos grupos radicais no Uruguai. Sendic nasceu no Departamento de Flores, sudoeste uruguaio, e era filho de trabalhadores rurais ligados a cana-de-açúcar. Entrou para a juventude do Partido Socialista ainda como estudante secundarista. Mudou-se para Montevidéu em 1943 e ingressou no curso de Direito na *Universidad de La República*. Tornou-se então um importante quadro do Partido Socialista, tendo inclusive o representado no Congresso Internacional de Roma, em 1956.

Foi nesse congresso que se estabeleceu uma nova linha política no PS, baseada em uma bandeira anti-imperialista, latino-americana e *terceiro-mundista*. Impactado por essa nova linha, Sendic passou a apoiar a luta dos trabalhadores rurais do norte do país, ainda em 1958, resultando na criação da Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas, a UTAA⁷².

Em 1960, Sendic fez uma viagem a Cuba sendo profundamente influenciado no que diz respeito a luta armada como ferramenta para empreender a revolução. A partir

⁷⁰ALONSO ELOY, Rosa; DEMASI, Carlos;. Uruguay 1958-1968: Crisis y estancamiento. Montevideo: Banda Oriental. 1986. Apud TRISTÁN, Eduardo Rey. Opus cit. pp. 90 - 91

⁷¹ A renovação na esquerda latino-americana criada pela Revolução Cubana é responsável por compor uma nova cultura política de esquerda nos anos 1960. Para além de transformações estratégicas e de formas de luta, como é o caso da tática da guerrilha e da ausência do partido, há também uma simbologia e termos próprios que são cunhados a partir da experiência cubana e incorporados pelas esquerdas do continente. Cf: LÖWY, Michael. (org) O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramos, 1999. E BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

⁷² REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. pp. 70 – 71.

de então, Sendic se tornou uma liderança na UTAA, defendendo o uso da violência como ferramenta para conquistar transformações sociais. Eles realizaram o assalto ao *Club de Tiro Suizo*, em julho de 1963, que contou com a participação de integrantes do MIR e do MRO. Essa ação tinha como objetivo central roubar armas e munições para as lutas dos trabalhadores por ocupação de terras. Essa ação foi emblemática e se tornaria objeto de disputa de memória, sendo constantemente revisitada pelos ex-militantes Tupamaros e de outras organizações⁷³. Apesar de bem-sucedida, ela contou com alguns percalços, o que aprofundou as discussões sobre o método de ação, levando os integrantes a concluir que o caminho era construir um coletivo orgânico, coeso, capaz de seguir pelo viés das ações diretas⁷⁴. Foi então que nasceu formalmente uma organização cujo propósito era dirigir os distintos militantes envolvidos e conduzir as ações coletivas: o *El coordinador*.

O grupo priorizou a ação, deixando debates ideológicos profundos de lado. Isso criou condições para que fosse possível articular militantes oriundos de matrizes distintas da esquerda no *Coordinador*⁷⁵. Esse princípio norteador, somado a disciplina rígida para garantir a sobrevivência do grupo, acabou configurando um modelo organizacional bastante próprio. Ele ficou conhecido por ser eficaz em suas estratégias de operação militar, ainda que não utilizasse as ações violentas com vistas a implantar um projeto revolucionário.

O princípio de que a *ação faz a vanguarda*, mantra das esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, foi abraçado pelo *Coordinador*, evidentemente influenciado pelo impacto da revolução cubana, mas também de uma situação histórica vivenciada por aqueles militantes. Ao empreender tais ações junto aos trabalhadores da cana-de-açúcar, os militantes do *Coordinador* passaram a elaborar fundamentos sobre organização e clandestinidade, criando, inclusive, grupos de treinamento.

Com o fortalecimento do grupo, também surgiram divergências que chegaram ao seu ápice em fins de 1964, quando aconteceu uma expropriação para obter armamentos em uma loja de venda de armas chamada *El cazador*. Integrantes do MAC, que ficaram responsáveis por guardar as armas em um local específico, não cumpriram com o

⁷³ Como será visto posteriormente, o Tupamaros assume a simbologia dessa ação como sendo aquela que fundamentou sua organização.

⁷⁴ REY TRISTÁN, Eduardo. 2006 Opus cit. pp. 97 - 98

⁷⁵ Rey Tristán esmiuçou em seu trabalho a quantidade de militantes e quais os grupos que integraram o *Coordinador*. Ele também colheu os dados referentes aos Tupamaros após 1966. CF: REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 438

acordado, e levaram embora os armamentos. Isso marcou uma ruptura no *Coordinador*, levando a desintegração da organização.

Nesse momento o Uruguai passava por seguidas agitações políticas, principalmente articuladas pela UTAA, que realizou diversas marchas dos trabalhadores do açúcar, com mobilizações expressivas e que questionavam as bases estruturais do poder do país. Impulsionados por essas ações promovidas pela UTAA, alguns militantes do grupo que compunham o *Coordinador* voltaram a se articular com o objetivo de discutir profundamente quais haviam sido os erros de estrutura e ideologia cometidos pelo grupo. Convocaram uma reunião ampla::

“Estaban todos los grupos e independientes que anteriormente estuvieron relacionados con El Coordinador: los cañeros, aglutinados em torno a Sendic, [...]; el MIR, que aún no había definido su postura ni superado sus diferencias internas; y los miembros de un grupo procedente del PS que había entrado al Coordinador en abril de 1964 [...] y en nombre de los anarquistas, Gerardo Gatti (FAU). También se encontraban presentes representantes de otros grupos menores e independientes”⁷⁶.

A discussão girou em torno do projeto da nova organização. Para os militantes da *Frente Anarquista*, a organização a ser criada deveria servir como braço armado de toda a esquerda uruguaia, posicionamento que sofreu rejeições fortes, principalmente por parte dos militantes oriundos do *Partido Socialista*, que apontavam para a dificuldade em organizar a disciplina do grupo caso ele fosse assim abrangente. A FAU seguiu adiante no projeto, mas a discordância era evidente, tanto que pouco tempo depois, esta criaria seu próprio grupo armado: a Organización Popular Revolucionaria 33 (OPR-33).

Diante disso os militantes estabeleceram como condição primária a união de todos os recursos, tanto materiais como humanos em uma única organização que teria a meta de promover a revolução social. Assim, foi eleito um comitê executivo, responsável por organizar uma convenção nacional, composto por Raúl Sendic, ligado aos trabalhadores rurais, Tabaré Rivero, do Partido Socialista, Eleuterio Fernández, do MAC, além de um representante do MIR que seria escolhido posteriormente. O grupo se nomeou como *Tupamaros*, e passou a construir a convenção nacional para estruturá-lo.

⁷⁶ Ibidem. p. 125

A 1ª convenção nacional aconteceu nos primeiros dias de 1966 e definiu as diretrizes e os quadros militantes dos Tupamaros. Nesse momento, a FAU havia se retirado para fundar seu grupo armado⁷⁷. Já o MIR compôs o grupo até o momento da realização da convenção. Porém, no primeiro dia de debate os militantes da juventude do Partido Socialista e os membros do MIR romperam por divergências estratégicas. Nessa convenção se decidiu que a primeira fase da guerrilha seria a de preparação dos militantes, e só então se deflagraria a guerrilha revolucionária. Ali se definiu o nome de *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, que remete a ideia de *libertação nacional*, que livraria o país dos domínios imperialista, bandeira política que ecoava como sendo uma das premissas da revolução cubana.

Segundo Jimena Alonso e Carla Larrobla, nesse momento de constituição do MLN-T, o grupo reuniu cerca de 52 membros, que se dividiram em células para estruturar a organização, sem promover massivamente a entrada de novos militantes⁷⁸. Tanto que o contato para isso era feito através de encontros individuais entre essas pessoas que estavam na fundação da organização.

Apesar de os Tupamaros serem constantemente vistos, na historiografia, como um grupo heterogêneo, no momento de sua formação definitiva, não havia tensão ideológica tão forte, uma vez que o MAC não era contrário ao pensamento dos integrantes do Partido Socialista. Já os grupos que possuíam inclinações distintas (o MIR, de inspiração maoista e os anarquistas da FAU) que inclusive criticavam o programa socialista pelo seu suposto imobilismo, saíram antes da organização definir claramente suas estratégias e ambições políticas.

Já na sua constituição o grupo expressou certos aspectos peculiares de sua ideologia, como se percebe ao analisar a escolha do nome *Tupamaros*. Os primeiros que utilizaram esse nome no Uruguai foram os remanescentes dos camponeses que lutaram ao lado de José Artigas, durante as guerras de independência do começo do século XIX⁷⁹. Após as derrotas sofridas, o grupo de *gauchos*⁸⁰ que lutaram junto com ele se refugiaram nas regiões mais afastadas, promovendo saques para que pudessem sobreviver. A inspiração era o líder indígena *Tupac Amaru II* (José Gabriel

⁷⁷ Ibidem. p. 127

⁷⁸ Os contatos para a entrada na organização eram feitos individualmente. ALONSO, Jimena; LARROBLA, Carla. “Una historia del Seispointismo -memorias y sentidos en pugna-”. Monografía. Universidad de la república facultad de humanidades y ciencias de la educación. 2009. pp. 48 – 49.

⁷⁹ Ibidem. pp. 164 - 165

⁸⁰ Termo pelo qual ficaram conhecidos as pessoas das áreas rurais da região da Plata.

Condorcanqui Noguera), que em 1780 havia se insurgido, no Peru, contra os colonizadores espanhóis. Segundo Rey Tristán, a partir dessa rebelião do século XVIII, todos os rebeldes da região do Rio da Prata passaram a ser conhecidos como Tupac Amarus, ou *Tupamaros*⁸¹.

Segundo Fernández Huidobro, a inspiração para o nome – que foi dado por Tabaré Rivero, um dos fundadores do grupo – veio da canção de Osiris Rodríguez Castillo, chamada *Cielito de los Tupamaros*, de 1959. Castillo foi um grande poeta e compositor uruguaio, que tinha forte influência da música folclórica⁸². Esse pertencimento àquilo que era mais tradicional no país também motivou a escolha do nome da organização⁸³. Outra motivação era se afastar de símbolos da “velha” esquerda.

Os Tupamaros se empenharam em reforçar aspectos constituintes da nacionalidade uruguaia, expressando isso nos documentos internos do grupo se expressava essa vontade: “La nación es el pueblo: asumir el nacionalismo es asumir las tareas históricas de este pueblo”⁸⁴. Portanto, para o grupo a luta revolucionária deveria ser empreendida em nome de todos aqueles tidos como uruguaios, uma ideia bastante alargada de *povo*.

Segundo o historiador Rey Tristán, os Tupamaros entendiam por povo todos os herdeiros daqueles que lutaram junto de Artigas pela independência uruguaia e contra o colonialismo. Por esse prisma, a ideia de *povo* para os Tupamaros não se restringe a elementos de classe social ou setores definidos da sociedade e que a teoria marxista-leninista consagrou como sendo os agentes da revolução, como por exemplo, o operário. Também não se percebe uma substituição do operário pelo camponês, como foi comumente feito pelas guerrilhas na América Latina depois da revolução cubana. Trabalhando com a ideia de povo relacionada à nação uruguaia, a organização insere qualquer setor do país – que fosse nacionalista - dentro do seu projeto político. Essa diretriz tinha o objetivo de conquistar o apoio da população uruguaia, visto como decisivo para a vitória da guerrilha. Isso foi expresso no primeiro texto interno que definia a linha política do grupo, o *Documento nº 1*, de 1967:

⁸¹REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 166

⁸²CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. Mujica. Editorial Fin de Siglo, 1999. p. 85

⁸³REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 165

⁸⁴ Proyecto de Documento nº 5. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

“Desde luego que además del trabajo silencioso tendremos el otro, crear una base popular significa que habrá que procesar acciones que conciten la simpatía popular; pertrecharse significa que habrá que salir a veces a la luz pública en acciones”⁸⁵.

O respaldo popular para o projeto *tupamaro* seria construído através de ações que visavam conquistar a simpatia popular, como os diversos roubos de alimentos seguidos pela sua distribuição nas periferias de Montevidéu. Essa tática estava dentro da fase de estruturação da guerrilha.

Apesar da ruptura entre *Coordinador* e *Tupamaros*, inclusive no que dizia respeito aos seus objetivos, a organização guerrilheira remeteu ao *Coordinador* como sendo o começo da trajetória do *Tupamaros*. Isso se verifica em dois exemplos. Em 1968, O *Documento nº II* reforça esse elo no trecho em que diz “Podrá parecer demasiado largo 5 años como tiempo de preparación, elaboración, fortalecimiento”⁸⁶.

Outro exemplo é a rememoração que fazem do assalto a Centro de Tiro *El Suizo*, remetendo sua origem aos tempos de *Coordinador*.. como sendo “seu próprio *Moncada*”, comparando com o episódio cubano.⁸⁷

Alinhar os *Tupamaros* com a trajetória do grupo anterior tinha como objetivo aproveitar o respaldo social e político do primeiro, o que reforça a intenção dos *Tupas* de contar com o apoio popular em seu projeto revolucionário. Esses aspectos ressaltados até aqui, bem como a intenção de forjar o apoio das bases da sociedade, orientaram as primeiras ações militares do grupo, como será visto a partir de agora.

1.3 As primeiras ações militares

Identificar e reconstruir a trajetória do MLN-Tupamaros é uma tarefa bastante complexa por conta das características próprias dos grupos de esquerda armada, mas fundamental para compreender aspectos de seu projeto revolucionário, pois entende-se que apenas os textos teóricos elaborados pelo grupo não expressam todos os significados de sua atuação. Ao mesmo tempo é importante refletir como certas

⁸⁵ DOCUMENTO I. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

⁸⁶ Documento II. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

⁸⁷SADER, Emir. A revolução cubana. Editora Brasil Urgente, 1992.

diretrizes teóricas moldaram determinadas operações. Houve dificuldade na reconstituição por não termos acesso aos documentos da repressão uruguaia. No Brasil, o sistema de investigação implantado pelos Departamentos de Ordem Política e Social, o DOPS, foi responsável por mapear as atividades guerrilheiras dos grupos de esquerda no país, deixando pistas sobre suas atividades. Essa lacuna é preenchida pela vasta historiografia uruguaia que é um suporte fundamental de nossa pesquisa.

Para dar conta desse exercício fizemos duas opções metodológicas. Primeiramente, será utilizado o recorte temporal defendido pela historiadora Clara Aldrichi que propõe que a trajetória do MLN seja dividida em quatro fases distintas. A primeira delas, do início de 1965 ao final de 1966 se caracterizou por ser o momento em que a organização ainda se mantinha restrita a algumas dezenas de membros, dedicando-se à obtenção de recursos materiais, como automóveis, dinheiro e armas, para se fortalecer.

A segunda fase, que iria do final de 1966 até outubro de 1969, tem um marco bastante concreto, e que será posteriormente analisado aqui, que é o conflito que ocorreu entre o grupo e a polícia da província de Montevideu, levando dois militantes a morte, em 22 de dezembro de 1966. Para Aldrichi, o que se destacou nesse período foi a utilização da *propaganda armada* visando a conquista de apoio popular para o projeto revolucionário do grupo.

A terceira fase de atuação dos Tupamaros, entre 1969 e 1972, teria se iniciado a partir da tentativa da tomada da cidade de Pando, na região metropolitana de Montevideu, em outubro de 1969, estreando um momento em que o grupo intensificava cada vez mais suas ações de expropriação de armas e de dinheiro. Ao mesmo tempo, no campo da atuação política, procurou-se criar relações com outros movimentos sociais e políticos, como os sindicatos e os grêmios estudantis. A autora também vê nesse momento uma guinada na luta do grupo, passando a incorporar regiões rurais do país em seu projeto guerrilheiro⁸⁸.

Por fim, a derradeira fase da guerrilha começou no ano de 1972, com o ataque aos grupos militares que formavam o “esquadrão da morte”, voltado para caçar pessoas ligadas aos grupos de extrema esquerda. Esse ataque promovido pelo MLN teve como

⁸⁸A incorporação das regiões rurais para a luta dos Tupamaros será discutido posteriormente quando se analisar as transformações pelas quais o grupo passou, problematizando os motivos e os significados dessa inflexão, utilizando para isso os chamados “Plan Tatu” e “Plan Collar”.

consequência uma intensificação ainda maior da repressão por parte do governo, fazendo com que se desenrolasse uma espécie de guerra civil, na qual os Tupamaros foram vencidos paulatinamente até 1975⁸⁹.

Ainda que haja concordância com essa periodização proposta pela historiadora uruguaia, é preciso matizar sua elaboração levando em conta as análises documentais e a argumentação que será apresentada no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, as características centrais apontadas por Aldrichi em cada momento distinto não devem ser compreendidas de maneira estanque. As ações de expropriação que visavam obter recursos materiais para o grupo não cessaram a partir de dezembro de 1966, mas continuaram ao longo de toda a atuação do grupo. Do mesmo modo, encontrou-se exemplos das ações de *propaganda armada* mesmo antes da segunda fase se iniciar. Nas fases destacadas a autora localiza uma maior recorrência de determinados tipos de ação.

De modo correlato é preciso destacar que embora a autora não localize um momento definido que marque o início da fase de guerra revolucionária, alguns textos internos apontam para isso, como é o caso do *documento 4*, de janeiro de 1969:

“Hasta hoy el MLN se ha dedicado primordialmente a ganar el apoyo mínimo necesario para desarrollarse a nivel de vanguardias, ha ido preparando las condiciones organizativas internas mínimas y ha tratado por todos los medios posibles de modificar la imagen casi exclusivamente policial que el pueblo tenía del Movimiento. Esto es lo que ha pautado los esfuerzos de la Organización y fundamentalmente su acción militar”.⁹⁰

No trecho destacado salienta-se a ruptura com a fase anterior de preparação das condições para a guerrilha revolucionária. Portanto, o *Documento 4*, deve ser visto como a carta de intenções da organização no sentido de anunciar para seus militantes e apoiadores que se inauguraria ali a fase de guerra revolucionária assumindo que a partir dessa data destacada os Tupamaros estavam inseridos em uma guerra revolucionária, ainda que para efeitos práticos, no que diz respeito às mudanças de paradigmas

⁸⁹A autora apresenta essa fase final da guerrilha como indo até o ano de 1975, porém ela afirma que nesse momento não há mais Tupamaros enquanto um grupo organizado, e sim ex-militantes que seguiram sendo perseguidos pela repressão. Nesse ano de 1975, há uma tentativa de reorganizar o grupo a partir de células criadas por militantes no exílio, porém a tentativa foi frustrada pela forte repressão. CF: ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Ediciones Trilce, 2001.

⁹⁰Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

ideológicos ou mesmo nos tipos de ação, pouco tenha mudado, como será visto a partir de agora.

Por fim, a segunda questão diz respeito à seleção das ações reconstituídas, optando por aquelas que tiveram maior impacto na sociedade uruguaia. Igualmente, alguns atos aqui analisados se destacaram por expressarem aspectos fundamentais da ideologia dos Tupamaros.

Como já foi visto anteriormente, os primeiros passos da organização revolucionária MLN-Tupamaros foram dados ainda como grupo *Coordinador*, sendo que a primeira operação de expropriação foi o já citado assalto ao *Club de Tiros de Colonia Suiza*⁹¹. Ali foram roubados cerca de uma dezena de fuzis em uma ação bastante vitoriosa e simbólica no que diz respeito à construção do que viria a ser os Tupamaros. Carlos Nuñez afirma que

“A la vuelta de algunos años, esta acción ha llegado a ser vista por la mayoría de los uruguayos como el “bautismo” noticioso de lo que con el tiempo llegaría a ser el Movimiento de Liberación Nacional”⁹².

Posteriormente o grupo – já como Tupamaros – rememoraria essa ocasião como sendo o momento de sua fundação e o de colocar em prática a guerrilha revolucionária. Isso se expressa de maneira direta no *Documento 5*, quando o grupo produziu uma síntese das estruturas que havia construído até aquele momento:

“Al principio (1962) el salto consistía en pasar del mero "garganteo" a una acción por lo menos que confirmara las intenciones que se anunciaban, la posibilidad, la aptitud del pequeño grupo, etc. Se buscó durante un año con muchos avatares hasta que se logró a fines de julio de 1963, un "escruche" y unos fierros sin cerrojo”⁹³.

Portanto, seja do ponto de vista simbólico, seja de maneira prática, esse roubo é de fato um momento de inflexão para a trajetória da organização guerrilheira.⁹⁴

⁹¹SASSO, Rolando W. La toma de Pando: 8 de octubre de 1969; la revolución joven. Ed. Fin de Siglo, 2005. pp. 31 - 32

⁹²NUÑEZ, Carlos. Tupamaros: la Única Vanguardia. Ediciones Provincias Unidas, Montevideo, 1969. pp. 17 e 18.

⁹³Documento 5. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

⁹⁴O ex-dirigente Tupamaro Andrés Cultelli Chiribao escreveu na Revista Aportes, em Agosto de 1983, que a motivação primeira desse roubo era dar armas para a defesa das *Ligas Camponesas*, lideradas por Francisco Julião e que contavam com o apoio de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, na época. Essa questão será debatida no capítulo 3 dessa dissertação.

Na virada de 1963 para 1964, foi realizada outra expropriação de armas na alfândega de Bella Unión, cidade ao Norte do Uruguai, no departamento de Artigas. Naquela região de tríplice fronteira entre Uruguai, Brasil e Argentina, o grupo roubou outra dezena de armas dos galpões, tendo primeiramente escondido no Brasil e depois transportado para a Cidade de Paysandú. O periódico *El País* noticiou o roubo da seguinte forma:

“Once fusiles y siete bayonetas fueron robadas del galpón de la Estación Internacional del paraje Quarahy. Allí estaba instalada la Oficina Receptora de Aduana de Bella Unión. Apparently el robo tendría un origen político”⁹⁵

Aqui é possível notar que apesar do grupo não reivindicar as ações empreendidas, a imprensa ressaltava que estas teriam motivações políticas.

Ainda como *Coordinador*, o grupo promoveu ações de expropriação de armas, munições, somas em dinheiro, além de outros materiais que serviriam para a guerrilha. Ao mesmo tempo, também foram responsáveis por algumas fugas realizadas em prisões e postos policiais, em que militantes políticos estavam reclusos por realizar algum tipo de atividade ilegal⁹⁶.

Fora isso, também se destacaram as distribuições de alimentos e dinheiro nas periferias do país, com vias a conquistar o apoio popular. As primeiras notícias que se têm sobre ações desse tipo datam de 1963 e elas consistiam em roubar alimentos para distribuir às populações marginalizadas daquela sociedade, sem a propaganda de projetos ou ideologias políticas⁹⁷. Até aquele momento o grupo ainda era uma espécie de braço armado de grupos heterogêneos da esquerda uruguaia, e não possuía projeto político próprio. De qualquer forma, mesmo não sendo possível aferir se havia um propósito mais amplo, as distribuições de alimentos foram responsáveis por consolidar um forte apoio popular dado aos Tupamaros pelas populações menos favorecidas, que

⁹⁵ El País del 12 de enero del '64.

⁹⁶SASSO, Rolando W. La toma de Pando: 8 de octubre de 1969; la revolución joven. Ed. Fin de Siglo, 2005. pp. 27 - 28

⁹⁷Ibidem.

os comparavam a *Robin Wood*⁹⁸. O alinhamento da trajetória da organização com o *Coordinador* foi responsável por isso.

O MLN seguiu com essa estratégia durante toda a sua atuação⁹⁹. Entretanto, a partir de 1967, a tática da distribuição de alimentos nas periferias se intensificou fortemente e, nesse momento, houve a divulgação por parte do grupo de suas intenções e de seu projeto político¹⁰⁰. O aumento dessas ações foi uma reação diante das campanhas negativa feitas, principalmente, pelo jornal *El País*. Ao mesmo tempo, a repressão tomou conhecimento do grupo e foi preciso criar uma estratégia que conseguisse combater esses ataques feitos pela mídia, e as ações de distribuição de alimentos cumpriam exatamente esse objetivo. Tal aspecto é tão importante que as autoras Jimena Alonso e Carla Larrobla nomeiam a época de 1967 até 1969 como sendo o momento da *propaganda armada*¹⁰¹.

Mas essa preocupação fazia parte das concepções ideológicas estruturantes da organização. Os *Tupas* projetaram sua luta através do signo da batalha feita pelo *povo* e para o *povo*. Em um dos documentos que davam a linha política se afirma que: “Si no contamos con el pueblo deberemos enfrentar los aparatos represivos solos, mano a mano, como ellos. Ese pleito lo perdemos.”¹⁰². Para eles, apenas com o apoio das massas uruguaias é que seria possível construir a vitória revolucionária, e a tática da *propaganda armada* cumpria esse propósito.

Assim como outros grupos guerrilheiros, os Tupamaros fizeram uso de sequestros a figuras públicas como outra tática para viabilizar a revolução. O uso dos sequestros, ao que tudo indica, se encaixava dentro da esfera da *oportunidade*, conforme apresenta Hector Luis Saint-Pierre. O autor, ao debater os aspectos políticos e filosóficos da violência como fator de transformação política, apresenta a *oportunidade*

⁹⁸PRIETO, Marina Cardozo. Violentos y corteses. Acerca de la violencia en el MNL-Tupamaros, a partir de algunas categorías de Norbert Elias. Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales, n° 4, agosto de 2009.

⁹⁹ A exceção é apenas 1966, quando o grupo contava com uma quantidade pequena de militantes e estava ainda se estruturando como uma nova organização.

¹⁰⁰REY TRISTÁN, Eduardo. 2006 Opus cit. 178

¹⁰¹ALONSO, Jimena; LARROBLA, Carla. “Una historia del Seispuntismo -memorias y sentidos en pugna-”. Monografía. Universidad de la república facultad de humanidades y ciencias de la educación. 2009. pp. 50 - 51

¹⁰² Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

como sendo uma espécie de conjuntura de fatores propícios para desenvolver determinadas ações¹⁰³.

O uso político dos sequestros pode ser visto, dessa forma, como uma questão relacionada à *oportunidade* observada pelos Tupamaros, assim como no caso da ALN¹⁰⁴. Essa condição propícia acabou por se enraizar fortemente como uma tática dentro da organização guerrilheira, mas que se desenvolveu a partir de uma característica específica dos *Tupas*, que era a ideia de criar uma *justiça* própria. Sobre esse aspecto, a historiadora Clara Aldrighi afirma que:

“No sólo el cálculo político guiaba las acciones del MLN sino que también influían consideraciones y preocupaciones de carácter moral. Pero se trataba de una moral que tenía numerosos puntos de desencuentro con la moral de la paz que naturalmente regulaba la vida social uruguaya”¹⁰⁵.

Essa preocupação em atuar dentro de uma determinada moral é um ponto característico muito peculiar da guerrilha *tupamara*, e que foi estruturante para a elaboração de todas as suas ações, fazendo com que alguns autores classifiquem o grupo como apresentando um nível inferior de violência, quando comparado com outras organizações de luta armada. Rey Tristán afirma que

“El MLN-T no fue una organización especialmente sanguinaria. Tuvieron muy presente la tradición uruguaya respecto a la violencia y a los ataques personales, especialmente contra la vida”¹⁰⁶.

De fato, os Tupamaros estavam inseridos na cultura institucional presente no Uruguai desde os primórdios do século XX, e essa cultura política pautada pelo liberalismo democrático e pelo apreço às instituições políticas incidiu decisivamente sobre o grupo, como é possível perceber, em seu projeto político que evocava a figura de José Artigas¹⁰⁷. A tradição institucional, fortemente enraizada naquele país, fez com que os sequestros – e mesmo outras ações de cunho violento - seguissem um padrão

¹⁰³SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. UNESP, 2000. p. 134.

¹⁰⁴Como será apresentado no capítulo 2, o sequestro do embaixador americano, em 1968, foi uma ideia que nasceu do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8, e realizado em conjunto com a ALN. Os depoimentos dos militantes que organizaram e executaram o sequestro mostram que a ideia nasceu principalmente pela facilidade apresentada, na ausência de muitos seguranças fazendo a proteção do embaixador.

¹⁰⁵ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 154

¹⁰⁶REY TRISTÁN, Eduardo. 2006 Opus cit. p.178

¹⁰⁷Além das questões abordadas anteriormente sobre a relação do nome *Tupamaros* com o exército de José Artigas no século XIX, também será discutido posteriormente a construção da imagem do MLN como sendo continuadores da luta de libertação nacional encampada por Artigas.

distinto, ainda que mantendo objetivos similares aos de outros movimentos guerrilheiros. A *justiça própria* dos Tupamaros, segundo seu discurso, se diferenciava da *justiça burguesa* – a justiça do Estado uruguaio - que oprimia as classes mais pobres. A partir dessa noção foi criado o *Cárcel del Pueblo*, instituição prisional do MLN-T que seguia essa lógica. Era nessa prisão que as figuras públicas sequestradas ficavam detidas.

1.4 Cárcel del Pueblo.

O *Cárcel Del Pueblo* foi muito importante para a ação do MLN-Tupamaros, possuindo elementos constitutivos da própria característica de violência controlada. Essa prisão clandestina foi criada em uma casa no Parque Rodó, bairro nobre de Montevideu. Para lá foram levadas 19 pessoas que eram identificadas pela organização como sendo inimigos do povo uruguaio¹⁰⁸.

A existência dessa prisão foi única entre os grupos de luta armada na América Latina, e sua instauração é reveladora da vontade do grupo de construir uma ideia de estavam “fazendo justiça” e promovendo “julgamentos justos”. Com a prisão, estavam se contrapondo às injustiças promovidas pelo governo uruguaio. Segundo Mariana Villaça, a criação do *Cárcel Del Pueblo* demonstra a visão dos Tupamaros de que os próprios

“se configuravam como um ‘duplo poder’ na sociedade uruguaia, uma vez que possuíam uma instituição onde o povo, por intermédio dos Tupamaros, podia ‘exercer sua própria justiça’, contrapondo-se à ‘justiça burguesa’”¹⁰⁹.

A utilização dessa ideia de justiça legítima serviu para que o MLN justificasse suas ações mais violentas. Segundo Rey Tristán, a partir de 1970 o grupo cometeu assassinatos de figuras que eram acusadas de serem torturadores. Dentre os casos mais emblemáticos se destacam o Comissário de Polícia Morán Charquero, acusado de utilizar tortura nas suas ações, e o famoso assassinato de Dan Mitrione, agente da CIA e que estaria no Uruguai em missão de treinar os agentes do Estado. Antes disso, em novembro de 1969, o grupo assassinou um agente das forças de segurança em represália

¹⁰⁸ Ver: <http://historico.elpais.com.uy/Suple/EntrevistasDeDicandia/05/07/16/> acesso em 17/10/2017

¹⁰⁹ VILLAÇA, Mariana. Permanências nas representações sobre a guerrilha no Uruguai: do documentário Tupamaros!(Jan Lindqvist, 1972) à teoria dos dois demônios. *Cultura histórica & patrimônio*, v. 3, n. 1, p. 67-82, 2015. pp. 73 – 74.

por este ter sido responsável por matar três militantes. Tais execuções planejadas ficaram conhecidas como justicamentos (*justiciamientos*).

Esses assassinatos aconteciam após a prisão no *Cárcel del Pueblo*. Ali, tais sujeitos passariam pelo julgamento “do povo” – que aconteceria mediante o trabalho dos Tupamaros em garantir julgamentos verdadeiros – e apenas após tais tribunais acontecia a execução desses sujeitos¹¹⁰. Outro ponto bastante interessante dessa experiência é o fato de que algumas pessoas que passaram pelo *Cárcel* acabaram tendo suas vidas poupadas, o que revela a intenção do grupo de mostrar para a sociedade que atuava com verdadeira justiça.

A existência do *Cárcel del Pueblo* demonstra a forte incidência dessa tradição institucional uruguaia na organização. A preocupação em criar uma espécie de instituição regulamentada por certas normas e aspectos morais é notório do quanto o grupo pretendia se respaldar em uma certa legalidade para realizar os atos de violência revolucionária. E o uso do termo *Pueblo* indica a forma pela qual os *Tupas* mobilizaram a moral em seu projeto político. A justiça do *povo* criava, assim, uma dualidade entre os inimigos – os burgueses e imperialistas, amparados pelo Estado – e o povo, que era representado e defendido pelo MLN.

Marina Cardozo afirma que a partir dessa dualidade forjou-se uma compreensão de violência diferenciada. Havia a violência exercida pelos militares e pelo Estado, que era irracional, e havia a violência revolucionária utilizada pelo grupo, que possuía uma racionalidade e finalidade definidas, voltadas para a revolução. A essa violência racional, Cardozo atribui o termo de violência humanizada¹¹¹. Ainda que essa visão seja condescendente com a violência empregada pelo grupo, ela revela uma característica própria. Diversas ações dos Tupamaros podem ser relacionadas a essa ideia de atuação dentro de uma determinada moral. Caso exemplar foi o sequestro de Ulysses Pereyra Reverbel, presidente da *Usinas y Teléfonos del Estado*, a UTE, sequestrado em agosto de 1968¹¹² e vítima da primeira ação desse tipo feita pelos *Tupas*. As *Actas Tupamaras*, conjuntos de descrições das reuniões da organização, mostram como havia,

¹¹⁰ A bibliografia revela que Dan Mitrione ficou preso antes de ser assassinado. O caso de Morán Charquero não é confirmado e o agente de segurança de Pando foi assassinado na própria cidade em que atuava. CF: REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. pp. 325 – 326.

¹¹¹ PRIETO, Marina Cardozo. Violentos y corteses. Acerca de la violencia en el MNL-Tupamaros, a partir de algunas categorías de Norbert Elias. Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales, nº 4, agosto de 2009. p. 7

¹¹² MARKARIAN, Vania. El 68 uruguayo: el movimiento estudiantil entre molotovs y música beat. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012. p. 96

internamente, uma preocupação em evitar abusos e, principalmente, em garantir a segurança e o bem-estar daquela vítima:

“Otra de las mayores preocupaciones era la “limpieza” de la ejecución, como lo ha sido en todas las acciones. Agotar al máximo todas las posibilidades de evitar riesgos de muertes, heridos y hasta de rasguños, y aún a los protagonistas enemigos, cuando resulta forzoso”¹¹³.

Inseridos na cultura política uruguaia de apreço às instituições e com a intenção de conquistar o respaldo social, o grupo organizou tais sequestros visando garantir que não se ferissem as vítimas, buscando uma violência mínima¹¹⁴. Esse foi um procedimento comum com todos os detidos no *Cárcel del Pueblo*. Havia também princípios morais que orientavam a escolha de quem seria alvo desses sequestros. Clara Aldrighi diz que:

“Los secuestrados debían ser elegidos entre los individuos más desprestigiados del sistema, ya sea por sus responsabilidades en la represión del movimiento popular o de la guerrilla, por su posición de poder en el Estado o la economía, o por su valor simbólico como representantes del imperialismo”¹¹⁵.

O sequestro de Reverbel segue exatamente essa lógica, pois o mesmo foi escolhido por ser dirigente da UTE, tendo imposto medidas severas contra os trabalhadores, além de ser proprietário do jornal de direita *Acción*, que estaria no centro da opressão econômica contra o povo. Era tão importante expressar e construir essa noção de que eles estavam seguindo uma justiça própria que esse sequestro foi anunciado através do *Comunicado a la opinión pública*, em que o grupo diz o seguinte:

“Como advertencia de que nada quedará impune y de que la justicia popular sabrá ejercer por los canales y de la forma que corresponda y convenga, es que hemos detenido al Sr. Pereyra Reverbel, digno representante de este régimen, estanciero, defensor de grandes contrabandistas de Artigas, asesino a mansalva de una persona sin haber pagado su crimen, perseguidor de los obreros de UTE y uno de los ideólogos de la actual política imperante”¹¹⁶.

¹¹³MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL (TUPAMAROS) – Redactor Fernando Rodríguez (Falsa Escuadra); Prólogo de Eleuterio Fernández Huidobro y Epílogo de Jorge Manera Lluveras - Actas tupamaras - Schapire Editor - Buenos Aires 1971

¹¹⁴ Tal característica ficou ainda mais exacerbada no documentário sueco dirigido por Jan Lindqvist, intitulado *Tupamaros!*, de 1972. No trecho em que foi filmada as instalações do *Cárcel del Pueblo*, houve uma preocupação em mostrar as boas condições do lugar e Pereira Reverbel deu declarações de que não havia sido maltratado de nenhuma forma. CF: VILLAÇA, Mariana. Permanências nas representações sobre a guerrilha no Uruguai: do documentário *Tupamaros!* (Jan Lindqvist, 1972) à teoria dos dois demônios. *Cultura histórica & patrimônio*, v. 3, n. 1, p. 67-82, 2015. pp. 67.

¹¹⁵ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Ediciones Trilce, 2001. p. 152

¹¹⁶Comunicado a la opinión pública. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

A lógica aplicada pelo grupo para legitimar as execuções foi a mesma dos sequestros. Eles se colocavam como os portadores da *justiça do povo*, e nesse sentido, tinham o direito de condenar certos sujeitos a morte. Mas é notável a preocupação do grupo em determinar claramente quais seriam os acusados que receberiam essa pena: apenas os agentes envolvidos em tortura. De certa forma, através dos sequestros e das prisões no *Cárcel del Pueblo*, os Tupamaros foram responsáveis por criar uma espécie de código de justiça em nome do projeto revolucionário, que trazia elementos específicos da cultura política uruguaia.

1.5. A tomada de pando: Inflexão no uso da violência.

O que pode ser caracterizado como a última fase da guerrilha *tupamara* se transformou numa espécie de guerra civil, para implementar o projeto revolucionário¹¹⁷. A guerrilha teria como método a desestruturação da sociedade, e a função da violência seria justamente assolar a organização daquele país no que diz respeito à burocracia política e às bases dos setores econômicos. Foi com esse viés que aconteceu a tomada de *Pando*, uma cidade do Departamento de Canelones, localizada a 32 km de Montevideu e que pertence à área metropolitana da capital uruguaia. Esse episódio ocorreu em outubro de 1969, data escolhida simbolicamente pelos *Tupas* por ser aniversário da morte de Ernesto “Che” Guevara, e contou com a participação de inúmeros militantes, que promoveram ataques generalizados à cidade, assaltando três bancos e dissolvendo completamente as forças policiais que atuavam na cidade¹¹⁸. Segundo depoimentos de alguns militantes, a tomada de Pando tinha como objetivo criar “situações subjetivas” para a revolução, sendo uma ação que visava ganhar repercussão internacional diante da sua grandiosidade em termos de ação militar¹¹⁹.

Até esse momento, o grupo procurava atuar de maneira clandestina, sem chamar atenção das forças de repressão para sua atuação, inclusive tendo evitado o conflito quando possível. Na tomada de *Pando*, contudo, o enfrentamento foi planejado e apesar

¹¹⁷ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 143

¹¹⁸ALDRIGHI, Clara. “El movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (1965- 1975). Estructura interna, fases de desarrollo y política de alianzas”. In: Historia oral e historia política. Izquierda y lucha armada en América Latina, 1960-1990. Pablo Pozzi y Claudio Pérez (editores). LOM ediciones, Santiago de Chile, 2012. p. 353.

¹¹⁹ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 143

de ter ocorrido assaltos a bancos, o objetivo era, na verdade, criar condições caóticas na cidade, desestruturando o aparato de segurança a fim de demonstrar a fragilidade da repressão perante a organização revolucionária. De fato, Aldrighi afirma que com a tomada de Pando “la lucha del MLN adquirió un carácter bélico”¹²⁰. Essa nova fase da guerrilha é anunciada no Documento 4 e lembrada no ano de 1971, quando o Documento 5 afirma que houve uma ruptura no processo iniciado em 1969:

“La tesis del Doc.4 que marcó el punto de partida de una nueva etapa era en lo general "jugar la carta de las masas" entendiendo por tal cosa el hecho de transformación en FOCO. En lo militar frente a la represión, actitud OFENSIVA”¹²¹.

Compreende-se aqui que os *Tupas* conceberam a nova fase estratégica como o momento de criar ações ofensivas e não mais apenas estruturar a organização. Essa etapa culminou no ataque realizado pelo grupo contra o esquadrão da morte, em 1972, que teve intensa repercussão na sociedade e foi utilizado pelo governo para legitimar o uso de tortura para reprimir a organização, como será visto no final do capítulo.

Mapeando genericamente os tipos de ações que o grupo realizou durante sua trajetória revolucionária, é preciso compreender a relação dessas formas de atuação com os componentes ideológicos que eram partilhados pelo movimento. É interessante perceber que as concepções teóricas e ideológicas se relacionam dialeticamente com as táticas guerrilheiras, como será abordado a partir de agora.

1.6 Concepções teóricas e estratégias de luta do MLN-Tupamaros entre sua formação e o início do *Pachecato*.

A meta central do projeto revolucionário do MLN-Tupamaros era o empreendimento da luta armada no meio urbano. Isso se expressa no primeiro documento que sistematizou o conjunto de debates que pautaram a constituição do grupo:

¹²⁰ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 143

¹²¹ Documento 5. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

“La lucha armada será, en el Uruguay, predominantemente urbana. La lucha en el medio rural cumplirá tareas auxiliares. Por lo tanto es necesario crear las bases para desarrollar la guerra en los dos terrenos”¹²².

Essa concepção se distingue frontalmente das propostas sistematizadas por Régis Debray sobre o método *foquista*. Para Debray, a guerrilha deveria se instalar nos meios rurais, onde haveria mais condições materiais para que ela obtivesse sucesso, além de contar com a população rural, vista por essa corrente revolucionária como sendo o principal agente que promoveria a revolução na América Latina. Hector Luís Saint-Pierre afirma que para o próprio “Che”, a guerrilha deveria ter como foco o meio rural, “pois forneceria o espaço necessário para a formação do exército revolucionário”¹²³.

A escolha do meio urbano como sendo o lugar para implantar a guerrilha foi resultado de uma análise das características do Uruguai, expressadas no Documento 1, que tem como subtítulo, *La Lucha Urbana*. É preciso salientar o quanto esse detalhamento e argumentação em prol do uso do meio urbano, presente no Documento 1, também pode ser entendido como uma forma de convencer a militância em favor dessa estratégia.

Para os *Tupas*, as características geográficas do país não deveriam impedir a guerrilha:

“No pretendemos discutir cuál debe ser el factor en la relación guerrilla rural-guerrilla urbana, en cada uno de los países americanos, lo que sí nos proponemos demostrar es que la lucha armada en el Uruguay es posible y que existen condiciones para profundizarla. Partimos de la base de que la lucha armada no podrá atarse en el Uruguay a concepciones estratégicas clásicas”¹²⁴.

Observa-se que há uma clara tentativa de garantir que o novo paradigma revolucionário da esquerda, que é a luta armada, encontre formas de ser aplicado em território uruguaio:

“Es posible encontrar refugio en la ciudad, y hasta verdaderas zonas de refugio en lugares de escasa vigilancia policial. La ciudad ofrece condiciones

¹²² Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹²³ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. UNESP, 2000. p. 200

¹²⁴ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

buenas para las comunicaciones y los enlaces, sirviéndose adecuadamente de los medios públicos a esos efectos”¹²⁵.

O destaque positivo da cidade como sendo um lugar que oferece boas zonas de refúgio e uma rede de comunicação eficaz foi um meio de argumentar para a própria militância quais seriam os fatores positivos de atuar no meio urbano. Na sequência, se inicia uma comparação entre a guerrilha rural e a urbana, com objetivo claro de defender a segunda:

“La ciudad ofrece una solución al problema logístico, menos compleja que en el campo. No son necesarias redes de abastecimiento; todas las vituallas están al alcance de la guerrilla. El combatiente no se trasplanta de una zona que le es hostil, sino que está habituado al medio y, en la gran mayoría de los casos puede abastecerse”¹²⁶.

Esses e outros documentos expressavam alguns elementos da disputa interna existente no grupo. Eles eram utilizados na formação política dos militantes que ingressavam na organização, e procuravam garantir que o MLN tivesse uma atuação mais unívoca.

É justamente desse ponto de vista estratégico que o grupo começa a atuar na sociedade uruguaia, promovendo diversas ações próprias da guerrilha urbana: as expropriações de armas, dinheiro e outros objetos que eram importantes para a estruturação da guerrilha. Desse modo, a guerrilha tupamara é uma guerrilha urbana, tanto na sua concepção estratégica, como também no modo pelo qual o grupo atuou¹²⁷.

De modo correlato, os Tupamaros também se propuseram a analisar as características do exército, para que a guerra revolucionária tivesse êxito. No mesmo documento 1, eles afirmam que:

“El aparato represivo es relativamente débil (con relación al resto de América Latina) ya que ejército, marina y aviación suman 12 mil hombres, de los cuales seis mil tienen asiento en Montevideo. Su organización es para la guerra clásica. El reclutamiento se efectúa entre desocupados rurales fundamentalmente. No existe servicio militar obligatorio, lo que significa que

¹²⁵Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹²⁶Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹²⁷Isso é um aspecto muito importante para a análise aqui realizada. Como será visto no capítulo 2 e debatido no último capítulo, a ALN, vista como expressão da guerrilha urbana na América Latina, jamais se conceituou como tal, ainda que tenha agido assim na prática.

no existen reservas movilizables. Depende para su aprovisionamiento en materia de armamento y aprovisionamiento, en forma total, del exterior”¹²⁸.

A visão expressa aqui é de um exército enfraquecido, que apesar de contar com um contingente pequeno, possuía debilidades que facilitariam a vitória do grupo.

Analisando o documento 1, também é possível perceber como eles não dissociavam a vertente política da militar.

“No existe, ni puede existir pues, ninguna diferencia esencial dentro de una misma organización entre los aspectos políticos y militares; en lo esencial es muy difícil establecer dónde termina lo estrictamente militar y dónde comienza lo estrictamente político. No se puede oponer ambas cosas, pues en la práctica están íntimamente relacionadas, pertenecen a un todo inseparable. En resumen: no se puede oponer lo político a lo militar. No se puede oponer línea política a estrategia militar. No se puede concebir un cuadro político que no sea a la vez un cuadro militar”¹²⁹.

Defender essa união entre o político e o militar significou a tentativa do grupo de refutar o militarismo, que como já foi visto anteriormente, era criticado pela organização. Para os Tupamaros, era essencial que a prática revolucionária estivesse presente na sua atuação, escapando do imobilismo característico dos partidos políticos e visto criticamente pelos grupos de luta armada como um todo. Entretanto, o MLN defendia essa relação entre o político e o militar como um processo dialético, em que um deveria estar interligado ao outro.

Todos esses aspectos discutidos até aqui revelam o modo pelo qual o MLN-Tupamaros estava estruturado nos primeiros anos de sua ação guerrilheira. O Documento 1, de 1967, é fundamental para compreender como a organização analisava a composição da sociedade uruguaia em seus primeiros anos de atuação, sobretudo, tentando vislumbrar os possíveis setores mais receptivos a seu projeto. Mas para manter a segurança interna utilizou-se a clandestinidade, fazendo com que nos dois primeiros anos de ação do grupo, eles tivessem a preocupação corrente de agir sem deixar que as forças do Estado soubessem de suas intenções.

¹²⁸Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹²⁹Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Esse período se encerrou em dezembro de 1966, quando a polícia de Montevideu entrou em confronto com o grupo, deixando dois militantes Tupamaros mortos e tomando conhecimento da existência da organização. A partir dessa data, se verifica duas mudanças na estratégia do movimento. A primeira é a entrada cada vez maior de novos membros, crescimento esse que não havia acontecido até então. A explicação mais plausível para esse crescimento foi o fato de que até ali a atuação era praticamente toda feita na clandestinidade. A partir do momento em que a polícia tomou conhecimento das ações do grupo, outros setores da sociedade também o fizeram.¹³⁰ A segunda foi a discussão sobre a segurança da organização, fator preponderante para a sua sobrevivência. A discussão sobre segurança chegou ao seu ápice no ano de 1968, como será visto posteriormente.

Para Aldrichi, até esse momento a estratégia da organização uruguaia era seguir reduzida no número de militantes, justamente para conseguir evitar a repressão policial e construir as bases para lançar a guerrilha. Com a morte desses militantes e a repercussão que esse caso teve na imprensa uruguaia, o grupo deixou de ser desconhecido. Tem início, então, o segundo estágio do MLN-Tupamaros, em que o foco seria construir bases para garantir o sucesso do movimento face à repressão policial do país. Para garantir esse processo, se constituiu a chamada *propaganda armada* como meio de obter o respaldo da população.

1.7 A estratégia da Propaganda Armada.

A ação do MLN – Tupamaros possuiu um *modus operandi* bem específico com relação a sua organização estratégica de propaganda. De acordo com Rey Tristán, eles forjaram sua divulgação através de concepções anarquistas, elaborando aquilo que ficou conhecido como *propaganda através da ação*¹³¹. Justamente por isso os principais alvos dessas ações eram empresas denunciadas em casos de corrupção. Diversos autores afirmam que essas ações foram bem recebidas pela população uruguaia, principalmente nos primeiros anos de sua ação guerrilheira¹³². Nesse sentido, independentemente da

¹³⁰ Rey Tristán mostra como o Tupamaros organizou organismos de entrada nos movimentos sociais e políticos que atuavam na sociedade uruguaia, visando trazer novos membros para a organização. REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. pp. 149 - 150

¹³¹ Ibidem. pp. 174 e 175.

¹³² PRIETO, Marina Cardozo. Violentos y corteses. Acerca de la violencia en el MNL-Tupamaros, a partir de algunas categorías de Norbert Elias. In: Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales, n° 4, agosto de 2009. pp. 5 - 6

estratégia ter logrado êxito, a propaganda através dessas ações possuía grande importância na composição da ideologia dos Tupamaros.

Segundo a cientista política Ana Laura de Giorgi, essa estratégia logrou bastante êxito no primeiro momento, principalmente com a chegada ao poder de Pacheco Areco, fazendo com que o próprio presidente se preocupasse em proibir a divulgação pela imprensa de qualquer referência sobre grupos tidos como terroristas¹³³. É preciso ressaltar que esse tipo de propaganda se utilizava de comunicados e panfletos distribuídos para a população e a opinião pública em geral, mas eram disseminados em ações que buscavam expropriar alimentos de corporações alimentícias para distribuir entre as camadas pobres da sociedade uruguaia, como já demonstramos.

Junto dessas ações, eram divulgados comunicados como o seguinte panfleto, datado dos tempos do *Coordinador*:

“Los revolucionarios están presentes en la Navidad de los pobres. Y los exhortan a formar comités en las barriadas para la resistencia contra la desocupación y la carestía”¹³⁴.

Somada a tais ações assistencialistas de distribuição de alimentos, também tiveram vez nessa primeira etapa da guerrilha diversos momentos em que o grupo buscava denunciar empresas do capital estrangeiro e agentes da burocracia estatal do país que estivessem envolvidos com atividades ilícitas. O caso mais emblemático foi a denúncia das irregularidades na Financeira *Monty*, em que o grupo procurou mostrar como aquele sistema político e econômico estava viciado, e que justamente por conta desse modelo sistêmico, seria necessária a criação de uma nova via, representada pelo projeto apresentado e defendido pelos *Tupas*.

Em 14 de fevereiro de 1969, os Tupamaros assaltaram a financeira *Monty* e expropriaram uma quantia enorme de dinheiro – aproximadamente seis milhões de pesos uruguaios. O primeiro ponto a ser destacado sobre esse assalto é o fato de que a polícia não denunciou o roubo em nenhum meio de comunicação e cuidou para encobrir o caso¹³⁵. Entretanto, os próprios *Tupas* divulgaram um comunicado em diversos meios de comunicação para toda a opinião pública, em que assumiam a responsabilidade pelo roubo do dinheiro, informando também a obtenção dos livros de contabilidade da

¹³³DE GIORGI, Ana Laura. Las tribus de la izquierda en los 60: bolches, latas y tupas; comunistas, socialistas y Tupamaros desde la cultura política. Fin de Siglo Editorial, 2011. pp 42.

¹³⁴Panfleto del comando Artigas. Diciembre/1963.

¹³⁵SASSO, Rolando W. 8 de octubre de 1969. La toma de Pando. La revolución joven. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. 2005

empresa. Utilizando as informações que constavam nos livros de contabilidade, os Tupamaros prepararam um comunicado que divulgava diversas irregularidades nas transações daquela financeira, desde especulação financeira e envio de dinheiro para fora do país de modo ilegal, chegando até mesmo a denunciar membros do governo de Pacheco Areco, que estavam envolvidos na formação de cartel. O comunicado possui quatro páginas, sendo que na primeira há uma descrição bastante sucinta da ação da expropriação. O grupo relata a quantidade de dinheiro obtida com o roubo – explicitando inclusive que há somas em moeda nacional, cruzeiros brasileiros, dólares e pesos argentinos. Porém, eles se preocuparam em evidenciar a obtenção de seis livros de contabilidade, que estavam sendo analisados pelos “técnicos da organização.”

O resultado da análise feita por parte desses “técnicos” era assim revelado:

“Esa oficina es un Organismo paralelo del Banco de Crédito, que realiza clandestinamente la labor de centralizar el trabajo de - entre otras - las ‘empresas fantasmas’ siguientes: Luchema, S.A; Realthur, S.A. de San Pablo; Moate; Mautner; Mullinger; Majestad, S.A; Trieste, S.A; Baymont, S.A; Gestor, S.A; Munster, S.A; Cía. Gral. Inmobiliaria; Montysur de Buenos Aires; Safemar (Panamá); Cipsa (Panamá); Altamira, S.A; Cambiaria SAFT; Almería; Nicofisa; Garramen; Banco América Latina; etc. Todas ellas pantallas de la especulación con moneda extranjera y fuga de capitales hacia el exterior”¹³⁶.

Aqui já se destaca o fato de que o grupo procurou construir a ideia de que essa financeira estava diretamente relacionada com o capital estrangeiro, visto decisivamente como o grande inimigo da sociedade uruguaia. Esse aspecto é fundamental na construção da narrativa simbólica elaborada pelo grupo na constituição do seu projeto revolucionário.

Após a apresentação da denúncia, o comunicado os culpados desse processo nos três seguintes tópicos:

“Ésta es una de las vías por la que se desangra al país y se enriquece a un puñado de especuladores, mientras el pueblo soporta el peso de la crisis que con estas y otras actividades ellos mismos han provocado.
El pueblo, la "justicia" y el parlamento, el gobierno, sabe todo esto. Y ha quedado impune (caso del Banco Transatlántico, Banco Italiano, Banco Regional, infidencia en la última devaluación, etc).
contra esto no hay ni habrá medidas de seguridad, ni represión, ni cárcel. En esto están quienes gobiernan”¹³⁷.

¹³⁶ MONTY I e II. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹³⁷Ibidem.

O primeiro ponto evidenciava uma relação entre a crise financeira vivenciada pelo país e essas supostas atividades ilícitas de pessoas ligadas ao capital estrangeiro. O segundo ponto denunciava a participação de membros do governo em esquemas ilegais. E por fim, o grupo criticava as medidas de segurança adotadas desde o início do governo de Pacheco Areco.

As questões apresentadas pelo documento compõem uma narrativa própria construída pelo grupo, na qual o capital financeiro internacional se aliou com forças do governo uruguaio para enriquecer de maneira ilícita, e como consequência dessa articulação, a população do país se empobrecia cada vez mais. Inserida nessa narrativa, há o papel exercido pelos Tupamaros, que era de atuar em prol das classes subalternas e contra esse sistema econômico que prejudicava tais camadas. E o próprio grupo, encarregado de atuar contra esse sistema acabou sendo vítima das medidas de repressão instauradas pelo próprio governo.

O encerramento do comunicado é bastante taxativo: “¡El despojo y la corrupción no quedarán impunes! ¡Viva la lucha de los trabajadores y el pueblo contra la oligarquía y el imperialismo!”¹³⁸ Com esse trecho final, o grupo cria de maneira direta a construção da oposição entre o *povo* uruguaio com relação a *oligarquia* e o *imperialismo*. E a intenção do grupo é justamente atuar como representante desse *povo*, fazendo a luta por eles. Portanto, para os Tupamaros, utilizar a *propaganda armada* era fundamental para cumprir o objetivo fundamental vislumbrado pelo grupo, de conquistar respaldo popular e fazer com que sua luta fosse a própria luta do povo.

Ao analisar essa faceta da guerrilha *tupamara*, Francisco Panizza afirma que:

“Las acciones de los Tupamaros persiguen una doble articulación simbólica para la producción de los niveles de sentido diferentes: las denuncias de corrupción que constituyen el significado a nivel superficial o inmediato se transforman en signifiante es la lucha de los Tupamaros contra un régimen político opresivo y un orden social injusto”¹³⁹.

Inserido nesse quadro de construção da narrativa simbólica do grupo, constava também a escolha cuidadosa dos lugares que seriam alvos de ação de expropriação. Por diversas vezes, o grupo escolheu assaltar lugares identificados como sendo de

¹³⁸Ibidem

¹³⁹PANIZZA, Francisco. Los códigos y símbolos de la épica tupamara. Cuadernos del CLAEH, n. 36, 1986. Apud cit: REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. 175

divertimento para as classes altas uruguaias. Foi assim que se realizou o assalto a uma casa noturna de Montevideu chamada *Zum Zum*, que era frequentada por essa elite. Além disso, também escolhiam como alvo instituições econômicas cujos proprietários eram ligados ao capital estrangeiro, principalmente dos EUA, com a premissa de atacar o *imperialismo norte-americano*. Essa narrativa simbólica que o grupo buscou construir tinha ainda um outro elemento, que era o repúdio a ações violentas que não tivessem significados políticos. Segundo o historiador Rey Tristán, essa preocupação com a violência demasiada se manifestava:

“En el trato que se daba tanto a civiles como a policías cuando se veían implicados. Se rehuían el enfrentamiento con las fuerzas policiales o militares en la medida de lo posible y, llegado el caso y si la seguridad lo permitía, se atendía a los heridos. En situaciones de muertes por enfrentamientos emitían cartas a la opinión pública o las mismas fuerzas de seguridad explicando los hechos y responsabilizándose de lo que fuese necesario (...). Esto les granjeó una fama de sinceridad que hacía que sus cartas fuesen bien aceptadas por la opinión pública en la guerra mediática que mantenían con el gobierno”¹⁴⁰.

Os Tupamaros entendiam que ao respeitarem princípios humanitários, haveria um impacto maior nas ações e nos pensamentos tornados públicos pelo grupo, criando respeito perante à população.

Sobre essas ações, a Cientista Política Ana Laura de Giorgi afirma que “son claro ejemplo de una épica que buscaban construir en aras de conseguir el apoyo popular y ser identificados como una propuesta novedosa de la izquierda uruguaya”¹⁴¹. Tais características, somadas as outras ações militares que impactaram o cotidiano de Montevideu e de outras cidades, contribuíram para que o grupo fosse retratado como sendo “grandioso” e tendo realizado “ações espetaculares”. A mais emblemática delas foi a mensagem transmitida através da ocupação da Rádio Sarandí, em 15 de maio de 1968, durante a Final do Torneio de Futebol *Libertadores da América*, que era disputada pelos clubes Nacional do Uruguai e Independiente da Argentina¹⁴².

Ao fazermos um balanço da propaganda armada, nos chama atenção o grupo utilizar outras ferramentas que não apenas a emissão de panfletos, como o caso da

¹⁴⁰REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 175

¹⁴¹Ibidem. p. 42

¹⁴²O conteúdo do comunicado não foi encontrado em documento escrito. Há apenas alguns trechos do mesmo em forma de áudio, mas diante da qualidade prejudicada do mesmo, não foi possível realizar a análise do seu conteúdo.

distribuição de alimentos à população e a denúncia documentada de casos de corrupção. Ao utilizar tais artimanhas, os Tupamaros não estavam direcionando seu projeto político para um determinado setor da sociedade em específico. Excetuando-se as elites econômicas do país, todos os demais grupos sociais poderiam ser atingidos por essa *propaganda armada*. Portanto, aqui se observa uma característica da ideologia *tupamara*, que é um olhar bastante abrangente de quais setores sociais deveriam ser alcançados para a preparação da revolução.¹⁴³

Mas, ainda que os setores sociais vislumbrados pela organização fossem amplos, houve estratégias específicas voltadas para os estudantes e para os operários. Parece que de algum modo esses sujeitos tiveram destaque no projeto tupamaro, como será debatido agora.

1.8 O lugar dos operários e dos estudantes

Durante a etapa em que os Tupamaros buscavam estruturar sua organização aconteceu um momento de crescimento bastante intenso de militantes. E não havia nenhuma barreira que impedia militantes de outras organizações de se filiarem ao grupo guerrilheiro. Ao contrário, os *Tupas* identificavam em todas as organizações de esquerda a existência de “quadros revolucionários” que poderiam atuar na organização¹⁴⁴.

As camadas operárias eram vislumbradas para a composição dos militantes Tupamaros, como expressou o *Documento 1*: “Es necesario fortificar los sindicatos, radicalizar sus luchas y conectarlas con el movimiento revolucionario”¹⁴⁵. Aqui se nota que os sindicatos são vistos de maneira positiva, chamando a atenção para a necessidade de torná-los mais fortes e de radicalizar sua luta.

Nesse sentido, percebemos como a Convención Nacional de Trabajadores é vista positivamente pela organização. Em outro trecho, o mesmo documento diz que

¹⁴³ Esse tipo de propaganda teria sido influência do pensamento anarquista presente na organização. CF: DE GIORGI, Ana Laura. *Las tribus de la izquierda en los 60: bolches, latas y tupas; comunistas, socialistas y Tupamaros desde la cultura política*. Montevideo: Fin de Siglo Editorial, 2011. pp. 41 e 42.

¹⁴⁴ REY TRISTÁN, Eduardo. *Opus cit.* p. 133

¹⁴⁵ Documento 1. 1967. *Textos de Documentos*. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

“Por ahora, el movimiento sindical es la principal forma de organización de las masas uruguayas. La CNT es el más alto grado de organización lograda por el movimiento obrero, en su historia”¹⁴⁶.

A ideia era utilizar as organizações já estabelecidas e com alto nível de articulação para que se fizesse uso do seu capital político. Contudo, na visão dos *Tupas*, era necessário radicalizar a luta em tais setores. Para isso, os militantes deveriam se conscientizar que a violência seria fundamental para a transformação social. Nesse sentido, a principal forma de estruturar essa radicalização seria através da CNT, o que revela que nesse momento, os trabalhadores são vistos como o setor chave de atuação – principalmente os industriais, bancários e do funcionalismo público, que compunham majoritariamente esse órgão sindical.

Isso se modifica substancialmente no *Documento 3* elaborado em maio de 1968. Nesse documento fica bastante claro que o ponto de vista do movimento era inserir o fator da violência para radicalizar as organizações, criando a tensão que faria com que a revolução acontecesse:

“Doscientos cañeros actuando como foco de repudio activo a la embajada de los EE.UU. obligó a una manifestación de miles de trabajadores el 1 de Mayo a enfrentarse a la policía cuando los planes de los, parecer, omnipotentes dirigentes de la CNT eran muy otros. Incluso obligaron a estos dirigentes a refrenar al otro día todo, lo que trastoco sus planes hasta decretar un paro general para la jornada siguiente. Es a esto a lo que llamábamos " furgón de cola " para no perder definitivamente el tren”¹⁴⁷.

O documento apresenta uma ação radicalizada de trabalhadores da cana-de-açúcar que teria desencadeado um enfrentamento entre as pessoas que se manifestavam durante o dia do trabalhador daquele ano e a violência foi vista como fundamental para a manifestação ter resultado em uma greve geral, posteriormente deflagrada pelas organizações sindicais. Mas os dirigentes da CNT são fortemente criticados nessa passagem.

¹⁴⁶ Documento II. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁴⁷ Documento III. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Esse documento aborda de maneira extremamente positiva as ações decorrentes das manifestações estudantis nos eventos conhecidos como *Maio de 68 francês*¹⁴⁸. Chama a atenção o fato de que os estudantes passam a ser vistos como o setor responsável por trazer a radicalização necessária para que a revolução acontecesse. Essa mudança pode ser percebida por dois aspectos. Por um lado, as ações radicalizadas da juventude francesa são vistas, no campo simbólico, como a expressão de que aquele setor estudantil poderia se colocar como agente da revolução. Mas isso também pode ter relação com a própria juventude uruguaia se inserindo nas fileiras de militantes do movimento, como demonstra Rey Tristán¹⁴⁹. Nesse sentido, mesmo que o movimento direcione as críticas apenas para os dirigentes do movimento sindical, é notório que os estudantes são alçados a uma condição mais importante como sujeitos atuantes no processo revolucionário, sobretudo pela radicalização nas suas formas de luta.

O ano de 1968, como um todo, foi extremamente importante para que a juventude se colocasse como grupo político perante a sociedade. O episódio do maio de 1968 francês, com os estudantes saindo às ruas para protestar contra as formas arcaicas dos padrões culturais estabelecidos, é apenas o epicentro de uma transformação muito maior, que tem como cerne as transformações pelas quais a juventude passou nas décadas de 1950 e 1960, se tornando um agente social importante¹⁵⁰. E isso pode ser verificado no caso da juventude uruguaia que criou nessa década um protagonismo na cena social e política.

Como mostra Vania Markarian, a vida política da juventude já vinha se delineando desde pelo menos a década de 1950, inclusive no nível dos estudantes secundaristas. Os dois grupos de estudantes – os secundaristas e os universitários – estavam articulados em torno de órgãos políticos próprios, a CESU, *Coordinadora de Estudiantes de Secundaria del Uruguay*, no caso dos estudantes secundaristas, e a FEUU, a *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay*, que conglomerava os estudantes de nível superior. A autora afirma que no contexto histórico da revolução cubana, esses núcleos estudantis foram responsáveis por fomentar diversos debates

¹⁴⁸ As manifestações que aconteceram em Paris durante o mês de Maio de 1968 foram interpretadas por diversos autores como um momento de ruptura no pensamento político, principalmente marcando a entrada de novos atores em cena, principalmente a juventude. CF: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Ed.). *Rebeldes e contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁴⁹ Segundo o historiador, em 1968 aconteceu uma entrada em massa de estudantes na organização. REY TRISTÁN, Eduardo. *Opus cit.* p. 147

¹⁵⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 317

acerca desse processo histórico, tema esse que foi muito debatido naquela sociedade. Markarian também afirma que existiam outros grupos menores, responsáveis por garantir certa representatividade por parte dos estudantes:

“En la mayoría de los casos, había organizaciones gremiales, como la Asociación de Estudiantes de Preparatorios o la Agrupación de Estudiantes del Zorrilla, que buscaban representar los intereses e inquietudes del conjunto del alumnado e áreas tan diferentes como deportes, cultura y relaciones con las autoridades educativas (...)”¹⁵¹.

Durante toda a década de 1960 a crise econômica teve reflexo entre os estudantes com o aumento das mensalidades das universidades, no ano de 1968. As organizações estudantis foram utilizadas para questionar o aumento de tais preços, sem que, contudo, houvesse resultado esperado. Mas dentro desses órgãos nasceu a radicalização e o uso da violência como necessárias para questionar a ordem estabelecida.

Durante todo o ano de 1968, aconteceram diversas mobilizações extremamente importantes, que se assemelharam com aquelas vistas no Brasil e no México. Elas ocorreram sobretudo em Montevideu, articuladas entre CESU, FEUU e pelo organismo político dos trabalhadores, a CNT. Nessas manifestações a escalada da violência foi constante, principalmente a partir da repressão cada vez mais forte por parte das forças do governo uruguaio, que desde 1967 atuavam a partir das *Medidas Prontas de Seguridad*, que garantiam liberdade para o uso da violência nas repressões aos movimentos políticos.

Foi nesse contexto que aconteceu a incorporação massiva de diversos estudantes nas fileiras do MLN-Tupamaros. Essa entrada pode ser compreendida por dois aspectos. Sem dúvida alguma, o contexto de insatisfação da juventude perante as estruturas arcaicas das gerações anteriores fazia com que as arenas políticas tradicionais – como os partidos políticos – não fossem mais vistos como úteis para a atuação política. Nesse sentido, há uma aproximação ideológica bastante clara com as propostas da *nova esquerda*, representada pelos *Tupas*. Por outra parte, os confrontos violentos e a radicalidade estudantil foram fortemente valorizadas pela militância, fazendo com que se projetasse àqueles sujeitos como potenciais revolucionários. Criou-se inclusive canais de contato para inserir estudantes nas fileiras tupamaras.

¹⁵¹MARKARIAN, Vania. El 68 uruguayo: el movimiento estudiantil entre molotovs y música beat. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012. p. 67

O mesmo não se verificou com relação a CNT, que evitou a radicalização das ações e dos discursos. Por isso que seus dirigentes são criticados e os operários perdem espaço no projeto político do grupo.

Desse modo, é possível concluir que o que mobilizou a escolha dos sujeitos revolucionários não foi a atuação em setores estratégicos ou a composição de classe, mas sim a disposição, dos mesmos, pela radicalização da luta.

Mas esse modelo não foi unívoco e se transformou paulatinamente de acordo com o endurecimento político durante o início do *Pachecato*. Essas transformações serão apresentadas a partir de agora.

1.9 Transformações dos Tupamaros face à a escalada autoritária do Uruguai.

Com a escalada autoritária no Uruguai, os Tupamaros passaram a se estruturar de forma bastante distinta. Foi nesse momento que a organização retomou a ideia de autonomia tática, que já estava presente nos momentos de fundação do grupo, mas que se verificou ainda mais necessária nessa fase.

Essas mudanças estão diretamente relacionadas com certos desdobramentos de fatores internos e externos, mas todos eles ligados ao processo de escalada do autoritarismo.

O presidente Oscar Gestido morreu em dezembro de 1967 deixando o poder para Jorge Pacheco Areco, então vice-presidente do país. Após sua posse, Areco empreendeu uma série de mudanças institucionais, colocando em prática, já nos primeiros dias de governo, uma agenda extremamente autoritária. Tais medidas estão inseridas dentro de um contexto de crise econômica bastante severa naquele país, na segunda parte da década de 1960, resultando em grande agitação social e política. Ainda sob o governo Gestido já se notava tentativas de conter essa agitação popular, principalmente com a implantação das *Medidas Prontas de Seguridad*, as MPS aprovadas em outubro de 1967 e que permitiram a aprovação de mudanças políticas profundas sem passar pelo legislativo¹⁵².

¹⁵² KIERSZENBAUM, Leandro. “Estado peligroso” y Medidas Prontas de Seguridad: Violencia estatal bajo democracia (1945-1968) contemporanea Historia y problemas del siglo XX | Año 3, Volumen 3, 2012.

Esse expediente legal foi implementado na Constituição de 1967, que dava ao executivo o poder de “Tomar medidas prontas de seguridad en los casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior”¹⁵³. Enrique Serra Padrós afirma que apesar de já ser utilizada durante o governo de Oscar Gestido, seu uso foi disseminado durante o governo de Pacheco Areco, se tornando a “expressão da autonomização do Poder Executivo diante dos demais poderes e da Sociedade Civil”¹⁵⁴. Para ele, “uso rotineiro das MPS confluíram na voragem de acontecimentos que aceleraram a deterioração das instituições políticas e da própria democracia”¹⁵⁵.

Ainda segundo o historiador, com as *Medidas Prontas de Seguridad*

“O governo passou a ignorar essa normativa ao invadir inúmeros locais públicos e particulares, deter centenas de pessoas e mantê-las incomunicáveis durante dias. Na prática, a manutenção das MPS implicou em diversas irregularidades como a suspensão das garantias individuais e do direito do Hábeas Corpus, o desrespeito da inviolabilidade de domicílio, do processo legal além da detenção arbitrária”¹⁵⁶.

Isso fez com que o país tivesse uma “inflexão autoritária bem concreta”¹⁵⁷. As MPS se tornaram, durante o governo de Areco, imprescindíveis para a construção de uma política econômica fortemente prejudicial às classes trabalhadoras, em que o congelamento dos salários, decretado em 28 de junho de 1968, se colocava como uma peça chave. Em 28 de junho de 1968, foi declarado o congelamento dos salários e dos preços em todo o país, impedindo, assim, o aumento salarial que era esperado para o dia 1º de julho¹⁵⁸.

Areco também intensificou a repressão às organizações de esquerda. Em decreto promulgado em 12 de dezembro de 1967, ele ordenou a dissolução do *Partido Socialista*, da *Federación Arnaquista Uruguay* e do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, além de fechar os periódicos *Época* e *El Sol*, que eram ligados à esquerda.¹⁵⁹

¹⁵³REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – CONSTITUCIÓN. MONTEVIDÉU. BARREIRO Y RAMOS, 1977.

¹⁵⁴PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. pp. 274 e 275

¹⁵⁵Ibidem. p. 275.

¹⁵⁶Ibidem, pp. 275 e 276

¹⁵⁷PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005, p. 271

¹⁵⁸O congelamento impediu um aumento salarial que havia sido previsto para 1º de julho de 1968. CF: FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. pp. 185 - 186

¹⁵⁹PANIZZA, Francisco. Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1990.

Nesse contexto, os Tupamaros descentralizaram suas estruturas para garantir sua segurança interna. Essa descentralização apareceu no documento denominado *Reglamento*, de 1969, que foi feito para definir as condutas dos militantes do grupo¹⁶⁰. No 7º artigo do mesmo documento definia-se a organização por meio das *células*, que seria constituída por no mínimo dois e no máximo sete militantes. Era o organismo base do grupo e possuía autonomia para a atuação. Essa estruturação dos Tupamaros mediante a composição de diversas células se baseava no princípio do centralismo estratégico com autonomia tática, como definiu Rey Tristán, e essa disposição tinha como objetivo garantir que mesmo com a prisão ou morte de algum militante, o grupo não se desestruturasse totalmente¹⁶¹.

Como órgão superior dessas células existia um *Comité Ejecutivo* (CE), que atuava na organização do movimento. A constituição do CE era mantida em segredo por seus membros, e só poderia se modificar mediante a decisão consensual de todos os membros ou por meio da *Convención Nacional*. O *Comité Ejecutivo* tinha vasto poder e se concretizou, de fato, como a principal liderança dos Tupamaros. Por fim, havia a autoridade máxima da organização, que era a *Convención Nacional* (CN), instância que deveria reunir membros de todos os organismos dos Tupas. Nesse sentido, o MLN-Tupamaros se constituiu de um órgão colegiado, que era o *Comité Ejecutivo*, e abaixo dele, células supostamente autônomas, que realizavam as tarefas revolucionárias. Como instância de deliberação, seria utilizada a *Convención Nacional*. Conforme analisa Rey Tristán, apesar de se constituir na forma de um organismo que buscou manter certa democracia interna, os órgãos de decisão do grupo eram extremamente hierarquizados.¹⁶²

Outro ponto interessante na estruturação do MLN-Tupamaros era a existência de uma instância que ficou conhecida como *células periféricas*. Esses núcleos reuniam militantes que não eram integrantes orgânicos do grupo, mas desenvolviam tarefas de apoio, principalmente em ações de financiamento ou propaganda da organização. Essa constituição se diferenciava das *células* propriamente ditas, porque estas eram responsáveis pelas próprias ações de guerrilha urbana, além de terem participação nos fóruns decisórios da organização, ao passo que as *células periféricas* não tomavam parte

¹⁶⁰ Reglamento. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁶¹ REY TRISTÁN, Eduardo. 2006 Opus cit. pp. 136 - 137

¹⁶² Idem.

em ações com armas de fogo, nem tinham mecanismos para atuar de maneira deliberativa como membros colegiados dos *Tupas*¹⁶³.

Em resumo, os Tupamaros se constituíram em um *Comité Ejecutivo*, nas *Células* e nas *Células Periféricas*, possuindo como órgão deliberativo a *Convención Nacional*, que era constituída pelo próprio CE e por membros indicados de cada célula. Toda essa estrutura respondia à necessidade de manter a descentralização que teria como fim garantir a segurança da organização.

Essa autonomia não se constituiu, na prática, em pequenas organizações mediadas por um mesmo princípio político. As células deveriam ter ligação orgânica com o CE:

“Art. 8.- Cada célula debe tener un responsable, y para el caso de su ausencia un segundo responsable, ambos nombrados por el C.E. La célula podrá solicitar la remoción de los mismos, fundada en su conducta o errores en la forma de conducción.

Art. 9.- Para resolver actividades, recibir informes, resolver iniciativas, críticas, etc., el responsable deberá reunirse con la célula que en esos casos funcionará como organismo colegiado, para cumplir con las actividades resueltas por el C.E. o la célula;”¹⁶⁴

Como se pode observar nos dois artigos, há uma preocupação de que em cada célula esteja presente um militante previamente aprovado pelo Conselho Executivo, que era o órgão superior da organização. Além disso, esse representante formaria um colegiado com os demais líderes das células, junto do próprio CE, com o intuito de repassar as atividades. Nesse sentido, essa autonomia que cada célula possuía não significou necessariamente a inexistência de uma hierarquia dentro da organização, muito menos que o Conselho Executivo, o órgão máximo dos Tupamaros, desconhecesse totalmente as ações feitas por cada célula e que não tivessem controle ou influência sobre a organização.

Essa estrutura tinha como objetivo manter a segurança do grupo, tema central no momento em que ocorre o endurecimento do regime político. Tanto que em 1968 a organização elaborou um documento para sua militância intitulado *Seguridad*, com o intuito de garantir a sobrevivência da organização. *Seguridad* é um documento

¹⁶³Ibidem. pp. 137

¹⁶⁴Reglamento. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

consideravelmente grande, de seis páginas. Nele são abordados os problemas políticos da falta de segurança. Além disso, no mesmo ano, se publica novamente o *Documento I*, agora com uma parte inicial que informa quais procedimentos deveriam ser tomados para que aquele documento não fosse encontrado pelas forças de repressão.

No documento *Seguridad* é reiterado que para sobreviver aos problemas relacionados à segurança, seria imprescindível que o movimento estivesse intrinsecamente ligado ao povo,

“Debe pues quedar claro que si bien los criterios de seguridad son importantes en la preservación de una organización revolucionaria, la única garantía de continuidad de ésta es el de estar inmersa en su propio pueblo”.

Para o pensamento *tupamaro*, a única forma de sobreviver às ações da repressão seria por meio dessa imersão na população, pois assim a derrota do movimento significaria a derrota do próprio povo, como diz expressamente o *documento 4*.

“Si no contamos con el pueblo deberemos enfrentar los aparatos represivos solos, mano a mano, como ellos. Ese pleito lo perdemos. Si contamos con el pueblo entonces ellos no tendrán que derrotar al MLN: tendrán que derrotar al pueblo.”¹⁶⁵

Mas para garantir a segurança do movimento, também há a necessidade de modificar a própria estrutura, sempre que necessário. Para isso, é retomada uma ideia que estava na própria formulação do grupo, expressada no artigo 19 do *Reglamento de La organización*:

“Art. 19.- La Organización debe estar preparada para aplicar, cuando sea necesario, el principio del centralismo democrático, con autonomía táctica, para lo cual cada sector y cada organismo debe tener posibilidades de operar autónomamente”¹⁶⁶.

Essa ideia de autonomia tática foi concebida para que a organização não ficasse refém das próprias estruturas partidárias, fortemente combatidas pelo grupo; mas ela ganha novos contornos a partir da escalada autoritária, como é possível perceber

¹⁶⁵ Documento N° 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁶⁶ Reglamento. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

analisando o *Documento 4*, elaborado em janeiro de 1969, e que expressa claramente a importância dessa mudança organizativa:

“La descentralización que se busca actualmente se basa en el principio de centralismo estratégico con autonomía táctica planteado en el Art. 19 de nuestro Reglamento. Como estamos haciendo una nueva experiencia debemos avanzar con cuidado a los efectos de ir aprendiendo todos a funcionar de acuerdo a la nueva situación; ya hemos visto cómo algunas de las causas directas de los golpes recibidos provienen justamente de esta medida. La descentralización es fundamentalmente administrativa, de ningún modo puede serlo política, pues de otra forma estaríamos creando varias organizaciones. Para comprender bien esto, no debemos perder de vista que el objetivo que buscamos con la descentralización es puramente técnico, está vinculado a la seguridad interna, a garantizar la supervivencia del MLN, a facilitar su acción, su funcionamiento.”¹⁶⁷

Como se pode notar, houve a preocupação que essa nova estrutura não fragmentasse o grupo, diluindo suas concepções políticas. Assim, defendeu-se que o projeto revolucionário não se perdesse, mantendo o foco, que era a revolução social, mas que se conseguisse criar condições para que as atuações fossem autônomas.

Os militantes Tupamaros afirmam ainda que:

“Ya se ha recogido alguna experiencia, puesto que se está llevando a la práctica desde abril de 1968. Conviene hacer hoy algunas puntualizaciones: el objetivo que buscamos con las medidas de descentralización es que la Organización no dependa vitalmente de una cabeza que pueda ser fácilmente ubicable y golpeable para el enemigo.”¹⁶⁸

A principal transformação estrutural verificada foi a organização através das chamadas *columnas*, que serviram para aumentar a segurança e impedir que toda a organização fosse destruída caso alguma célula fosse capturada e desmanchada¹⁶⁹. Ainda no ano de 1968, foram criadas as duas primeiras colunas, que tinham como objetivo basicamente dividir as tarefas que o grupo possuía. Assim, a primeira coluna tinha como responsabilidade a interação do MLN com sindicatos e outras organizações políticas, principalmente no intuito de obter estrutura e inserir novos militantes nas fileiras do grupo. Já a segunda coluna, teve como objetivo exclusivo angariar condições materiais para que a guerrilha pudesse ser implantada.

¹⁶⁷ Documento N° 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁶⁸ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁶⁹ REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 146.

As colunas significaram a inovação da estrutura nas bases da organização – que eram constituídas pelas células – e o CE. Cada coluna tinha três setores fundamentais, que era o político, o militar e o de serviços. O setor político deveria garantir as definições básicas da coluna e manter o contato com o CE, enquanto que o setor militar cuidaria das ações guerrilheiras propriamente ditas. Por fim, o setor de serviços era encarregado de garantir a infraestrutura para cada coluna, obtendo documentação para os militantes, lugares para instalar bases, etc¹⁷⁰.

Outra mudança muito significativa relacionada diretamente com o endurecimento do regime político foi na *propaganda através da ação*. O seguinte trecho do *Documento 4* é fundamental para compreender como a concepção de propaganda que o grupo utilizava se transforma:

“captar y movilizar al pueblo para y en la lucha armada revolucionaria. Este viejo objetivo estratégico del MLN puesto ahora en 1er. orden implicará cambios importantes de todo tipo en la Organización y en el accionar. Hasta ahora hemos actuado pautados por la tarea central de construir el MLN, ganar el apoyo de los sectores de vanguardia, crear condiciones mínimas y contrarrestar los embates represivos y propagandísticos del enemigo, que siempre son peores o más peligrosos al principio. Hemos entonces hecho acciones espectaculares, de alta calidad técnica y cuidadosamente seleccionadas para obtener los fines buscados: o un buen lote de materiales necesarios o buenos resultados propagandísticos. Pero cuando se trata de encuadrar al pueblo, forzosamente se cambia el ritmo y la categoría”.¹⁷¹

Esse *Documento 4* deixa claro os motivos para a mudança as estratégias de propaganda, trazendo um trecho do jornal *La Mañana*, de 16 de janeiro de 1969, que trata dos Tupamaros:

"Sea de izquierda o de derecha, el Movimiento de los Tupamaros es sin duda terrorista y de negación. La acción desarrollada por los grupos que lo integran y la fragmentaria exposición de principios a la que puede llegarse luego de conocidos los documentos que sus mismos integrantes han creído oportuno dar a conocer, permiten afirmar en efecto, que no se busca sino el caos por el caos mismo, sin nada que deba sucederlo, ni una sola afirmación sobre el orden a venir una vez logrado el objetivo" (La Mañana 16-1-69).¹⁷²

Por não ser mais um grupo desconhecido, havia a necessidade de criar diálogos mais diretos com as massas uruguaias, principalmente para explicar qual o projeto da organização e se defender do ataque feito pela mídia.

¹⁷⁰ Ibidem: p. 145

¹⁷¹ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁷² Ibidem

Os Tupamaros defendem a necessidade de elaborar e divulgar seu programa político, além de criar um periódico próprio para dialogar com o povo. Em 1968 acontece a tomada da Rádio Ariel, com objetivo de divulgar um manifesto da organização, a primeira ação com caráter totalmente propagandista, a fim de tornar público o propósito do grupo.

Em outro trecho do documento *Seguridad* observou-se a necessidade do grupo em se manter mais conciso:

“Una estructura clandestina no puede crecer indefinidamente y por lo tanto no se debe repetir el viejo error de integrar a la misma todo lo que constituye su influencia.”¹⁷³

Esse trecho demonstra que a atuação política propriamente dita deveria ser feita por um pequeno grupo. Outra vez é preciso salientar que essa visão é apresentada pelos *Tupas* após o descobrimento do grupo pelas forças da repressão, e posteriormente ao endurecimento do governo de Pacheco Areco.

A segunda parte do documento é de caráter formativo, feito claramente para resistir aos métodos que as forças da repressão tinham: a inteligência e a tortura. Porém, antes de detalhar as medidas de segurança necessárias, era apresentada a ideia de segurança defendida no documento:

“En estos aspectos se parte de la base que existe una sola información que el infiltrado no pasará y que el torturado no podrá aportar a la represión si es vencida su resistencia: la información que no tiene. Por ello el principio rector es que cada militante conozca lo estrictamente necesario para su funcionamiento (lineamientos y objetivos políticos y lo que es imprescindible que conozca para llevar correctamente adelante su tarea).”¹⁷⁴

No trecho fica bastante claro que a organização entende que a única forma de conseguir escapar dos mecanismos de controle que a repressão possuía era fragmentar ao máximo a atuação e o conhecimento que cada militante poderia ter. Se por um lado, essa compartimentação era uma saída para o problema de segurança, por outro a organização ficava cada vez mais antidemocrática e hierarquizada, no sentido de que apenas os militantes dos mais altos postos tinham conhecimento sobre os Tupamaros.

Na sequência, o documento trata detalhadamente sobre quais eram os riscos existentes nos usos das diversas ferramentas de comunicação, como rádio, telefone, correio e walkie-talkie. Em cada um dos tópicos, os Tupamaros informam como os

¹⁷³Seguridad. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁷⁴Ibidem

militantes devem utilizá-los. Esse cuidado em regar os procedimentos fez com que o MLN fosse considerada uma organização bastante rígida, que procurou determinar uma forma específica de atuação de seus membros, procurando reduzir seu espaço de liberdade.

Rey Tristán afirma que a nova estrutura em formato de colunas foi capaz de articular essa entrada massiva de novos militantes. Esse processo é visto de modo bastante positivo pelo autor, já que para ele o crescimento do grupo:

“Resultó fundamental para el desarrollo del MLN-T: le permitió pasar de ser un grupo conspirativo a ser una organización política con capacidad de influencia en el Uruguay de los siguientes cuatro años”¹⁷⁵.

Contudo, se esse crescimento foi responsável por fortalecer o grupo e fez com que se aumentassem as preocupações com relação à segurança, A entrada de grandes levadas de militantes durante o ano de 1968 também foi responsável para transformar sua estrutura.

Isso fica ainda mais evidente na parte do documento em que as preocupações versam sobre as comunicações e encontros feitos pessoalmente pelos militantes:

“Por ello la principal regla de seguridad es la de mantener una actitud natural, debiéndose evitar el hablar susurrando durante todo el contacto, sacar papeles si no tenemos una cobertura adecuada, estar pegados al cro. cuando tenemos una mesa para 4 personas, etc”¹⁷⁶.

O trecho transcrito aborda até mesmo a forma como o militante deve falar ou se portar socialmente. Inclusive, podemos pensar que a tentativa da organização é de moldar o corpo do militante para que ele atue de uma determinada forma. Mas mesmo com a imposição dessa rigidez, houve a atuação para capitanear os estudantes. Isso foi expresso no documento intitulado *10 Puntos*, datado de agosto de 1969, que era uma síntese sobre o novo momento do grupo. Nesse documento se anuncia claramente o objetivo de estreitar as relações com o movimento estudantil:

“El Movimiento propugnará por la creación de organismos de nuevo tipo a nivel gremial que se encargarán de llevar adelante la lucha en ese plano con métodos organizativos y de lucha. Objetivo final: garantizar la continuidad de la lucha del Movimiento sindical y estudiantil frente a las nuevas circunstancias históricas y garantizar su enlace con el MLN”¹⁷⁷.

¹⁷⁵REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 146

¹⁷⁶Seguridad. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁷⁷ 10 Puntos. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

É sob esse novo prisma que em 1970 surgiu a *Columna 70* criada como um modo de garantir a atuação da *Frente de Massas*, postulada no documento *10 Puntos*. Sua criação tinha como objetivo dar conta de toda a influência gerada a partir da entrada desses novos militantes e do crescimento pelo qual o grupo passara nos últimos anos. Por isso ela possuía as frentes “*estudiantil, obrera y barrial*”¹⁷⁸. Ainda que outros dois setores estejam incluídos na proposta de articulação, Tristán afirma que o estudantil foi o único que teve considerável importância. A criação da *Columna 70* garantiu que o grupo conseguisse angariar o apoio de todos os novos membros, não comprometendo a sua segurança interna e mantendo o princípio de clandestinidade. Ela teria sido responsável por articular cerca de 2200 militantes, que se mantiveram na legalidade¹⁷⁹. Essa nova *Columna* foi uma espécie de primeira estrutura política tupamara que procurou atuar na esfera da legalidade e pode ser vista como um embrião do *Movimiento 26 de julio*, que será abordado oportunamente.

Todos esses novos militantes estavam articulados a partir do *Comando de Apoyo Tupamaro*, um órgão que existiu informalmente desde os primórdios da organização, mas que só foi estruturado e denominado assim com a criação da *Columna 70*. Esse núcleo era responsável por vincular diversas pessoas que não estavam clandestinas no país e que auxiliavam os Tupamaros, normalmente, munindo-os com informações sobre a sociedade de maneira geral, muitas vezes com relação a potenciais lugares para realizar ações de expropriação ou até mesmo sobre questões internas do governo. Foi com esse núcleo que a organização conseguiu se articular dentro das instâncias burocráticas do governo, criando uma situação bastante caótica para as forças de segurança, pois passava a impressão de que eles estavam infiltrados em todos os lugares do aparato estatal.

Essas discussões feitas até aqui indicam que a estrutura organizativa e o projeto político do MLN não foram unívocos ao longo de sua trajetória. Essas mudanças ocorreram dialeticamente com a escalada autoritária do governo de Jorge Pacheco Areco, no final de 1967. Esses processos marcaram significativamente a trajetória da organização, e elementos centrais da sua atuação guerrilheira e de sua estrutura se modificaram, inclusive a forma do grupo criar canais de diálogo com a população. A partir dessa mudança estrutural começa a ser engendrada uma nova etapa que Clara Aldrighi interpreta como sendo o momento em que se intensificam as ações de caráter

¹⁷⁸REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 148

¹⁷⁹Ibidem. p. 148

propriamente guerrilheiras. Mas as operações militares aconteceram de modo concomitante ao uso sistemático de instrumentos para dialogar com setores externos à esquerda. Nasceria em 1969 o *Correo Tupamaro*.

1.10 A Política de Massas e o diálogo direto com a população.

Atento à necessidade de obter respaldo perante as populações uruguaias, os Tupamaros moldaram uma narrativa a fim de se colocarem como os próprios representantes do povo, com o objetivo de contar com seu apoio na guerra revolucionária contra os “inimigos”. E assim a narrativa revolucionária foi conjecturada através da dualidade principal entre a oligarquia e o povo. Sua concepção de povo é bastante abrangente e escapa ao entendimento de classe social ou grupo político em específico, abarcando grande maioria da população uruguaia. Portanto, ao elegerem restritamente o imperialismo estadunidense como grande inimigo – e consequentemente seus aliados nacionais representados pela burguesia uruguaia e o governo – os Tupamaros miravam todo o resto da população como aliados potenciais no processo revolucionário.

Tal dualidade é extremamente presente no meio institucional criado pelo MLN para se comunicar diretamente com a população, e eles apresentam terminologias e propagam um discurso simbólico próprio através dos boletins e de seu *Correo Tupamaro*. Rey Tristán afirma que:

“Se desarrolló toda una terminología apropiada para la transmisión de los símbolos adecuados, que nos da la pauta de los conceptos e ideas manejados. Además de los anteriores, también sus propias acciones recibían nombres particulares: expropiación, incautación, ajusticiamiento, etc. El enemigo, la *oligarquía*, era referida con un número relativamente limitado de calificativos: represores, asesinos, exploradores, corruptos, vendepatrias, etc.; frente al *Pueblo*, amigo, que es trabajador, oprimido, explorado, extorsionado, golpeado, torturado, asesinado, resistente”¹⁸⁰.

Destacamos duas questões até aqui: a construção de uma narrativa com terminologias próprias e a dualidade no discurso expressado pelos *Tupas*. E para construir essa narrativa, foram mobilizados aspectos tradicionais da cultura uruguaia.

Diferentemente dos demais grupos de esquerda que surgiram na América Latina, os *Tupas* traçaram uma linha de atuação calcada em certos aspectos nacionais do país. E isso se apresenta na escolha do nome, influenciada pela canção *El cielo de los*

¹⁸⁰Ibidem. pp. 179 e 180.

*Tupamaros*¹⁸¹, de Osiris Rodríguez Castillos, expoente da música folclórica do país. A relação entre a escolha do nome e uma importante canção da música uruguaia demonstra a intenção do grupo em se utilizar de fatores da cultura nacional.

Além disso, o nome *Tupamaros*, está intrinsecamente ligado com um aspecto da própria independência do Uruguai e um de seus líderes mais importantes, José Artigas. A referência diante do líder da independência uruguaia é tão forte, que durante o exílio dos militantes da organização pós derrota militar em 1972, foi lançado um livro feito por integrantes dos Tupamaros intitulado *Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*¹⁸². Nessa obra o grupo consolidou a memória de Artigas como sendo parte essencial da identidade do grupo. E essa ideia foi expressada ao longo de toda a trajetória da organização, estando presente em citações e referências ao líder da independência¹⁸³. Ao fazer isso, o grupo expressava de maneira bastante clara como era possuidor de características muito ligadas ao nacionalismo uruguaio.

Portanto, baseado nessa relação, é possível perceber que quando os Tupamaros se referem ao *povo*, eles estão buscando caracterizar de maneira abrangente a população do Uruguai, sem limitação de setores ou classes sociais. Certamente faz parte de uma retórica que visa angariar uma gama maior de apoiadores para a luta revolucionária.

E essa ideia alargada de povo, calcada em aspectos nacionais, se verifica nos documentos internos do grupo a partir de 1969. Ao que indicam os documentos, a partir do momento em que o grupo foi descoberto buscou-se o apoio das massas:

“Jugar la carta de las masas, ser un foco del tamaño que se plantea, no es "moco de pavo". Es casi la revolución, o el VIETNAM que pidió Guevara cuando lo logremos. Esta etapa pues, será más dura que la anterior, porque tiene objetivos superiores. Hasta enero 69, peleamos por crear la ORGANIZACION; ahora la pelea es por el PUEBLO”¹⁸⁴.

Conforme a conjuntura interna foi se modificando com a escalada autoritária, os *Tupas* intensificaram sua busca pelo apoio massivo em seu projeto revolucionário.

Ao analisarmos outro trecho do documento 4, essa transformação fica ainda mais evidente.

“Hasta hoy el MLN se ha dedicado primordialmente a ganar el apoyo mínimo necesario para desarrollarse a nivel de vanguardias, ha ido preparando las condiciones organizativas internas mínimas y ha tratado por todos los medios

¹⁸¹ Osiris Rodríguez Castillos. Poemas y canciones orientales. Antar PLP 5018. Montevideo, 196.

¹⁸² YOEALIBROS - Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) - Yoea Libros - Montevideo agosto 1987 - Primera edición: octubre 1975 - Segunda edición: octubre 1986

¹⁸³ PINTO, Julio Pimentel. Artigas. 1. ed. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

¹⁸⁴ Balance 69. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

posibles de modificar la imagen casi exclusivamente policial que el pueblo tenía del Movimiento. Esto es lo que ha pautado los esfuerzos de la Organización y fundamentalmente su acción militar.”¹⁸⁵

A partir daquele momento era necessário modificar a imagem negativa que o grupo possuía perante as massas. Foi a partir de então que a propaganda passou a ser um elemento central na militância do grupo, sendo responsáveis por criar uma batalha no campo simbólico entre eles e as forças do governo.

O primeiro documento em que essa disputa de narrativa aconteceu foi na carta endereçada aos diretores da *Caja Nacional de Ahorros y Descuentos* de Montevideú, datada de 14 de novembro de 1970, cujo objetivo era solicitar aos diretores que fosse publicado em jornal o nome e o endereço dos proprietários que foram afetados pela expropriação cometida pelo grupo no mês anterior. A carta tem dois parágrafos e na parte superior tinha escrito o nome do grupo em letras grandes e se encerrou falando que devolveriam o dinheiro assim que publicassem os endereços das pessoas lesadas.

Uma nova carta, enviada posteriormente, se assemelha na sua forma física com a primeira, inclusive com os mesmos símbolos sendo utilizados na parte superior. Nela, o grupo acusa os diretores da Casa de Ahorros de não publicarem o endereço nem terem dado uma resposta a primeira carta. O que se destaca no conteúdo, na realidade, é uma afirmação do posicionamento político dos *Tupas* nessa ação de expropriação, como se verifica no trecho a seguir:

“El Movimiento de Liberación Nacional (TUPAMAROS) tiene una conducta clara frente a las expropiaciones: afectar estrictamente los bienes de los ricos. De la Caja Nacional se expropiaron 24 bolsas de joyas. En su gran mayoría son piezas de valor millonario. Con esas alhajas, las alhajas de la frivolidad y el capital, nos quedamos. Pero también expropiamos otras, sencillas, de gente humilde. Son las menos. Una confusión hizo que integraran un lote del total expropiado. Esas joyas serán devueltas”¹⁸⁶.

O grupo afirmou que se apossava apenas dos bens das pessoas ricas e que a maior parte daquilo que foi expropriado pertencia a milionários, e que a pequena parcela do dinheiro que pertencia às camadas pobres foram roubadas por um equívoco do grupo, e justamente por isso deveriam ser devolvidas.

¹⁸⁵ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁸⁶A los directores de la *Caja Nacional de Ahorros y Descuentos*. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Muito mais do que devolver e deixar de prejudicar aquelas pessoas que tiveram suas joias roubadas, os Tupamaros utilizam o bilhete para construir a narrativa de que lutavam ao lado do povo.

A partir dessa necessidade de estreitar as relações com as massas, os Tupamaros passaram a elaborar canais de comunicação com a população. Isso se verifica claramente no próximo documento analisado datado de 1970, chamado de *Manifiesto a la opinión pública*. Foi um texto que visava um público amplo e que não estava inserido em grupos da esquerda. Até o ano de 1969, não se verificou nenhum tipo de documento elaborado pelos Tupamaros que visasse um público alvo que não fossem os próprios militantes.

O *Manifiesto a la Opinión Pública*, é um panfleto em formato de livreto, com quatro páginas. O cabeçalho traz o título do documento, datando a publicação – 7 de setembro de 1970 – e o nome do grupo, MLN-Tupamaros. Na primeira parte o texto desmentia as supostas afirmações ditas à população por parte do governo uruguaio:

“Mientras el gobierno le decía al pueblo que "no estaba dispuesto a negociar con delincuentes", entablaba bajo cuerda negociaciones con nosotros, no poniéndose de acuerdo unas veces, abandonándolas otras”¹⁸⁷.

O trecho aborda as negociações com os Tupas para mostrar à população que o governo mentiu. Na sequência, o documento aborda quais seriam as supostas negociações que foram ocultadas pelo governo:

“Se le ocultó, por ejemplo, que el jefe de policía Coronel Rivero, le impidió al señor Juez Dr. Díaz Romeu que le propusiera a una comisión mediadora la iniciativa de una prórroga del plazo por 72 horas para seguir tratativas de Mitrone y Días Gomide en vísperas de vencer el plazo”¹⁸⁸.

O fato relatado diz respeito ao sequestro de Dan Mitrone, agente norte-americano que estava encarregado de ensinar práticas de tortura no Uruguai, e de Días Gomide, diplomata brasileiro, em missão oficial no país. Ambos foram raptados pelos Tupamaros durante o ano de 1970. O governo tentou esconder da população que havia entrado em negociação com a organização guerrilheira, para tentar impedir que os dois sequestrados fossem mortos. Ao relatar isso para a população, os Tupamaros procuram construir uma ideia de que possuíam uma posição de poder perante as forças de governo.

¹⁸⁷Manifiesto a la opinión pública. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁸⁸Ibidem.

Após confrontar as supostas mentiras do governo, o documento segue os defendendo:

“La vida y seguridad personal de nuestros prisioneros no se ha arriesgado en defensa de ningún principio como han dicho, sino a consecuencia de un infame y miserable "pichuleo". Esa ha sido la conducta "principista"; eso es lo que se ha dicho al pueblo”¹⁸⁹.

Aqui, observa-se a tentativa do grupo de desconstruir a imagem de que eram “criminosos que não possuíam respeito pela vida dos sequestrados, podendo matá-los a qualquer momento”.¹⁹⁰

O texto não fala diretamente para nenhum setor, e pelo seu caráter explicativo e a ausência do uso de expressões típicas de militantes, tem a intenção de atingir a população que não está inserida em grupos da esquerda. E ao criticar as diversas ações repressivas propagadas pelo governo de Pacheco Areco, o texto coloca *o povo* também como vítima da repressão.

“Entre tanto lanzaron contra nuestra Organización y el pueblo, una ofensiva represiva sin precedentes, pusieron al país en pie de guerra, sacaron las tropas a la calle, allanaron miles de domicilios a cualquier hora, invadieron hospitales, centros de enseñanza, clubes deportivos, iglesias;”¹⁹¹

O intuito aqui é de pintar as forças da repressão como sendo inimigas da população. Com isso, as massas deveriam apoiar os Tupamaros. Essa tentativa se relaciona claramente com a disposição expressada pelo grupo no *Documento 4*, quando os mesmos afirmam a necessidade de fazer com que a luta do grupo fosse a própria luta do povo¹⁹².

Em outro trecho, na sequência do manifesto, aparece de maneira ainda mais direta a acusação já feita:

“Todo esto -por supuesto- lo han hecho en nombre y en defensa de un orden y un estilo de vida que no es más que SU orden y SU estilo de vida. El orden de una minoría que se ha adueñado del país y que explota a la mayoría de sus habitantes”¹⁹³.

¹⁸⁹Ibidem.

¹⁹⁰Ibidem.

¹⁹¹Ibidem.

¹⁹²Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁹³Manifiesto a la opinión publica. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Já na segunda parte do documento, no trecho que se inicia na página 3, a organização guerrilheira passa a caracterizar a si própria, e mais uma vez se coloca junto das grandes massas da população.

“El MLN no es ni más ni menos que la organización política armada de los estudiantes, los obreros, los asalariados rurales, los intelectuales, los desocupados, en fin, de todos los sectores sociales explotados y marginados por vuestro orden de injusticias”¹⁹⁴.

O grupo expressa claramente que são uma organização de todos os excluídos e marginalizados por aqueles inimigos citados anteriormente, e passam a se legitimar perante a população por meio da figura de Artigas:

“Y nuestro programa es el de los sectores y el de esa tradición histórica. Pensamos que los problemas del país serán solucionados cuando la tierra esté al servicio de la sociedad y /no/ de un puñado de privilegiados; cuando produzca las riquezas que debe producir, y esas riquezas pasen a servir las necesidades del pueblo; cuando la tierra sea y esté al servicio de los más infelices como quiso Artigas hace ya más de 150 años”¹⁹⁵.

Definindo-se como seguidores de Artigas, os Tupamaros não se restringiam a uma ideologia apenas ligada à esquerda, mas buscavam se universalizar e atingir a maior parcela da população de seu país. Assim, o grupo evitaria a rejeição criada pelo contexto de guerra-fria, em que a esquerda era intensamente criticada e perseguida por todo o continente e mesmo internamente, com o grupo sendo alvo de inúmeras matérias jornalísticas, que os criticavam e os acusavam de serem apenas “delinquentes comunistas”¹⁹⁶. Clara Aldrighi diz que as forças da direita uruguaia atuaram de modo a transformar os Tupamaros em apátridas:

“Mediante la retórica del ‘enemigo interno’, el gobierno y parte del sistema político expulsaron virtualmente a los Tupamaros de la comunidad nacional. Ya no eran sólo disidentes o delincuentes, sino extraños, ajenos, enemigos. Se justificaba este enfoque mediante una operación cultural: el subversivo era transformado en un estereotipo que encarnaba todo lo negativo, la antítesis de los valores que la sociedad aceptaba como propios y por lo tanto representaba la mayor amenaza para su estabilidad”¹⁹⁷.

Diante de todo esse contexto, é possível compreender as necessidades que o grupo tinha de utilizar novas ferramentas para tentar conquistar o apoio das massas e se livrar desses intensos ataques que criavam uma antipatia da população em geral. Nesse

¹⁹⁴Ibidem.

¹⁹⁵Ibidem.

¹⁹⁶ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. pp. 42

¹⁹⁷ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. pp. 42 e 43.

sentido, o manifesto expressa essa nova fase da militância tupamara. Esse viés narrativo começou a aparecer nesses contatos esporádicos com as massas e se enraizou como estratégia da organização quando a mesma criou os Boletins Tupamaros, que será analisado a partir de agora.

1.11 A guerra de narrativas: Os Boletins Tupamaros como ferramenta da disputa pelas massas.

A partir de 1969, os Tupamaros iniciaram uma nova fase na sua guerrilha, anunciada como sendo o momento de enfrentamento. Para eles, havia se cumprido a etapa de preparação e naquele momento eles representavam a maior força contra o governo autoritário de Pacheco Areco:

“Los hechos nos han colocado justamente en el polo opuesto a las clases dominantes, cada vez más como su principal enemigo. Estamos en su punto de mira, justamente porque hemos obtenido éxitos. Estamos en el tapete en forma cada vez más seguida. Los triunfos y derrotas tácticas siempre se transforman en victorias estratégicas para nosotros, por lo menos por ahora”¹⁹⁸.

Há uma interpretação positiva sobre a experiência até aquele momento, e a força do movimento estava sendo celebrada. Segundo Clara Aldrighi, essa suposta proeminência do MLN perante a sociedade era reforçada pelo pânico geral alastrado dentro do governo, uma vez que havia militantes inseridos em diversos setores da burocracia estatal, criando a sensação de que os Tupas poderiam estar em qualquer lugar¹⁹⁹.

A despeito dos enfrentamentos diretos entre o MLN e as forças militares terem sido uma característica do período compreendido entre 1969 e 1972, esses anos não foram marcados apenas por tais operações militares. Alfonso Lessa afirma que:

“La interacción entre el Estado y el MLN se fue procesando como una auténtica guerra: directa, en el plano represivo, indirecta, a través de los medios de comunicación”²⁰⁰.

¹⁹⁸ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

¹⁹⁹ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 41

²⁰⁰ LESSA, Alfonso. La revolución imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la lucha armada en el uruguay del siglo XX. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. 2002. p. 123.

Essa guerra através dos meios de comunicação era fomentada pelas diversas matérias publicadas principalmente no *El País*, jornal de maior circulação no Uruguai e que recorrentemente divulgava matérias caracterizando o grupo como “terrorista” e responsável por disseminar o caos. A tais ataques, os Tupamaros respondiam com a divulgação de manifestos em suas ações revolucionárias, com a preocupação de explicar à sociedade qual era o sentido daquelas ações. Essa disputa através dos meios de comunicação pode ser observada de modo recorrente quando começaram a ser publicados os boletins Tupamaros, a partir de 1969. Ao se preocuparem em criar um veículo de comunicação voltado exclusivamente para quem não era militante, os *Tupas* pretendiam estabelecer um diálogo com a sociedade uruguaia no sentido de angariar seu apoio. Essa estratégia foi anunciada no próprio documento 4:

“El MLN debe publicar a la brevedad su manifiesto-programa. Ya están creadas las condiciones para ello. Además es imprescindible; de la misma forma el MLN debe contar a la brevedad con un instrumento periódico de contacto con el pueblo”²⁰¹.

Portanto, ao mesmo tempo em que há uma inflexão no militarismo no sentido de se intensificarem as ações propriamente bélicas, os *Tupas* também mobilizaram esforços de propaganda política. Assim, os boletins Tupamaros foram respostas para esse contexto de inflexão na sociedade verificado nas diretrizes das Medidas Prontas de Seguridad para a imprensa, que proibia os veículos de comunicação de utilizar os termos “tupamaro” ou “guerrilheiro”, aderindo ao termo “sediciosos” para designar os mesmos²⁰².

Nesse contexto autoritário, as propagandas do governo acusavam os Tupamaros de lutarem contra a democracia e as instituições legais do governo uruguaio. E assim, criou-se um novo local de batalha, que para Padrós:

“Tratava-se de outra batalha no campo da informação, e do ‘convencimento e/ou esclarecimento’ da população, onde a propaganda oficial se encarregava de escamotear o verdadeiro alvo da guerrilha (interesses de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais) ao canalizar o foco para um ataque linear e geral às instituições democráticas”²⁰³.

²⁰¹ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁰²Ibidem.

²⁰³Ibidem.

Esse trecho do jornal *La Mañana*, de janeiro de 1969, exemplifica as ações de propaganda do governo e foi reproduzido no Documento 4:

“Sea de izquierda o de derecha, el Movimiento de los Tupamaros es sin duda terrorista y de negación. La acción desarrollada por los grupos que lo integran y la fragmentaria exposición de principios a la que puede llegarse luego de conocidos los documentos que sus mismos integrantes han creído oportuno dar a conocer, permiten afirmar en efecto, que no se busca sino el caos por el caos mismo, sin nada que deba sucederlo, ni una sola afirmación sobre el orden a venir una vez logrado el objetivo”²⁰⁴.

Diante da necessidade de disputar a narrativa da guerrilha contra esse tipo de difamação sugeriam duas ações:

“El MLN debe publicar a la brevedad su manifiesto-programa. Ya están creadas las condiciones para ello. Además es imprescindible; de la misma forma el MLN debe contar a la brevedad con un instrumento periódico de contacto con el pueblo”²⁰⁵.

A criação de um periódico próprio e a divulgação do programa político são as duas tarefas centrais da estratégia de *jugar la carta de las masas*. O periódico foi criado em 1969 e foi apresentado como uma série de Boletins²⁰⁶.

Ao todo, foram localizados sete boletins distintos. O primeiro deles data de julho de 1969 e o último encontrado é de agosto de 1971. Desses, os quatro primeiros - da segunda metade de 1969 - são distintos dos três últimos, publicados entre junho e agosto de 1971²⁰⁷. Os boletins de 1969 se diferem no que diz respeito ao formato e temas. Nesse sentido, será feita uma abordagem geral dessas fontes, apresentando-as em conjunto, de acordo com essa divisão dentre essas datas.

Analisando esses documentos, percebe-se que eles se constituem basicamente como uma espécie de boletim informativo da organização, voltado para o público externo à militância política de esquerda. As quatro edições do ano de 1969 possuem seis páginas cada; exceção feita ao número 4, que data de dezembro desse ano, e que conta com doze páginas. Apesar de não existir sessões internas, há uma certa

²⁰⁴ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁰⁵ Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁰⁶ REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 180

²⁰⁷ Um dos boletins encontrados não possui data. Pelo seu título ser “Correo Tupamaro Nº 1”, e outro boletim no mesmo formato com o título de “Correo Tupamaro Nº 2” ser datado de julho de 1971, é possível que esse documento sem data seja de junho ou, ao menos, que seja do ano de 1971.

similaridade na diagramação do texto. Cada edição traz diferentes tópicos voltados para a explicação da conjuntura do país. Em meio a tais explicações são divulgadas as ações realizadas pelos Tupamaros. Os textos apresentam os problemas vivenciados pela sociedade uruguaia como consequência do autoritarismo do governo, que estaria voltado exclusivamente aos interesses das oligarquias nacionais e do capital estrangeiro.

Há uma recorrência na tentativa de legitimação das ações violentas feitas pelo MLN. Os assassinatos cometidos pelos *Tupas* são apresentados como consequência da repressão:

“Los Tupamaros somos responsables de nuestras acciones. Fue un comando del MLN el que hizo fuego contra el agente Germán Garay. Nuestro objetivo era su arma. Y no su vida. Pero estamos embarcados en una lucha y en ella hemos puesto nuestra propia vida. Y la jugamos. Como la jugó Carlos A. Flores, quien cayó en una operación de Comandos el 22 de Diciembre de 1966. Tenía 22 años y 3 hijos”²⁰⁸.

Eles se defendem da ação violenta através de duas formas. A primeira é explicando que o objetivo do grupo era roubar as armas do inimigo e não matar. A segunda é demonstrando que a luta travada colocava também suas vidas em risco. E assim eles apresentam um militante que havia sido morto pelas forças de repressão, ressaltando que ele tinha três filhos, no esforço de humanizá-lo.

O uso da violência também era justificado pelo histórico do inimigo assassinado, como se observa no trecho do Boletim Nº 3:

“Gaetano Pellegrini fue elegido por nosotros por ser miembro conspicuo de una patronal enfrentada agudamente en estos momentos a los trabajadores. Pero nuestra acción se enmarca en una lucha de fondo que no es sólo contra la patronal bancaria ni sólo en representación de los trabajadores de ese gremio. Nuestra lucha es contra las 600 familias dueñas de la tierra, la industria y también la banca. En representación de todo el pueblo trabajador”²⁰⁹.

A vítima representaria as oligarquias uruguaias, apresentadas pelos Tupamaros como os inimigos do povo trabalhador, por quem eles estavam lutando. Mas mesmo justificando o sequestro, eles se apressam em garantir o bem-estar de seu prisioneiro.

²⁰⁸ Boletim Nº 1. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁰⁹Boletim 3. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

“Informamos y reiteramos: El Sr Gaetano Pellegrini se encuentra en perfecto estado de salud. Su vida correrá peligro si la policía o quien sea llega al lugar donde se encuentra”²¹⁰.

Os boletins também foram utilizados para que o grupo pedisse apoio desses setores para a sua luta, inclusive indicando como eles poderiam apoiá-los:

“Si cree haber detectado a un militante del MLN no lo comente con nadie, ni aún con la gente más cercana. Por el contrario, si tiene alguna información sobre las fuerzas represivas, hágala circular en su gremio, en su fábrica, en su oficina, entre sus compañeros de más confianza. Su información llegará al MLN. Son formas, nada espectaculares, pero sí efectivas, de apoyar la lucha revolucionaria. Miles de aportes de este tipo son los que construyen el triunfo”²¹¹.

Esse apoio em ações cotidianas, porém, deixa implícito que esses interlocutores não seriam incorporados às fileiras de militantes. Desse modo, os boletins cumpriram as funções de explicar o uso da violência e de angariar apoio daqueles setores externos ao movimento.

Entrementes, os boletins também expressam como os Tupamaros se legitimaram como continuadores da luta empreendida por José Artigas. Nessa narrativa, a luta por libertação nacional teria começado no século XIX, com a independência do país e seguia até aquele momento. Com os Tupamaros como continuadores desse projeto.

No Boletim Nº 1, de 1971, o grupo apresenta logo no topo da primeira página: “Los Tupamaros de ayer. Los Tupamaros de hoy. La prensa de entonces. La de ahora”²¹². Logo em seguida, o jornal traz uma colagem de uma reportagem do jornal *La Gaceta de Montevideo*, de 10 de março de 1812. Antes da reportagem, há a seguinte definição daquele periódico: “abuela tutelar de tanto diario que hoy anda por ahí”²¹³. Logo em seguida revelam a notícia:

“Pocos habrá que ignoren que Artigas obra como un facineroso y su tropel es un ejército de ladrones, de homicidas y de delincuentes detestables que han cometido y cometen los horrores más tremendos en los parajes que han tenido la desgracia de sufrirlos”²¹⁴.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Boletim Nº 2. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²¹² Ibidem

²¹³ Ibidem

²¹⁴ Ibidem.

Essa primeira parte do boletim, colocada logo no início, revela aspectos fundamentais da ideologia dos Tupamaros. Eles afirmam serem continuadores da luta de Artigas, fazendo uso de um expediente fortemente nacionalista e mostrando, ainda, como o mesmo também teve sua imagem difamada pela mídia de sua época. Implicitamente mostram como um dos grandes símbolos nacionais também sofreu com acusações.²¹⁵

É possível concluir que por meio do *Correo Tupamaro* o MLN travou com seus inimigos uma disputa de narrativa. De um lado, o governo construía a imagem dos Tupamaros como delinquentes terroristas e sem propósito. Do outro o grupo legitimava sua luta como os continuadores de Artigas, justificando o uso da violência e afirmando que combatiam pelo povo e para o povo.

Essa recorrência da justificativa do uso da violência diz muito sobre a importância que as instituições democráticas tinham dentro do Uruguai. A incidência desses valores impactaram o modo como a organização guerrilheira atuou, fazendo inclusive com que a mesma constituiu-se meios de participar da ampla mobilização que ocorreu com a criação da *Frente Ampla*.

1.12 A criação do Movimiento 26 de Marzo e a adesão à *Frente Ampla*.

O processo de escalada do autoritarismo uruguaio durante o Pachecato foi visto pelo cientista político Francisco Panizza como sendo fundador de um desafio à normalidade constitucional enraizada naquele país durante todo o pós-guerra, e essa afronta foi gestada internamente pelo próprio chefe do executivo²¹⁶.

Essa normalidade constitucional também sofria com a pressão exercida por parte dos próprios Tupamaros e dos grupos de extrema direita, como era o caso dos *Comando Caza Tupamaros*²¹⁷. Nesse sentido, surgiu um estado de exceção dentro da ordem constitucional, forçando cada vez mais os limites da legalidade sob o suposto argumento de combater àqueles que estavam interessados em destruir os valores democráticos do país, os Tupamaros. Por meio desse subterfúgio, alastrou-se o estado de exceção à toda

²¹⁵ José Artigas é tido como o grande fundador do Uruguai e sua imagem e símbolo são disputados por variados grupos políticos, sejam de Direita ou de Esquerda. CF: PINTO, Julio Pimentel. Artigas. 1. ed. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

²¹⁶ PANIZZA, Francisco. Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1990.

²¹⁷ Tais grupos contavam com a participação de setores da sociedade civil e grupos militares que atuavam clandestinamente para enfrentar as ações dos tupas. CF: PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. P. 271

a sociedade uruguaia com vistas a implementar um novo modelo econômico²¹⁸. E no caminho desse processo de autoritarismo, diagnosticava-se que a cultura política democrática em que estava calcada a sociedade uruguaia vinha sendo desmantelada.

Foi diante desse quadro de fratura do sistema político-democrático do Uruguai que diversos grupos menores dentro da própria esquerda passaram a se articular visando a criação da *Frente Ampla*, com vistas a resistir ao processo de autoritarismo crescente. Convocada pelo *Partido Demócrata Cristiano*, o PDC, como sendo uma frente de oposição ao governo, a *Frente Ampla* se constituiu em uma ampla articulação dos setores progressistas da política uruguaia para superar a fragmentação política da oposição. André Ferreira demonstra essa questão ao apresentar uma declaração de Juan Pablo Terra, deputado eleito pelo PDC em 1966, que dizia que o público via os setores de oposição como pulverizados e repartidos entre diversos partidos políticos, o que causava uma paralisia, e nesse sentido, nenhum partido de oposição isoladamente poderia se constituir em uma alternativa ao governo²¹⁹.

A primeira proposta de criação da *Frente Ampla* foi alvo de intenso debate dentro dos diversos grupos e setores progressistas do Uruguai²²⁰. Em 1970, foi lançado um manifesto de personalidades independentes, que foi apoiado por membros do PCU, do PS, além do *Movimiento Blanco, Popular y Progressista*, dissidência do *Partido Blanco*, e uma importante frente oposicionista do governo de Areco, conhecida como *Lista 99*, dissidência do *Partido Colorado*²²¹..

Dessa articulação foi proposta a *Frente Ampla*, que tinha como objetivo criar um grupo para realizar uma ação política permanente, com o intuito de implementar um programa que visava, dentre outras coisas, a garantia dos direitos políticos individuais, a nacionalização dos bancos, a reforma agrária e a reforma fiscal²²².

A *Frente Ampla* se constituiu em um importante projeto político para a esquerda uruguaia porque representava a possibilidade de frear os avanços do *Pachecato* e implementar mudanças significativas nas estruturas socioeconômicas do Uruguai, se

²¹⁸ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. pp. 185 - 186

²¹⁹ Ibidem. p. 197

²²⁰ Para um detalhamento específico sobre os debates acerca do projeto da Frente Ampla, CF: FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 2011.

²²¹ NAHUM, Benjamin. Manual de Historia Del Uruguay. 1903-1990. Montevideo: Bando oriental, 1995. p. 276

²²² Idem.

consolidando como uma alternativa ao governo. E para além disso, ela também se colocava como uma alternativa democrática perante o uso da violência como ferramenta de transformação, defendida pelos Tupamaros. Nesse sentido, a formação da *Frente Ampla* representou forte pressão para o grupo guerrilheiro, que sofria com a repressão do governo, e também sofria intensas críticas dos setores progressistas que apontavam o caminho da democracia liberal como solução da crise. Desse modo, o MLN precisou se posicionar de algum modo para não ficar isolado e a saída foi pela adesão à *FA*, porém sob o signo de uma organização à parte: o Movimiento de Independientes “26 de marzo”.

É interessante observar que diferente de grupos clandestinos como o MIR e o MRO que aproveitaram o contexto de criação da *Frente Ampla* para retomar a legalidade, os Tupamaros não seguiram exatamente esse caminho e com a criação do MI 26, os Tupas tinham o intuito de participar legalmente da política partidária do Uruguai pela *Frente Ampla*, mas sem deixar de lado a atuação clandestina e o projeto revolucionário empreendido pelo MLN-T.

Por outro lado, a criação do MI 26 não deve ser única e exclusivamente creditada ao impacto da *Frente Ampla*. Ele foi, segundo Rey Tristán, uma forma de articular os setores da sociedade civil que os apoiava, criando estruturas organizativas capazes de canalizar e utilizar a influência que o grupo gerou durante os primeiros anos de atuação²²³.

O primeiro passo nesse sentido foi a criação da *Columna 70*, que era voltada justamente para articular essas pessoas que tinham sido afetadas e queriam apoiar o projeto revolucionário dos Tupamaros. No entanto, mesmo com esse intuito, a *Columna 70* seguia sendo uma estrutura clandestina, impedindo a atuação de pessoas com atividades públicas. Nesse sentido, era necessário implementar uma estrutura que fosse de fato legal, e o MI 26 foi criado também para atender essa necessidade.

Mas é inegável o impacto da *Frente Ampla* na criação dessa estrutura, como é possível observar nas passagens do documento intitulado *Balance 70 – 71*, que faz uma avaliação sobre as ações dos Tupamaros nesses dois anos e que cita a adesão à *Frente Ampla*:

”A fines del año pasado y principios de este, la Orga tomó dos decisiones fundamentales. El apoyo al FA y la línea al respecto. El plan para 1971”²²⁴.

²²³REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 336.

²²⁴ Balance 70 – 71. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

E explicam os motivos que os fizeram apoiá-la:

“El FA que en aquel entonces era un proyecto será realmente amplió, se concretará a corto plazo, tendrá una gran importancia en el plano político nacional y aglutinará una gran corriente popular”²²⁵.

Havia um respeito à força da *Frente* no cenário político nacional e o temor de que os Tupas pudessem ficar marginalizados diante desse processo de coalização dentro da esquerda uruguaia.²²⁶ Isso é dito claramente: “Seria peligrosísimo para nosotros marginarnos de esa corriente popular y peor aún ponerse frente a ella”²²⁷.

Portanto, uma das explicações para o apoio à *Frente Ampla* foi o medo de estarem marginalizados diante do forte processo de articulação dos grupos de esquerda com um projeto de atuação democrático.

Mas, ao salientarem a expectativa da *FA* de aglutinar uma vasta corrente popular em seu projeto, eles demonstram que a entendem como uma ferramenta para realizar a política de massas:

“(...) merece especial destaque en esta parte del balance el arraigo popular del FA. En pocos meses se ha erigido en una alternativa electoral de peso y en el movimiento de masas -movido por la izquierda- más grande de toda la historia”²²⁸.

Na visão do grupo, a articulação da esquerda somada às pequenas aberturas políticas do ano de 1970²²⁹ foi responsável por criar uma configuração nova no cenário político, em que a *Frente Ampla* se constituiu em um movimento massivo muito forte, que estava recebendo o “maior apoio da história”, como diz o próprio documento.

O apoio a *Frente Ampla* não foi uma realidade desde que a mesma foi convocada, pois havia a discussão interna na organização para impedir que as eleições de 1971 acontecessem: “Obviamente se descartó la posibilidad y la conveniencia de adoptar una línea tendiente a impedir el pleito electoral”²³⁰.

A proposta foi descartada depois de o MLN realizar todo esse balanço e se decidir por não correr o risco de se isolar e ficar de fora do processo massivo que a

²²⁵Ibidem

²²⁶REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 335.

²²⁷Balance 70 – 71. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²²⁸Ibidem

²²⁹Foi aprovada a abertura de novos partidos políticos, dentre outras questões. CF: REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit.

²³⁰Balance 70 – 71. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Frente Ampla estava articulando. Mas aderir ao seu projeto não significaria refutar a via armada, defendida como “verdadero camino”: “(...) mantener la autonomia, la línea y la estrategia estableciéndolas del modo más diáfano posible de modo de no diluirmos en el proceso y poder seguir señalando el verdadero camino”²³¹.

E claramente, a decisão de apoio ao projeto significou uma tentativa de não perder o papel de vanguarda na condução da revolução:

“El objetivo será no perder la vanguardia. Sin que ello signifique chocar con el FA o sea: el FA puede asumir la vanguardia a costa nuestra y el pleito electoral puede transformarse en la gran esperanza e ilusión popular a costa de nuestra metodología. Tratar de mantener la vanguardia navegando en el laberinto requerirá una proeza y será la única garantía contra el engaño de las masas”²³².

A adesão à *FA* estava condicionada a uma estratégia de capitanear toda a mobilização de massas que estava sendo articulada por ela e liderar esse processo, impondo a via armada como estratégia. Nesse sentido, a *Frente Ampla* é vista pelo MLN como uma ferramenta para conseguir atingir o objetivo de fazer a revolução via guerrilha e contando com o apoio das massas.

É muito interessante notar que apesar de se esforçarem para manter sua autonomia e propagar seu projeto revolucionário por via da guerrilha, os *Tupas* estabelecem como estratégia uma pausa nas ações violentas. Tal ponto pode ser visto como um paradoxo, mas na realidade é encarado como uma decisão difícil, necessária diante da conjuntura vivida pelo país

“Este será uno de los años más difíciles y complicados para la Orga. En él tendremos que sortear el "pleito" electoral con la significación que el mismo tiene en nuestro país y con el agregado de que toda la izquierda y los sectores populares se aglutinarán en torno del FA. Uno de los escollos más difíciles que una guerrilla debe sortear. La bandera de la "pacificación" será agitada demagógicamente por los muchos y nos puede crear dificultades”²³³.

A questão crucial de todo esse processo é o fato de que vastos setores progressistas da sociedade passaram a defender eleições pacíficas. Nesse sentido, na visão do MLN seria necessário eles próprios promoverem uma pacificação, pausando temporariamente suas ações mais violentas, para não atrapalhar um momento de retomada da participação democrática.

Portanto, a adesão dos Tupamaros ao projeto da *Frente Ampla* responde a uma conjunção de fatores. Ao fazerem a leitura de que não aderir à *FA* poderia significar um

²³¹Ibidem.

²³²Ibidem

²³³Ibidem

isolamento para eles próprios, o grupo assinala positivamente à ela, inclusive criando como um novo momento estratégico um ambiente de pacificação no Uruguai. Ainda assim, os *Tupas* encararam a *Frente Ampla* como uma ferramenta da política de massas.

Ainda no mês de dezembro de 1970, os Tupamaros divulgaram para toda a sociedade seu manifesto de adesão à *Frente Ampla*. E mesmo com ressalvas, viam como positiva sua formação.

:

“El Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) entiende positivo que se forje una unión de fuerzas populares tan importantes aunque lamenta que esta unión se haya dado precisamente con motivo de las elecciones y no antes”²³⁴.

Apesar de apoiarem as eleições, eles alegam a insuficiência desse método para promover a transformação na sociedade. Ao mesmo tempo, defendiam a luta armada como a saída definitiva:

“Y esta radicalización de la lucha de clases se producía cuando los trabajadores reclamaban modestos aumentos a sus menguados ingresos. ¿Qué ocurrirá entonces cuando ese mismo pueblo se proponga cambiar las estructuras, arrancar las tierras al latifundio, erradicar los capitales monopolistas de la banca, la industria y el comercio? ¿Qué ocurrirá cuando el pueblo se proponga liquidar, y no reducir el porcentaje de sus dividendos mal habidos? ¿Qué ocurrirá entonces cuando el pueblo se proponga sustituir el poder de los opresores por el poder de los oprimidos, (sic) ¿Qué ocurrirá cuando el pueblo se proponga tomar el poder y no influir en el poder? ¿Acaso esta oligarquía que por defender sus dividendos encarcela, tortura y mata, cederá sus tierras y sus bancos sin dar batalla? No. Los oprimidos conquistarán el poder sólo a través de la lucha armada”²³⁵.

Para os *Tupas* não haveria possibilidade de transformação estrutural sem a utilização da luta armada, como eles explicitaram no trecho citado. Isso servia para a defesa da via armada como estratégia definitiva para a mudança da situação uruguaia, ainda que houvessem aderido, naquele momento, à atuação democrática.

A atuação democrática também permitiu que o *Movimiento de Independientes “26 de Marzo”* se reestruturasse. Rey Tristán afirma que após terem aderido à *Frente Ampla*, os Tupamaros decidiram por criar uma estrutura capaz de militar politicamente de modo legal, mas que se mantivesse autônoma perante os demais grupos políticos²³⁶. Diante disso, a construção dessa estrutura foi encabeçada por Maurício Rosencof, cuja

²³⁴Ibidem

²³⁵Ibidem.

²³⁶REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. pp. 337 e 338.

atuação teria sido chave para que o MI 26 tivesse êxito. Uma vez indicado para ser o articulador dessa estrutura legal, Rosencof se utilizou de sua participação nos meios artísticos e intelectuais do Uruguai - setores em que os Tupamaros tinham bastante aceitação – para convencer esses simpatizantes a integrarem o MI 26.

Esse braço legal reuniu simpatizantes do grupo que não poderiam atuar clandestinamente por possuírem visibilidade na cena pública²³⁷. Seu primeiro formato foi multifacetado, contando com militantes não clandestinos dos Tupamaros que estavam na *Columna 70* e atuavam nos meios estudantis e sindicais e a participação de intelectuais que apenas simpatizavam com a organização, caso de Mario Benedetti, importante dramaturgo uruguaio com atuação destacada no MI 26²³⁸.

Na prática, o grupo se formou em 8 de abril de 1971, quando foi realizada sua primeira plenária, que aprovou a *Declaração Constitutiva* do movimento. Para Rey Tristán, ele não se prendeu a definição ideológica concreta, reunindo desde comunistas até os democratas cristãos, e até mesmo setores progressistas dos partidos *Blanco* e *Colorado*.²³⁹

O “*26 de Marzo*”, não lançou nenhum candidato para pleito eleitoral de 1971 e sua única ação nas eleições foi tornar público seu apoio a *Frente Ampla*, declarando voto para seus candidatos. Essas características ressaltam que mesmo participando daquele momento eleitoral, o grupo o fez sem renegar a via armada. Mas a estruturação do MI 26 foi importante para que os Tupamaros atingissem um novo nível de apoio através da incorporação de militantes a esse braço legal, uma vez que militarmente, eles já estavam sofrendo com a forte repressão do governo uruguaio.²⁴⁰

Mas se a criação dessa estrutura legal foi, no primeiro momento, um sopro de renovação e apoio diante das dificuldades que a repressão estava impondo, ela também significou um ponto de inflexão para a própria derrota dos Tupamaros. A quase inexistência de divisão entre o MI 26 e o MLN fez com que as forças do exército identificassem e prendessem massivamente militantes *Tupas*. Ao mesmo tempo, a relação estreita com o movimento guerrilheiro fez com que o MI 26 fosse vítima de forte repressão²⁴¹.

²³⁷Ibidem. pp. 338

²³⁸Ibidem. pp. 339

²³⁹Ibidem pp. 340

²⁴⁰ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 114.

²⁴¹Ibidem. pp. 114 - 115

É inegável o quanto esse período de retomada das tradições democráticas incidiu sobre as táticas do MLN-T, fazendo com que o mesmo procura-se se posicionar dentro dessa nova conjuntura. Esse contexto também foi responsável pela divulgação do *Programa de Gobierno del MLN*.

O *Programa de Gobierno del MLN* é um texto curto, que elenca os principais pontos a serem desenvolvidos pelo governo revolucionário. Os pontos são: *reforma agrária, indústria, comércio, crédito, reforma urbana, planejamento, capital estrangeiro, retribuição do trabalho, educação, saúde pública, aposentadoria e justiça*. É muito interessante perceber que nenhum desses pontos merece uma grande análise por parte da organização, e a cada um deles foi dedicado no máximo três parágrafos, sempre em tom propositivo, no sentido de indicar o que o governo revolucionário fará quando atingir o poder. Esse modo sucinto de apresentar um programa mínimo pode estar diretamente ligado ao fato de que não havia grande pretensão por parte do grupo de elaborar teoricamente como seria o governo revolucionário. Tristán afirma que:

“Y es que, aparte de *hacer la revolución*, las limitaciones que imponían su composición y su falta de debate teórico interno – por mucho que se justifique con aquello de que para qué hablar si aún no se ha tomado el poder, pues sólo serviría para enfrentarse – los llevó a carecer de toda a idea, o al menos formulación pública al respecto”²⁴².

Conforme aponta o historiador, não havia debates teóricos internos dentro do grupo que se preocupavam em definir quais seriam os projetos ou a forma de estruturar o governo revolucionário. Havia apenas as críticas aos partidos comunistas, acusados de perder tempo com debates teóricos gastando a energia para fazer a revolução. Desse modo, o programa não possuía um caráter definitivo:

“El levantamiento de ese programa no quiere decir que dejemos de apoyar cualquier otro programa de transición que tienda a los mismos fines, como los que han levantado la CNT y otras fuerzas populares”²⁴³.

O fato de introduzirem o programa de governo afirmando que ele não deveria ser entendido como o único - inclusive que o próprio grupo seguiria apoiando outras elaborações teóricas, como a da CNT - aponta para a interpretação de que o *Programa de Gobierno del MLN* não se comportou como uma fundamentação teórica decisiva para

²⁴²REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 159

²⁴³Programa de Gobierno del MLN. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cápura. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

a atuação da guerrilha. Nesse sentido, ele foi uma resposta a conjuntura daquele momento de atuação dentro das vias democráticas, diante das eleições de 1971.

O único debate valorizado pelos *Tupas* era aquele acerca da ação revolucionária. Já discussões sobre temas e propostas de governo eram encaradas como típicas do imobilismo presente no PCU e PS²⁴⁴. Essa aversão foi sistematizada no trecho do *Documento 3*: “En lugar de las palabras revolucionarias nosotros proponemos cambiar a la gente con hechos revolucionarios”²⁴⁵.

Tal concepção era oposta àquilo que propagavam os comunistas do PCU, para quem a discussão teórica tinha um papel fundamental não apenas como elaboração mas também como meio de conscientização²⁴⁶. E o MLN, o PCU e o PS cresceram e se transformaram nas grandes organizações da esquerda nos anos 1960 de modo relacional, em que uma era impactada e influenciada pela outra²⁴⁷.

A disputa pela hegemonia dentro da esquerda uruguaia durante os anos 1960 teve como protagonistas essas três organizações. E nesse ambiente, o PCU atacava os Tupas chamando-os de “aventureiros pequeno-burgueses” pois não possuíam nenhuma definição de seu programa político²⁴⁸. Portanto, a publicação do *Programa del Gobierno del MLN* se insere nessa chave de se portar como uma resposta aos ataques vindos de dentro da própria esquerda.

Ainda assim, é possível aferir certos aspectos interessantes ao analisar o Programa de Governo dos *Tupas*, observando o cunho socialista e o forte nacionalismo imbricado nas propostas²⁴⁹. E uma vez mais se observou o uso do espectro político de José Artigas. Ao falarem dos planos de governo para as áreas rurais, os Tupamaros dizem que: “Los trabajadores rurales que hoy tienen derechos precarios sobre la tierra, como los arrendatarios, trabajadores y medianeros, se les dará un derecho efectivo sobre ella: La tierra para quien la trabaja” (grifo original)²⁵⁰.

²⁴⁴DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales N 31, Universidad de La Republica, 2012. Pp. 116 e 117

²⁴⁵Documento 3. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁴⁶DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales N 31, Universidad de La Republica. 2012. p. 53

²⁴⁷Ibidem. p. 16

²⁴⁸REY TRISTÁN, Eduardo. Opus cit. p. 159

²⁴⁹Ibidem. p. 160

²⁵⁰Idem

A frase final, destacada no próprio documento foi atribuída a Artigas, que teria sido o primeiro político a elaborar um projeto de reforma agrária para o Uruguai²⁵¹. Nesse sentido, nota-se que no próprio Programa de Governo da organização se mostrava a faceta nacionalista, com a mobilização da figura de Artigas.

Toda essa conjuntura apresentada, que perpassou os anos de 1970 e 1971 marcou de modo decisivo a trajetória dos Tupamaros, se caracterizando pelos últimos atos da organização.

Mas a derrota da guerrilha não pode ser atribuída exclusivamente a essa relação mal organizada entre as bases clandestinas e legais. Ela foi resultado do enfrentamento direto e violento das forças do exército contra os militantes revolucionários. Os membros do MLN foram em sua grande maioria capturados e presos e outros tantos acabaram partindo para o exílio. A partir de agora serão traçadas algumas linhas acerca desse processo que levou a organização a acabar, tentando compreender quais foram suas causas.

1.13 As duas derrotas: o fim do MLN-Tupamaros.

Defendemos aqui a tese de que os Tupamaros lutaram em duas guerras, uma de enfrentamento militar e outra no campo da informação. Ambas foram perdidas e é seguro afirmar que essas duas derrotas estão intimamente ligadas e foram originadas nas inflexões que o grupo passou desde 1969, pois, se foi a partir dali que nasceu a tese de *jugar la carta de las masas*, aquele ano também significou o início das campanhas militares ostensivas. O mesmo *Documento 4* que apresentou a política de massas também versou sobre a mentalidade militar empreitada dali em diante:

“La nueva etapa de lucha exigirá y creará una nueva mentalidad en los combatientes. Mejor diríamos exigirá y creará la mentalidad de combate. Ello sucederá a nivel de cada combatiente, a nivel general, al nivel de la forma y el estilo con que se planificarán y ejecutarán las acciones militares del MLN en el futuro inmediato”²⁵².

Essa nova mentalidade militar explica a disparidade das ações da organização a partir desse período. Os Tupamaros adotaram uma linha mais violenta, fazendo ações militares mais intensas e causando grande comoção na opinião pública, a mais

²⁵¹DE TOURON, Lucía Sala; DE LA TORRE, Nelson; RODRÍGUEZ, Julio C. Artigas y su revolución agraria, 1811-1820. Siglo xxi, 1978.

²⁵²Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

emblemática delas, a tomada de *Pando*. Oscar Bruschera afirmou que a partir de então foi abandonada a fase “Robin Hood”, começando a etapa guerrilheira de enfrentamento²⁵³. Portanto, pode-se definir claramente como o ano de 1969 sendo um momento de transformação da organização, no que diz respeito a uma posição mais direta nas ações guerrilheiras e violentas.

Logo em seguida, os Tupamaros assassinaram Dan Mitrione, funcionário da CIA que estava no Uruguai cumprindo a missão de exportar as sofisticadas técnicas de tortura para as forças armadas daquele país. Ele foi sequestrado e levado ao *Cárcel del Pueblo*, em julho de 1970. A intenção da organização era trocar o agente da CIA por líderes do MLN que se encontravam presos na ocasião. Mas em decorrência das negativas de Pacheco Areco e a indisposição do governo uruguaio de negociar, os *Tupas* cumpriram a sentença e executaram Mitrione. Essa ação foi muito mal vista pela opinião pública e pela sociedade uruguaia de maneira geral, potencializada pelas ações do governo, que enviou o corpo para os Estados Unidos com honras de chefe de Estado e com grande comoção da sociedade estadunidense. Além disso, o dia de sua execução foi declarado dia de luto nacional, com Areco decretando fechamento dos serviços públicos em geral e até mesmo dos bancos²⁵⁴.

Essas ações forjaram a imagem de Mitrione como sendo um funcionário estadunidense exemplar e um excelente pai de família, fazendo com que seu assassinato fosse visto pela população como sendo um ato extremamente radical e sem propósito. O MLN começou a perder o apoio da opinião pública a partir desse fato. Os boletins da organização que foram analisados anteriormente procuraram esclarecer quais motivações os levaram a realizar tais atos. No entanto, Padrós afirma que os *Tupas* perderam a disputa da interpretação da morte de Mitrione, e que essa ação foi intensamente rejeitada²⁵⁵.

A intensificação das ações violentas também estão relacionadas com as prisões dos chamados dirigentes “históricos”, durante as ofensivas do governo nos anos de 1969 e 1970, que prenderam centenas de militantes Tupamaros, incluindo os que estavam presentes já na fundação da organização como Fernandez Huidobro e Raúl Sendic. Sua prisão fez com que o MLN passasse por uma transformação bastante sensível no caráter

²⁵³ BRUSCHERA, Oscar H. Las décadas infames. Análisis político 1967-1985. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986. pp. 45 - 46

²⁵⁴TORRES, Jorge. Tupamaros: la derrota en la mira. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002. pp. 125 - 126

²⁵⁵PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005, pp. 293 – 294.

da organização. Clara Aldrighi afirma que com a prisão das lideranças, foram alçados novos dirigentes ao conselho executivo dos Tupamaros que promoveram uma maior centralização na estrutura organizativa do mesmo, passando o controle de quase todas as células aos comandantes da célula 15²⁵⁶. Já Enrique Serra Padrós aponta que essa liderança que ascendeu à executiva tinha um caráter eminentemente militarista:

“A direção tupamara que se formou depois da prisão dos ‘históricos’ possuía um perfil diferente, pois se havia formado dentro de uma organização guerrilheira já atuante e onde o peso militar prevalecia em detrimento de uma perspectiva de mediação política e de procura de conexões com a sociedade civil. A nova liderança apostava na eficiência militar, nos aspectos organizativos e no verticalismo na tomada de decisões”²⁵⁷.

Para o historiador, isso aprofundou ainda mais a radicalidade e as ações mais violentas que aconteceram logo na sequência. Sobretudo porque o pragmatismo da organização e a ausência de um modelo teórico estruturado impediu a manutenção da linha política no momento em que os dirigentes da executiva foram presos²⁵⁸.

Mesmo com a reincorporação dos quadros históricos depois da fuga da prisão de *Punta Carretas* em 1971, a escalada da violência não se alterou, pois o cenário após a tomada de *Pando* foi de extrema reação por parte do governo, colocando as Forças Armadas no encalço dos Tupas. Com isso, a partir de 1969, a violência cotidiana no Uruguai foi se retroalimentando entre as ações revolucionárias do MLN e as medidas cada vez mais opressoras por parte do governo.

Com isso, a organização foi paulatinamente se isolando, tendo se intensificado ainda mais durante o ano de 1971, quando as articulações da esquerda em torno da *Frente Ampla* retomaram um modelo voltado para a via democrática. Com a derrota eleitoral da *Frente Ampla*, houve uma retomada ainda mais ferrenha das ações militares isolando-os ainda mais justamente no momento em que chegou ao poder Juan Maria Bordaberry, em 1972.

Padrós explica que com o presidente Bordaberry, houve uma prioridade por parte do governo de combater a organização até o seu extermínio, porque, dentre outras coisas, isso faria com que as forças armadas surgissem como protagonistas no cenário

²⁵⁶ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 91

²⁵⁷PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005, pp. 294 – 295.

²⁵⁸ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. Pp. 91 - 92

político²⁵⁹. Essa reação opressiva se desencadeou quando chegou ao fim a pacificação promovida pelo grupo durante a eleição. Diante da forte reação por parte do governo, a organização guerrilheira declarou guerra ao governo, por meio do *Proclama de Paysandú*. Internamente, eles debateram a questão por meio do *Plan Marzo*, que afirma que: “Es imposible ganar mayores contingentes de masa si no elevamos en cantidad y calidad el nivel de nuestra acción”²⁶⁰.

A partir dessa nova diretriz eles investiram contra quatro integrantes do Esquadrão da Morte, acusado de utilizar a tortura e matar pessoas para obter informações. Dentre esses sujeitos acusados de pertencerem ao esquadrão, um deles era Armando Acosta y Lara, importante político uruguaio. Após o grupo matar essas quatro pessoas, o governo promoveu uma perseguição como nunca antes havia acontecido. Vários centros operativos da organização foram atacados pelas próprias forças armadas e pelos *Comandos de Caza Tupamaro*, ocasionando a morte de 8 militantes²⁶¹.

Diante desse quadro, Bordaberry conseguiu a aprovação do *Estado de Guerra Interno*, suspendendo as garantias individuais e dando liberdade para as forças armadas atuarem livremente, utilizando qualquer tipo de ação para exterminar a guerrilha. Nos meses seguintes, quase mil militantes do MLN foram presos e os aparatos militares foram desarticulados, marcando com isso a derrota da guerrilha em Montevideu. Algumas colunas que estavam atuando no interior com a realização do *Plan Collar*²⁶² continuaram por mais alguns meses, mas suas lideranças foram descobertas ainda em 1972, durante uma reunião, ocasionando assim o fim daquelas colunas neste mesmo ano²⁶³.

Nesse sentido, é possível concluir que diversos fatores ocasionaram a derrota da guerrilha tupamara. Entre eles, se destacam o isolamento do grupo entre 1970 e 1971, fazendo com que estivesse sem respaldo popular no momento de maior enfrentamento com as forças da repressão. E o fim do apoio foi uma consequência da maior utilização de ações violentas, que foram recebidas negativamente por parte da opinião pública.

²⁵⁹PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. P. 338.

²⁶⁰Plan Marzo. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁶¹PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. p 339.

²⁶² Sobre os significados do Plan Collar, trataremos no capítulo 3.

²⁶³ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 115.

É por isso que alguns autores que procuram explicar a derrota do grupo entendem que os Tupamaros não respeitaram a tradição democrática existente naquele país, que não convivera com realidades violentas no desenrolar de sua história²⁶⁴. Enquanto o grupo agiu dentro de uma certa normalidade institucional que evitava a todo o custo o uso da violência, a população demonstrava até certo apoio aos seus atos. Diante da escalada da violência, que foi retroalimentada entre guerrilheiros Tupamaros e forças do governo, cada vez mais as massas olhavam negativamente para o MLN.

Todo o esforço de propaganda e política de massas que o grupo empreendeu com seus boletins não foi capaz de vencer essa batalha de narrativas, e nesse sentido, os Tupamaros perderam a guerra que travaram com o governo no campo da informação, sendo transformados nos inimigos da sociedade uruguaia. Portanto, a última fase da guerrilha foi marcada por um paradoxo: utilizavam-se de periódicos voltados para justificar as ações violentas, na intenção de obter o apoio da opinião pública e dos setores externos da organização. Com efeito, foram as próprias ações violentas que fizeram com que tais camadas retirassem o suporte ao grupo, isolando-o.

E dentro dessa conjuntura, o governo uruguaio promoveu o desmonte da guerrilha também no campo militar, com a prisão e desarticulação da organização, quando foi propagado o estado de guerra interno. E como Padrós defende em seu trabalho de doutoramento, os próprios Tupamaros foram utilizados por parte do governo como fator para deflagrar a Ditadura Militar no Uruguai. Alfonso Lessa mostra como o exército vendeu a imagem de que se não fosse a ação deles, os Tupamaros jamais cessariam as ações violentas, e isso deu respaldo para o governo entregar o poder para as mãos dos militares²⁶⁵. Nesse sentido, a derrota do MLN-Tupamaros aconteceu no campo simbólico e no campo militar, e também pode ser vista como a derrota da própria democracia naquele país, uma vez que ela foi utilizada como argumento na deflagração do golpe de Estado.

1.14 Exílio dos Tupamaros: trocas de experiências guerrilheiras na Argentina e no Chile e a reflexão sobre a metodologia armada.

Após a derrota militar em 1972, o MLN-Tupamaros praticamente deixou de existir em solo uruguaio, pois a grande maioria dos seus militantes foram presos ou

²⁶⁴ BRUSCHERA, Oscar H. Las décadas infames. Análisis político 1967-1985. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986. pp 56 - 57

²⁶⁵ LESSA, Alfonso. Estado de guerra. De la gestación del golpe del '73 a la caída de Bordaberry. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. 1996. p. 189

partiram para o exílio para escaparem da prisão. A grande maioria dos dirigentes históricos permaneceram presos durante toda a Ditadura Militar uruguaia, que se concretizou com o golpe de estado em 1973²⁶⁶. Outros dirigentes saíram do país em 1972, quando as forças do exército promoveram uma intensa repressão contra eles. Segundo Clara Aldrighi:

“Desde mediados de 1972, en plena ofensiva de las Fuerzas Conjuntas, se produjo la gran emigración de militantes del MLN y especialmente de algunos cuadros de responsabilidad aún en libertad. Se trató de un expatrio masivo pero planificado: en la mayoría de los casos se salía del país con autorización y financiamiento del MLN, documentación, observadores en el momento del embarque, vínculos en el lugar de arribo. Gran parte de las salidas se produjo por las vías ordinarias de Montevideo, Carrasco y Colonia. También se utilizó el cruce de frontera del río Uruguay”²⁶⁷.

Essas saídas por meios terrestres fizeram com que o principal lugar a receber militantes *Tupamaros* no exílio tenha sido a Argentina, que ainda experimentava um momento de liberdades democráticas, mesmo passando por intenso conflito interno²⁶⁸. A conjuntura acirrada no país vizinho, somada às expectativas em torno da vitória da Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, fizeram com que a grande maioria dos integrantes do MLN tenha seguido para lá, ainda que não houvesse a intenção de permanecer naquele país. A entrada no Chile era estratégica para que fosse possível ir até Cuba, destino final para a grande maioria dos militantes da organização guerrilheira. Uma vez na Ilha cubana, os militantes *Tupamaros* receberiam treinamento militar por parte do governo revolucionário, na intenção de reorganizar o movimento e voltar ao Uruguai, o que nunca aconteceu²⁶⁹.

Em primeiro lugar, é importante abordar a relação da organização com Cuba. Os *Tupamaros* sempre se reconheceram e se definiram como partidários da ideologia da revolução cubana, expressando isso em seus documentos. O *Documento 1*, de 1967, definia o grupo como *guevarista*, partilhando desse ideário através de símbolos, como

²⁶⁶ Os chamados nove reféns incluíram os líderes Raúl Sendic, Maurício Rosencof e Fernandez Huidobro e permaneceram presos e isolados até 1985. CF: SERRA PADRÓS, Enrique. Enterrados Vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. Espaço Plural, v. 13, n. 27, 2012.

²⁶⁷ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 117.

²⁶⁸ A Argentina viveu um contexto de intenso conflito interno, com a militarização de grupos de esquerda e de setores da direita, que passaram a se confrontar no espaço público. CF: PALERMO, Vicente. Ditadura Militar Argentina 1976-1983, A: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. EdUSP, 2007.

²⁶⁹ ALONSO, Jimena. Tupamaros en Chile. Una experiencia bajo el gobierno de Salvador Allende. Encuentros Uruguayos, n. 4, 2011.

frases de Che Guevara. As assinaturas dos documentos do MLN eram sempre as frases: "Se puede y se debe crear un mundo nuevo, con forma, técnica e ideas nuevas". "Por medio de la revolución y contra el imperialismo, la construcción de un nuevo mundo, para un hombre nuevo"²⁷⁰.

A adesão da organização ao projeto *guevarista* era ressaltada: "Suscribimos en todos sus términos el último documento de Guevara"²⁷¹. A referência feita ao último documento de Che, é a *Mensagem à Tricontinental*. A Mensagem à Tricontinental, escrita por Guevara nas montanhas bolivianas no início de 1967, demonstrou o caráter internacionalista da revolução pretendida, e também a intenção de colocar o *terceiro mundo* como o lugar da revolução²⁷². Foi visto por diversos autores como sendo uma das bases teóricas das teses *guevaristas*²⁷³.

Em 1968, foi divulgado o documento intitulado *33 preguntas a un tupamaro*, que foi uma espécie de entrevista que circulou em publicações da esquerda latino-americana e tinha como objetivo divulgar as ideias da organização. Ao serem questionados sobre um exemplo histórico, os militantes respondem que:

"Cuba es un ejemplo. En lugar del largo proceso de formación del partido de masas, se instala un foco guerrillero con una docena de hombres y este hecho genera conciencia, organización y condiciones revolucionarias que culminan con una verdadera revolución socialista. Ante el hecho revolucionario consumado todos los auténticos revolucionarios se ven obligados a lanzarse detrás"²⁷⁴.

Na definição dos Tupamaros eles são *guevaristas* e expressavam isso externamente. Mas se essa afiliação direta aconteceu no campo teórico, a relação com o governo cubano foi bastante inconstante. Guevara esteve presente no Uruguai em de 1962 e sua presença foi muito festejada por parte da esquerda daquele país. A partir do momento em que os Tupamaros se lançaram à guerrilha em 1965, não foi localizada informação sobre contatos feitos entre a organização e o governo cubano. O grupo

²⁷⁰Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁷¹Ibidem.

²⁷²LÖWY, Michael. (org). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo. 2ª edição ampliada, 2006. p. 303

²⁷³ Michael Löwy destaca que as principais teses revolucionárias do guevarismo são apresentadas por Che Guevara nos escritos: GUEVARA, Che. Guerra de Guerrilha, um método. (1963) In: Obra revolucionária, Ed. Era México, 1973 e GUEVARA, Che. Mensaje a La Tricontinental. (1967). In: Obra revolucionária, Ed. Era México, 1973. Opus cit LÖWY, Michael. (org) O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramos, 1999.

²⁷⁴30 preguntas a un tupamaro. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

sequer compareceu ao Congresso da OLAS, realizado em 1967, e que tinha como objetivo reunir todos os grupos revolucionário da América Latina, não teve a participação de nenhum integrante do MLN²⁷⁵.

Ainda que a organização se declarasse *guevarista*, alguns pontos teóricos se distinguiam consideravelmente, sobretudo no que dizia respeito a tática de guerrilha urbana. A estratégia defendida pelo MLN se distanciou daquela proposta por Guevara e da interpretação por Debray, de criação de focos guerrilheiros nas regiões rurais, fundamentalmente nas serras. Uma vez que não existiu tais condições naquele país, a saída foi adaptar essas estratégias para a guerrilha urbana, substituindo as montanhas pela cidade. Talvez esse aspecto tenha sido decisivo para que o governo cubano não tenha reconhecido o grupo uruguaio como sendo capaz de realizar a revolução social, uma vez que não havia sequer condições objetivas para tal. É preciso ressaltar que tais hipóteses são apenas proposições, que carecem de uma análise documental mais específica.

Essa situação mudou após a derrota militar do MLN em 1972, quando centenas²⁷⁶ de militantes Tupamaros encontraram abrigo na Ilha, e ali receberam apoio por parte do governo. Clara Aldrighi explica que a grande maioria desses militantes eram jovens, e que foram instruídos pela direção do MLN a estarem junto aos trabalhadores cubanos nas construções de casa e nos trabalhos fabris. Era uma intenção das lideranças que estava no exterior de promover uma “proletarização” nesses jovens militantes²⁷⁷. Já outra parcela de militantes receberam treinamento militar, com vistas ao regresso imediato ao Uruguai e à Argentina²⁷⁸. Essa intenção de regresso indica a permanência da organização e o objetivo de promover um projeto revolucionário, ainda que modificado. Nesse quadro, os Tupamaros participaram da tentativa de formação de uma atuação em conjunto entre os grupos, cada um de um determinado país, configurando assim uma visão voltada para um certo internacionalismo. Essa foi a experiência da *Junta de Cordinación Revolucionaria*, que reuniu integrantes dos

²⁷⁵ A OLAS contou com uma participação política bastante eclética, inclusive de Partidos Comunistas tradicionais, dentre os quais destaca-se entre, o secretário geral do Partido Comunista Uruguaio, Rodney Arismendi. CF: VILLAÇA, Mariana Martins. Cuba e a esquerda uruguaia: o Encontro da OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad, 1967) nas páginas de Marcha. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 59, 2017.

²⁷⁶ Os números apresentados por Clara Aldrighi dão conta de que aproximadamente 500 militantes Tupamaros estiveram em Cuba a partir de 1973, com o golpe de Estado chileno.

²⁷⁷ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 118.

²⁷⁸ Ibidem. p. 118.

Tupamaros somados aos militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, o MIR, do Chile, o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, ERP, da Argentina e o *Ejército de Liberación Nacional*, o ELN, da Bolívia²⁷⁹.

Em dezembro de 1972, no Chile, foi realizada uma reunião entre integrantes do MLN-Tupamaros, do ERP e do MIR, que formalizou a Junta de Cordinación Revolucionaria, a JCR. Segundo John Dinges, a ideia da JCR não era formar uma nova organização guerrilheira, mas sim de criar “uma infraestrutura, um aparelho internacional que propiciaria um apoio logístico, financeiro e militar mútuo”²⁸⁰. Portanto, essa experiência visava dar condições para os diversos grupos atuar nas suas lutas locais. Para os Tupamaros, em específico, a ideia era retomar a luta no Uruguai.

A ideia de atuação continental já era apresentada no Documento 1:

“Es un derecho y un deber que las organizaciones revolucionarias colaboren con sus máximas posibilidades en la construcción y elaboración de la estrategia continental. Las tareas nacionales e internacionales se complementan. Es necesario coordinarlas y conectarlas. No deben perjudicarse mutuamente.”²⁸¹

A chamada estratégia continental partia do argumento de que “La represión y la contrarrevolución se continentalizan. La revolución no debe detenerse en las fronteras nacionales”²⁸². Ou seja, como o inimigo são os Estados Unidos e o imperialismo americano foi visto como atuante por toda a América Latina, a resistência e o combate a eles também aconteceriam mediante uma estratégia continental. Tal perspectiva de atuação continental também foi pauta de outras organizações guerrilheiras latino-americanas.

Segundo Izabel Pimentel de Silva, o começo dessa articulação ocorreu quando centenas de integrantes do Ejército Nacional de Liberación foram capturados e mortos pelas forças de repressão do governo boliviano em 1967. Os sobreviventes rumaram para o Chile, onde encontraram forte apoio dos grupos de esquerda, principalmente dos *miristas* do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, partidários dos ideais cubanos²⁸³.

²⁷⁹DA SILVA, Izabel Priscila Pimentel. 4. En El Camino del Che”: Ditaduras Militares, Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul Nas Décadas de 1960 E 1970. Cadernos do Tempo Presente, n. 15, 2014.

²⁸⁰DINGES, John. Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul, São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp. 87 – 88.

²⁸¹ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

²⁸² Ibidem

²⁸³DA SILVA, Izabel Priscila Pimentel. 4. En El Camino del Che”: Ditaduras Militares, Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul Nas Décadas de 1960 E 1970. Cadernos do Tempo Presente, n. 15, 2014.

A partir desse primeiro contato entre os revolucionários bolivianos e os grupos de esquerda chilenos, houve uma relação mais orgânica.

Com a chegada ao poder de Salvador Allende, em 1970, o Chile se tornou um dos principais refúgios de exílio para os militantes políticos.²⁸⁴ Esse contexto democrático propiciou o contato de tais sujeitos, servindo como palco para a troca de experiências e debates entre os militantes da esquerda armada.

A experiência de organização em conjunto durou até 1977, quando a JCR foi dissolvida diante dos diversos golpes de Estado na América Latina, que atingiram o Chile em 1973 e a Argentina em 1976. De qualquer forma, sua existência revela certa disposição ao internacionalismo revolucionário por parte dos Tupamaros, e demonstra a troca de informações entre as organizações guerrilheiras que atuaram na América Latina durante os anos de 1960 e 1970.

Por outra parte, a experiência da JCR representa a continuidade do imperativo do uso da luta armada por parte dos Tupamaros, mesmo após sua derrota militar. Mas isso não foi comungado por toda a militância, resultando em uma divisão do grupo em 1974.

Clara Aldrighi afirma que a crise mais grave que gestou a divisão na própria direção da organização aconteceu em novembro de 1974, e foi resultado do debate sobre as formas de atuar depois da derrota militar. A direção que estava no exterior havia decidido pelo fim das ofensivas militares como tática daquele momento. Um ano mais tarde, essa decisão voltou a ser debatida, e uma parcela da direção defendia a retomada da luta guerrilheira. As parcelas de militantes contrários as ofensivas militares faziam isso por estarem olhando essa tática de maneira crítica, começando a questionar a própria guerrilha como método revolucionário²⁸⁵.

Esse processo de crítica ao modelo revolucionário da guerrilha foi iniciado pelos dirigentes Luis Alemañy, William Whitelaw, Lucas Mansilla y Kimal Amir, responsáveis por elaborar diversos documentos de autocrítica, abordando o isolamento da organização com as massas, visto como consequência do método da luta armada²⁸⁶. Após tais críticas, houve uma forte adesão por parte dos antigos militantes Tupamaros a essa nova corrente. Aldrighi afirma que:

²⁸⁴ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 199-220

²⁸⁵ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 119.

²⁸⁶LESSA, Alfonso. La revolución imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la lucha armada en el Uruguay del siglo XX. Editorial Fin de Siglo: Montevideo, 2002.

“Gran parte de los militantes en Argentina adhirió a la plataforma política de los ‘renunciantes’ y se desvinculó del MLN para formar una nueva organización, aglutinada en torno a un órgano de prensa, *Nuevo Tiempo*, y liderada por los cuatro dirigentes”²⁸⁷.

A partir dessa dissidência, os militantes Tupamaros que estavam em Cuba preparando para o retorno da guerrilha nos países do cone-sul se inseriram em movimentos de luta armada na Europa e na América Central²⁸⁸.

Portanto, sobre o tema da luta armada como ferramenta revolucionária, os Tupamaros se enfraqueceram como grupo e perderam sua união, fazendo com que se dissolvessem pouco a pouco. No entanto, as discussões dos *renunciantes* divulgadas no periódico *Nuevo Tiempo* foram fundamentais na retomada da organização em 1985. Nesse ano os presos políticos foram anistiados com o fim da Ditadura Militar no Uruguai e os Tupamaros voltaram a se organizar, mas como um Partido Político. Adolfo Garcé indica que a própria peculiaridade dos Tupamaros como guerrilha possibilitou uma melhor adaptação do grupo às arenas democráticas de disputa de poder²⁸⁹.

Os debates realizados sobre os motivos da derrota também podem ser encarados como mobilizador da transformação da guerrilha em partido político²⁹⁰. O grupo elegeu como principal falha o fato de não terem atingido as massas com seu projeto revolucionário²⁹¹. Isso representa a incidência da cultura política institucional do Uruguai na guerrilha tupamara, no sentido de que eles projetavam como fator fundamental da revolução ter o povo ao seu lado, o que não logrou êxito justamente pela metodologia do uso da violência. Desse modo, o grupo partiu para outra forma de atuação quando ocorreu a abertura política no Uruguai. Sendo assim, é possível concluir que os Tupamaros não apenas foram impactados pela cultura política própria do Uruguai, de caráter institucional e democrático, mas também se moldaram a ela para seguir atuando na vida política daquele país.

²⁸⁷ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. p. 121.

²⁸⁸Ibidem 123.

²⁸⁹GARCÉ, Adolfo. Ideologías políticas y adaptación partidaria: El caso del MLN-Tupamaros (1985-2009). Revista de ciencia política (Santiago), v. 31, n. 1, p. 117-137, 2011.. P. 120 - 121

²⁹⁰Ibidem. Pp. 123 - 124

²⁹¹ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. P. 122.

2. “O DEVER DE TODO O REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO!” A TRAJETÓRIA DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (1967 – 1974)

2.1 Introdução.

Nesse segundo capítulo, será analisada a trajetória da Ação Libertadora Nacional. Para isso, utilizaremos os documentos produzidos por seus militantes no período de atuação do grupo. Esses documentos podem ser divididos em dois grupos. O primeiro são textos teóricos que versavam sobre as estratégias de luta, a estrutura da organização e o caráter do projeto revolucionário. Eles eram voltados para os próprios militantes da organização ou então para setores que integravam o espectro político da esquerda. O outro grupo de fontes são panfletos ou publicações periódicas que se destinavam para a população que não estava organizada em nenhum movimento.

Ao analisar a experiência guerrilheira observou-se como a organização surgiu da crise da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro e do impacto que o Golpe de 1964 teve entre as esquerdas brasileiras, mas mesmo sendo uma dissidência do PCB, sua tradição política incidiu diretamente no grupo, servindo de base para o seu projeto revolucionário. Foi possível identificar duas fases distintas na ALN. A primeira que vai de 1967 até 1969 e outra entre os anos de 1970 e 1974. Essa distinção revelou como o endurecimento do regime militar moldou a tática guerrilheira, indicando o quanto o cotidiano clandestino deixou pouco espaço para concepções ideológicas servirem de guia.

Também, espera-se demonstrar como seus militantes comungaram de uma mesma crença na inevitabilidade do processo revolucionário a partir da metodologia da luta armada, criando assim um imaginário político que mobilizou toda a experiência guerrilheira.

2.2 A Ação Libertadora Nacional como dissidência do PCB.

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização de luta armada formada no ano de 1967, fruto de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Para alguns estudiosos do tema, a ALN nasceu sob impacto direto do Congresso da

Organização Latino-Americana de Solidariedade, a OLAS²⁹², pois foi em Cuba que Carlos Marighella²⁹³, fundador e principal líder da ALN escreveu a *Carta de desligamento do PCB*, na qual explicitou ter abandonado por completo outras propostas de resistência e de luta contra a ditadura que não fossem a via armada²⁹⁴.

No entanto, o Golpe militar²⁹⁵ de 1964 tem importância decisiva na criação da ALN. A instauração do regime ditatorial modificou as estruturas políticas, econômicas e culturais presentes na sociedade brasileira. Ocorreu a institucionalização do aparelho repressivo que cerceou as oposições e deu início ao processo de caça aos comunistas, identificados como o inimigo interno do regime. Essa configuração do regime militar foi embasada pela Doutrina de Segurança Nacional, instaurando a lógica da contra insurgência.²⁹⁶

²⁹² Esse congresso tinha como objetivo colocar Cuba como gestora e base de apoio das revoluções latino-americanas, e no qual foi lida a mensagem que Guevara escreveu nas montanhas bolivianas. O guerrilheiro defendia o conceito de revolução mundial, o internacionalismo operário e a inevitabilidade da luta armada CF: LÖWY, Michael. (org). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo. 2ª edição ampliada, 2006 p. 9 – 10. E BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 575.

²⁹³Marighella começou na política ainda quando morava na Bahia, se filiando ao PCB em 1934. Quando o Partido experimentou sua experiência de liberdade, durante o ano de 1946, Marighella foi eleito deputado estadual na Bahia. No mesmo ano perdeu seu mandato uma vez que o Partido foi posto na irregularidade. A partir de então, Marighella passou a ocupar diversos postos diretivos do Partido Comunista Brasileiro, e depois de sua viagem à China, veio para o Sudeste e passou a morar, primeiro no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo. CF: MAGALHÃES, Mário. Marighella. O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

²⁹⁴Marighella, que em 1965 era secretário executivo do Partido em São Paulo, se tornou um dos principais críticos da atuação do PCB, defendendo que outras formas de luta fossem utilizadas para além da via democrática. Essa formulação apareceu pela primeira vez de maneira sistematizada em seu livro publicado em 1965, intitulado *Porque resisti à prisão*. Nesse livro, ao relatar a abordagem de agentes do DOPS em 1964 ao tentarem prendê-lo em um cinema de São Paulo, Marighella criticou a incipiente resistência da esquerda à Ditadura Militar. Já no livro *A Crise brasileira*, de 1966, é que a luta armada aparece como força que desencadearia o processo de derrocada do regime autoritário. CF: MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão?* São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba Olodum, - 1995; MARIGHELLA, Carlos. *A crise brasileira*. Escritos de Carlos Marighella, 1979. E MAGALHÃES, Mário. Op. Cit.

²⁹⁵Concordamos com a caracterização feita por Carlos Fico e Marcos Napolitano de que o Golpe de 1964 foi civil-militar enquanto que o regime que o sucedeu foi essencialmente militar, ainda que apoiado por setores da sociedade civil e grupos econômicos específico. CF: FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

²⁹⁶Sobre as características da ditadura brasileira CF: FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. *Análise da construção do inimigo interno* CF: PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit., pp. 54 - 56

Após o golpe de 1964, a luta armada ganhou destaque na esquerda brasileira, principalmente em alguns setores do PCB.²⁹⁷ Mas a direção do Partido optou pela via da luta democrática, criticando práticas políticas que não fossem consideradas massivas, criando uma tensão interna entre setores favoráveis e contrários à via armada. Os setores favoráveis se fortaleceram com a realização do Congresso da OLAS e passaram a adotar a concepção *guevarista*, defendendo que a luta armada deveria ser central no processo de combate contra o regime militar.²⁹⁸ A OLAS tinha exatamente o propósito de apoiar os movimentos de luta armada e grupos guerrilheiros no chamado terceiro mundo, como uma espécie de nova “Internacional”. A *Mensagem à Tricontinental*, escrita por Guevara nas montanhas bolivianas no início de 1967, demonstra o caráter internacionalista da revolução socialista, e também a intenção de colocar o terceiro mundo como o lugar da revolução²⁹⁹. A declaração final da OLAS afirmava que “o dever de todo revolucionário era fazer a revolução, uma vez que já existiam condições no continente para tanto³⁰⁰”.

A importância da OLAS fez com que a historiografia projetasse uma imagem da ALN como sendo uma organização de luta armada de orientação *guevarista*. No entanto, como será visto ao longo do capítulo, mesmo que tais ideias tenham incidido no pensamento de Marighella, outras ideologias e fenômenos políticos também tiveram importância na formação da ALN. Isso se observa de maneira ainda mais decisiva, ao considerarmos a cultura política comunista hegemônica no Brasil pelo PCB durante a primeira metade do século XX. Para entender a formação da ALN, é preciso recuperar o processo da perda da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro dentro da esquerda deste país³⁰¹.

²⁹⁷SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras. (1959 – 1974) Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH. Unicamp, 2005 p. 70

²⁹⁸Ibidem p. 71

²⁹⁹LÖWY, Michael. (org). Op. Cit., p. 303

³⁰⁰Ibidem, p. 321

³⁰¹Segue-se aqui o conceito de hegemonia presente na obra de Gramsci e entende-se que, por diversos fenômenos, apropriações e lutas internas, o Partido Comunista do Brasil, criado em 1922, foi hegemônico dentro da esquerda brasileira até a década de 1960. Essa interpretação se respaldou no texto de Rodrigo Patto Sá Mota que serviu de introdução na obra *Comunistas Brasileiro*. CF: GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. E MOTTA, Rodrigo Patto Sá A. *Cultura política comunista: alguns apontamentos*. IN: *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

2.3 Fim da hegemonia pecebista na esquerda brasileira: relatório Krushev e o caminho pacífico para revolução.

A partir de 1964, o Brasil mergulhou em um período de fim das liberdades democráticas e as aspirações da esquerda, que eram capitaneadas pelo PCB, foram totalmente pulverizadas. O Partido Comunista Brasileiro, principal órgão da esquerda à época foi duramente criticado por diversos setores da própria esquerda por duas questões: ter interpretado de maneira equivocada o projeto político de João Goulart, e não ter se preparado para resistir ao golpe, passando a ser visto por alguns setores da esquerda como grande responsável por aquela derrota.

Durante o governo de Goulart, ligado às correntes trabalhistas e herdeiro político de Getúlio Vargas, foram defendidos projetos de mudanças estruturais para a sociedade brasileira, tais como a reforma agrária, a reforma universitária e a reforma política. O PCB, liderado nacionalmente por Luiz Carlos Prestes, optou por apoiar as “reformas de base” de Jango, seguindo o princípio defendido pela IV Internacional Comunista, que fazia a leitura do processo revolucionário brasileiro – e nos demais países do chamado terceiro mundo – a partir da perspectiva etapista da revolução comunista³⁰². Segundo as diretrizes assumidas nesse congresso, os países não industrializados ainda possuíam características “pré-capitalistas”, e portanto, precisavam realizar a revolução burguesa para posteriormente caminharem para o socialismo. Sendo assim, a primeira fase do processo revolucionário aconteceria a partir da união de classes sociais, incluindo a burguesia nacional, com vistas à desenvolver a economia brasileira.

Essa ideologia pecebista se destacou durante os anos 1950, e teve como expressão o relatório de março de 1958, originado no congresso do partido e que indicou o privilégio da via pacífica no processo revolucionário ao mesmo tempo que definia como eixo de atuação o rompimento com o imperialismo norte-americano. Portanto, em 1958 o PCB definiu sua agenda como sendo o da luta democrática em prol do desenvolvimento econômico para acabar com a dependência estadunidense. Influenciados por essa leitura, integrantes do PCB vislumbravam nos governos chamados de nacionais-desenvolvimentistas uma forma de realizar essa primeira etapa do processo. Isso se intensificou com as propostas reformistas feitas por Goulart, vistas,

³⁰²DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: História do marxismo no Brasil. v. 3. Teorias. Interpretações. MORAES, João Quartim de. (Org.) Campinas: Editora da Unicamp, 1998. pp. 201-244

pelo PCB, como uma possibilidade de desenvolver essa primeira etapa no processo revolucionário brasileiro.

Essa posição pecebista se consolidou após a divulgação do relatório Krushev de 1956, que mostrou ao mundo os crimes cometidos por Stálin.³⁰³ A divulgação desse relatório impactou fortemente o PCB, levando-o à adoção do princípio da coexistência pacífica, linha adotada pelo Partido Comunista da União Soviética. O princípio de coexistência pacífica delineava certos pontos que condenavam o conflito direto na revolução e apontavam uma transição pacífica para implantar o comunismo³⁰⁴. Aqui se percebe a tendência interna do Partido Comunista Brasileiro de fazer a leitura da realidade brasileira a partir do pensamento do PCUS. E foi a partir dessa inflexão que o PCB tomou os rumos de optar pela via democrática no processo revolucionário.

Ainda que essa linha tenha se tornado hegemônica dentro do partido, ela foi criticada por alguns de seus integrantes, como pode ser verificado na cisão que levou à criação do PC do B, o Partido Comunista do Brasil³⁰⁵. Ainda assim, mesmo com a dissidência desse grupo, os questionamentos feitos às diretrizes do partido ainda não questionavam a escolha da metodologia de atuação na esfera legal e democrática e sim as alianças de classe propostas pela declaração de março. Portanto, até 1964 não se verificou grupos na esquerda brasileira que adotavam o uso da violência como estratégia para realizar a revolução³⁰⁶.

³⁰³CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972. Graal, 1982.

³⁰⁴DE OLIVEIRA, Eder Renato. Metamorfoses políticas na esquerda brasileira: do IV Congresso (1954) à Nova Política (1958) do PCB. Faces da História, v. 3, n. 1, p. 159-181, 2016.

³⁰⁵O PC do B nasceu em Setembro de 1962, após um grupo de militantes que criticaram as modificações feitas no estatuto do PCB em 1961 terem sido expulsos. Esse grupo havia lançado um manifesto chamado de “Manifesto dos Cem”, acusando o PCB de que tais modificações aprovadas seria a própria “negação do partido revolucionário”. Acusados de tentar fracionar o partido, foram expulsos, formando no ano seguinte o Partido Comunista do Brasil, que se aliaria do ponto de vista teórico ao maoísmo e ao Partido Comunista Chinês, que seguia com os fundamentos stalinistas. RIBEIRO, Adriana Maria.; SALES, J. R. . Da luta armada aos movimentos sociais: a trajetória do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha. In: SALES, Jean Rodrigues. (Org.). Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil.. 151ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015. pp. 135-160.

³⁰⁶É comum as análises acerca da luta armada brasileira retomarem a experiência das Ligas Camponesas, principalmente no engenho da Galiléia, em Pernambuco, como sendo um primeiro fenômeno de uso da violência para a transformação social. Ainda que se concorde com essa interpretação é preciso destacar o conflito entre as Ligas e o PCB, que a despeito das tentativas, nunca conseguiu atuar como direção do movimento no campo brasileiro justamente pela adesão a via pacífica e sua proposta de aliança de classes. Nesse sentido, as Ligas Camponesas jamais estiveram atreladas de maneira orgânica ao PCB e em nenhum momento foram recuperadas pelos grupos armados que surgiram no Brasil a partir de 1967. Portanto, ainda que as Ligas Camponesas sejam significativas elas não compuseram um fator decisivo para a adesão de alguns militantes ao projeto de luta armada. CF: FERREIRA, André Lopes. A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974). 2004. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004.

Após o golpe de 1964 se delineou forte tensão no PCB. O partido perdeu importantes quadros políticos. Nesse momento, Carlos Marighella apareceu como articulador das críticas ao partido em publicações teóricas. Começou a ganhar destaque a discussão sobre a luta armada para confrontar o regime militar³⁰⁷. A direção do partido permaneceu defendendo a chamada via de luta democrática, organizando a resistência através do levante de massas e criticando práticas políticas que não fossem consideradas populares³⁰⁸. Marighella, à revelia da diretriz partidária, começou a defender outras formas de luta para além da via democrática.³⁰⁹ A incorporação da luta armada no plano de ação contra o regime ganhou corpo gradualmente em seu pensamento, aparecendo pela primeira vez de maneira sistemática em seu livro publicado em 1965, intitulado *Porque resisti à prisão*³¹⁰. Nesse livro, ao relatar a abordagem de agentes do DOPS em 1964 que tentaram prendê-lo em um cinema de São Paulo, Marighella criticou a incipiente resistência da esquerda ao golpe³¹¹. Formulou propostas de luta contra a Ditadura, defendendo a ampla resistência popular contra o regime, que não teria acontecido no momento do golpe, quando as esquerdas teriam permanecido isoladas e sem base popular. É nítido o marco do golpe em seu pensamento.

O rompimento formal de Marighella aconteceu com a divulgação da *Carta ao comitê Central*, enviada de Cuba para o Partido Comunista Brasileiro, em que ele afirmava a decisão de promover a luta armada no Brasil. Criticando o imobilismo do Partido, ele diz que desejava “tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança”³¹². Marighella deixa claro que, na sua visão, o PCB não tinha ferramentas para enfrentar a ditadura, pois apostava de maneira restrita no caminho pacífico.

Nesse sentido, a carta de Marighella não foi apenas a manifestação de seu desligamento, mas também uma espécie de chamado aos demais militantes do PCB que também enxergavam o esgotamento da via pacífica e acusavam o imobilismo pecebista

³⁰⁷SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras. (1959 – 1974) Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH. Unicamp, 2005p. 70

³⁰⁸Ibidem p.71

³⁰⁹MAGALHÃES, Mário. Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012

³¹⁰MARIGHELLA, Carlos. Porque resisti à prisão? São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba Olodum, 1995.

³¹¹Ibidem

³¹²Carta ao comitê central. In: MARIGHELLA, Carlos. A Crise brasileira. In: Escritos de Carlos Marighella. 1979. Opus cit.

como um dos motivos para a derrota no golpe. O desligamento formal representou o processo final de ruptura já iniciado com a obra *Porque resisti a prisão?*

Cuba apoiou materialmente o projeto de Marighella e projetou a ALN como a organização capaz de realizar a revolução no Brasil oferecendo treinamento para seus militantes³¹³. Entre julho de 1967 e setembro de 1971, a ALN enviou 82 militantes à Cuba³¹⁴. Ou seja, o congresso da OLAS consolidou a adoção da via armada que já vinha sendo projetada internamente e o apoio material foi mais significativo do que as afiliações ideológicas. Apesar de exercer influência na ALN, o modelo cubano não foi apropriado na sua totalidade e não foi o único a ser vislumbrado. China, Vietnã e Argélia também eram destacados, demonstrando que o modelo teórico era menos importante do que o método empregado.

Nesse sentido, a opção pela via armada foi uma marca do fim da hegemonia pecebista na esquerda brasileira, sendo uma espécie de reação à derrota desmoralizadora que o golpe representou, criando um grande fantasma. E esse fantasma acabou se tornando decisivo para que militantes aderissem à via armada, ao condenarem o modelo político de coexistência pacífica como responsável pelo golpe.

A adoção da luta armada foi intensificada pelas mobilizações estudantis entre 1967 e 1968³¹⁵, bem como as greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968.³¹⁶ Estas representaram uma ideia de que havia uma base social possível de ser mobilizada pela esquerda brasileira. E que havia condições para organizar a luta contra ditadura, o que faltava era deflagrar o processo com o uso da luta armada.

Os modelos estrangeiros de Cuba, China, Vietnã e Argélia representavam experiências vitoriosas e foram resinificadas pelos militantes da ALN, contando com forte incidência da tradição política do PCB. No próximo tópico serão apresentados os principais militantes da organização, e serão analisados alguns aspectos da tradição pecebista da ALN.

³¹³Denise Rollemberg afirma que o governo Cubano enxergou na ALN a organização com mais condições de realizar a revolução. ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à luta armada no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

³¹⁴Ibidem.

³¹⁵DO VALLE, Maria Ribeiro. 1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

³¹⁶SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito oculto: trabalhadores e regime militar no Brasil. Revista em pauta, v. 12, n. 33, 2014.

2.4 O agrupamento comunista: os primeiros passos da ALN.

A primeira manifestação do grupo articulado por Marighella foi o texto intitulado *Pronunciamento do agrupamento comunista em São Paulo*. Publicado em fevereiro de 1968, e que circulou internamente nos órgãos de discussão do partido. Foi assinado como *Agrupamento Comunista de São Paulo*, tendo como integrantes iniciais além do próprio Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati, Adolfo Costa Pinto, Oswaldo Lourenço e Raphael Martinelli. O grupo de militantes anunciou o rompimento final com o Comitê Central do PCB, alegando como motivo a discordância da posição pacífica. Também se afirmou a adoção da posição defendida pela OLAS: “A linha política da ‘Declaração Geral da OLAS’ é a linha que adotamos”³¹⁷.

O principal objetivo do documento era dar visibilidade para a nova organização no seio da esquerda. Ele possui como interlocutor o militante comunista. Observa-se o uso de linguajar característico de militantes, o que revela que não havia ali a intenção de falar ao público mais amplo. Além disso, o final do documento elenca uma série de “tarefas revolucionárias”, que tomam o sentido de convocação. É por isso que o primeiro trecho do documento critica o PCB e faz a defesa da guerrilha como forma de luta. O trecho final desse manifesto retoma essa crítica e reafirma a decisão da luta armada, dizendo que “a mesa de discussão hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha”. Portanto, o papel desse primeiro documento do *Agrupamento Comunista*, é o de afirmar o projeto da via armada.

“Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiriam outro Comitê Central, com os mesmos vícios e deformações, já por demais conhecidas.”³¹⁸

Por um lado, tal discurso visa confrontar a hegemonia da esquerda partidária existente, o imobilismo das organizações partidárias, sua burocracia e discussões teóricas inócuas.³¹⁹

³¹⁷Carta ao comitê central. In: MARIGHELLA, Carlos. A Crise brasileira. In: Escritos de Carlos Marighella. 1979. Opus cit. p. 131

³¹⁸Carta ao comitê central. In: MARIGHELLA, Carlos. In: Escritos de Carlos Marighella. 1979. Opus cit

³¹⁹REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

Por outro lado, a *ação* é fundamental no pensamento da ALN, sendo definidora da atuação do grupo ao longo de sua trajetória. Ressalta-se esse princípio como sendo o elo de ruptura dentro da tradição da esquerda brasileira que não reagiu diante do golpe de 1964.

Esse documento revelou diversos aspectos centrais das posições tomadas pela nova organização comunista, ressaltando que o trabalho revolucionário deveria começar imediatamente. Por isso, para o *Agrupamento Comunista*, “o plano de trabalho logístico precisa ser posto em prática desde já”. E são estabelecidos o operário e o camponês como os agentes da revolução. Ao tratar do apoio logístico à guerrilha, o documento cita que,

“para isso merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. Por sua vez, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se ela não estiver intrinsecamente vinculada a eles e não contar com seu apoio”.³²⁰

Esses sujeitos seriam responsáveis por compor o exército revolucionário:

“Enfim, o que queremos é construir a estrutura global necessária ao desencadeamento e enraizamento da guerrilha, com seu núcleo armado operário camponês, visando transformá-lo num exército revolucionário de libertação nacional”³²¹.

Esse trecho do texto é a expressão de como os líderes da ALN pensavam a revolução brasileira. Para eles, o papel da organização seria servir como vanguarda que visava deflagrar a luta que depois seria enraizada até formar o exército de libertação nacional. Nesse sentido, a pretensão do grupo não era fazer a revolução com apenas aqueles poucos militantes, mas sim servir como desencadeamento do processo revolucionário que teria como protagonista a composição do bloco operário-camponês.

Os debates sobre sujeitos revolucionários é vasto no mundo das esquerdas. De certo modo, a tradição responsável por continuar as ideias de Karl Marx reforçaram o operário como sujeito histórico privilegiado, e por isso a revolução comunista aconteceria em contextos de países industrializados. Essa ideia foi consagrada durante a III Internacional Comunista, que ocorreu na Rússia em 1919, que também definiu como

³²⁰Pronunciamento do agrupamento comunista. MARIGHELLA, Carlos. In: Escritos de Carlos Marighella. 1979. Opus cit

³²¹Ibidem

estratégia a exportação da revolução para os demais países. Na resolução desse congresso, os chamados países não industrializados deveriam primeiro promover o desenvolvimento capitalista visando surgir a camada dos proletariados. Foi essa a visão que pautou a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, como uma sessão nacional da III Internacional Comunista.

2.5 O papel do operário e do camponês na tradição comunista brasileira

Essa tradição de compreender o operário como sendo o agente em potencial da revolução comunista sofreu questionamentos na realidade brasileira, porque a conjuntura nacional possuía uma forte presença do trabalhador rural e as relações no campo eram distintas daquelas apresentadas na fábrica. Dentro do PCB, alguns militantes e intelectuais procuraram pensar quais eram as especificidades do caso brasileiro e, principalmente, qual seria o papel do camponês³²² nesse processo.

O primeiro sinal de atenção do PCB voltada para as massas de trabalhadores rurais aconteceu com a criação do Bloco Operário Camponês, o BOC, em 1927, que ao substituir o Bloco Operário (BO, fundado em 1922) demonstrava o desejo dos dirigentes do partido de incorporar em suas fileiras esse sujeito histórico, na composição da *frente ampla*³²³. No entanto, Astrojildo Pereira, um dos principais dirigentes do PCB àquela época, afirmou em suas memórias que “o camponês não passava de uma palavra na sigla BOC”. Segundo Pereira, apesar de ser um desejo e um propósito, não foi feito nada de prático para cumprir esse objetivo porque o partido não sabia como fazê-lo³²⁴.

Segundo Leonardo Soares dos Santos, com a formação da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, o camponês ganhou destaque entre os comunistas brasileiros, sendo incorporado ao amplo projeto de aliança para a revolução brasileira. E mesmo com a derrota da insurreição de novembro de 1935, o Comitê Central a considerou vitoriosa e consagrou aquela linha política de ampla aliança, considerando a figura do camponês como sendo central no processo³²⁵. Durante a década de 1940 os debates

³²²KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.

³²³DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo. (Org.) História do marxismo no Brasil, v. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. pp. 32 - 33

³²⁴Idem.

³²⁵DOS SANTOS, Leonardo Soares. Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa”(1927-1947). Revista, v. 3, n. 2, 2015. p. 414

internos no PCB levaram o partido a adotar a estratégia de se consolidar como um partido de massas e para isso estabeleceu-se como prioridade a atuação no dia a dia e nos problemas locais dos trabalhadores brasileiros, estivessem eles nas fábricas ou nas fazendas³²⁶. No momento em que o partidão se definiu como uma das principais forças da esquerda brasileira, com diversos deputados eleitos em 1946, ele projetou o imaginário dos sujeitos revolucionários na aliança operário-camponesa.

Essa tradição construída ao longo das três primeiras décadas da trajetória pecebista impactou de modo considerável o pensamento da esquerda brasileira e continuou sendo um prisma nos anos que se seguiram. E nesse sentido, a visão dos sujeitos revolucionários que permearam o discurso da Ação Libertadora Nacional quando esta foi fundada em 1967 ainda era representativa da tradição pecebista. Portanto, mesmo que no plano do discurso houve repetidas vezes a ideia de ruptura com essa tradição no que dizia respeito ao suposto imobilismo partidário, a ALN teve forte incidência dela na sua linha ideológica, como a interpretação dos sujeitos revolucionários demonstra. Mas esse imaginário sobre os sujeitos da revolução não foi o único exemplo. O viés etapista da revolução brasileira e a ampla aliança de classes no processo também aparecem na ideologia da ALN e como será debatido a partir de agora, também eram baseados no pensamento pecebista.

2.6 Composição social da ALN: pecebistas de primeira hora e juventude do movimento estudantil.

Os primeiros militantes da nova organização comunista eram majoritariamente quadros políticos pecebistas. Mas, antes de analisar esses componentes, é preciso destacar algumas questões que dificultam a precisão dessa identificação.

Em primeiro lugar, a organização era de caráter clandestino, logo era princípio da mesma não fazer registro de quem a integrava. Por outro lado, havia uma grande quantidade de pessoas que não eram militantes, mas que prestavam algum apoio, por meio dos chamados “grupos independentes”. As pessoas que faziam parte desse setor não podem ser entendidas como integrantes do grupo, ainda que tivessem relação com ele.

³²⁶Ibidem. p. 416

Marcelo Ridenti, já mapeou de modo bastante completo as origens sociais dos militantes.³²⁷ Desse modo, a discussão acerca dos militantes versará sobre aspectos da formação política, que indicam supostas permanências da tradição pecebista³²⁸.

Os dois principais articuladores da fundação da ALN, e também os primeiros a liderar o grupo foram Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. O primeiro já foi apresentado. Joaquim Câmara Ferreira foi militante histórico do PCB, tendo ingressado no partido em 1933. Formado em jornalismo, atuou na função de direção dos órgãos de imprensa do partido³²⁹. Elegeu-se vereador em 1946 por Jaboticabal, cidade do interior de São Paulo, mas quando o partido foi posto na ilegalidade perdeu seu mandato. Depois disso, viajou para a União Soviética, onde passou cerca de uma década estudando o marxismo-leninismo com o PCUS. A trajetória de Ferreira, conhecido ainda nos tempos pecebistas como *Velho*, mostra que ele era um quadro político muito importante do partido, principalmente por ter sido escolhido para a viagem à União Soviética, tarefa restrita a poucos militantes³³⁰. Rompeu com o PCB junto com Marighella, em 1967, participando da elaboração do *Manifesto do Agrupamento Comunista*. Ferreira faz parte da categoria de militantes que romperam com o partido diante da derrota representada pelo golpe de 1964, juntamente com Edmur Camargo, Rolando Frati, além de outros que tiveram toda sua trajetória no Partido Comunista Brasileiro³³¹.

Neste conjunto de integrantes da ALN que possuíam uma relação orgânica com o PCB, se enquadram os dois irmãos Alex de Paula Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira.

³²⁷ O trabalho de recomposição social sobre os militantes da ALN foi foco da pesquisa de Marcelo Ridenti sobre as esquerdas armadas no Brasil, em que o autor utilizou os processos do acervo Brasil: Nunca Mais, que revelavam identidade, organização a qual pertencia, ocupação, etc. Entende-se que nenhum arquivo consultado seria capaz de oferecer resultados melhores do que aqueles apresentados para o autor. Nesse sentido, para informações sobre as origens sociais dos militantes, conferir: RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.

³²⁸ A pesquisa de Marcelo Ridenti e até mesmo o trabalho de Daniel Aarão Reis filho, bem como os documentos revelam uma certa preponderância de militantes que integravam setores das classes médias, como foi o caso da grande massa de estudantes que compuseram a ALN, bem como jornalistas e professores universitários ou de ensino básico. Mas não se pode desprezar o conjunto da classe trabalhadora que se inseriram na luta armada. Em sua pesquisa, o sociólogo revela que entre os 1897 processados pela justiça militar como pertencentes aos grupos de esquerda, 16,39 % podem ser classificados como “trabalhadores sociais de base”. Mas no caso da ALN, como será sugerido posteriormente, essa inserção aconteceu diante de caminhos peculiares. CF: RIDENTI, Marcelo..Opus cit.p. 163.

³²⁹ PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Portal Memórias da Ditadura. <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iuri-e-alex-de-paula-xavier-pereira/index.html> acesso em 26/10/2017

O caso deles é peculiar pois eram muito mais jovens do que os demais militantes citados anteriormente, possuindo, respectivamente, 19 e 20 anos quando entraram para a organização clandestina, em 1968. Durante o ensino secundário, Iuri passou a atuar no movimento estudantil em 1965 quando entrou na Escola Técnica Nacional, sendo responsável pela fundação da União Nacional dos Estudantes Técnicos Independentes, a UNETI. Ao mesmo tempo em que militava com os estudantes, ele também foi responsável por organizar o Comitê dos Secundaristas do PCB, que passou então a ser um lugar de intensa crítica das teses da via pacífica. Alex, um ano mais novo que Iuri, também ingressou na juventude do PCB e passou a atuar destacadamente na luta interna no partido³³².

A partir do caso dos irmãos Xavier Pereira é possível discutir a importância da figura de Carlos Marighella, responsável por atrair diversos militantes jovens. Isso fica bastante evidente na carta que Iuri Xavier Pereira enviou a sua mãe meses antes de ser morto e ter seu corpo ocultado pelos órgãos do regime.

“Quero que você tenha a certeza que, haja o que houver, serei sempre fiel ao seu exemplo e ao de Marighella. Não mancharei a firmeza que me deram. Qualquer coisa que houver, saberei preservar a organização, pois a vacilação diante do inimigo não faz parte do que aprendi.”³³³

Aqui também se nota um componente importante na formação do quadro social da ALN, jovens oriundos do movimento estudantil. Entre 18 e 25 anos. Essa característica, porém, não foi de exclusividade desse grupo, nem apenas do Brasil, como será abordado no capítulo seguinte.

Há um predomínio de comunistas na formação política da ALN inclusive entre os militantes mais jovens. Todavia, alguns militantes que integraram a ALN tiveram formação política distinta. Caso de Manoel Cyrillo, estudante secundarista que não militava no movimento estudantil e sequer participava de discussões políticas ligadas a grupos partidários. Também foi o caso do estudante Carlos Fayal de Lira, que mesmo tendo participado de manifestações organizadas pelo movimento estudantil, não tinha relação direta com o PCB quando ingressou na organização. Edson Teixeira Silva Junior argumenta que a entrada desses militantes foi proporcionada pela amplitude do projeto da ALN, principalmente a visão anti-imperialista e de libertação nacional. Outro

³³²Ibidem.

³³³CF: ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. FICO, Carlos et al. Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas, v. 1, p. 247-274, 2008.

ponto fundamental era a atração que a ALN exercia pelo fato de ser vista por esses militantes como uma “linha brasileira”³³⁴. A isso, soma-se o horizonte voltado para a *ação*. Pois o que guiava a mesma era “fazer atos revolucionários”³³⁵. Sem dúvida alguma tal postura foi importante para que pessoas de outros setores políticos adentrassem a organização.

No entanto, é preciso considerar que esses sujeitos não foram numerosos e não disputaram ideologicamente os rumos da organização. Nesse sentido, nos primeiros anos de atuação da organização guerrilheira, há proeminência de ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro que estruturaram a organização. Essa característica não pode passar despercebida, pois empresta ao grupo um componente importante na composição de sua cultura política.

2.7 A estrutura organizativa com vistas a etapa de libertação nacional.

Como já foi dito anteriormente, os primeiros atos de guerrilha aconteceram ainda sobre o grupo intitulado de *Agrupamento Comunista*. A fundação do grupo aconteceu com a ação do militante Edmur Péricles Camargo, que era membro do PCB desde 1944, tendo sido um dos principais apoiadores de Carlos Marighella na sua luta interna dentro do partido contra a via pacífica.

Camargo viajou para o Uruguai ainda em 1964 e treinou guerrilha naquele país com integrantes da organização conhecida como *El Coordinador*.³³⁶ Edmur Camargo – também conhecido por Gaúcho, foi responsável por empreender a primeira ação desse tipo atuando no conflito que existia no município de Presidente Epitácio, interior de São Paulo. O fazendeiro José Conceição Gonçalves estava invadindo terras e confiscando-as, chegando a matar uma família que tentou resistir. Os demais trabalhadores rurais daquela região se articularam junto ao advogado Cícero Vianna, que havia feito parte do comitê de reforma agrária durante o Governo de João Goulart e era membro do PCB. Eles organizaram junto com Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati o assassinato

³³⁴DA SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. Carlos, a face oculta de Marighella. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

³³⁵*Das questões de organização*. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³³⁶Informação obtida através da biografia de Carlos Marighella, feita por Mário Magalhães. Segundo relatório do DOPS, consta que Edmur Camargo viajou para Argentina e Uruguai. MAGALHÃES, Mário. Opus cit. pp. 360 - 361

desse fazendeiro, executado por Edmur Camargo junto de outros dez trabalhadores da região³³⁷.

Em abril de 1968 foi divulgada a primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*, periódico da ALN que anunciava que aquela morte era primeira ação “que visaria deflagrar a luta revolucionária”, além de afirmar que “é um direito das vítimas das injustiças fazer justiça com as próprias mãos”³³⁸. Nota-se que a ALN começou a se articular durante o ano de 1967 com outros importantes militantes, enquanto Marighella ainda estava em Cuba. Entrementes, o uso da violência entre setores rurais demonstra a importância do camponês como sujeito no processo revolucionário.

O anúncio do rompimento de Carlos Marighella fez com que nos últimos meses de 1967 pelo menos dez mil militantes saíssem do PCB, impactados pelas críticas realizadas ao seu imobilismo³³⁹. Isso não significa dizer que essa quantidade ingressou na organização que estava nascendo, muito menos que optaram pela luta armada. Mas sem dúvida alguma isso representou o fim da hegemonia da via pacífica. É também nesse período que nasce o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, outro chamariz para os dissidentes do Partidão³⁴⁰.

Marighella voltou ao Brasil em novembro de 1967, passou a elaborar textos acerca da estruturação do movimento guerrilheiro. Em 1968 publicou *Das questões de organização*³⁴¹ e *Algumas questões sobre guerrilha no Brasil*.³⁴²

O texto *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil* foi escrito em Cuba, no mês de outubro de 1967 e publicado em fevereiro de 1968 no *Jornal do Brasil*, que à época possuía características que o diferenciavam das publicações da grande mídia que apoiavam a Ditadura Militar³⁴³. A circulação do texto na grande imprensa revela que ele se dirigiu à população externa aos círculos da esquerda organizada. Afim de explicitar

³³⁷Folha de São Paulo. 24 de Setembro de 1967. Repositório Online.

³³⁸*O Guerrilheiro. Edição 1*. OS0001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³³⁹SALES, Jean. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. pp. 66 - 67

³⁴⁰FARIA, Fabiano Godinho. Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ANL e PC do B (1962-1979). Departamento de História. Tese de Doutorado. Niterói, UFF. 2008.

³⁴¹Esse texto circulou internamente entre os partidários da luta armada. A versão aqui utilizada foi aprendida em posse de militantes da ALN em São Paulo.

³⁴²Publicada no Jornal do Brasil, em setembro de 1968. Outras edições também circularam em periódicos fora do Brasil, como foi o caso da versão publicada no Semanário *Marcha*, do Uruguai.

³⁴³CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

ao público mais amplo os caminhos que a luta revolucionária trilharia e quais objetivos a ALN tinha para si e para o povo³⁴⁴.

O texto assumiu a ideia de que a luta de *libertação nacional* tinha como inimigo central o imperialismo norte-americano, mas não se anunciava a luta pela revolução socialista. Por um lado, isso seria reflexo do caráter *etapista* presente em seu pensamento.

Ridenti salienta a permanência da tradição pecebista no pensamento do líder da ALN, destacando essa característica como central na organização do grupo. De certa forma, esse impacto da tradição hegemônica comunista estabelecida no Brasil se verificou nas fontes, seja na questão da aliança entre operários ou camponeses, seja agora no que diz respeito as etapas colocadas para a revolução³⁴⁵.

Por outro lado, não realçar o viés comunista fez com que se abrisse a organização para outros setores sociais que não apenas os comunistas. Mário Magalhães cita o caso de dois estudantes que se declaravam, respectivamente “anarquista” e “nacionalista” e que foram integrados à ALN³⁴⁶. Do mesmo modo, o apoio de diversos integrantes da intelectualidade brasileira, ou mesmo do meio artístico, à organização também pode estar ligado ao fato de que o grupo tomava como objetivo primeiro a libertação nacional.

No final de 1968, foi tornado público outro texto de Carlos Marighella, intitulado *Das questões de organização*. Embora não seja possível identificar exatamente qual a data de escrita, é seguro afirmar que ela aconteceu entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969³⁴⁷. Esse documento possuía características distintas do texto anteriormente analisado, pois circulou de modo restrito entre os integrantes da esquerda armada, sendo divulgado por meio de reprodução datilografada³⁴⁸.

³⁴⁴O *Jornal do Brasil* não se constituiu em nenhum momento como um jornal de um grupo, sendo sempre um periódico de grande circulação.

³⁴⁵RIDENTI, Marcelo..Opus cit.p.. 34

³⁴⁶MAGALHÃES, Mário. Opus cit.

³⁴⁷O documento aborda a promulgação do AI-5, que aconteceu em 13 de dezembro de 1968 e o mesmo foi apreendido pelo DOPS na ação que matou o militante conhecido por Marquito, realizada em 17 de janeiro de 1969.

³⁴⁸O texto foi posteriormente publicado na obra póstuma Escritos de Carlos Marighella. Diversos exemplares foram encontrados nos anexos do acervo Brasil: Nunca Mais, datilografados.

No primeiro trecho, o líder da ALN analisou a situação do regime militar no Brasil após a promulgação do AI-5, interpretando positivamente o endurecimento do regime como sendo uma reação à luta armada:

A mudança de qualidade do movimento revolucionário evidencia-se no fato de que novas forças se engajaram na luta antiditadura. Essas forças surgiram no movimento de massas e se estenderam até à oposição eclesiástica. Pela primeira vez no Brasil os atos terroristas passaram a desempenhar um papel na luta política. E por seu turno, irromperam no cenário da luta anti ditadura operações e táticas guerrilheiras, que estão levando o inimigo à perplexidade e ao desespero³⁴⁹.

A imagem positiva retratada no texto é salutar para identificar uma característica própria do imaginário social que esteve presente entre os militantes da ALN: a inevitabilidade e o sucesso do processo revolucionário.

Sobre a inevitabilidade da revolução, Marcelo Ridenti destaca que a ilusão da permanência representativa, criou certa ideia de que as esquerdas do país tinham importância e notabilidade nos anos que antecederam o golpe de 1964 no contexto dos projetos progressistas das reformas de base. A derrota representada pela instauração do regime militar não desconstruiu essa ilusão, uma vez que tais setores da esquerda culpavam exclusivamente o PCB e a ausência de resistência do partidão. Diante disso, as mobilizações estudantis, a articulação de clérigos e as greves de Contagem e Osasco intensificaram essa suposta representatividade e a entrada desses setores na ALN durante o ano de 1968. O imaginário da inevitabilidade da revolução esteve presente em toda a trajetória da ALN, mesmo diante das seguidas derrotas enfrentadas pela organização.

Mas não foi apenas a composição dessa ilusão representativa que foi responsável por mobilizar a luta da ALN. O princípio preconizado de que “a ação faz a vanguarda”, ideal presente no pensamento *guevarista* e frase síntese do pensamento da organização também foi um catalizador. O documento aqui analisado se encerra com essa perspectiva:

- a) a organização revolucionária não se torna vanguarda pelo fato de intitular-se como tal. Para isso precisa passar à ação e acumular uma prática revolucionária convincente, pois só a ação faz a vanguarda;

³⁴⁹Das questões de organização. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

- b) nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária;
- c) o fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticos, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e executar sob o seu comando até mesmo as menores ações revolucionárias³⁵⁰;

Os trechos escritos em tópicos expressavam a concepção ideológica e organizativa, submetendo as discussões à ação. Ainda que essa frase síntese seja reproduzida do contexto cubano ela não foi uma aplicação irrestrita do modelo *guevarista* pela ALN, mas uma resposta ao ponto crítico interno na esquerda brasileira.

Houve divergências com relação a ideia do *foquismo* presente na perspectiva cubana³⁵¹. O foco guerrilheiro foi rejeitado e a tática de criar “o exército de manobra”, estruturado de maneira bastante similar à ideia de guerra prolongada. Justamente por isso que se defendia o desencadeamento de uma ação em série de grupos guerrilheiros por diversos lugares e que eles nunca ficassem parados. Assim, a experiência da ALN deve ser entendida na sua especificidade e não como incorporação de ideias estrangeiras. E nesse caso, Cuba se colocou como um fator de influência diante de inúmeros outros, mas todos eles impactados pelas próprias características nacionais.

Outro aspecto que ressalta a especificidade da Ação Libertadora Nacional foi o modo pelo qual ela se estruturou enquanto organização. A estrutura do grupo indica diversas questões sobre suas concepções ideológicas, como será abordado a partir de agora.

2.8. O “grupo estratégico” como chave para implantação da guerrilha rural.

A ALN era organizada em três setores. O primeiro era o grupo de ação, responsável por realizar os contatos com os diversos setores da sociedade, compreendidos de maneira generalista como “setor de massas”. O segundo grupo era chamado de “tático armado”, e tinha como objetivo realizar as ações armadas no meio urbano, visando, sobretudo, angariar meios materiais para a organização. Por fim,

³⁵⁰ *Das questões de organização*. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³⁵¹ A afirmação encontra-se sistematizada em RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1993. pp 34-35. Por outro lado, o mesmo argumento foi defendido por SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. Editora Fundacao Perseu Abramo, 2007..e mais recentemente em SILVA JUNIOR, Edson Teixeira.. "Ou ficar a pátria livre, ou morer pelo Brasil": a ação Libertadora Nacional. In: Jean Rodrigues Sales. (Org.). Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

existia o “grupo de trabalho estratégico”, com a função de preparar o lançamento da guerrilha no meio rural, vista como objetivo essencial para que a guerrilha tivesse sucesso. Coordenando esses três agrupamentos, havia o conjunto regional e finalmente, o conjunto nacional, órgão máximo de comando da ALN, cujo controle estava nas mãos de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira.

A ALN possuía o objetivo de implantar a guerrilha no campo e nesse sentido, subordinava as demais estruturas organizacionais do grupo a essa questão central. O texto é otimista com relação ao balanço do que o grupo havia conquistado principalmente nas ações do “grupo tático armado”.

O trecho final desse documento se dedica a analisar a importância do que se nomeia como “Frente de Massas”, setor que deveria ser articulado pelo grupo de ação.

“A frente de massas— tendo à frente o movimento estudantil— desempenhou um papel sem precedentes na luta antiditadura. Ocupações, passeatas, protestos, greves, a luta contra a censura, a prisão de policiais para a troca por prisioneiros políticos, constituíram formas de luta de massas de nível elevado. O prosseguimento da atividade dos grupos revolucionários locais entre os operários, os camponeses e as camadas exploradas da população significará um grande avanço na luta antiditadura. O papel dos estudantes e dos eclesiásticos foi notório, o que quer dizer que a classe média brasileira repudia a ditadura e constitui uma das forças mais combativas no atual processo revolucionário. Toda organização revolucionária local ajudará imensamente a guerrilha brasileira, sempre que cuidar com incansável atenção da frente de massas, indo até ao trabalho de conscientização e à penetração entre as massas através de meios culturais.”³⁵²

O trecho demonstra que a frente de massas tinha como função atuar em setores da sociedade civil organizados para selecionar novos militantes que iriam integrar as fileiras da organização. Apesar de ter esse nome, em momento nenhum houve o objetivo desse setor de estabelecer uma política de massas no sentido de organizar e articular as bases da sociedade, seja por meio de propaganda ou de debates. Esse trabalho de base era visto pelos militantes da ALN como uma atividade menor, característica de outras organizações como a Ação Popular, a AP, notabilizada por se dedicar a isso.³⁵³

Esse pensamento é expressivo da primeira fase guerrilheira da ALN, momento em que não se julgava necessário promover uma campanha de massas no sentido de organizar a sociedade brasileira. Isso se deu, em parte, porque havia a ideia de que a sociedade apoiaria as ações da esquerda, compreensão gerada a partir do imaginário

³⁵²*Das questões de organização.* Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³⁵³RIDENTI, Marcelo.. Opus cit. p. 167

construído de que a revolução seria inevitável e que a luta armada desencadearia o processo. Esse imaginário foi impactante na trajetória da organização, que na primeira fase produziu documentos voltados apenas para círculos internos ou em casos esporádicos, voltados para setores organizados da sociedade civil³⁵⁴, mas nunca para as massas.

Outro momento no texto aborda a estrutura do grupo:

A fonte de recrutamento para o grupo tático armado são os revolucionários independentes mais decididos ou dispostos a tudo e os militantes de grupos operando nas três frentes, militantes já experimentados na ação, que optem pela passagem ao grupo tático armado e se submetam às exigências oriundas dessa mudança de situação³⁵⁵.

Ou seja, para a organização, o grupo tático armado, deveria ser abastecido por militantes que tivessem algum tipo de aptidão para as tarefas militares e estivessem dispostos a promover o princípio norteador da ação revolucionária. Aqui nota-se claramente como esse foi o aspecto central da composição do grupo e definidor da estrutura militarista da organização. O trecho do documento expressava a importância menor de ideologias políticas perante o viés militar dos “revolucionários mais decididos ou dispostos a tudo”.

Por fim, esse documento também aborda de maneira indireta a função do treinamento guerrilheiro realizado em Cuba. Conforme estuda Denise Rollemberg, após o Congresso da OLAS, o governo cubano começou a implantar uma tentativa de exportar a revolução para os demais países da América Latina com o intuito de salvar a sua própria revolução³⁵⁶. Nesse contexto, iniciaram diversas missões que reuniam turmas de militantes que eram enviados para Cuba com o objetivo de treinar a guerrilha³⁵⁷.

Esse treinamento começou ainda em 1967, e no momento em que Marighella escreveu o texto *Questões de organização* estava em Cuba o II Exército da ALN, já tendo regressado a primeira turma de guerrilheiros, com 16 militantes. Sua volta e a

³⁵⁴Na pesquisa documental encontrou-se documentos voltados para os bancários, por exemplo, cujo o objetivo era explicar os assaltos a bancos, pedindo a colaboração dos mesmos, pois os guerrilheiros estavam lutando por eles.

³⁵⁵*Das questões de organização*. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³⁵⁶BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 P. 575

³⁵⁷ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada.. Opus Cit. pp. 34 e 35.

atuação dos mesmos na guerrilha é festejada pelo o autor porque iria “provocar nova mudança de qualidade na organização”.³⁵⁸

A despeito de Marighella defender a autonomia da ação dentro da organização, a ALN acabou se estruturando de modo a ter certa hierarquização. A própria formação de militantes em Cuba tinha a intenção de preparar as lideranças que iriam conduzir o momento mais importante da guerrilha, que era sua fase de implantação no meio rural.

O último documento a ser analisado nessa primeira fase da atuação da organização é bastante peculiar: o jornal *O Guerrilheiro*. Essa publicação foi um dos mais importantes veículos produzidos pela ALN e junto da publicação intitulada *Venceremos* viabilizada debates e trocas de informações. *O Guerrilheiro* teve dez edições, que circularam entre 1968 e 1973; sua primeira aparição aconteceu em abril de 1968. Essa edição embrionária foi totalmente diferente das demais edições, inclusive na disposição material da mesma, que se apresentou com a mesma estrutura de diagramação de um jornal. Na parte superior, em letras garrafais, encontra-se o título da publicação e, ao lado do título, o número da edição, a data de publicação e o preço. As características dos textos presentes nessa edição indicam que estava se falando para grupos que tinham alguma familiaridade com o linguajar da esquerda, como mostra a terminologia utilizada. Dessa forma, a hipótese aqui levantada é que essa primeira edição de *O Guerrilheiro* tinha o intuito de convencê-los da estratégia do uso de armas.

A publicação tem quatro páginas e trazia uma mescla de textos teóricos, como a reprodução do *Pronunciamento do agrupamento comunista* e a declaração da conferência da OLAS junto de outros textos mais curtos, versando sobre o papel da mulher na revolução ou abordando questões de funcionamento da luta armada. Na primeira página há uma apresentação, que o define como sendo o “órgão dos grupos guerrilheiros no Brasil” e que “atuariam para colaborar com a implementação da guerrilha brasileira”³⁵⁹. Os dois primeiros parágrafos de texto são reveladores das tradições pecebistas reproduzidas na ideologia da ALN. No subtítulo “frente anti-imperialista”, se definia como “fundamental unir forças interessadas na expulsão do imperialismo e na libertação do país pela via armada”³⁶⁰. Mobiliza-se o aparato de luta de libertação nacional e da união de forças para derrotar o imperialismo. Dentro dessa

³⁵⁸Das questões de organização. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³⁵⁹*O Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

³⁶⁰*O Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

tradição, inseria-se a nova metodologia de luta, a via armada, que viria para corrigir o imobilismo do PCB.

O segundo parágrafo traz como subtítulo “o bloco operário-camponês”. Nesse ponto, os militantes afirmam que:

“No que diz respeito a transformar a guerrilha em embrião do exército revolucionário de libertação, não o conseguiremos se não contarmos desde o início com um núcleo armado de operários e camponeses”³⁶¹.

O uso da terminologia criada pelo PCB na década de 1920 e a visualização desses dois sujeitos como agentes da revolução demonstram a tradição pecebista. Essa é uma das respostas para a não incorporação do pensamento *guevarista*, ao considerarem os operários como agentes revolucionários, ideia rejeitada por Guevara³⁶². O que não significa dizer que a revolução cubana e a corrente político-ideológico defendida pelos cubanos não tenha incidido sobre a organização, como a mesma publicação evidencia.

A primeira referência ao pensamento *guevaristas* e expressou na reprodução da parte final da declaração da OLAS, além de outras referências a mesma em outros textos. No entanto, ressaltava a luta armada como aspecto fundamental da revolução na América Latina, afirmando que outras formas de luta poderiam se agregar ao processo revolucionário, mas nunca impedi-lo. O final da declaração trazia uma frase símbolo desse pensamento, que foi propagada em diversos textos da ALN e do próprio Marighella: “o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução”, escrita em caixa alta para destacá-la. Portanto, Cuba funcionou muito menos como uma influência teórica e mais como uma confirmação da viabilidade da ação.

Tanto é assim, que outros exemplos foram utilizados e são expressados no mesmo exemplar de *O Guerrilheiro*. Na última página do jornal, foi escrito o texto intitulado “Vietnã: bandeira de luta e de vitória”. Nesse texto de dez parágrafos curtos e diretos, os militantes da ALN abordam o caso da guerra do Vietnã e expressavam sua admiração pelo exemplo daquela experiência³⁶³.

A experiência de resistência da população do Vietnã foi lida pelos militantes da ALN como um símbolo de luta contra o imperialismo e um exemplo de que seria

³⁶¹*O Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

³⁶²GUEVARA, Che. A essência da luta guerrilha. In: SADER, Emir.(Org). Che. Obras completas: política. São Paulo: expressão popular, 2011. p. 81

³⁶³*O Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

possível, independente das condições, implementar a luta armada. Esse impacto simbólico não deve ser desprezado, principalmente diante do quadro de desmoralização sentido pela esquerda brasileira diante do golpe militar. Assim, as vitoriosas campanhas em Cuba e no Vietnã foram interpretadas pelos críticos ao imobilismo partidário do PCB como claros exemplos de que faltava apenas a disposição dos militantes para desencadear a luta armada e promover o processo revolucionário. É nessa perspectiva que o último parágrafo do texto apresentava uma espécie de lição e proposição para os militantes: “Nosso dever de revolucionários brasileiros é correr a mesma sorte do Vietnã. Lancemo-nos, pois, à luta, ao desencadeamento da guerrilha brasileira”³⁶⁴.

Foi com esse horizonte de expectativas que a organização comunista lançou seu projeto de guerrilha e mobilizou aparatos simbólicos das experiências estrangeiras. No que dizia respeito ao modo de atuação dessa guerrilha, ele era tido como uma questão menor e a própria organização se daria na luta, uma vez que o importante era “fazer a revolução”.

Contudo, o cotidiano da guerrilha, da radicalidade no uso da violência e da clandestinidade, deixavam pouco espaço de manobra para discussões políticas e até mesmo para aplicar aquilo que se preconizava ideologicamente como linha de atuação. Nesse sentido, analisar as ações da ALN será fundamental para compreender quais foram os significados do grupo diante da relação dialética entre ideologia política e prática revolucionária, e principalmente, como a ação do grupo se modificou diante da intensificação da repressão brasileira. Mas antes de passar às práticas militares é preciso abordar outro tema significativo para compreender a experiência da ALN: quais setores sociais estiveram presentes em suas fileiras, tema que será abordado a partir de agora.

2.9. As ações militares da ALN.

É muito difícil recuperar todas as ações realizadas pelo grupo, de modo que o esforço aqui visará mapear aquelas consideradas como principais seja por representarem ideologicamente a organização ou por terem impacto maior na sociedade.

Após o *Pronunciamento do Agrupamento Comunista* divulgado em fevereiro de 1968, o grupo realizou sua primeira ação com vistas a levantar fundos para a

³⁶⁴O *Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

organização, em abril daquele mesmo ano, realizando um assalto na agência de um banco na Vila Nova Conceição, na capital paulista. Dessa data até o final do ano, aconteceriam diversas ações que tinham como função central angariar fundos para garantir a estrutura da organização. Além desse primeiro ato de expropriação – termo pelo qual ficaram conhecidos os assaltos aos bancos, carros fortes e lojas de munição e armas – também foi possível mapear que durante o ano de 1968, a organização foi responsável por realizar o assalto a um carro forte em São Paulo que estava levando o pagamento da empresa "Massey Ferguson". Já em dezembro daquele ano, aconteceu o assalto a Indústria de Explosivos Rochester, em Mogi das Cruzes, que foi responsável por angariar grande quantidade de armas e munições³⁶⁵. É importante perceber que ambas as empresas eram multinacionais, identificadas como sendo o inimigo fundamental a ser combatido.

Também no decorrer desse ano, aconteceu o assalto a um trem pagador, na ferrovia Santos – Jundiaí, resultando na apreensão de grande quantia de dinheiro mas que também proporcionou a identificação, por parte da polícia, de uma recorrência nas ações que vinham acontecendo durante todo o ano: o uso de metralhadoras. Ainda que no primeiro momento não fossem identificados como crimes políticos, as diversas ações que estavam acontecendo fizeram com que banqueiros e pessoas ligadas ao grande capital exigissem do governo de São Paulo a criação de uma Polícia Bancária, visando proteger seu patrimônio³⁶⁶.

A ALN também realizou diversas explosões em lugares públicos, com o objetivo de causar caos e atingir publicamente setores que eram encarados como inimigos da organização e da sociedade brasileira. A grande maioria dessas explosões aconteceu contra os prédios e as corporações da *Light – Serviços de eletricidade S/A*, que era responsável por oferecer energia elétrica em São Paulo e tinha como investidores empresas de capital estrangeiro³⁶⁷. Do ponto de vista dos guerrilheiros, atacar esse tipo de empresa significava causar prejuízos financeiros àqueles identificados como os grandes inimigos a serem combatidos, que eram os imperialistas norte-americanos.

³⁶⁵OS0001 Dossiê de ordem social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³⁶⁶JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

³⁶⁷MCDOWALL, Duncan. Light: a história da empresa que modernizou o Brasil. Ediuouro Publicações, 2008.

Contudo, em outubro de 1968 foi realizada uma ação bastante distinta das que vinham acontecendo. Em conjunto com a VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária³⁶⁸, a ALN promoveu o *justiçamento*³⁶⁹ do ex-capitão do exército norte-americano, Charles Rodney Chandler, que havia participado da guerra do Vietnã e à época residia em São Paulo, palestrando sobre a época em que foi militar. Segundo o historiador norte-americano Ronald Chilcot, Chandler fazia parte da missão da CIA no Brasil e o objetivo de sua vinda seria treinar os agentes do estado contra as próprias organizações guerrilheiras³⁷⁰. Esse objetivo jamais foi esclarecido, mas a denúncia de que ele descrevia táticas de tortura em suas palestras circulou entre os militantes das esquerdas e isso foi o suficiente para que a ALN e a VPR se organizassem para matar Chandler, o que aconteceu em 12 de outubro de 1968. Após o assassinato, diversos panfletos foram jogados pela rua para explicar do que se tratava aquele *justiçamento*³⁷¹.

Esse tipo de ação aconteceu algumas outras vezes. De certo modo, o assassinato do fazendeiro José Conceição Gonçalves, ainda em 1967 já demonstrava que esse tipo de ação era uma forma da organização operar. O fuzilamento de Charles Rodney Chandler foi o primeiro com características simbólicas, pois foi planejado para acontecer em 8 de outubro de 1968, data que marcaria o primeiro ano da morte de Che Guevara, e só não aconteceu porque o americano não saiu para a rua naquele dia.

As ações militares empreendidas pela ALN nos seus dois primeiros anos de atuação foram mobilizadas pela perspectiva de implementar a guerrilha rural. As expropriações de armas e de dinheiro eram centrais no projeto guerrilheiro da organização, pois seriam responsáveis por criar condições materiais para o lançamento da chamada fase estratégica, que seria a implementação do exército revolucionário no campo.

³⁶⁸A VPR foi uma organização guerrilheira criada pelo ex capitão do exército brasileiro, Carlos Lamarca. Posteriormente serão apresentados de maneira mais detalhada suas concepções e quadros políticos e como se constituíram as relações entre os diferentes grupos de luta armada que atuaram no Brasil na década de 1960 e 1970. CF: MACIEL, Wilma Antunes. O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil. Alameda, 2006.

³⁶⁹*Justiçamento* era o termo utilizado pelas organizações guerrilheiras para o ato de assassinar pessoas vistas como sendo inimigos. O uso do termo está diretamente relacionada com a ideia de justificar a ação, para que fosse vista como um assassinato qualquer. Remetia a ideia de fazer justiça. CF: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014.

³⁷⁰CHILCOTE, Ronald H. The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration 1922-1972. New York: Oxford University Press, 1974.

³⁷¹ Relatório presente na OS0001. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em nenhum momento da trajetória da ALN os militantes deixaram de vislumbrar o campo brasileiro como lugar privilegiado para o processo revolucionário se desencadear. Inclusive, nos primeiros momentos em que começou a ocorrer refluxos e perdas de militantes, passaram a citar a demora na instauração da guerrilha rural como sendo a causa de tais derrotas. Portanto, em momento nenhum o plano ideológico defendido pela organização deixou de ser a guerrilha rural. Porém, isso nunca esteve perto de acontecer, sobretudo porque a partir de fins de 1968, a organização foi alvo de fortes ataques organizados pela repressão do regime militar. Foi o início da Operação Bandeirante, a OBAN, que viria a se tornar o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI. Essa inflexão no regime militar foi determinante para que a organização guerrilheira aqui estudada ganhasse novos contornos, tendo se tornado um movimento de guerrilha no espaço urbano como forma de continuar sobrevivendo. Portanto é importante estudar as transformações na Ditadura Militar brasileira a partir do ano de 1968 para compreender as mudanças pelas quais a ALN passou, fazendo com que se iniciasse aquilo que será nomeado de segunda fase da experiência guerrilheira da ALN.

2.10. A ALN após o AI-5: inflexão nas ações armadas, endurecimento do regime e entrada de militantes.

O Ato Institucional número 5 (AI-5) constantemente se apresenta na historiografia do regime militar como a inflexão do autoritarismo, a ascensão dos militares da “linha dura” e o início do período conhecido como “anos de chumbo”³⁷². Diante disso, alguns setores da sociedade enxergaram que de fato a saída seria partir para a luta armada. O endurecimento da Ditadura foi visto como sendo um esgotamento das formas de resistência colocadas legalmente, seja por meio das atuações políticas com o MDB ou então por meio de manifestações públicas contrárias ao governo. No campo das ações do movimento estudantil, a repressão foi ainda mais acentuada, cujo ápice foi o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de

³⁷²MARTINS FILHO, João R. A ditadura revisitada: unidade ou desunião?. IN, REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004.

março de 1968³⁷³. Após sua morte, diversas passeatas e atos organizados pelo movimento estudantil e apoiado por intelectuais, jornalistas e a classe artística foram duramente confrontados pelas forças policiais, resultando em um ambiente bastante repressor³⁷⁴. Foi nesse contexto de forte endurecimento que a ALN ganhou uma quantidade bastante grande de militantes.³⁷⁵ Assim, o AI-5 e o endurecimento do regime militar foram responsáveis para que a ALN ganhasse uma característica mais heterogênea no quadro de sua militância e passasse a ser encarada como um organismo de luta contra a ditadura, já que as demais formas de luta estavam impossibilitadas de serem realizadas. Essa visão foi potencializada pelo discurso mais amplo, fundamental para atrair setores de outras correntes ideológicas que não apenas o comunismo, incluindo pessoas que sequer se identificavam com a esquerda³⁷⁶.

O AI-5 pode ser visto como um primeiro momento de inflexão na trajetória da Ação Libertadora Nacional. Essa transformação foi festejada por parte da organização, pois ela significou um aumento considerável entre seus militantes e a adesão de novos sujeitos ao projeto guerrilheiro. Em grande medida, o radicalismo dos grupos contrários ao regime se intensificaram, pois mesmo já estando presente no ideário de alguns grupos, após o AI-5 é possível identificar a tendência de grande parcela da esquerda no Brasil de optar pela luta armada.

O documento *Das questões de organização* apontava a leitura de que o próprio AI-5 seria uma resposta da Ditadura as ações guerrilheiras. Evidentemente que a promulgação desse ato possuiu uma cadeia bastante complexa de acontecimentos e não responde exclusivamente a uma reação as ações da luta armada, ainda que ele tenha sido justificada por elas³⁷⁷. Mas esse texto revela como o endurecimento do regime forjou

³⁷³DO VALLE, Maria Ribeiro. 1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

³⁷⁴Ibidem.

³⁷⁵ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 67

³⁷⁶Os casos dos dois estudantes já citados confluem para esse argumento. Outro ponto que também pode servir para compreender esse ponto é observar a trajetória posterior de ex-militantes da ALN que não seguiram na militância política da esquerda, tendo inclusive seguido linhas políticas mais conservadoras.

³⁷⁷Na promulgação do AI-5, usou-se insistentemente o argumento de que aquela ação seria necessária para garantir a “ordem contra os terroristas que atentavam contra a pátria”. DE FREIXO, Adriano e FREITAS, Jacqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez/comigo o mal que a força sempre faz”: o Brasil do AI-5. IN: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. "Tempo negro, temperatura sufocante": estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

um imaginário entre os militantes da ALN de que havia força e representatividade do projeto guerrilheiro.

Diante dessa nova conjuntura, um grupo de estudantes criou a *Dissidência Universitária*, oriunda do movimento estudantil militante na Universidade de São Paulo, e que logo no pós AI-5 passou a militar na ALN. Eles foram responsáveis por realizar uma ação de expropriação no dia 31 de dezembro de 1968. Participaram desse ato Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José Reyes, Aylton Adalberto Mortati e Márcio Beck. Todos eles, com idades entre 21 e 25, e sem filiação partidária, tendo entrado na ALN pelo esgotamento da luta no meio estudantil³⁷⁸. Nessa primeira ação foram responsáveis por expropriar armas e munições de um colecionador, na cidade de São Paulo³⁷⁹. Nesse contexto de crescente entrada no número de militantes, em sua maioria universitários nas faixas dos 18 aos 25 anos, a ALN passou a realizar operações militares distintas, como a tomada da Rádio Nacional.

O assalto à Rádio Nacional ocorreu em agosto de 1969 e nessa ação, um grupo de 12 militantes da organização clandestina executou um plano para irradiar uma transmissão de um manifesto escrito por Marighella e previamente gravado em um estúdio com a voz de Gilberto Luciano Belloque, militante do movimento estudantil e que entrou na ALN após a promulgação do AI-5. O intuito do plano era divulgar a mensagem do grupo para a população, contando inclusive com o apoio do militante do partido comunista brasileiro, Hermínio Sacchetta, que era chefe de redação do jornal *Diário da Noite*, e recebeu previamente o manifesto que foi transmitido pela ALN, publicando-o na íntegra no jornal do dia seguinte³⁸⁰.

Sobre essa operação, é preciso destacar sua peculiaridade. Em primeiro lugar, foi Belloque e José Carlos Lessa Sabbag, um antigo companheiro do movimento estudantil que também havia entrado na ALN no final de 1968, que elaboraram o plano de assalto à Rádio Nacional e o apresentaram para Carlos Marighella e para Joaquim Câmara Ferreira, que aprovaram a ideia e passaram a arrecadar fundos para executar a ação. Desse modo, nota-se que a entrada de integrantes do movimento estudantil foi

³⁷⁸A Dissidência Estudantil foi como ficou conhecida a ruptura dentro do movimento estudantil em que houve a adesão da luta armada como forma de luta. A instituição que conglomerava os estudantes e os representava, a UNE, optou por se manter naquilo que ficou conhecida como resistência democrática.

³⁷⁹O assalto a casa desse colecionador é mencionado na biografia que Mário Magalhães fez sobre Carlos Marighella. Ele é citado no arquivo do DEOPS/SP.

³⁸⁰MAGALHÃES, Mário. Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012. pp. 452

responsável por empregar um novo elemento nas propostas de ação do grupo, principalmente no que diz respeito a sua relação com a população em geral.

No que diz respeito ao conteúdo da mensagem divulgada pela Rádio Nacional, há uma tentativa direta de desconstruir a imagem de terrorista que a repressão buscava emplacar para os grupos de luta armada. Afirma-se que as ações ditas terroristas, são, na realidade atos revolucionários. E ressaltam que o combate é contra a ditadura e o imperialismo norte americano, reforçando a ideia de libertação nacional³⁸¹.

Logo em seguida o manifesto se apressa em caracterizar quais são os objetivos da organização como sendo o combate ao latifúndio e a realização da reforma agrária; o desenvolvimento da economia brasileira para tirá-la da condição de dependente das grandes potências industriais; acabar com a censura e resgatar as liberdades individuais. Todas essas metas dizem respeito a uma parcela bastante ampla da população, citando explicitamente que o grupo lutava pela melhoria nas condições de vida dos “operários, camponeses e das classes médias”³⁸². Não se restringia a questão de classe, nem direciona o sentido da luta como de caráter socialista. Demonstra-se outra vez o viés etapista.

O manifesto rebate as acusações feitas pela repressão de que os governos comunistas financiavam a guerrilha:

Quanto ao dinheiro, é público e notório que os grupos revolucionários armados assaltam os bancos do país e expropriam os que enriqueceram e exploraram de forma brutal o povo brasileiro. Acabamos a lenda do ouro de Moscou, de Pequim ou de Havana³⁸³.

Após tentar desconstruir a ideia de que eram financiados por tais países, o manifesto busca legitimar a ação em bancos, quando diz que:

Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passado, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário³⁸⁴.

O restante do comunicado se divide em duas partes. Na primeira, ele se dedica a apresentar o grupo, repetindo por diversas vezes seu nome, a *Ação Libertadora Nacional*. Em cerca de três parágrafos, o nome da organização é citado nove vezes. Em meio a essa reincidência sobre o nome do grupo, é divulgada as ações realizadas pela

³⁸¹<https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm> acesso em 26/10/2017

³⁸²Ibidem.

³⁸³Ibidem.

³⁸⁴Ibidem.

ALN, tais como as explosões em prédios públicos durante a visita de Nestor Rockefeller ao Brasil e o chamado *justiçamento* do ex capitão do exército dos Estados Unidos, Charles Chandler. Relembrando tais ações, o manifesto procura abordar positivamente a organização, mostrando seu fortalecimento.

Já no segundo momento, o manifesto trata da estratégia da guerrilha encampada pela ALN, que é a construção da luta no campo. Divulga-se que o principal objetivo da organização é empreender as chamadas três fases da guerrilha, a primeira que visaria angariar meios materiais, a implantação de diversas guerrilhas no campo brasileiro e por fim o momento em que se estruturaria a guerra revolucionária.

A tomada da Rádio Nacional foi uma ação peculiar pois teve a intenção de legitimação perante a sociedade, tentando refutar as acusações do regime militar ao mesmo tempo que construía a ideia de luta empreendida pelo “povo brasileiro”. Desse modo, ela foi uma tática de contato com as massas externas aos círculos restritos da esquerda, seja ela radicalizada ou não. Mas é preciso salientar que essa abordagem perante os setores fora da esquerda não foi prática recorrente e sequer foi resultado de um plano de contato com as massas. Ele foi uma ação esporádica que, como visto anteriormente, se apresentou diante das possibilidades materiais e dos contatos de alguns militantes. Portanto ele foi um ponto fora da curva no que diz respeito à política de massas.

Como foi visto, a ideia de transmitir a mensagem partiu dos estudantes recém ingressados na organização e ela foi fruto da formação política e pessoal desses dois estudantes e militantes da ALN³⁸⁵. Mas a ideia teve que passar pela aprovação das duas principais lideranças do grupo, Ferreira e Marighella. Portanto, o princípio de autonomia para qualquer tipo de ação não se manifestou na tomada da Rádio Nacional.

Assim, a autonomia defendida pela historiografia³⁸⁶ pode significar na realidade o modelo de luta defendido pelo guerrilheiro de que a revolução brasileira não aconteceria perante a ação de uma organização, mas sim com a formação do exército revolucionário, que teria autonomia e não seria dirigido pelos grupos de vanguarda.

³⁸⁵Em depoimento, Belloque revelou que a ideia havia surgido ainda em 1961. Portal EBC: *Há 45 anos, organização de Marighella tomava transmissões de rádio*. Acesso em 12 de Setembro de 2016.

³⁸⁶ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 70. RIDENTI, Marcelo. 2010. Opus cit.

Por outro lado, há outra operação em que foi respeitada a autonomia do grupo, mesmo com Marighella sendo contrário a ela. Em setembro de 1969 a ALN em conjunto com o MR-8 foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. As questões a cerca desse evento são importantes por revelar a proximidade existente entre os distintos grupos armados, que questiona a suposta desunião entre as esquerdas brasileiras ao mesmo tempo que é salutar para perceber como o cotidiano da clandestinidade e da violência extrema da luta armada moldaram as estratégias da organização guerrilheira. E sem dúvida alguma, houve um papel significativo dos novos militantes oriundos do movimento estudantil na organização e execução desse sequestro, o que mostra a importância da inflexão vivenciada pelas organizações clandestinas a partir de 1968. Tais pontos serão abordados a partir de agora.

2.11. O sequestro do embaixador norte-americano e a aliança com o MR-8

Durante a luta guerrilheira desenvolvida no Brasil, uma das operações mais impactantes na sociedade foram os sequestros de pessoas ligadas a governos internacionais, especificamente, de embaixadores que atuavam no Brasil durante a Ditadura. O primeiro deles aconteceu entre 4 e 7 de setembro de 1969, tendo como alvo o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado no Rio de Janeiro em uma operação conjunta da ALN com o MR-8. No ano seguinte ocorreram os sequestros do cônsul japonês Nobuo Okushi, do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben e, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher³⁸⁷.

É difícil entender onde se originou o plano do sequestro do embaixador, mas ao que indicam os depoimentos, a ideia da ação teria se originado no caso do sequestro do embaixador norte-americano John Gordon Mein realizado pelo EGP, o *Exército Guerrilheiro de los Pobres*, organização armada que lutava na Guatemala³⁸⁸. Essa ação contou com a resistência da diplomacia e dos seguranças do embaixador, resultando na morte do mesmo. Com essa inspiração na ação promovida pelo grupo guatemalteco, dois integrantes da *Dissidência Estudantil da Guanabara*, a DI-GB, ao perceberem o fraco aparato de segurança em torno do diplomata estadunidense, levaram a ideia para

³⁸⁷GOENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

³⁸⁸GRANDIN, Greg. A revolução guatemalteca. São Paulo: Unesp, 2004.

sua organização. O objetivo seria libertar as principais lideranças da organização e do movimento estudantil, como Vladimir Palmeira e José Dirceu, que haviam sido presos no congresso de Ibiúna, em 1968³⁸⁹.

O DI-GB era um grupo de estudantes do Rio de Janeiro que haviam lançado um manifesto defendendo o esgotamento das possibilidades de luta dentro do movimento estudantil, uma vez que a repressão impedia que o mesmo se organizasse³⁹⁰. Com isso, entenderam que o caminho a ser seguido era o de luta armada, orientados também pela revolução cubana, ainda que com características distintas da idealizada pela ALN³⁹¹.

Assim, o grupo partiu para a ação armada tempos depois da ALN já estar atuando ativamente em São Paulo. Segundo Denise Rollemberg, “A ação foi idealizada por um dirigente da DI-GB, Franklin Martins, e realizada pela organização e pela ALN”³⁹². Ao que indica a bibliografia e os depoimentos sobre o sequestro, de fato a ideia teria partido do grupo carioca e foi levada para alguns integrantes da ALN que foi procurada por ter melhor estrutura militar que respaldasse a operação.³⁹³

Além de libertar quinze presos políticos que estavam sob a jurisdição do regime, os grupos forçaram a leitura de um manifesto político. Ao mesmo tempo que o sequestro de Charles Elbrick criou um precedente notável de que o governo militar cederia à libertação dos presos, também foi uma espécie de ensinamento para as demais organizações clandestinas, que no ano seguinte também atuaram dessa forma, se constituindo em um novo paradigma na luta armada brasileira. Por outro lado, como demonstrou Rollemberg, a ousadia da ação construiu um aspecto simbólico também muito importante, pois fazia com que se invertesse a lógica de submissão, uma vez que

³⁸⁹O Congresso de Ibiúna aconteceu nessa cidade do interior de São Paulo em 1968, em que cerca de mil estudantes se reuniram clandestinamente para tentar reorganizar a União Nacional dos Estudantes, a UNE. O Congresso foi duramente reprimido pelo DOPS, prendendo aproximadamente 700 estudantes, entre eles, as principais lideranças estudantis do país, como José Dirceu, Vladimir Palmeira e Franklin Martins. CF: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume. Dumará, 2007.

³⁹⁰CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 131-148, 2007.

³⁹¹As principais características divergentes das duas organizações estão na concepção de luta, que para o MR-8 era a de *Guerra Revolucionária*. Também se diferenciavam na defesa da luta no campo, central para a ALN e apenas uma parte da guerra revolucionária no pensamento do MR-8. Por fim, o grupo do Rio de Janeiro concebia outras formas de luta junto da luta armada, ainda que elas estivessem submetidas a ação direta.

³⁹²ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp 68

³⁹³GORENDER, Jacob. 2014 Opus cit. p. 184

os grupos guerrilheiros tiveram o poder de negociar com o regime. De algum modo, foi compreendido como uma derrota da ditadura e um sinal de fraqueza do governo ditatorial, impactando de maneira ainda mais forte o imaginário compartilhado de que os movimentos guerrilheiros eram possuidores de ampla força perante o regime e diante da sociedade³⁹⁴.

O segundo objetivo continha ainda mais aspectos simbólicos de uma suposta força que as organizações clandestinas diziam possuir, que não se verificaria na prática. O manifesto faz uma espécie de ameaça ao regime e aos torturadores da Ditadura, dizendo que:

“Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.”³⁹⁵

O tom apresentado nesse encerramento do manifesto e os desdobramentos que essa vitoriosa ação representou impactaram de maneira decisiva a trajetória da luta armada. Tal trecho expressava uma forte investida dos grupos guerrilheiros. Somado a isso, o governo norte-americano deu um ultimato aos generais brasileiros, que foram vistos como fracos diante dessa situação, o que levou os mesmos a intensificarem a caça aos grupos de luta armada.

O governo atendeu as exigências das organizações, fazendo a leitura do manifesto como pedido e enviando os quinze presos políticos para o México, onde conseguiram asilo político e partiram para o exílio. Na abordagem de Jacob Gorenader, o resultado da operação foi um sucesso e é vista pelo autor como um “um golpe de mestre, que colocou em xeque a Junta Militar, mas que criou um novo momento em que se intensificaram as ações de repressão”³⁹⁶. Já Denise Rollemberg interpreta que o sequestro demonstrou muito mais poder do que as organizações tinham de fato, o que resultou em forte aumento da repressão policial e talvez tenha sido um dos fatores para a derrota das diversas organizações de luta armada³⁹⁷. Na prática, o sequestro foi responsável pelo decisivo golpe que iria acometer na organização a formação de um

³⁹⁴ROLLEMBERG, Denise. Opus cit. p. 68

³⁹⁵Manifesto ALN e MR-8. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

³⁹⁶GORENDER, Jacob. Opus cit. p. 187.

³⁹⁷ROLLEMBERG, Denise. Opus cit. p. 69

aparato repressor específico que resultaria na morte de Marighella. Mas a institucionalização da repressão ocorreu como resultado de uma confluência de fatores.

O primeiro deles foi a reação de um grupo de empresários que pressionou o governo em busca de uma solução imediata para os roubos de bancos. Foi a partir disso que se começou a instituir a Operação Bandeirante, que tinha como objetivo principal desmontar as estruturas das organizações guerrilheiras no Brasil e mais tarde se institucionalizaria no DOI-CODI³⁹⁸. Foi através da Operação Bandeirante que os grupos guerrilheiros passaram a ser vistos como os principais inimigos da Ditadura e que começou o emprego sistemático dos métodos de tortura³⁹⁹.

O segundo foi o governo dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e da revolução cubana, atuando para evitar que demais países da América Latina rumassem para o socialismo. Isso já resultaria no golpe de 64 já é visto sobre essa ótica, mas durante a Ditadura a relação entre ela e o governo americano se intensificou, tendo desenvolvido a Doutrina de Segurança Nacional, em que diversos quadros militares eram formados na ótica de defender o país do inimigo interno, que eram os comunistas⁴⁰⁰. Com as ações de luta armada, esse modelo de repressão se fortaleceu ainda mais e passou a visar de maneira bastante direta as organizações clandestinas. Neste contexto, no mesmo momento em que se atingiu o ápice das ações armadas e da proeminência da ALN no território nacional, também começou a se constituir o aparelho de repressão responsável por derrotá-la, como será visto a partir de agora.

2.12. A Operação Bandeirante e o DOI-CODI como elementos para a inflexão da ALN.

O processo de transformação pela qual a ALN começou a passar no final da década de 1960 se iniciou com a promulgação do Ato Institucional número 5, e se concluiu com os inícios das atividades da Operação Bandeirante, a OBAN, que posteriormente se institucionalizaria no Destacamento de Operações de Informação –

³⁹⁸WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. Revista Acervo, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.

³⁹⁹A tortura foi praticada durante todo o regime militar. Com a Operação Bandeirante ela caminhou para sua institucionalização, transformando-se assim em uma política de estado. CF: JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

⁴⁰⁰PADRÓS, Enrique Serra. Como El uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985) Do *pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 2005.

Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI. Para o regime militar, de modo geral, o AI-5 significou o golpe dentro do golpe. Já para as experiências de luta armada, o surgimento da OBAN significou o desmantelamento e a derrota praticamente total de suas organizações.

Para a Ação Libertadora Nacional em específico, tais eventos ganharam contornos ainda mais drásticos, pois ela foi cunhada pelos organismos de repressão como sendo a principal inimiga a ser combatida. Esse quadro foi responsável para que seguidas derrotas nos anos de 1969 e 1970 resultassem nas mortes dos dois principais líderes do grupo – Marighella e Ferreira – e na prisão de uma centena de militantes que atuavam em São Paulo. Como será abordado a partir de agora, essa nova conjuntura política de repressão ainda mais forte foi responsável por uma inflexão decisiva na experiência armada da ALN, fazendo com que a partir de 1970 o grupo experimentasse tipos de ações completamente distintas, modificando substancialmente suas práticas revolucionárias, iniciando um novo momento na trajetória do grupo.

Diversas diretrizes repressivas passaram a compor o quadro do governo, e o combate as organizações guerrilheiras foi o principal foco desse momento.⁴⁰¹ Foi por meio da Operação Bandeirante que os grupos guerrilheiros passaram a ser vistos como os principais inimigos da Ditadura e foi a partir daí que começou o emprego sistemático dos métodos de tortura⁴⁰².

Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos “terroristas”.⁴⁰³ A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os

⁴⁰¹WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.

⁴⁰²A tortura foi praticada durante todo o regime militar. Com a Operação Bandeirante ela caminhou para sua institucionalização, transformando-se assim em uma política de estado. CF: JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

⁴⁰³JOFFILY, Mariana. 2013. *Opus Cit.* pp 39 - 40

processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas⁴⁰⁴. A partir da formação desse núcleo especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes – principalmente da ALN – começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações.

A OBAN foi criada oficialmente em 1º de julho de 1969, com o objetivo de “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”⁴⁰⁵. Dessa forma, se percebe que com a criação dessa operação, os militantes de luta armada passariam a sofrer com uma repressão especializada e que tinha como claro objetivo dismantelar suas organizações.

Com essa perseguição institucionalizada, a luta armada passou por momentos de intensa repressão, tendo que enfrentar, pela primeira vez, o regime militar munido de ferramentas próprias para combater suas ações. Não foi por acaso que a ALN, em específico, investiu de maneira quase que irrestrita, nas estratégias que significavam as maiores vitórias do grupo, as chamadas expropriações através dos assaltos aos bancos. Esse aspecto acabou por forjar uma identidade muito forte na ALN, fazendo com que a mesma passasse a ser vista como uma organização de guerrilha urbana, ainda que o foco do grupo jamais deixou de ser a luta no campo.

Esse momento marcou uma inflexão na trajetória da organização guerrilheira. A repressão foi responsável por prender e indiciar 143 militantes da ALN, segundo consta relatório do DOPS de 17 de março de 1970. Alguns militantes, como Takao Amano, eram importantes membros do grupo tático armado, responsáveis por realizar ações de expropriação e assalto. Nesse sentido, a prisão de mais de uma centena de membros demonstra como o grupo foi desestruturado pela repressão institucionalizada do regime militar, fazendo com que a força militar começasse a ser controlada e até mesmo as ações de expropriação de dinheiro e de armas, vitoriosas nos primeiros anos do grupo, começaram a ser fortemente contidas.

A atuação da OBAN teve como resultado a morte de Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, vítima de uma emboscada armada pela equipe do delegado Sérgio

⁴⁰⁴Ibidem

⁴⁰⁵A *subversão e o terrorismo em São Paulo*. Arquivo Público do Estado. 50 – Z – 9 – 86 - 16084

Paranhos Fleury. Isso representou, do ponto de vista simbólico, a perda do grande mentor da luta armada no Brasil e líder para toda a esquerda radicalizada. Na prática ela também resultou na perda das estruturas que serviriam de base para o lançamento da guerrilha rural. Segundo Denise Rollemberg, o fundador da organização concebia a mesma como uma grande rede de atuação em diversos lugares e setores distintos, principalmente para a implantação da guerrilha rural. Ele era o responsável por coordenar essas ações, principalmente alugando sítios em regiões do interior e fazendo contatos com camponeses para que fosse possível implementar a guerrilha no campo. Tudo isso era articulado por ele próprio, e quando aconteceu seu assassinato, todas as informações se perderam⁴⁰⁶. Isso gerou a necessidade de reformular as ações, as lideranças e organizar a entrada de novos membros, reestruturando a forma pela qual o grupo se organizava.

Mas a morte de Marighella foi um duro golpe entre as esquerdas no Brasil, tanto que depoimentos de ex-guerrilheiros das organizações afirmam que quando isso aconteceu o choque foi muito grande, como se tivessem de fato perdido o grande símbolo da luta armada⁴⁰⁷. Mas diante dessa perda, o discurso da ALN manteve o projeto revolucionário, que não foi questionado em momento nenhum. A morte de Marighella foi mobilizada como um ato de encorajamento para seguir com a guerrilha e o texto de Joaquim Câmara Ferreira publicado no mesmo mês de novembro de 1969, e intitulado *Marighella: vida e ação criadora* expressou o modo como a ALN procurou se projetar a partir da morte de seu fundador.

Nesse texto se percebe de maneira explícita a tentativa de colocar o antigo líder da ALN no mesmo patamar de Che Guevara, ou seja, um revolucionário que deu a vida por uma causa. E ao mobilizar esse imaginário, a intenção é de projetar no símbolo dos dois guerrilheiros a continuidade na luta. Tanto que o texto de Câmara Ferreira retomava a trajetória de Marighella, defendendo e explicando o caminho pela luta armada, que o mesmo trilhou ainda quando era militante do PCB.

E ao retomar as ações promovidas pela ALN, afirma-se que ele: “Pessoalmente vai aos bancos em busca dos recursos indispensáveis para financiar o plano

⁴⁰⁶ ROLLEMBERG, Denise. Opus cit. Pp 71

⁴⁰⁷ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

revolucionário”⁴⁰⁸. Há um esforço em representa-lo como ativo e não apenas um homem “das ideias”. Outro ponto que o classifica como líder diz que: “A polícia fareja, mas não tem segurança sobre o verdadeiro sentido dos repetidos assaltos a bancos e atos de sabotagem, nem sabe quem os dirige”.

E toda essa construção simbólica de sua memória foi utilizada para defender a continuidade da luta guerrilheira:

“Há ainda quem pergunte se a ação prosseguirá depois de um golpe tão sério como o assassinato do principal dirigente da organização, do homem que mais contribuiu à mudança de qualidade no movimento revolucionário brasileiro”⁴⁰⁹.

O texto indica que mesmo diante dessa derrota defendeu-se a permanência do projeto guerrilheiro. Nesse sentido, a ALN vivia no final de 1969 e começo de 1970 um paradoxo considerável. Ao mesmo tempo que estava sofrendo diversas derrotas que diminuía sua força militar, o grupo reafirmou sua metodologia e intensificou suas ações armadas, projetando como impulso a inevitabilidade da revolução.

Diante desse paradoxo, houve uma mudança decisiva para a ALN, de reorganização estrutural e até mesmo na concepção estratégica da organização, que além de perder Marighella, também teve destruídos 11 “aparelhos”⁴¹⁰, viu a prisão de 412 militantes.⁴¹¹

Foi essa conjuntura que Joaquim Câmara Ferreira encontrou quando regressou da Europa para assumir a liderança da ALN. Ferreira estava em missão na França, tratando de levar escritos do próprio Marighella e outros documentos da ALN para serem publicados na revista *Les Temps Modernes*, editada à época por Jean-Paul Sartre, filósofo francês. Ele assumiu o comando nacional do grupo, tendo regressado ao país após passar por Cuba, onde organizou a volta do 3º exército da ALN que estava realizando treinamento guerrilheiro.

⁴⁰⁸Marighella: vida e ação criadoras. Cedema. <http://www.cedema.org/ver.php?id=1765> acesso em 26/10/2017

⁴⁰⁹Ibidem.

⁴¹⁰Aparelho era a forma pela qual se identificava os lugares em que os militantes das organizações clandestinas se alojavam e guardavam documentações sobre suas ações.

⁴¹¹A documentação registra apenas aqueles militantes que foram presos e processados legalmente pela Justiça Militar. A operação bandeirante se notabilizou em agir a parte da legislação do próprio estado de exceção, muitas vezes mantendo pessoas presas na 36ª delegacia de São Paulo, local onde ela foi instalada. Além desses presos irregulares, outra parcela de militantes que não foi registrada por esse documento foram as pessoas mortas. Dados registrado na pasta 50 – Z – 9 – 73 – 13139. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Seu objetivo principal passou a ser recuperar a organização, que enfrentava a baixa de diversos militantes presos ou mortos, e também uma recessão com relação às armas e dinheiro. Segundo Jacob Gorender, o agora líder da ALN estabeleceu três objetivos centrais: “conseguir a unidade da esquerda brasileira, providenciar o regresso ao Brasil dos combatentes no exterior e articular o pessoal fixado nas áreas de campo, com vistas ao relançamento da guerrilha rural”⁴¹². A volta de combatentes exilados respondia a necessidade de aumentar a quantidade de militantes na organização, o que era fundamental do ponto de vista prático para que ela continuasse existindo. Entretanto, os outros dois pontos apontam um novo caminho pelo qual a ALN seguiria lutando, distinto das concepções adotadas até então.

Porém, a busca pelo “relançamento da guerrilha rural” indica a manutenção do objetivo de guerrilha no campo como sendo a fase decisiva da revolução. Esse propósito orientou o projeto guerrilheiro, mas nunca chegou a ser implementado e a ALN se perpetuou como um grupo que promoveu operações militares exclusivamente na cidade. Isso esteve relacionado com a força da repressão moldando a forma como o grupo conseguiu atuar. Assim, será apresentado e analisado um dos textos mais influentes escritos pelo fundador da ALN poucos meses antes de sua morte: o minimanual do guerrilheiro urbano.

2.13 O sentido da luta na cidade e a publicação do minimanual do guerrilheiro urbano.

Como visto anteriormente, a guerrilha realizada na cidade era uma parte tática defendida pela ALN para instituir a fase decisiva da guerra revolucionária no meio rural. Por isso as ações no meio urbano seriam exclusivas para angariar condições materiais que garantiriam a sobrevivência da chamada fase estratégica da guerrilha.

Em dezembro de 1968, em texto intitulado *Quem samba fica, quem não samba vai embora*, assinado por Marighella e direcionado para “todos os revolucionários de São Paulo”, se observou como a função das ações no meio urbano são consideradas como complementares a guerrilha rural.

“Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a

⁴¹² GORENDER, Jacob. 2014 Opus cit. p. 211

cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica”⁴¹³.

Apesar de a guerrilha rural ser vista como central para fazer a revolução, não se pode deixar de notar a valorização que a cidade ganhou nesse registro. Essa valorização da luta na cidade é sintomática do processo que a ALN viveu, de intensas ações durante todo aquele ano em que se constituiu em uma rápida e forte ascensão do grupo. Ainda assim, as condições materiais não permitiam, segundo o documento, o lançamento da campanha no campo.

O manifesto demonstrava a intenção de trazer mais militantes para a organização, e essa entrada de membros deveria acontecer a partir da capacidade dos mesmos durante a ação guerrilheira, expressando o viés militarista existente dentro da organização nessa fase⁴¹⁴. Portanto, a função da luta na cidade pode ser entendida como uma forma de angariar mais pessoas na organização.

Outro aspecto dessa carta é a justificativa do porque a guerrilha no campo ainda não tinha sido implementada:

“A Revolução não é coisa abstrata. Então continuamos lutando sem desfalecer, indo devagar até conseguirmos o que queremos. É um jogo de paciência, de decisão e de vontade. A persistência é a melhor qualidade do revolucionário. A questão do emprego de recursos obedece ao plano estratégico e não ao emprego de capital para manter e somente quando estas estão bem "azeitadas", lançar o movimento rural”⁴¹⁵.

Justifica-se a necessidade de estar bem preparado quando lançar a fase tida como estratégica e se apressava em justificar a demora no lançamento da guerrilha rural. Mas o texto foi escrito no momento em que a guerrilha experimentava algumas importantes vitórias em ações realizadas no meio urbano, que representaram uma força para enfrentar o regime. Isso marcou a valorização das operações no espaço urbano e a luta no meio rural foi sendo paulatinamente adiada.

E o ápice da valorização da luta no espaço urbano aconteceu quando foi mimeografado pela organização o texto *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella. O livro, que tem o objetivo de servir como guia para todo o guerrilheiro atuar na luta armada foi constituído a partir da experiência do próprio líder da organização e dos demais integrantes, abordando o que dava certo e advertindo sobre os erros cometidos. Na biografia do líder guerrilheiro, Carlos Magalhães afirmou que os

⁴¹³ *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. Cedem/Unesp.

⁴¹⁴ *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. Cedem/Unesp.

⁴¹⁵ *Ibidem*

diversos planos táticos apresentados na obra eram na verdade sistematizações daquilo que a ALN vinha fazendo até meados de 1969⁴¹⁶. Portanto, esse manual foi feito a partir da própria prática da organização desde que se lançou a luta.

Nessa obra, que foi finalizada em junho de 1969, não se deixa de defender em nenhum momento o projeto ideológico de lançar a luta no campo. Porém, por ser uma sistematização das operações realizadas até então, houve uma projeção extremamente forte do papel que a guerrilha urbana teria, uma vez que essas tinham sido as únicas atividades realizadas até então. Neste sentido, ao criar um manual baseado na trajetória trilhada até aquele momento e este ter servido de principal guia para os militantes da esquerda armada acabou por projetar a guerrilha urbana a uma esfera muito mais importante⁴¹⁷.

O texto originalmente se constituiu em 36 páginas mimeografadas escritas por Carlos Marighella entre agosto e setembro de 1969. Na primeira parte da obra o autor definia o guerrilheiro urbano, destacando o que ele fazia, contra quem lutava e quais eram as suas peculiaridades. Nessa última questão, salientou-se a diferença com os chamados delinquentes comuns e os “contra-revolucionários direitistas”. Em favor do guerrilheiro urbano, salientou-se sua ideologia de lutar em favor do povo, contra os interesses do governo, dos grandes capitalistas e dos imperialistas norte-americanos. Portanto, procurou inserir as ações armadas na cidade dentro de um quadro de luta muito maior, em favor da derrocada do regime militar e para construir a libertação nacional.

Já na primeira parte esteve presente a hierarquização das fases da guerrilha quando cita que “sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural é colaborar para a criação de um sistema totalmente novo”⁴¹⁸. A função da guerrilha na cidade de subsidiar a guerrilha rural pode ser sintetizada no seguinte trecho que elencava os objetivos da guerrilha urbana:

“Assegurar aos guerrilheiros urbanos um máximo de liberdade de ação e movimento sem ter que evitar o uso de violência armada, permanecendo

⁴¹⁶MAGALHÃES, Mário. Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012. pp. 360 - 361

⁴¹⁷Em consulta realizada no acervo de anexos do arquivo do Projeto Brasil: Nunca Mais foi possível aferir 72 militantes presos com cópia dessa obra. Além disso, outras 117 ocorrências registram relatórios em que militantes diziam ter passado para outras pessoas cópias do texto.

⁴¹⁸Minimanual do guerrilheiro urbano. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

firmemente orientado até o começo da guerra de guerrilha rural e apoiando a construção de um exército revolucionário para a libertação nacional”⁴¹⁹.

Nesse sentido, em nenhum momento houve a ruptura com o projeto de implementação da guerrilha no campo como necessidade revolucionária e a valorização da guerrilha urbana nesse momento esteve relacionada a projeção desproporcional dos roubos na cidade. Não foi aleatória a descrição feita por Marighella no tópico “O Assalto à Banco como Modelo Popular”⁴²⁰. Nesse ponto foram destacadas as metodologias de como realizar um assalto a banco e quais seriam as funções desse tipo de ação, que foi a principal ação militar realizada pela ALN nos primeiros anos de atuação em São Paulo, obtendo enorme sucesso. Assim, o *Minimanual do guerrilheiro urbano* salientou as vitórias da organização e configurou uma memória que valorizou quase que exclusivamente os movimentos na cidade.

Esse viés também se enraizou no imaginário da repressão, com os relatórios do DOPS apontando esse livro como sendo um importante manual subversivo, ao passo que os Manuais da Escola das Américas também elegeram o texto como sendo a “principal obra sobre o método da guerrilha urbana”⁴²¹.

Portanto, ainda que no plano ideológico o foco ainda seja a luta no campo, a ALN acabou agindo como uma organização de luta urbana, fundamentalmente porque houve significativas vitórias nesse tipo de ação militar ao mesmo tempo que a publicação do minimanual consolidou esse tipo de luta no imaginário dos militantes e das organizações. Além disso, a criação das guerrilhas nas áreas rurais requereria um forte esforço, uma vez que poucos grupos organizados da esquerda se faziam presentes nessas regiões agrárias e por isso o grupo seguiu atuando onde já tinha certa estrutura e poderia seguir com resultados positivos. Dessa forma, acabou se constituindo em uma característica muito importante para a organização e certamente compôs a ideologia política da mesma.

Isso revela o quanto as táticas dessas organizações de luta armada foram impactadas pelas situações cotidianas de sua atuação, pois mesmo defendendo em todos

⁴¹⁹Ibidem.

⁴²⁰Ibidem.

⁴²¹Relatório presente em OS0001. Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado. PADRÓS, Enrique Serra. As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das forças armadas da América Latina. Outros Tempos—Pesquisa em Foco-História, 2007.

os textos e manifestos o objetivo de lançar a campanha de guerrilha rural, as condições materiais acabaram impregnando de tal maneira a ALN que ela se constituiu em uma guerrilha urbana.

A ALN foi caracterizada pela historiografia⁴²² como um grupo urbano, mas como foi reiterado aqui, o projeto revolucionário propunha claramente o campo como o lugar a ser desenvolvida a revolução. É nesse sentido que se busca problematizar as próprias pesquisas sobre essas experiências radicalizadas, no que diz respeito as escolhas entre analisar a concepção ideológica e estratégica, ou como ela se apresentou no desenvolvimento da sua trajetória. Compreender as transformações da ALN em diálogo com a inflexão do próprio regime militar, revelou o quanto que as definições das táticas e estratégias de luta foram impactadas pela radicalidade da violência do dia a dia vivenciado pelos seus militantes, como a questão acerca do projeto de guerrilha urbana demonstrou de maneira exemplar. O desdobramento dessas transformações que a ALN passou foi um paulatino esquecimento do projeto político e a intensificação nas ações militares diante do contexto de acirramento da repressão, em que continuar com as ações guerrilheiras significaram apenas e tão somente uma forma de sobrevivência.

Nessa trajetória, é seguro afirmar que a partir de 1970, a ALN se tornou uma organização política de luta armada totalmente distinta daquela que começou as atividades em 1967, fazendo com que seja possível dividir a trajetória da guerrilha em duas fases de atuação. Uma que foi de 1967 até 1970 e outra que se iniciou a partir dessas transformações apontadas aqui, representando o modelo guerrilheiro do grupo até sua extinção em 1974. E essas transformações foram consequências das modificações internas pelas quais a própria Ditadura passou. Sendo assim, é notório que a constituição dos elementos que caracterizaram uma cultura política própria da esquerda radicalizada foram diretamente impactadas e moldadas pela própria repressão, e com isso é possível concluir que dentro de um horizonte de atuação extremo como é o da luta armada, sobra pouco espaço para questões estratégicas. Foi o violento e incerto cotidiano que acabou por forjar a forma pela qual o grupo se organizou.

E nessa crescente repressão em que a OBAN lograva êxito no desmonte dos grupos guerrilheiros, o ano de 1970 marcou uma renovação no que diz respeito as

⁴²²As bibliografias de referência sobre o tema indicam, muitas vezes nos próprios títulos, essa definição para a ALN. Obras gerais que falam sobre o tema da lua armada caracterizaram o grupo como sendo “a principal expressão desse tipo de luta”, como se nota em: SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000. pp. 200 e 201.

formas de realizar as ações revolucionárias, acontecendo uma aproximação crescente entre grupos guerrilheiros distintos.

2.14. A ALN em cheque: dissidências e rompimentos.

O tema da luta no campo, que como foi visto, se tratava de um elemento constitutivo da ideologia revolucionária da ALN, voltou com toda a força a partir de 1970, se estabelecendo como o eixo central das discussões políticas, e sendo base de algumas dissidências da organização.

Na segunda metade do ano de 1970, começou a ocorrer a primeira cisão, na articulação de estudantes universitários de São Paulo, que realizavam treinamento militar em Cuba durante o ano de 1970 e formaram ali o chamado “grupo dos 28”. Eles criticam dois pontos: a inexistência de relação com as massas e o afastamento do objetivo principal da guerrilha, que era lançar a campanha rural⁴²³.

O primeiro objetivo do Grupo dos 28 foi a volta ao Brasil para tentar reorganizar as redes de informação e mobilização no campo perdidas com a morte de Marighella⁴²⁴. Seguindo esse plano, o grupo regressou ao Brasil ainda no final de 1970, e se juntaram com outros quatro militantes que haviam se afastado da ALN por criticar a ênfase militarista que o grupo havia constituído naqueles últimos meses, em que o Grupo Tático Armado acabou tomando conta da direção política da organização, baseando toda a ideologia política na força militar do grupo. Formou-se assim o Movimento de Libertação Popular, MOLIPO⁴²⁵. Para a nova organização a luta seria realizada em forma de colunas guerrilheiras no meio rural, encorpadas com a futura adesão das camadas urbanas. A formação da MOLIPO, com o objetivo de conseguir criar a luta no campo, demonstra como a ideia do meio rural como ambiente favorável para criar a guerra revolucionária compôs o imaginário dos militantes radicalizados da esquerda brasileira e foi um elemento de mobilização para vários desses sujeitos, criando dissidências e servindo como horizonte de expectativa na luta revolucionária.

⁴²³RIDENTI, Marcelo.. Opus cit. p. pp. 40 e 41

⁴²⁴CABRAL, Otávio. Dirceu: a biografia. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 91

⁴²⁵Há poucas referências bibliográficas sobre a experiência da MOLIPO, sobretudo porque ela praticamente se constituiu apenas como um projeto. Segundo Ridenti, a forte repressão policial e o sistema de informações do exército que já havia mapeado as conexões com Cuba levaram a organização a ser totalmente destruída já em 1973, sem que tivessem obtido qualquer tipo de prática guerrilheira. A grande maioria dos integrantes dessa organização foram assassinados e poucos militantes conseguiram ir para o exílio. RIDENTI, Marcelo.. Opus cit. p.

Pela ausência de documentos acerca da MOLIPO e até mesmo pelo massacre pelo o qual seus militantes passaram⁴²⁶ é bastante difícil aferir como esse imaginário se expressou entre eles e quais elementos fundamentaram essa inflexão ideológica. Algumas hipóteses podem ser testadas, contudo sem a possibilidade de serem respondidas aqui.

A principal delas relaciona-se diretamente ao impacto direto do pensamento revolucionário propagado em Cuba durante a realização do treinamento do III exército da ALN que esteve em Cuba para receber treinamento militar⁴²⁷. Uma vez em Cuba fazendo tal treinamento é possível levantar a hipótese de que o viés revolucionário cubano pautado no guevarismo, no foco guerrilheiro e na guerra nos meios rurais tenha incidido de maneira direta no grupo.

Denise Rollemberg demonstrou como a tentativa cubana de influenciar a revolução brasileira foi um dos motes para a cisão do “Grupo dos 28” e a formação do MOLIPO⁴²⁸. A autora também afirmou que ao romper com a ALN, os militantes do III Exército da ALN receberam total apoio do governo cubano⁴²⁹. Portanto, há um alinhamento claro entre o projeto de Cuba para a revolução brasileira e a formação da primeira dissidência da ALN. O que serve de base para a hipótese levantada de que o debate em torno da necessidade de implementar a guerrilha rural – foco da dissidência – teria relação direta com a influência do modelo revolucionário de Cuba, que incidiu de maneira material no MOLIPO, uma vez que ele foi formado na ilha.

Mas o lugar privilegiado para ser palco da revolução não foi o único tema que gerou discórdia. Houve um questionamento sobre o aprofundamento das ações militares que teria levado o grupo a uma crescente militarização que teria sido responsável por criar um distanciamento entre as massas e os militantes adeptos da luta armada. Este

⁴²⁶Dos 32 militantes que teriam formado a MOLIPO no final de 1970, a grande maioria foi assassinado pela própria repressão em um dos casos mais emblemáticos de como o DOI-Codi teve eficácia no desmonte da luta armada. Dos membros sobreviventes e localizáveis, está José Dirceu, líder estudantil na década de 1960, um dos organizadores do Grupo dos 28 e quadro político fundamental do Partido dos Trabalhadores e do primeiro Governo Lula (2003 – 2007). Envolvido no escândalo do Mensalão, Dirceu atualmente cumpre pena. Em 2013, o “Fórum de ex-presos políticos” que organiza ainda hoje a atividade “Sábados Resistentes” no memorial da Resistência em São Paulo tentou organizar um seminário com Dirceu e outros sobreviventes do MOLIPO, mas diante do forte apelo da mídia no caso do Mensalão, a atividade foi cancelada. CF: CABRAL, Otávio. Dirceu: a biografia. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 92. Esquerda revolucionárias armadas nos anos 1960 e 1970. RIDENTI, Marcelo. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs). As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia pós 64. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. pp. 39 e 40.

⁴²⁷ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. Opus Cit. pp. 34 e 35.

⁴²⁸Ibidem. p. 46

⁴²⁹Ibidem. p. 47

também foi um ponto salientado pelos militantes que formaram a MOLIPO, mas foi alvo de debates mais acirrados por parte de outra dissidência da ALN que se formou na reunião de militantes da organização que estavam no exílio e que articularam sobre a nome de “Tendência Leninista”.

A Tendência Leninista (TL) se formou no exílio chileno em 1971 e utilizou a revista *Debate*⁴³⁰ para publicar um dos textos mais polêmicos sobre a luta armada brasileira. O artigo intitulado *Uma autocrítica necessária* foi endereçado para as lideranças da ALN e possuiu como tema central de discussão o forte militarismo que abateu-se sobre a organização nos últimos anos. É um texto de 14 páginas que discorre sobre como a ALN teria tomado um caminho que a distanciou da esfera política, centrando sua atuação de modo exclusivo em ações militares.

O texto inicia-se com apontamentos sobre como os movimentos revolucionários guerrilheiro no Brasil se distanciaram das massas e para corrigir o erro seria necessário que a organização modificasse sua estrutura e seus métodos de atuação, dando outra linha política a organização.

O documento faz uma espécie de balanço, buscando desconstruir dois supostos motivos que teriam afastado o movimento guerrilheiro das massas populares. O documento diz que:

“Uma análise mais profunda da história e do desenvolvimento da ALN nos revela que os sérios golpes que recebemos não são somente devidos a um brutal sistema repressivo que a Ditadura Militar (...) pôs em prática”⁴³¹.

Eles negam que o afastamento das massas e a inexistência de apoio popular ao projeto guerrilheiro estejam atrelados exclusivamente a repressão imposta pelas forças do regime. E seguem descontruindo outro fator explicativo:

“Cremos também que está fora de cogitação o raciocínio simplista de que o surto de desenvolvimento econômica alcançado nos centros

⁴³⁰A revista *Debate* foi editada em Paris entre os anos de 1970 e 1982, tendo como editor-chefe João Quartim de Moraes, que havia sido dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua importância no exílio de brasileiros foi enorme, uma vez que em torno da revista surgiu um centro de estudos e de agitação cultural na capital francesa. Ao mesmo tempo, surgiu uma versão da revista editada no Chile que trazia a versão em espanhol de *Debate*, editada com o título de *Teoría y Práctica*. CF: ROLLEMBERG, Denise. “Debate no exílio: em busca de renovação”. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339

⁴³¹Uma autocrítica necessária. Cedem/Unesp. p.1

industriais do país no biênio 69/70 seja responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada”⁴³².

Analisando os dois argumentos apresentando pela Tendência Leninista é possível perceber como foram refutadas as duas principais explicações correntes sobre o refluxo da luta armada depois de 1968. Era corrente dentro dos debates internos dos movimentos guerrilheiros que a não adesão das massas ao projeto revolucionário estaria ligado ao “milagre brasileiro” do crescimento econômico que foi fortemente divulgado pelas campanhas publicitárias do regime, somado a brutal repressão que não permitia que os grupos atuassem.

Posteriormente, o documento aponta sua interpretação do problema, que era a linha militarista que o grupo rumou após 1968:

“Apesar de, em palavras, os defensores da linha militarista apregoarem mecanicamente a necessidade de uma revolução de longo prazo, isso é, com a participação das massas, toda a sua prática demonstra o contrário (...)”⁴³³.

Aponta-se que a ALN perdeu sua política de contato com as massas. E isso seria resultado do “enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização”⁴³⁴. O trecho revela que na TL a ALN tinha deixado de lado os sujeitos revolucionários tendo em suas fileiras de militantes os estudantes ligados a burguesia.

Por outro lado, o segundo fator apontado no documento como responsável pelo afastamento das massas seria:

“A intensa penetração ideológica das teses sistematizadas pelo intelectual francês Régis Debray principalmente entre os elementos originados na pequena burguesia radical. Nessas condições foi possível introduzir na organização o que denominamos o contrabando ideológico do debraysmo”⁴³⁵.

Os dois fatores destacados revelam a crítica realizada por parte desse grupo. Na visão desses militantes exilados no Chile, houve uma massiva entrada de estudantes

⁴³²Idem.

⁴³³Uma autocrítica necessária. Asmob. Cedem/Unesp. p.3

⁴³⁴Idem

⁴³⁵Idem

ligados as elites econômicas brasileiras e que radicalizaram a experiência da luta armada, esvaziando seu conteúdo político e consequentemente se afastando das classes trabalhadoras.

É interessante notar que o grupo dissidente se preocupava em revigorar as teses de Debray no que diz respeito ao método da luta armada. Por isso eles ressaltavam o “contrabando ideológico do debraysmo”. Sendo assim, a TL não rompe com a radicalização do uso da violência, mas procurou recuperar o que eles chamam de sentido ideológica da revolução, se aproximando novamente daqueles sujeitos projetados como revolucionários. É possível concluir que ao descartarem o militarismo, também se ressaltava o problema de se afastarem das massas.

E o grupo revelava qual era o imaginário social que projetava a figura revolucionária, apontando para a necessidade de se aproximar novamente das camadas operárias:

“Em nossa opinião, nas condições brasileiras, somente a classe operária tem capacidade de dirigir e levar até o fim a luta pela derrubada da ditadura a fim de estabelecer um regime político que realize as tarefas de um programa nacional libertador democrático”⁴³⁶.

Ao que indica o trecho, há uma sensível modificação com o bloco operário-camponês originalmente defendido pela ALN.

As proposições feitas por parte desse grupo de dissidentes são todas voltadas para realizar aquilo que eles chamam de política de massas. Um conjunto de tarefas para criar diálogo com a classe operária e contar com seu apoio direto e indireto na luta revolucionária. E para isso, eles defenderam outras formas de luta junto do viés armado:

“Isto não quer dizer que a luta armada é a única forma de luta. Os marxistas-leninistas tem o dever de utilizar todas as formas de luta que possibilitarem seu contato com as massas visando despertar-las, mobilizar-las e organizá-las para revolução. A luta armada é a principal forma de luta e devemos utilizar todas as outras formas, inclusive a luta eleitoral”⁴³⁷.

Há uma sensível modificação nas concepções políticas e até mesmo nas estratégias revolucionárias propostas a partir das críticas realizadas por esse conjunto de

⁴³⁶Uma autocrítica necessária. Asmob. Cedem/Unesp. p.6

⁴³⁷Idem.

militantes. E ao eleger o operário como sujeito revolucionário a ser mobilizado e destacar novas formas de luta a serem utilizadas em conjunto com a via armada, a Tendência Leninista preparou o terreno para anunciar o seu projeto de criação de um partido político novo, de orientação marxista-leninista.

“A experiência dos povos que fizeram a revolução (...) evidencia a verdade universal do socialismo científico que sem o partido leninista de tipo novo não há condições de conduzir o processo revolucionário. Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há a possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes – a luta armada – sem um partido”⁴³⁸.

Com essa proposta de formação de um novo partido se concluiu os três pontos argumentados por parte da TL de quais caminhos a ALN deveria seguir. Seria necessário rever o militarismo e construir uma nova relação com as massas, principalmente com o operário. Para isso, outras formas de luta em conjunto com a via armada seriam incorporadas, criando um partido novo capaz de mobilizar as camadas populares. É evidente o quanto esse conjunto de transformações sugeridos pelos militantes da Tendência Leninista vai de encontro com os princípios básicos projetados pela ALN. De maneira específica, a criação de um partido político foi refutado em diversos textos assinados por Carlos Marighella, que preconizava seu surgimento na própria luta guerrilheira e não criado a priori. Nesse sentido, a proposta de criação partidária foi um elemento de ruptura desses militantes com aquilo que pode ser caracterizado como uma ideologia própria concebida dentro da ALN, marcando assim uma dissidência com o projeto revolucionário.

Os significados dessa crítica elaborada pela TL e sua proposta de formação do partido podem ser amplos e complexos demais para se trabalhar nessa dissertação, pois como foi salientado ela significou uma mudança na ideologia comungada pela esquerda armada em geral, principalmente no caso brasileiro, que foi forjada na crítica ao burocratismo partidário do PCB. Portanto, seria muito importante entender quais questões impactaram esse grupo de militantes para aderirem novamente a experiência partidária. Algumas hipóteses podem ser levantadas sobre isso sem que se chegue a conclusões sobre o tema.

⁴³⁸Uma autocrítica necessária. Asmob. Cedem/Unesp. p.10

Os militantes que elaboraram essa crítica estavam no Chile, que era governado por Salvador Allende e pela Unidade Popular, a UP. O governo Allende representava a vitória da chamada *via democrática* para alcançar o socialismo, corrente política bastante distinta dos grupos de luta armada, que travou uma espécie de debate pela hegemonia da metodologia revolucionária na América Latina⁴³⁹. Observando o destaque dado a relação com as massas e ao crescente militarismo dentro da ALN, esse ponto se ressaltava ainda mais, pois a UP representou uma possibilidade de forte aliança entre grupos políticos e contava com considerável apoio das massas chilenas. Nesse sentido, a união entre as experiências das derrotas sofridas na luta guerrilheira, a condição do exílio que levava a reflexão sobre as experiências de luta a incidência da via democrática que representava, à época, uma forte vitória das esquerdas pode ter sido importante para compor esse novo quadro do pensamento ideológico representado pela Tendência Leninista.

A proposta de criação de um novo partido foi considerada uma afronta pelos membros remanescentes da ALN que permaneciam atuando na guerrilha no Brasil gerando uma resposta por parte do grupo. Ela foi assinada por João Silva, militante do Grupo Tático da ALN e que cumpria função de liderança nas ações armadas do grupo durante o ano de 1971. O documento tem a extensão de 20 páginas que abordam diretamente as críticas apresentadas pela Tendência Leninista, rejeitando-as na sua totalidade e desqualificando os militantes que a elaboraram. As críticas foram rejeitadas porque uma vez que tais militantes não estavam mais atuando na luta armada, eles não poderiam refletir sobre ela, que deveria nascer de uma relação entre teoria e prática. Como uma espécie de síntese dessa desqualificação, é escrito que: “Onde está a luta teórica tão apregoada por estes senhores que fogem ao debate onde ele se torna fundamental?”⁴⁴⁰

O lugar fundamental para a luta teórica era a própria guerrilha e assim esse documento desqualifica totalmente *uma autocrítica necessária*, partindo do ponto de vista de que, como os militantes não estão mais na luta armada, eles não podem teorizar ou definir a linha política da organização. E nesse sentido, mesmo diante das rupturas apresentadas pela dissidência do grupo dos 28 e da Tendência Leninista, a ALN

⁴³⁹WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: UNESP, 2009.

⁴⁴⁰Documento Sem título. João da Silva. Cedem/Unesp. 1971.

manteve sua atuação segundo sua concepção projetada na inevitabilidade da revolução via movimento armado.

Essa resposta elaborada pela ALN para rebater a Tendência Leninista é sintomática do militarismo que foi uma característica da organização a partir desse ano, afastando-o ainda mais das massas e sendo decisivo para o isolamento do grupo e seu posterior fim.

Observando a documentação, essa tendência militarista é evidente, mas ela não deve esconder alguns momentos em que houve uma crescente preocupação com a criação de mecanismos para conquistar o apoio das massas. O principal exemplo disso foi a elaboração de um periódico próprio em formato de jornal que começou a circular em abril de 1971. Esse jornal, intitulado de *Venceremos*, apesar de ser elaborado por militantes da ALN não se apresentou como um panfleto próprio do grupo e sim como “o jornal dos grupos guerrilheiros do Brasil”⁴⁴¹. A forma coletiva como o jornal foi apresentado também foi representativa da nova fase de atuação da ALN, que passou a atuar em conjunto com outros movimentos guerrilheiros, como a VPR, a REDE, o MRT e em algumas ações o MR-8. Essa articulação entre os grupos armados foi tão bem costurada que foi elaborado um nome para ela, chamada de *Frente*. Portanto, antes de analisar o *Venceremos* é necessário entender como a *Frente* se constituiu e quais os seus significados para o novo momento vivido pela ALN após 1970.

2.15. *Frente*: a relação entre as organizações clandestinas como forma de sobrevivência diante da repressão.

A criação de uma aliança entre as diferentes organizações de luta armada brasileiras foi um dos objetivos empreendidos por Joaquim Câmara Ferreira quando ele tomou a liderança da ALN, intentando construir um maior centralismo na estrutura do grupo⁴⁴². Foi desse pensamento que se constituiu aquilo que ficou conhecido a partir de então como *Frente*.

⁴⁴¹Venceremos. Nº 1 Cedem/Unesp.

⁴⁴²SALES, Jean. A luta armada contra a ditadura. 2007. Opus cit.

As pesquisas sobre as esquerdas armadas no Brasil⁴⁴³, costumam ressaltar a quantidade de dissidências que assolaram os grupos ao fim da hegemonia pecebista. Segundo Marcelo Ridenti, três pontos marcaram o debate dentro da esquerda. O primeiro seria as distintas formas de encarar a revolução brasileira e como ela aconteceria. O segundo dizia respeito a organização dos grupos revolucionários, principalmente a necessidade da constituição de um partido para conduzir a guerrilha. O último discutia as formas de luta para combater a Ditadura e implementar a revolução social. No tocante aos grupos que optaram pela via armada, ele indica uma polarização entre as ideias *maoístas* e *guevaristas*, em que pese uma combinação dessas duas matrizes. Com isso, mesmo havendo uma pulverização de organizações distintas, houve aspectos comuns, principalmente em dois quesitos. O primeiro deles foi a compreensão de que o inimigo comum a ser derrotado era o imperialismo norte-americano, apoiador da Ditadura, e que fomentava o subdesenvolvimento e a estagnação do país. Portanto, o foco da luta seria derrubar a Ditadura e expulsar os imperialistas dos Estados Unidos. E o segundo era a adoção da luta armada como a ferramenta necessária. Portanto, esses valores comuns aproximavam toda a esquerda brasileira que pegou em armas.

Para Marighella a ALN seria apenas mais uma organização em meio a diversas outras, que constituiria uma rede responsável por empreender a luta revolucionária⁴⁴⁴. Nessa grande teia, não importava necessariamente quais eram as concepções ideológicas, mas sim ter como objetivo a luta revolucionária pela via armada. Portanto, não havia restrição para a ALN atuar com outros grupos.

O caso do sequestro do embaixador norte-americano já indicava isso. Ao que tudo indica, essa experiência foi importante por demonstrar que era possível agirem unidas. Anteriormente, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) já havia atuado em expropriações ao lado da ALN, ainda durante o ano de 1968. E mesmo depois de 1970 é possível localizar algumas organizações se unindo esporadicamente para realizar ações guerrilheiras. Mas o que se verificou a partir da formação da *Frente* foi algo mais organizado que simples junções esporádicas para ações militares.

Segundo Jacob Gorender, a primeira tentativa de constituir uma frente de organizações clandestinas de luta armada foi através de uma reunião que aconteceu em

⁴⁴³Estamos nos referindo as duas principais obras sobre o tema: GORENDER, Jacob. Opus Cit. RIDENTI, Marcelo. Opus cit. E REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

⁴⁴⁴ ROLLEMBERG, Denise. Opus cit. p. 70

novembro de 1969, mas que não prosperou no primeiro momento.⁴⁴⁵ A ideia se materializou através de articulação da ALN com a VPR, e sob a vontade de Câmara Ferreira de organizar uma união na esquerda brasileira após as derrotas causadas pela atuação da OBAN. Juntaram-se ao projeto o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Rede Democrática (REDE), o MR-8 e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. Em dado momento do ano de 1970, houve um entendimento do ponto de vista da atuação prática em que todas essas organizações se juntaram para empreender a luta armada no meio urbano, principalmente com as expropriações e os sequestros, prática essa que estava dando resultado e era importante na troca de presos políticos⁴⁴⁶. Essa união era uma forma de sobreviver à repressão, já que a grande maioria das ações armadas eram identificadas de ante mão pelas forças da repressão, sendo recebidas com emboscadas⁴⁴⁷.

Observando alguns relatórios do DOPS foi possível perceber como a partir de 1970 as ações da ALN foram realizadas majoritariamente em conjunto com outras organizações guerrilheiras. Em 1973, foi apresentada uma lista de 53 ações guerrilheiras realizadas entre os meses de novembro de 1971 e fevereiro de 1973 que teriam acontecido com atuação em conjunto de dois ou mais grupos clandestinos⁴⁴⁸. É evidente que tal documento precisa ser relativizado por se tratar de relatório escrito pelos organismos de repressão, mas ainda assim demonstra como uma vez constituída a *Frente* ela foi responsável por manter atuante os vários grupos de luta armada em um contexto cada vez mais repressivo. Sem dúvida alguma isso foi fundamental para que a ALN se mantivesse atuante, mas essa atuação foi muito distinta da sua primeira fase, modificando questões táticas inclusive.

Nessas ações em conjunto, as ações militares ganharam um novo sentido no projeto revolucionário, passando a contar com a adoção de propaganda visando atingir as massas que estavam fora do ambiente de luta armada. A partir de 1970, várias ações armadas passaram a ser realizadas com esse objetivo, inclusive as feitas pela *Frente*. Analisando um panfleto divulgado para a população em 1 de abril de 1971 é possível perceber esse novo momento na trajetória da organização guerrilheira.

⁴⁴⁵ GORENDER, Jacob. Opus cit. p. 217

⁴⁴⁶ Ibidem. p. 219

⁴⁴⁷ JOFFILY, Mariana. Opus Cit. pp 42-43

⁴⁴⁸ OS0001. Dossiê de Ordem Social. Arquivo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O panfleto possuía apenas uma página, escrito em sua parte da frente. O título, em tamanho grande e na parte superior traz os dizeres “7 anos”. Abaixo a frase grifada anuncia o teor do texto: “hoje a ditadura militar brasileira comemora sete anos de terror”. Ele tem nove parágrafos pequenos e com frases diretas e de impacto. Na parte inferior, em letras garrafais, estava a assinatura dos grupos que divulgaram aquele panfleto: MRT, ALN e MR-8. De saída é importante destacar como a produção de um documento em conjunto é ilustrativa de que a constituição da *Frente* representou uma articulação importante entre os grupos de luta armada, afinal houve a possibilidade de construção coletiva.

O texto se inicia em tom de denúncia, apontando que havia sete anos que “um punhado de militares e ricos exploravam nossa pátria”⁴⁴⁹. Posteriormente, procurou-se desconstruir aquilo que o próprio regime militar anunciava em seus canais de comunicação como o “milagre brasileiro”:

“A Ditadura está em festa e satisfeita. Exibe orgulhosa os louros da economia, os avanços econômicos, o milagre brasileiro. Entretanto o carrasco número um tem que reconhecer que a ‘economia vai bem, mas o povo vai mal’. Isso porque os lucros e vantagens desse ‘progresso’ econômico nos bolsos de quem vai parar? Nos bolsos das grandes companhias americanas, de punhado de milionários industriais e latifundiários brasileiros”⁴⁵⁰.

Nota-se a tentativa de desconstruir as principais realizações econômicas do regime o que revela que o documento se voltava para pessoas de fora dos movimentos guerrilheiros e até mesmo para círculos de fora até mesmo da esquerda de maneira geral.

Além disso, ao dialogar diretamente com o milagre brasileiro, o panfleto revelou uma nova preocupação da luta armada. Segundo Carlos Fico, a propaganda se constituiu em um dos pilares básicos que sustentou o regime, pois a própria máquina governamental foi responsável por divulgar os aspectos positivos realizados pela Ditadura, concentrando o foco nos números apontados pelos institutos de pesquisa econômica, que atestavam o crescimento brasileiro, apelidado de “milagre” justamente para atestar a grandiosidade do feito⁴⁵¹. Na junção entre essa propaganda voltada para as

⁴⁴⁹OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 38

⁴⁵⁰Idem.

⁴⁵¹FICO, Carlos. Espionagem, polícia política censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 194 - 195

massas e a censura que impedia a divulgação de informações contrárias, o regime militar brasileiro construiu um forte apoio popular uma vez que as massas foram impactadas por essa propaganda. E ao que indica a análise, esse panfleto teve como objetivo desconstruir essa imagem positiva da Ditadura para acabar com o apelo popular que a mesma tinha. Isso se exacerba no trecho seguinte:

“Da divisão do bolo, o que sobra para o povo? As migalhas, a fome, a miséria e a exploração continuam e aumentam nas cidades e no interior. O que sobra para o povo é repressão, a violência policial, a repressão, as bárbaras torturas, os assassinatos”⁴⁵².

Ao mesmo tempo em que o grupo atribuía as condições precárias de vida da população pobre às ações do regime, também procurava construir uma narrativa na qual a repressão sofrida pelos integrantes da luta armada era compartilhada pelas massas. Há a intenção de construir uma ideia de “povo” partilhada entre os guerrilheiros e as massas. Nesse sentido, no discurso do panfleto o regime militar e seu milagre favoreceram apenas os norte-americanos, os latifundiários e a minoria rica do Brasil, enquanto que o restante da população seguia em situação precária e convivia com a repressão imposta pela Ditadura. Ao construir esse discurso e colocar na categoria “povo” tanto os militantes como também as camadas pobres, fica evidente que os grupos armados estão disputando o apoio das massas. Isso é sintetizado na frase seguinte, que diz que: “Portanto a Ditadura comemora esta data de uma maneira e o povo de outra”⁴⁵³.

Essa mudança representa uma nova fase na trajetória da ALN. Esse panfleto demonstrou a necessidade da organização de conquistar a base da sociedade, coisa que sequer esteve no projeto de guerrilha até então. Mas, a partir dos anos 1970 em que o DOI-CODI estava estruturado, combatendo fortemente as organizações guerrilheiras, os grupos se viram ainda mais isolados. Foi nesse contexto que atuaram em conjunto constituindo a *Frente* e também foi nesse contexto que modificaram sensivelmente suas ações revolucionárias, se voltando para ações na cidade que visavam propagandear sua luta e angariar o apoio da população.

⁴⁵²OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 38

⁴⁵³OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 38

Essa ideia de fazer propaganda e conclamar as massas para a insurreição esteve presente no próprio panfleto analisado aqui. Os últimos parágrafos revelam essa intenção:

“É necessário seguir e ampliar a luta. Só a violência popular organizada nas escolas, fábricas, escritórios, sítios e fazendas poderá vencer a opressão. Na luta devem participar todos os patriotas. E a luta vai desde a reivindicação salarial a sabotagem, e queima de arquivos, extermínio do gado para matar a fome, até o sequestro de elementos da ditadura ou favoráveis a ela e o justicamento de torturadores”⁴⁵⁴.

Uma vez que a primeira parte do panfleto servia para definir o povo como constitutivo do mesmo lado da luta das guerrilhas, elas agora apresentam a forma de realizar a luta. Não foi por acaso que eles iniciam dizendo que ela já começou e que é necessário ampliá-la. E ao apontar a grande variedade de lugares para propaga-la e a quantidade de ações que podem ser feitas, eles ampliam sensivelmente seu leque de apoiadores, conclamando toda a população.

Mas a frase final do panfleto não deixa dúvidas sobre como deveria ser feita a luta: “O importante é que todos participem de armas nas mãos e se organizem. A união do povo é a chave para a vitória”⁴⁵⁵. Ou seja, ainda que queiram contar com o apoio da população e modifiquem suas táticas para conquistar tal apoio, não há mudança na forma de luta e a insurreição armada é o único caminho vislumbrado. Mas de qualquer forma ele representa um novo momento da forma como se enxergava o contato com as massas, sobretudo porque esse panfleto não foi divulgando na ocasião de nenhuma operação militar⁴⁵⁶.

Portanto, esse panfleto é exemplar do segundo momento da trajetória da ALN em que há um direcionamento voltado para conquistar o apoio das massas e isso aconteceu em decorrência da forte repressão que assolou o grupo. É pertinente ressaltar como a própria tática guerrilheira modificou-se substancialmente a partir da conjuntura enfrentada, principalmente ao incorporar o uso de ferramentas para criar o diálogo com a população. Portanto, a principal característica dessa segunda fase da experiência guerrilheira da ALN é a importância da Frente de Massas para estabelecer o diálogo

⁴⁵⁴OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 38

⁴⁵⁵OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 38

⁴⁵⁶O relatório apresenta essa informação.

direto com a população, visando seu apoio ao projeto revolucionário, como será discutido a partir de agora.

2.16. A segunda fase da ALN: o papel da frente de massas como tentativa de construção de base social.

Durante a primeira fase da guerrilha foram localizados manifestos e panfletos elaborados pelo grupo que possuíam o objetivo de explicar para a população quais eram os sentidos das operações militares. Esse tipo de documento pode ser exemplificado a partir da análise do manifesto *Ao povo brasileiro*⁴⁵⁷, datado de 1968⁴⁵⁸. É um texto curto, com a primeira coluna na frente e a segunda coluna no verso do panfleto. O título encontra-se no canto superior esquerdo, acima da primeira coluna, destacado em negrito e em tamanho maior. Como marca d'água, no meio da primeira coluna no fundo do texto, encontra-se a alça com a mira, identidade visual utilizada como símbolo pela ALN. O mesmo símbolo foi colocado no final do texto, abaixo da segunda coluna, junto do nome da organização e de sua sigla, como assinatura.

No primeiro trecho do panfleto, a organização preocupava-se em denunciar o regime militar, falando sobre a censura, os baixos salários e chamando-o de fascista. Logo nos parágrafos seguintes, o texto passava a anunciar que a luta armada seria a única a enfrentar esse regime. O terceiro parágrafo diz:

A luta armada guerrilheira é o único caminho do povo brasileiro para a sua Libertação Nacional. Operários, camponeses, estudantes, padres, intelectuais e militares patriotas, homens e mulheres que não se calaram, lutam pela libertação de nosso povo⁴⁵⁹.

O trecho demonstra ao mesmo tempo como se propagava a visão compartilhada pela ALN de que a luta contra a Ditadura e pela libertação nacional só poderia acontecer em forma de guerrilha. Ao mesmo tempo também revelava ao povo quais eram os sujeitos em luta, nomeando-os um a um. O texto continua explicitando como tais grupos tem lutado e quais os sentidos da luta guerrilheira:

⁴⁵⁷*Ao povo brasileiro*. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

⁴⁵⁸Segundo relatório do DOPS, esse documento foi apreendido em um assalto ao carro forte São Paulo que levaria o pagamento da firma "Massey Ferguson" em 1968. Apesar do documento original não ser datado e o arquivo Brasil Nunca Mais apresentar o mesmo como sem data, é possível afirmar que se trata do mesmo documento e que a data é precisa. OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁵⁹*Ao povo brasileiro*. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

“A guerrilha atava todos aqueles que oprimem ou colaboram com a opressão da ditadura. Expropria os grandes capitalistas, ataca a polícia levando suas armas, justiça agentes e espões da polícia, sequestra personalidades para trocar por revolucionários presos. A guerrilha tira do inimigo tudo aquilo que é útil para a luta do nosso povo”⁴⁶⁰.

Nitidamente o manifesto tem a intenção de divulgar e explicar àqueles que não compõem as fileiras de militantes da guerrilha ou que não estão inseridos entre os setores da esquerda quais são os motivos que os levaram a aderir a luta armada.

Após esse trecho, são colocadas cinco frases sínteses dos objetivos da luta guerrilheira, destacadas em negrito e em tamanho maior. Esses objetivos vão desde derrubar a Ditadura e expulsar os imperialistas norte-americanos, até implementar um governo popular, passando pela melhoria de vida dos operários, camponeses e da classe média. Expressa-se os objetivos da luta sem que em nenhum momento se conclame o leitor a fazer parte da mesma.

Esse panfleto é exemplar da forma como a ALN dialogava com aquelas pessoas que não estavam inseridas no projeto de luta armada ou mesmo na esquerda. Havia exclusivamente a preocupação de divulgar os ideais do grupo e explicar os motivos daquelas ações violentas. E não havia uma ideia sistemática de criar mecanismos para o diálogo nem a ideia sempre presente nos setores de esquerda de conscientização das massas. Além disso, tais panfletos e manifestos eram divulgados sem seguir uma lógica definida, sendo muitas vezes distribuídos nos lugares em que ocorriam operações militares, mas não em todos os casos.

Não existia nenhum tipo de debate interno na organização que pense na necessidade do apoio das massas. Na ideologia presente na formação da ALN havia o princípio de que “a ação faz a vanguarda”. Partindo dessa ideia *vanguardista*, a relação com as massas não seria feita através do diálogo, mas sim do exemplo da ação e do uso da luta armada, sem precisar do uso de propaganda ou discussão, visto como algo imobilista e relacionado as práticas partidárias. Nesse sentido, desde que foi fundada, a ALN se pretendeu como uma organização pequena e clandestina e, por esses pontos, não haveria espaço para criar grandes ferramentas de diálogo e debate com as massas.

⁴⁶⁰Ao povo brasileiro. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

Por isso que quando se volta para as massas externas à esquerda, a ALN pretendia explicar para a população o uso da violência. Foi por isso que a grande maioria dos panfletos de propaganda da organização ocorreram em operações mais violentas, como foi o caso do manifesto divulgado no *justiçamento* do capitão do exército norte-americano, Charles Rodney Chandler⁴⁶¹.

O folheto distribuído no assassinato de Chandler explicava os motivos do crime, argumentando que ele seria responsável por ensinar táticas de tortura para os órgãos de repressão no Brasil. Os panfletos deste caso são de frases curtas, tais como

"Justiça revolucionária executa o criminoso de guerra no Vietname, Chandler, e adverte a todos os seus seguidores que, mais dia menos dia, ajustarão suas contas com o Tribunal Revolucionário"⁴⁶².

Outro panfleto afirma que:

"O assassinato do Comandante Chê Guevara, na Bolívia, foi cometido por ordem e orientação de criminosos de guerra como este Chandler, agente imperialista notório, e responsável pela prática de inúmeros crimes de guerra contra o povo do Vietname."⁴⁶³

Nota-se que há uma preocupação em explicar os motivos pelos quais tomaram aquela decisão, porém se usa poucos argumentos e o próprio panfleto se preocupa muito mais em advertir outros torturadores que teriam o mesmo destino caso seguissem com essas práticas. Nesse ponto, o panfleto tem um tom muito mais de enfrentamento ao falar muito mais diretamente para os órgãos de repressão e não para a população. Isso talvez diga muito a respeito da ALN nos seus primeiros anos de atuação, em que importava muito pouco o diálogo com a população e que a ideia da organização do setor de *Frente de Massas* tenha um sentido distinto do que criar mecanismos de contato com setores externos à esquerda.

O que se pode aferir dessa análise da forma como a ALN se relaciona com as massas é que isso não acontece de forma sistemática. Não se buscou em nenhum momento nesses três primeiros anos de atuação da organização guerrilheira um diálogo com as massas para se estabelecer contato com as mesmas.

⁴⁶¹Os assaltos a bancos e explosões realizadas em lugares identificados como sendo pertencentes aos "inimigos" do grupo também passaram a receber esse tipo de panfletagem, segundo é possível observar na documentação do DOPS. Mas não foram todas as expropriações que mereceram essa atenção por parte da organização.

⁴⁶²OS1079 "Panfletos". Acervo Deops. Ordem Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁶³Ibidem

A única ação dessa fase que contrasta com essa ideia foi a tomada da Rádio Nacional e a divulgação da “mensagem aos patriotas brasileiros”, mas que foi esporádica e representou uma condição favorável para que a mesma acontecesse. Nesse sentido, não se pode afirmar que ela fez parte das estratégias da organização naquele momento. A edição do jornal *O Guerrilheiro*, de abril de 1968 deve ser encarada do mesmo jeito. Sua publicação naquele formato de periódico e com textos voltados para a comunidade externa à luta armada representou uma tentativa do grupo de estabelecer diálogos externos, mas que não foi consolidado, sendo a única edição naquele formato na primeira fase da ALN. Portanto, não é possível verificar uma estratégia elaborada por parte da ALN que teria como função atingir a população que não fosse ou dos círculos da esquerda ou vislumbrados no projeto revolucionário do grupo.

E isso se refletiu até mesmo na estrutura da organização em que o setor conhecido como *Frente de Massas* possuía como função se voltar para esses sujeitos compreendidos como potenciais revolucionários, inserindo os mais capazes militarmente como militantes do grupo. Essa ideia está presente no texto *Questões de organização*, datado de dezembro de 1968 em que Carlos Marighella apresentou a estrutura da ALN, indicando quais seriam as funções do *Grupo Estratégico*, do *Grupo Tático* e da *Frente de Massas*:

“A frente de massas— tendo à frente o movimento estudantil— desempenhou um papel sem precedentes na luta antiditadura. Ocupações, passeatas, protestos, greves, a luta contra a censura, a prisão de policiais para a troca por prisioneiros políticos, constituíram formas de luta de massas de nível elevado”⁴⁶⁴.

Observando o trecho, nota-se que a *Frente de Massas* era composta por grupos políticos organizados, como no caso citado, o Movimento Estudantil. Sendo assim, sua função era dialogar com setores organizados e traçar relações com os mesmos tendo como objetivo final inserir militantes nas fileiras da organização. Ou seja, não havia intenção de dialogar com a base da sociedade.

Já a partir dos golpes sofridos por parte da ALN com a morte de Marighella e o início de sua segunda fase é possível identificar uma sensível mudança no que diz respeito aos mecanismos de dialogar com as massas. Inclusive o próprio papel da estrutura da *Frente de Massas* passou a ter outro significado.

⁴⁶⁴Questões de Organização. Cedem/Unesp.

Em um trecho do documento chamado *Carlos Marighella: vida e obra criadora*, Joaquim Câmara Ferreira, aborda o que seria a *Frente de Massa* e fica nítida a diferença na forma como ela foi vista:

“O documento "Questões de Organização" assinala que a organização terá uma frente de massas, dedicada fundamentalmente ao trabalho nas fábricas, bairros, escolas, fazendas, etc., partindo das reivindicações imediatas, mas sempre com uma perspectiva geral revolucionária. A essa "frente" cabe convencer às massas, tanto através da propaganda como da sua própria experiência, da necessidade da luta armada e guerrilheira”⁴⁶⁵.

Esse texto é elucidativo dos rumos que a ALN tomou após a morte de seu líder e fundador. Na reconstrução feita a partir de 1970, a nova liderança definiu a função da *Frente de Massas* como sendo responsável por elaborar formas de *convencer* às massas através da propaganda. Função essa que seria totalmente distinta daquela vislumbrada por Marighella e apresentada no documento *Questões de Organização*.

E de fato houve uma sensível distinção nisso a partir de 1970, conforme o panfleto assinado pela ALN em conjunto com o MR-8 e o MRT atestam. Aquele panfleto pode ser visto como expressão da nova função da *Frente de Massas* anunciada pelo texto de Câmara Ferreira. Seu convencimento passou a acontecer fundamentalmente por meio desse tipo de diálogo escrito.

Mas se esse panfleto é sintomático do novo momento da ALN e sua relação com as massas, a expressão definitiva da característica dessa nova fase foi a publicação do jornal *Venceremos*, o periódico mais constante que o grupo teve e que se voltava para os grupos sociais que não faziam parte da esquerda. O jornal *Venceremos* foi claramente a produção mais significativa da segunda fase da trajetória guerrilheira da Ação Libertadora Nacional pois representou essa nova estratégia de se relacionar com as massas em busca de apoio justamente no momento mais crítico no que dizia respeito a repressão. Ao mesmo tempo, ao analisar esse periódico foi possível compreender como a atuação em conjunto com demais grupos armados foi algo maior do que experiências esporádicas e circunstanciais.

⁴⁶⁵*Carlos Marighella: vida e obra criadora*. CEDEMA. <http://www.cedema.org/?ver=portada> acesso em 04/10/2016

2.17. *Venceremos*.

Venceremos foi um periódico da ALN que circulou entre abril de 1971 e fevereiro de 1972, com certa periodicidade e estrutura padrão. Sua diagramação seguiu a mesma nas seis edições encontradas, apesar de ter extensão que variou entre edições com 6 páginas e outras com 14. Sua estrutura era a de um jornal, ainda que fossem de menor tamanho do que o padrão dos periódicos não clandestinos. Os textos são variados, trazendo notícias nacionais e internacionais, artigos de opinião e reportagens mais longas acerca de determinados temas. Além disso, as últimas páginas eram voltadas para a publicação de manifestações artísticas de todo o tipo, como poemas, crônicas, contos e até mesmo charges. O uso de fotografias e imagens em geral é muito constante nesse periódico. Outro elemento interessante do mesmo é a repetição de determinadas sessões, como as páginas intituladas de *Internacional*, àquelas chamadas de *Opinião Livre*, o *Editorial* e uma área destinada a falar sobre as *Ações Armadas*.

A capa do jornal traz seu título na parte superior, em caixa alta e com letras grandes, destacadas por uma estrela antes do título e a alça na mira depois. Junto ao título, separado por dois traços, são informados qual é o número da edição e sua data referente ao mês de publicação. Ainda no cabeçalho há a frase “este jornal não é censurado pela ditadura (grifo no original)”. Logo abaixo há um desenho, centralizado ainda na parte superior acima dos textos, representando pessoas empunhando fuzis. Do lado esquerdo desse desenho, em caixa alta e letras grandes foi escrita a frase “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Do outro lado, foi escrito “se dez vidas tivesse, dez vidas daria”. Todo o restante da primeira página foi composta pelos textos do jornal. Por fim, em uma caixa no canto direito inferior da página é apresentado o preço da publicação que era de Cr\$ 1,00. Todas as edições localizadas seguem esse mesmo padrão.

Ele se constituiu em um formato de jornal propriamente dito, com o cabeçalho que contém o título em letra maior e centralizada no topo da página, seguido pela edição, mês e o lugar de produção, marcado como Brasil. A baixo dessas informações está escrita a frase “este jornal não é censurado pela ditadura”. [grifo original]. Ao mesmo tempo que essas informações dão conta de expressar a vontade da organização de produzir um periódico nos mesmos moldes dos jornais comuns, se afastando da ideia de panfletos políticos, também se marca de saída a posição política dele, ao falar que ele “não era censurado pela ditadura”.

No segundo texto é apresentada a figura da alça na mira de uma arma de fogo⁴⁶⁶, e um pequeno texto explicando que aquele seria o símbolo de *Venceremos*, e que aquele símbolo representava a luta para derrubar “helicópteros e caminhões de opressores”. O texto se encerra com a ameaça de que a “alça na mira pode apontar para os canalhas e dedo-duro do Brasil, então andem na linha...”.

A estrutura do jornal revela como ele possuía uma intenção de ser apresentado como um periódico de fato e até mesmo o fato dele possuir um preço de venda demonstra a intenção do grupo de afirma-lo como algo distinto de um panfleto político. É evidente que diversos símbolos na sua própria capa revelam que aquele jornal pertence a grupos que lutavam contra a Ditadura e mais do que isso, que ele era uma publicação dos grupos guerrilheiros. Na primeira edição, de abril de 1971, o jornal apresentava na primeira página o símbolo da alça na mira, afirmando que aquele seria o símbolo do *Venceremos*. Ao explicar o símbolo, afirmava-se que estavam:

“De mira nos canhões que derrubam helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietnã e no Laos e dos fuzis que já estão em ação no Brasil. Quem será o próximo a ser focalizado pela mira telescópica do venceremos? Canalhas e dedos-duros do Brasil: ande na linha, senão...”⁴⁶⁷

É evidente que o jornal se propõem como um periódico dos grupos de luta armada que estavam atuando no Brasil. No entanto, há uma tentativa de construção narrativa do jornal que buscava em todos os sentidos apresentar uma certa neutralidade, no sentido de ser uma publicação que visava informar o seu leitor.

Esse sentido informativo pode ser verificado na primeira edição, em um texto de quatro parágrafos em que se denuncia um suposto responsável por financiar os centros de tortura no Brasil. O texto se iniciava com o título “este homem que paga os carrascos da OBAN” e a foto de Pery Igel. O primeiro parágrafo apresentava o personagem, dono da companhia Ultragaz. No segundo parágrafo, o texto afirmava que Igel chefiava um grupo de empresários paulistas, entre eles Sebastião Camargo, da construtora Camargo Corrêa, que teriam se articulado para financiar as torturas da polícia. O texto se encerra denunciando a Oban:

“A Oban – criada pelo ex-governador Abreu Sodré – é uma das organizações da repressão onde mais se torturaram presos políticos e onde

⁴⁶⁶Venceremos. Nº 1. Cedem/Unesp.

⁴⁶⁷Venceremos. Nº 1. Cedem/Unesp.

muitos já foram assassinados. Atualmente tem outro nome: chama-se Codi mas continua funcionando na delegacia da rua Tutóia, em São Paulo”⁴⁶⁸.

O texto apresentado como uma denúncia da tortura tem caráter informativo e se esforçava para desconstruir a visão positiva que a Ditadura possuía. Por outro lado, é interessante notar como os termos empregados são abrangentes e não fazem parte dos vocabulários compartilhados exclusivamente pela esquerda. Nesse sentido, o jornal se voltava para as massas que não faziam parte dos militantes de esquerda, com o sentido de convencê-las da barbárie da Ditadura.

Essa mesma lógica segue em outros textos da mesma edição, como o texto apresentado na página 5, intitulado “camponeses comem palma forrageira”. O texto de nove parágrafos afirma que quatro moradores do município de Cupira, em Pernambuco, teriam morrido de fome. Após a notícia, o texto aborda de maneira geral como aquele município e seus habitantes passavam por situações de extrema necessidade diante da fome que assolou a região, citando algumas pessoas que estavam se alimentando da mesma planta que servia de alimento aos gados. Nos últimos parágrafos do texto o tom de denúncia cresce, atingindo os poderes públicos locais e federais:

“As autoridades do Estado de Pernambuco e do Ministério do Interior não tomaram nenhuma atitude que visasse solucionar esse problema de alimentação dos camponeses e de trabalho, uma vez que com o fim das chamadas ‘frentes de trabalho’ milhares de camponeses ficaram desempregados”⁴⁶⁹.

É nítida a tentativa de construção narrativa que responsabiliza aquela situação de calamidade pública como sendo de responsabilidade das esferas governamentais. Por fim, o texto apresenta um complemento da mesma notícia relatando que a população cometeu alguns saques de alimentos, distribuindo entre eles. Por fim, o texto se encerra apresentando como a polícia reagiu aos saques:

“Com a chegada de reforços, ‘os macacos’ da polícia militar reprimiram violentamente os flagelados e prenderam muitos camponeses que se encontravam sem emprego por causa da seca e da política agrícola dos terroristas fascistas que estão no poder”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸Venceremos. Nº 1. Cedem/Unesp.

⁴⁶⁹Venceremos. Nº 1. Cedem/Unesp.

⁴⁷⁰Venceremos. Nº 1. Cedem/Unesp.

A ideia do texto é sensibilizar as pessoas e denunciar como o regime atacava a população mais pobre e era responsável pelas mazelas vivenciadas por essa mesma população. É peculiar observar o uso do termo terrorista para falar sobre a polícia, pois era justamente dessa forma que o governo se referia aos guerrilheiros. Ao usar esse termo, há uma intenção subentendida de demonstrar quem são os verdadeiros terroristas: aqueles responsáveis por reprimir o povo. E esse povo sequer pertencia aos grupos que lutavam contra a Ditadura. Pelo contrário, eram camponeses pobres que passavam fome.

Portanto, é justamente dessa forma que se realiza o contato com as massas na segunda fase da trajetória da ALN. Há uma clara busca em desconstruir o discurso positivo propagado pela Ditadura em busca de desmontar seu apoio popular, conquistando assim apoio aos que lutam contra ela: a guerrilha. Isso não pode ser compreendido como algo aleatório, pois próprio Joaquim Câmara Ferreira anunciava a necessidade de conquistar o apoio das massas. Do mesmo modo, o jornal começou a circular justamente no momento de maior repressão contra os grupos de luta armada, o que pode ser visto como uma resposta a esse contexto.

De modo correlato, é preciso destacar como alguns aspectos da ideologia própria da ALN permanecem estruturados da mesma forma nessa segunda fase. A escolha da notícia relatar a situação de trabalhadores no campo e mesmo o uso do termo camponês revela como ainda estava presente no imaginário social do grupo a importância desses grupos o processo revolucionário. A forma elogiosa como o texto trata desses trabalhadores, ressaltando o fato de terem saqueado e levado a praça central para dividir tudo revela claramente a visão que a ALN possuía sobre esse grupo em específico e como, na visão dos militantes, os camponeses eram os sujeitos para realizar a revolução social.

Textos dos mesmos moldes são encontrados nas outras edições do jornal, como foi o caso da reportagem sobre o aumento no custo de vida, na segunda edição do *Venceremos*, de maio de 1971. Na página 13 dessa edição constava uma seção sobre economia, na qual a matéria destacava o “desenvolvimento” utilizando a simbologia de colocar o termo entre aspas. A matéria de duas colunas aborda já em seus dois primeiros parágrafos a entrada de capital estrangeiro no Brasil, inclusive apresentando dados estatísticos do Banco Central e do Departamento Nacional de Registro do Comércio. Ao

identificarem essa entrada de capital estrangeiro, a matéria posiciona-se de maneira incisiva sobre como ele seria prejudicial para o próprio Brasil. O tom de denúncia continua na reportagem, que passava a relacionar essa entrada de capital estrangeiro com a ausência de democracia e de liberdades individuais imposta pelos generais da Ditadura:

“(...) não devemos esquecer que os generais sustentam que a democracia, o Estado de Direito e as liberdades individuais não deveriam vir antes de tudo, mas sim depois de tudo”⁴⁷¹.

A matéria criticava os generais e seu argumento de que primeiro a economia deveria crescer para que posteriormente pudesse abrir a sociedade para um regime democrático. O texto construiu uma relação na qual o discurso do regime militar de impedir as liberdades democráticas tinha como sentido garantir um crescimento econômico antes do país retomar sua democracia. No entanto, mesmo esse crescimento econômico seria nocivo para o próprio país:

“Para os militares que se encontram no poder, a democracia é uma ‘sobremesa’ a ser servida após o ‘desenvolvimento’ econômico. Esse ‘desenvolvimento’ baseado na desnacionalização de nossas empresas e no ‘entreguismo’ do Brasil às nações desenvolvidas e em especial aos Estados Unidos da América do Norte, sustentáculo da Ditadura Militar”⁴⁷².

A construção narrativa do texto procurou apresentar outra vez as contradições do desenvolvimento econômico criado pela Ditadura Militar e representada pelo milagre brasileiro. Do mesmo modo que a “desnacionalização” das empresas brasileiras é veementemente criticada, também se direcionavam ataques ao modelo de governo, ressaltando a ausência de democracia e de liberdades individuais. Como foi fundamentado pelos principais historiadores que se debruçaram sobre o tema, os grupos de luta armada não tinham como projeto político a luta por democracia⁴⁷³. Não se localizou tais reivindicações durante a primeira fase da ALN. Nesse sentido, a presença desse expediente na matéria pode ser vista como uma tentativa da organização de estabelecer diálogos com demais setores da sociedade, que poderiam não ser mobilizados pelo discurso revolucionário, mas sim pela luta por democracia e liberdade.

⁴⁷¹Venceremos. Nº 2. Cedem/Unesp.

⁴⁷²Venceremos. Nº 2. Cedem/Unesp.

⁴⁷³REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Portanto, outra vez se observa como o *Venceremos* cumpriu um papel importante na constituição de um canal voltado para a população externa à esquerda e a luta armada e se voltou para matérias que visassem desconstruir essa imagem positiva da Ditadura, atacando principalmente seus maiores trunfos que era o desenvolvimento econômico e o milagre brasileiro. É possível afirmar que essa característica da ALN foi algo próprio da segunda fase de sua guerrilha e que ele demonstrou também uma virada na própria relação com a população em geral e uma nova função do setor de massas.

É preciso esclarecer o que está sendo chamado aqui de relação com as massas. Ficou claro que o discurso do grupo indicava o camponês e o operário como o agente social que será fundamental para o processo revolucionário. Entretanto, outros setores aparecem de modo significativo na visão do grupo, como é o caso dos estudantes e dos operários e até mesmo alguns grupos religiosos. Após as baixas sofridas, a ALN passou a se preocupar em dialogar com setores mais amplos da sociedade brasileira. São esses setores que estão aqui sendo chamados de *massa*, por serem compostos por parcelas heterogêneas da população⁴⁷⁴.

Nesse sentido, as condições materiais podem ter sido um fator determinante na confecção e distribuição do *Venceremos* principalmente no que diz respeito aos seus textos e seu projeto voltado para as massas. A ausência de apoio e de militantes, somada a uma campanha totalmente contra a guerrilha pode ter levado a organização a adotar essa nova estratégia de dialogar com a população externa à luta armada.

Esse novo momento representou para a ALN a busca por respaldo popular ao seu projeto revolucionário, estratégia que jamais foi colocada em prática durante a primeira fase de atuação do grupo que direcionava seu discurso para os operários e os camponeses. Mas todos esses setores eram contatados de maneira direta, não com ferramentas de diálogo. Com isso, a partir da publicação de *Venceremos* a ALN desenvolveu um projeto voltado para as massas, destoando do modelo vanguardista que foi característica da organização e que segundo Denise Rollemberg, teria se intensificado ainda mais a partir de 1970 quando o grupo caminhou para um militarismo

⁴⁷⁴Conceituar esses distintos setores sociais é uma tarefa bastante complexa. Aqui, estamos dialogando com o que Denise Rollemberg chama de *zona cinzenta*, uma parcela heterogênea da população, com visões políticas influenciadas pela propaganda de massa. CF: ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). Modernidades alternativas, v. 1, p. 57-96, 2008.

mais exacerbado⁴⁷⁵. Ainda que de fato na prática tenha sido um momento de intensificação das tarefas militares e que internamente o militarismo tenha se sobreposto aos aspectos políticos e ideológicos, analisando o *Venceremos* fica evidente que houve uma tentativa do grupo de mobilizar as massas.

E essa tentativa pode significar de algum modo a influência que as críticas feitas pelos grupos dissidentes tiveram na organização matriz. Cabe lembrar que o MOLIPO e principalmente a Tendência Leninista eram críticas da forma como o grupo estava estruturado, com um viés cada vez mais voltados às ações militares e seu afastamento das massas. Como foi visto anteriormente na análise do documento *Uma autocrítica necessária*, elaborada pela TL, há uma forte defesa das instituições democráticas, chegando a citar que:

“Por isso cremos que a limitada luta em torno de reivindicações democráticas que esses setores podem desenvolver, deve ser por nós apoiada e aprofundada em termo de luta de massas”⁴⁷⁶.

Na visão da Tendência Leninista, seria necessário reformular a luta política inserindo aspectos de reivindicações democráticas com o intuito de mobilizar os demais setores da sociedade. Ao fazer isso, seria criada uma política de massas que passaria a servir de base de apoio para a luta armada. Esse tipo de mudança foi justamente aquela encontrada na análise do periódico *Venceremos* e mesmo que a ALN tenha rejeitado e rebatido esse documento, desqualificando tanto o texto como os militantes da TL, é possível que algumas ideias tenham incidido na organização e servido para algumas mudanças na estratégia de ação, observando a importância de apoio da base da sociedade.

Entre militantes que ainda estavam atuando na luta armada no Brasil havia um debate nesse sentido. Em janeiro de 1971 foi divulgado entre eles o documento intitulado *Balanço dos três anos*, um texto de cinco páginas, assinado pela própria organização. Nele se expressava a necessidade de reavaliar a trajetória, e são assumidos os erros cometidos ao longo de sua atuação, inclusive o militarismo. Eles explicam que:

“Ao nível de trabalho da organização o militarismo se caracteriza pela subordinação de todos os outros setores ao GTA. O trabalho de massas e a infra-estrutura eram apenas apêndices do órgão militar”⁴⁷⁷.

⁴⁷⁵ROLLEMBERG, Denise. Opus Cit. pp. 79 - 80

⁴⁷⁶Uma autocrítica necessária. Cedem/Unesp.

Nota-se que mesmo internamente entre os militantes que não romperam com a ALN havia uma posição crítica com relação a predominância das ações de cunho exclusivamente militares. E também se criticava a falta de trabalho com relação as massas:

“O trabalho de massas foi encarado como ‘heresia’ durante muito tempo e o único fator que fez com que se mantivesse as ligações com os companheiros dirigentes da frente de massas era o fato de que ela fornecia suprimentos de novos quadros e a maior parte de infra-estrutura da Organização”⁴⁷⁸.

Aquilo que se apresenta como uma deturpação da tática revolucionária foi na verdade a forma como a ALN se estruturou desde o início de sua campanha, sem ter uma política voltada para a população externa à esquerda. É nítido como isso começou a ser questionado diante dos retrocessos, prisões e mortes que a organização enfrentou. Com isso, houve a necessidade de começar a empreender uma política voltada para as massas, pois a organização guerrilheira vinha minguando e precisava contar com apoio externo para o seu projeto revolucionário. Por isso essa crítica ao militarismo e a ineficiência dos setores responsáveis por dialogar com as massas.

Portanto, seja por incidência externa dos grupos dissidentes, seja em decorrência dos balanços internos feitos pela própria ALN, foi notória a modificação na tática guerrilheira a partir da segunda fase de atuação do grupo. E essa mudança foi uma reação a conjuntura política. Assim, mais uma vez se observou como o cotidiano da clandestinidade e da violência radical da luta armada moldou fortemente os planos estratégicos dos grupos guerrilheiros, pois como foi visto, ideologicamente, não estava previsto essa função para a frente de massas. Foi a necessidade criada pela conjuntura política que fez com que essa mudança acontecesse.

Também é necessário ressaltar que mesmo que esse tipo de tática tenha sido empreendido não significa dizer que ele foi bem-sucedido. Ao contrário, a segunda fase da trajetória guerrilheira da ALN foi marcada por uma dinâmica de intensificação das ações militares. E isso gerou um paradoxo, pois no mesmo momento em que se preocupou com o diálogo com a população, o aumento do militarismo e do uso da

⁴⁷⁷Balanco dos três anos. Cedem/Unesp.

⁴⁷⁸Idem.

violência afastou ainda mais as vanguardas das massas, fazendo com que ocorresse um isolamento de seus militantes.

Sobre essa questão, Marcelo Ridenti aponta que a escolha da metodologia da luta armada fez com que se negasse a própria política pois a guerrilha não se concretizou como um lugar desse tipo de luta⁴⁷⁹. Além disso, a impossibilidade de criar relações com a sociedade fez com que os grupos de luta armada não representassem nenhum setor ou anseio político, o que os levou a uma marginalização cada vez mais intensa. Nesse quadro de isolamento, a repressão aumentou a perseguição, atacando fortemente as estruturas físicas da organização, estourando aparelhos e apreendendo armas e materiais voltados para a guerrilha.

Como resultado, intensificaram as expropriações de armas e dinheiro para conseguir manter a estrutura guerrilheira, sobretudo porque manter os militantes na clandestinidade era extremamente caro. Essa necessidade fez com que em algumas ocasiões eram feitos três assaltos no mesmo dia, um ritmo completamente frenético que gerava desgaste físico e mental. Além disso, esse frenesi colocava os militantes em situações de perigo cada vez mais eminente, facilitando o trabalho dos órgãos de repressão.

Essa dinâmica constituída a partir de 1970 foi responsável por isolar ainda mais a ALN, deslocando o projeto político revolucionário para uma luta apenas por sobrevivência dentro da clandestinidade. A ALN jamais constituiu um projeto político em sintonia com a realidade social e política brasileira. Sua luta representava apenas os setores de esquerda impactados pela derrota desmoralizadora de 1964. Nem mesmo durante a fase de crescimento da guerrilha ela constituiu uma relação orgânica com as bases da sociedade, incluindo aí os sujeitos vislumbrados como revolucionários, os operários e os camponeses. Na segunda fase da guerrilha esse isolamento aumentou, levando-a ao fim.

A nova diretriz expressada pela criação de *Venceremos* não foi suficiente para enraizar o projeto revolucionário da Ação Libertadora Nacional, e mesmo essas intenções foram minguando, resultando no fim da publicação periódica em fevereiro de 1972. Após essa data não foi localizado nenhum documento desse tipo. Analisando relatórios do Dops foi possível observar uma série de assaltos a banco e a lojas de armas

⁴⁷⁹RIDENTI, Marcelo. Opus cit. p. 246.

durante o ano de 1973 e nenhum tipo de ação foi registrado por esse órgão em 1974. Marco Aurélio Garcia afirma que “a ALN acabou assim como começou: sem formalidades”. Não existe nenhum documento formal que ateste o fim da organização, dentre outros motivos, também porque ela foi sendo derrotada aos poucos, e os militantes não assumiriam essa derrota.

Os últimos documentos da organização, datados de 1973, foram marcados por debates internos entre os militantes. A grande maioria deles aconteceu nas páginas intituladas de *O Guerrilheiro*, o mesmo nome daquele primeiro jornal produzido e publicados pela ALN em abril de 1968. Nesse espaço, os militantes que seguiam atuando no Brasil continuaram reafirmando a inevitabilidade da luta armada na revolução, imaginário que os mobilizou até o fim, fazendo com que jamais assumissem tal derrota, como será visto agora.

2.18. As derrotas nas páginas de *O Guerrilheiro* e a defesa tardia da guerrilha.

Como foi visto na análise do primeiro exemplar de *O Guerrilheiro*, de abril de 1968, tanto a estrutura em caráter de jornal como seu linguajar e as temáticas indicam que aquilo foi uma experiência de atingir grupos de militantes organizados externos à luta armada, mas constituídos em movimentos sociais ou políticos organizados. O segundo exemplar de *O Guerrilheiro*, publicado em novembro de 1970 cita essa primeira edição, explicando que não houve continuidade por dificuldade de todos os meios.

Mas essa nova edição se tratou de uma nova proposta de periódico, como se nota já na estrutura. O formato próximo a um jornal do primeiro número deu lugar a uma publicação muito mais sóbria, quase em formato de livro. Os textos são corridos página após página, e o único elemento gráfico diferente dos textos é a capa, que apresentava o título da publicação, sua edição e o mês de referência, bem como o símbolo da alça na mira.

Na primeira página da edição número dois, após explicar os motivos que levaram a não publicação, eles afirmam que:

“Voltamos agora e nossa intenção é assegurar uma relativa regularidade na apresentação do *O Guerrilheiro*. O jornal, voltado para a própria organização e para os círculos mais próximos dela é um fator essencial para estimular a ação dos grupos revolucionários, para dar-lhes uma

visão de conjunto, para a própria formação dos revolucionários, para forjar novos revolucionários e para organiza-los”⁴⁸⁰.

A distinção é evidente com relação ao primeiro número, pois anuncia-se as funções atribuídas aquela publicação como sendo voltada para os próprios quadros de militantes e tendo basicamente as funções de debate e formação. Sendo assim, dentro da segunda fase da trajetória da ALN, a publicação *O Guerrilheiro* representou um espaço de debate interno da organização.

Os números do jornal *O Guerrilheiro*, que foram publicados entre 1970 e 1973⁴⁸¹, possuem algumas semelhanças que permite sua análise em conjunto. Os principais temas abordados são os erros cometidos pela organização que levaram os mesmos aquela situação de derrota. Há uma intensa preocupação em fazer balanços sobre a trajetória da guerrilha para interpretar os erros e corrigi-los para assim fazer com que a revolução brasileira acontecesse. Na visão do grupo, foram alguns desvios casuais que teriam impedido, até aquele momento, que o processo revolucionário se desencadeasse. A metodologia da luta armada não foi questionada em nenhum momento.

A edição de número 5, correspondente aos meses de maio e junho de 1972, apresentava como primeiro artigo o texto intitulado “corrigir os erros e avançar na luta”, um texto de 5 páginas que de saída apontava a continuação do projeto de revolução armada. Ao mesmo tempo, eles rebatem as críticas feitas pelos partidários do “criticismo pequeno-burguês”, que apresentavam argumentos “vulgares e superficiais”. Esse “criticismo pequeno-burguês” representava o grupo de ex-militantes da esquerda armada que apontavam a metodologia como uma escolha errada e buscaram rever a estratégia.

Para os militantes que continuaram na ALN as derrotas eram fruto da força que a repressão e da falta de preparo dos militantes. Esse é o único argumento apresentado como um erro cometido pela ALN até aquele momento. E esses erros seriam inócuos diante da inevitabilidade da revolução:

⁴⁸⁰O *Guerrilheiro*. Nº 2. Cedem/Unesp.

⁴⁸¹Foram encontrados ao todo 6 edições dessa segunda versão de *O Guerrilheiro*, que se somou a primeira edição de 1968 anteriormente analisada. São elas: Nº 2, de novembro de 1970; Nº 5, maio/junho de 1972; Nº 6, agosto de 1972; Nº 8, outubro/novembro de 1972; Nº 9, janeiro de 1973 e Nº 10, abril de 1973. As demais edições não foram localizadas e o desmonte da organização logo em seguida ao número 10 indica que esse foi a última edição publicada. As edições de 1 a 8 encontram-se no Cedem/Unesp. As duas últimas edições no acervo Brasil Nunca Mais do AEL/Unicamp.

“No futuro, o que será importante para os estudiosos dessa fase da história do nosso país não será tanto saber das derrotas passageiras, mas as causas que determinaram a impossibilidade do inimigo de nos destruir”⁴⁸².

Essa crença ainda mobilizava os militantes remanescentes e ainda que se aceite o momento de refluxo da luta e os erros cometidos, a guerrilha continua sendo defendida.

Por outro lado, no texto seguinte, algumas questões de ordem organizacional começaram a ser discutidas com o claro objetivo de recuperar o fôlego perdido com as recentes derrotas, apontando a ausência de inserção da organização em entidades sindicais, estudantis e setores intelectuais da sociedade brasileira, ressaltando a importância da política de massas:

“Esse trabalho é importante, pois nos proporciona canais de penetração e comunicação com as massas, dando-nos possibilidade de informação, recrutamento e apoio. Se não temos esses canais de comunicação, não podemos tornar conhecidas nossas posições, trazendo como consequência um isolamento político da guerrilha”⁴⁸³.

Essa visão atesta a modificação nas táticas guerrilheiras no sentido de procurar reorganizar a inserção política da organização na sociedade. O texto também refletia sobre o isolamento dos militantes diante do restante da população:

“Quando do lançamento da luta armada, houve uma radicalização de posições, justificada naquele momento, quanto à negação das formas legais de luta, em detrimento da luta armada. (...) Hoje porém, vivemos uma situação em que a luta armada esta definitivamente firmada como método de luta”⁴⁸⁴.

A abertura para outras práticas de atuação foi justificada porque a via armada já havia sido enraizada como metodologia. Mas naquele momento, esse método estava sendo fortemente questionado. Assim, a revisão apontada no texto foi uma espécie de reação dos militantes remanescentes ao refluxo guerrilheiro e às derrotas vividas nos últimos anos.

A ALN entendia o processo de isolamento que estavam vivendo e de algum modo tentou reagir a isso, mas as condições radicalizadas da clandestinidade compuseram uma condição peculiar, na qual a prática cotidiana acabou por os rumos dessa organização. Desse modo, os últimos dois anos em que a ALN ainda atuou no território brasileiro predominou exclusivamente a luta por sobrevivência em duas esferas: da própria vida e do projeto revolucionário.

⁴⁸²O Guerrilheiro. Nº 5. Cedem/Unesp.

⁴⁸³Idem.

⁴⁸⁴Idem.

2.19. A derrota do projeto revolucionário: os últimos anos da ALN.

Não existe nenhum documento formal que ateste o fim da organização, dentre outros motivos, também porque ela foi sendo derrotada aos poucos, e os militantes não assumiriam essa derrota⁴⁸⁵. Jacob Gorender apontou que nos últimos anos, a ALN se caracterizaria pelos os *justiçamentos* promovidos contra aqueles militantes que teriam traído a organização⁴⁸⁶. Isso poderia ser um motivo da ausência de clareza sobre os últimos anos do grupo, pois tal tema foi encarado como tabu por alguns interpretes⁴⁸⁷.

Mas o que parece ser ainda mais fundamental para entender essa dificuldade é que seus militantes jamais aceitaram que ela havia sido derrotada, reafirmando sua força e permanecendo em luta.

A sobrevivência na situação de clandestinidade não foi o único fator a mobilizar os militantes nesse período. No campo simbólico, continuar atuando, mesmo que isso os levasse a morte, significava não abandonar o projeto revolucionário. Até os últimos escritos da organização essa questão esteve presente.

Os três últimos documentos da ALN que foram localizados datam do ano de 1973. Dois deles foram os últimos exemplares de *O Guerrilheiro*, respectivamente de janeiro e abril daquele ano. As duas edições são menores e a diagramação é menos elaborada, indicando uma condição maior de precariedade para que os jornais fossem produzidos.

A edição de número 9, datada de janeiro de 1973 trouxe um texto que indicava a continuação dos debates sobre o refluxo da luta armada. O texto é muito mais incisivo e direto nas afirmações que faz contra os que criticavam a metodologia:

“A série de derrotas táticas sofridas pelo movimento revolucionário brasileiro provocou a formação de uma estranha e variada frente única de opiniões que junta desde os grupamentos fascistas e Filinto Muller, até antigos defensores da luta armada que ‘resolveram parar para pensar’, passando pelos reformistas e pelegos sindicais”⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵É possível verificar algumas ações públicas esporádicas da organização até o final de 1974. Essas ações, porém, se concentram no campo da propaganda para com as massas. No entanto, se utiliza de uma ferramenta muito distinta daqueles panfletos e dos jornais publicados. Uma prática comum a partir de 1972 é a panfletagem ou inscrição nos muros de empresas, como é o caso de panfleto encontrado na sede do grupo Votorantin, em São Paulo.

⁴⁸⁶GOENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014. pp. 281 - 282

⁴⁸⁷PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada: memórias romaneadas. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.; REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Editora Brasiliense, 1990.eGOENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014.

⁴⁸⁸O Guerrilheiro. Nº 9. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

É emblemática a ênfase e a ironia ao colocarem os militantes que passaram a criticar o modelo da luta armada dentro dessa “frente única”. Os demais parágrafos do texto continuam associando os setores de esquerda contrários ao uso das armas com a própria ditadura, como indica o seguinte trecho:

“Em um extremo a esquerda reformista e a oposição consentida, o imenso arraial de conciliadores de todas matizes, se indignam contra as ações armadas por eles tachadas como ‘provocações’. No outro extremo a ditadura acena com os fantasmas do ‘terrorismo e da subversão internacional’ para justificar a repressão policial e a tirania que assolam o país”⁴⁸⁹.

Para os militantes da ALN naquele momento, o uso de armas estava sofrendo críticas irresponsáveis por parte dos militantes tidos como desertores. Para reagir, reafirma-se a inevitabilidade da revolução via guerrilha. Qualquer crítica feita a esse modelo recebia essa reação por parte dos guerrilheiros.

Aqueles que havia atuado na luta armada e reavaliaram a metodologia são duramente criticados:

“(…) de algum tempo para cá, outras teses começaram a proliferar, coletivos de grupos ou pessoas que em seus documentos ou programas defenderam a luta armada, ou mesmo chegaram a se engajar na violência revolucionária. Incapazes de compreender os desvios que motivaram as séries de derrotas táticas do movimento, passaram a acumulação de teorias e opiniões que, apesar de infestadas de citações clássicas passam a léguas de distância da tradição revolucionária marxista-leninista”⁴⁹⁰.

A resposta apresentada pelos militantes que seguiam na luta armada era desqualificar a tradição que daria base ao modelo que refutava o uso da violência. E para desqualificarem essa posição, o texto apresentou uma obra de Vladimir Lênin, de 1906, na qual são abordados uma série de expropriações e *justiçamentos* que ocorreram naquele período na Europa. Ou seja, os militantes mobilizavam qualquer tipo de leitura política buscando reafirmar as escolhas pelo uso da violência revolucionária. E esse é o ponto central ao analisar o fim da experiência guerrilheira da ALN.

Em toda a sua trajetória, a ALN atuou mobilizada pela crença na inevitabilidade da revolução via luta armada. Todas as tradições políticas - guevarismo, maoísmo ou mesmo os modelos da Argélia e do Vietnã eram ressaltados por terem como método o uso da violência.

⁴⁸⁹Idem.

⁴⁹⁰Idem.

Nesses momentos derradeiros da luta armada, em um contexto de intensa refração e derrotas, essas as características permanecem, e toda a leitura política teria como função justificar a permanência na luta. Nesse caso, não admitir o erro de interpretação do modelo revolucionário significou não aceitar a derrota e não desistir da luta. Por isso que no fim da experiência de luta, a reação aos chamados “desertores” era maior do que contra a própria Ditadura, como indicaram os documentos. Como naquele momento a ALN já estava praticamente derrotada do ponto de vista militar, seu combate se voltou para a própria esquerda que fazia críticas àquele modelo revolucionário. Continuar apostando na guerrilha seria uma forma de não aceitar a derrota do projeto revolucionário, que sempre foi visto como inevitável. Nesse sentido se visualiza a força do imaginário social criado em torno dessa imagem de que a luta armada seria a vanguarda que desencadearia a revolução. Ela foi um fator preponderante em toda a trajetória da ALN e foi responsável para que seu fim nunca fosse admitido.

Nesse sentido, concordamos com Marcelo Ridenti que diz que no final da experiência guerrilheira, as organizações armadas perderam seu projeto político e passaram a enfrentar a Ditadura de modo restrito⁴⁹¹. Acrescenta-se apenas que no campo político houve um deslocamento da luta e a disputa de projeto revolucionário passou a ser o grande foco, fazendo com que se voltasse de forma virulenta contra os militantes que criticavam o uso de armas.

Portanto, ao analisar a experiência da ALN de 1967 até 1974 foi possível identificar uma forte ruptura no pensamento ideológico do grupo no que dizia respeito a função das bases da sociedade. No início da sua trajetória, a organização não via necessidade de atingir tais setores e projetou nas figuras do camponês e do revolucionário o papel de sujeitos históricos da revolução. No momento em que derrotas acometeram o grupo, isso foi repensado e a organização se reestruturou com a intenção de atingir essa base e conseguir sobreviver na situação de extrema repressão. Isso indica que nas experiências da luta clandestina, ainda que as ideologias políticas sejam importantes, o cotidiano da repressão impactou decisivamente os rumos do grupo.

Mas se essas ideologias políticas se modificaram de acordo com o endurecimento do regime, o imaginário social partilhado entre os militantes foi um catalisador em toda a trajetória reconstituída aqui. A crença de que as condições para a revolução estavam colocadas e que só faltava o ímpeto do uso das armas foi um

⁴⁹¹RIDENTI, Marcelo. Opus cit. p. 270

combustível para reafirmar a continuidade da guerrilha, mesmo quando ela já havia sido derrotada.

3. ENTRE O NACIONAL E O CONTINENTAL: COMPARAÇÕES E CONEXÕES.

3.1 Introdução.

Anteriormente apresentamos brevemente o surgimento dos grupos aqui analisados, ressaltando principalmente que ambos estiveram inseridos no contexto de renovação da esquerda. Foram impactados pela crise resultante do relatório Kruchov, de 1956, e pela revolução cubana, de 1959. A revolução cubana é recorrentemente lembrada, na historiografia brasileira, por seu impacto simbólico na esquerda latino-americana, tema que agora nos propomos a discutir. Foi destacado por parte dessa historiografia a inflexão a partir do processo cubano. Concordamos com tais apontamentos e sem dúvida alguma é necessário se referir ao papel simbólico e prático de Cuba como fomentadora da revolução com vistas a libertação nacional.

Cabe esclarecer que os dois primeiros trabalhos que se propuseram a interpretar as experiências de luta armada no Brasil negaram a influência cubana, ou de qualquer projeto político internacional, nos projetos políticos das organizações⁴⁹². Em sua obra, Gorender interpretou a adesão à luta armada por parte das organizações de esquerda no Brasil como sendo resultado de um processo interno de radicalização, impactado diretamente pela derrota representada pela ineficiência do PCB diante do Golpe de 1964 e do regime militar. Nesse quadro, os movimentos internacionais apenas reforçaram um processo já em curso⁴⁹³. Daniel Aarão Reis Filho compartilha da mesma ideia, e critica as interpretações que atribuíram à luta armada as influências de tendências internacionais. Para ele, a função desses movimentos teria sido a de legitimar a adesão à luta armada⁴⁹⁴. Isso fez com que Denise Rollemberg enxergasse na obra de Jacob Gorender e de Daniel Aarão Reis o rompimento da tese que explicaria as opções das esquerdas brasileiras em função de orientações internacionais. Até aquele momento,

⁴⁹² GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014. E REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

⁴⁹³ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014.

⁴⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

essa interpretação era admitida por parte dos balanços da esquerda e entre cientistas políticos⁴⁹⁵.

Os autores das duas obras em questão reconheceram o papel autônomo de cada organização no que diz respeito aos seus próprios métodos e projetos revolucionários, não se comportando apenas como reflexos de ideologias internacionais. Sobre isso, Carlos Alberto Barão avaliou que “Este ponto de vista tem o mérito de enfatizar a autonomia das decisões tomadas pela esquerda brasileira”⁴⁹⁶. Com efeito, o mesmo autor também admitiu que essa visão não era suficiente para entender porque as próprias organizações elegiam correntes políticas internacionais distintas, como o *guevarismo*, o *maoísmo* e o *trotskismo*, por exemplo. Nesse sentido, procuraremos observar que escolhas foram feitas pelos movimentos que investigamos.

No caso uruguaio, é seguro afirmar que essa influência dos modelos internacionais foi menos debatida do que o brasileiro, tendo permanecido uma interpretação hegemônica de que as teorias *guevaristas* foram as principais referências do pensamento tupamaro. Ana Laura de Giorgi, ao identificar uma heterodoxia na composição ideológica dos Tupamaros, afirma que

“A nivel de América Latina, el Che Guevara y Régis Debray fueron referencias importantes a la hora de adoptar la perspectiva *foquista* que ubicaba a un número reducido de personas, motivadas por un espíritu revolucionario, como responsables de la aceleración del conflicto, para luego incorporar a las grandes masas en la revolución para conquistar el poder”⁴⁹⁷.

A autora reitera a influência decisiva do modelo cubano para a adoção da via radicalizada de ação política. Outro autor importante que interpretou as experiências dos grupos de luta armada no Uruguai foi Eduardo Rey Tristán, que observou como o desencadeamento da revolução cubana foi um ponto de partida para a formação da nova esquerda uruguaia:

“La revolución dejaba de ser un objetivo difuso (...). Desde el 1 de enero de 1959, para muchos militantes de la izquierda y para largos sectores juveniles, pasó a ser algo tangible, próximo, para cuya consecución no era preciso más

⁴⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 50

⁴⁹⁶ BARÃO, Carlos Alberto. O impacto da revolução cubana. História do marxismo no Brasil vol. 1. P. 250.

⁴⁹⁷ DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales N 31, Universidad de La Republica, 2012. p.39

que una acción política determinada. El modelo a seguir ya había sido mostrado por Cuba”⁴⁹⁸.

Ao observar as afirmações desses dois autores, nota-se claramente uma concordância com o papel preponderante da revolução cubana na adesão das esquerdas uruguaias ao projeto de luta armada⁴⁹⁹.

Ao que parece, tais abordagens apenas se preocuparam em analisar se a revolução cubana teve ou não impacto na renovação das esquerdas. Mas não se preocuparam em entender como tais ideologias foram ou não mobilizadas por esses grupos.

Diante deste quadro, defendemos uma visão dialética que enxerga a adesão à luta armada como resultado de influências internas e externas, em ambos os países. E propomos como questão historiográfica uma análise sobre os modos pelos quais tais ideologias foram utilizadas por cada organização. Partimos do ponto de vista de que por meio dessas influências, os dois grupos aqui estudados expressaram concepções políticas próprias, comungando certos valores nacionais e internacionais.

Por meio da metodologia da pesquisa comparada, é possível discutir como tais influências impactaram cada uma das organizações, considerando, também, como a cultura política própria de cada país moldou as ideologias e as metodologias de ação de cada organização.

Portanto, o objetivo do capítulo é pensar como a revolução cubana foi referenciada. Ressaltaremos que esse processo revolucionário se comportou como uma inspiração simbólica que projetava a possibilidade de vitória contra o imperialismo norte-americano por meio do uso das armas. Isso significa dizer que o *guevarismo* enquanto ideologia política praticamente não teve um grande impacto no pensamento das organizações, como veremos. Tanto é assim, que a revolução chinesa, a guerra do Vietnã e a Guerra da Argélia também eram constantemente apresentadas como modelos de inspiração. Esses processos revolucionários foram mobilizados como um imaginário social que projetava a inevitabilidade da revolução por meio da luta armada.

⁴⁹⁸ TRISTÁN, Eduardo Rey. A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Editorial Fin de Siglo, 2006. p. 42

⁴⁹⁹ Ainda que estejamos comparando historiografias produzidas em temporalidades diferentes, uma vez que a bibliografia sobre o Uruguai data dos anos 2000, é interessante perceber essa diferença de constatação.

3.2 O imaginário da revolução armada como catalizador da luta.

A formação do MLN-Tupamaros ocorreu de uma confluência de diversos setores da esquerda uruguaia⁵⁰⁰. Foi possível identificar a entrada de ex-integrantes do Partido Socialista uruguaio. Além deles, também compuseram as primeiras fileiras de militantes vinte integrantes do grupo conhecido como *La Teja*, que começaram sua militância em 1962 junto com o MRO. Por fim, estavam presentes alguns militantes provenientes dos setores agrários, articulados na *Unión de trabajadores azucareros de Artigas*. Junto desses setores, também tiveram representatividade alguns integrantes do MIR e da FAU, a Federação Anarquista Uruguaia⁵⁰¹. Esse ecletismo ideológico na composição do grupo não impediu a aglutinação em torno de um projeto político calcado na luta armada.

O grupo *La Teja* foi uma dissidência do *Movimiento Revolucionario Oriental*, o MRO, de orientação *castrista* e atuante na vida política uruguaia desde de 1961. A insistência em atuar dentro das organizações democráticas fez com que alguns militantes rompessem e formasse o novo grupo. Eles interpretavam a via legal como falida diante do fracasso do último pleito. A principal característica desses dissidentes era a sua juventude. Todos estavam na casa dos vinte anos, inclusive aquele que despontou forte liderança daquele grupo, Eleuterio Fernandez Huidobro, que à época de formação do *La Teja* tinha recém completado os vinte anos. Esse grupo é representativo do quanto que o aspecto geracional foi importante na adesão de militantes ao projeto radicalizado de revolução, pois houve uma grande disposição de vastas camadas da juventude para aderir ao processo revolucionário, incrédulos com as arenas legais de disputa política⁵⁰².

O mesmo raciocínio vale para o segundo setor que compôs o MLN, que foram os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, ligados a UTAA e articulados pela figura de Raúl Sendic. Esse setor não participou das reuniões que organizaram o grupo, e sim no momento em que começaram as tarefas de angariar materiais para estruturar a guerrilha.

⁵⁰⁰ DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales N 31, Universidad de La Republica, 2012. pp. 35 - 36

⁵⁰¹ TRISTÁN, Eduardo Rey. 2006 Opus cit. pp. 125

⁵⁰² HUIDOBRO, Eleuterio Fernandes. Historia de los Tupamaros. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987

Esses militantes defendiam a atuação radicalizada como ferramenta política, tendo participado de vários enfrentamentos diretos em greves⁵⁰³.

O mais importante grupo em termos de números de militantes foi o PS, diretamente impactado pelo fracasso eleitoral de 1962. Esse fracasso foi o principal ponto de inflexão no cenário uruguaio. Vemos assim que militantes de distintas orientações tiveram na opção pela luta armada um motivador comum para sua união.

Em todos os documentos internos produzidos pela organização e localizados por essa pesquisa, que contemplam o período de 1967 até 1972, é recorrente a atenção sobre as táticas guerrilheiras. Por outro lado, não havia a preocupação em estabelecer modelos políticos ou até mesmo definir as características da revolução uruguaia. O único documento que expressou algumas definições ideológicas para o momento pós-revolução foi o *Programa del gobierno*.

Esse documento divulgado em três páginas de textos curtos destacavam seis pontos principais sobre o governo revolucionário. O texto apenas abordava de maneira geral questões relacionadas à economia. O próprio documento se inicia dizendo que aquele não deveria ser encarado como o único programa político a ser assumido no governo revolucionário⁵⁰⁴.

O que guiava a atuação do grupo era a prática revolucionária afirmada pelo viés da luta armada, o que foi ressaltado no final do *programa de gobierno*:

Tanto el acenso del poder como el cumplimiento hasta el fin de los objetivos de la revolución sólo se garantizarán armando al pueblo para su defensa⁵⁰⁵.

Essa frase encerra o documento, sendo destacada dos demais tópicos. Isso reflete que mesmo no único documento que versou sobre o momento posterior à luta revolucionária, a preocupação concreta do grupo era reafirmar a necessidade de utilizar esse mecanismo como propagador e defensor da revolução social⁵⁰⁶.

Há uma hipótese para explicar esse comportamento por parte da organização. Consideraram haver uma relação entre elaborações teóricas e o suposto imobilismo político dos partidos tradicionais da esquerda uruguaia.

⁵⁰³ SASSO, Rolando W. La toma de Pando: 8 de octubre de 1969; la revolución joven. Ed. Fin de Siglo, 2005. pp. 33

⁵⁰⁴ Programa de gobierno. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

⁵⁰⁵ Ibidem

⁵⁰⁶ Ibidem

É muito evidente o direcionamento das críticas em diversos documentos escritos pelos Tupas condenando os entraves burocráticos característico do PCU. Isso fica visível já no Documento 1:

Debemos combatir la mezquindad en boga del Partido, que lo identifica con una sede, con reuniones, periódicos y posiciones sobre todo lo que lo rodea, con el conformismo de esperar pacientemente que los otros "Partidos" se disuelvan ante las andanadas verbales y pasen a sumarse a él con sus bases y el pueblo. Esto es lo que se ha hecho durante 60 años en el Uruguay y, el resultado está a la vista⁵⁰⁷.

Ao direcionarem suas críticas ao conformismo partidário eles defendiam a essência de seu projeto político, calcado exclusivamente na vontade de agir. E mesmo quando foi lançado o *Programa de Gobierno revolucionário*, a concepção se manteve. A função desse documento era apenas rebater as críticas feitas por parte do PCU, que acusavam os Tupas de serem aventureiros sem projeto político definido⁵⁰⁸.

Com efeito, a elaboração do *Programa de gobierno* serviu exclusivamente como uma forma de responder as críticas do outro grupo de esquerda que disputava a hegemonia dentro desse espectro político no Uruguai⁵⁰⁹.

Nessa época, a principal expressão da desqualificação dos debates teóricos se encontra no documento intitulado *Foco o partido: falso dilema*⁵¹⁰. Escrito em 1971, esse documento aprofundou as críticas da organização com relação ao imobilismo partidário. Eles afirmam que não incompatibilidade entre a atuação guerrilheira e a partidária. No entanto, só aceitavam a formação do partido se ele surgisse no processo revolucionário. Com isso, negavam uma vez mais a necessidade de preparar a revolução por meio da atuação partidária.

Também verificamos na trajetória da ALN relutância semelhante em definir o compromisso da organização com modelos teóricos específicos. As aspirações ideológicas da ALN também negavam qualquer alinhamento político que não estivesse enraizado na prática revolucionária. Essa ideia presente nos diversos documentos analisados no primeiro capítulo pode ser resumida na análise do texto de 1969, escrito

⁵⁰⁷ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

⁵⁰⁸ TRISTÁN, Eduardo Rey. 2006 Opus cit. pp. 159 - 160

⁵⁰⁹ DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciencias sociales N 31, Universidad de La Republica, 2012.

⁵¹⁰ Foco o partido: falso dilema. Documento 1. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

por Carlos Marighella e que apresentava como título *O papel da ação revolucionária na organização revolucionária*. Esse documento é um texto de três páginas, endereçado aos “camaradas da nova esquerda e aos antifascistas europeus”⁵¹¹. Nele, ao definirem o caráter da organização afirmam que: “Nossos métodos, nossas ações são subordinadas à ação revolucionária que visa a tomada de poder por meio da violência da guerra revolucionária. (...) Nós não temos como principal motivação fazer reuniões e sim desencadear a ação”⁵¹².

A crítica ao imobilismo partidário se destinava ao modelo hegemônico do PCB, que foi visto como responsável pela derrota desmoralizante do Golpe de 1964. Todos os documentos políticos da organização apontavam para a formação do partido revolucionário com base na ação. No texto *Questões de Organização*, afirmavam que “nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária”⁵¹³.

Defendiam, assim a premissa de que a ação faz a vanguarda:

O que determina o surgimento e a afirmação do comandamento político é a prática das ações revolucionárias, seu acerto e consequência, e a participação definitiva, constante, direta e pessoal dos integrantes do comandamento na execução dessas ações⁵¹⁴.

De certo modo, esse condicionamento da ideologia perante a ação foi resultado dos dois eventos que desmoralizaram as esquerdas nos dois países. O fracasso da mobilização eleitoral em 1962 no caso uruguaio e a derrota representada pelo golpe militar de 1964 para o caso brasileiro fizeram com que parte das esquerdas destes países enxergasse o esgotamento da atuação partidária. E o fim da credulidade da transformação pelas vias democráticas foi substituído por modelos que apresentavam a violência armada como mecanismo para chegar à nova sociedade.

Foi nesse quadro que se forjou um imaginário social que orientou e mobilizou toda a trajetória das organizações. Nele se preconizava a inevitabilidade da revolução por meio da violência armada.

⁵¹¹ O papel da ação revolucionária nas organizações revolucionárias. 1969. AEL/Unicamp

⁵¹² O papel da ação revolucionária nas organizações revolucionárias. 1969. AEL/Unicamp

⁵¹³ Questões de Organização. 1968. Cedem/Unesp.

⁵¹⁴ Ibidem.

Bronislaw Baczko demonstra que os sujeitos históricos e os imaginários coletivos compõem um quadro unívoco em diversos aspectos da sociedade, como por exemplo, no que se refere ao poder político⁵¹⁵. Compreendendo que a formação de um imaginário social é a operação de aglutinar certas aspirações individuais e coletivas, que se apresentam a partir de certos símbolos e discursos, podemos entender que uma certa atuação política específica também contribui para compor um imaginário social⁵¹⁶.

A construção desse imaginário se fortaleceu na medida em que experiências de luta armada venceram, ainda que pontualmente, o maior inimigo das esquerdas latino-americanas: os Estados Unidos.

Referimo-nos às vitórias emblemáticas cubana e vietnamita. Quando a revolução cubana se sagrou vitoriosa em 1959 ofereceu mais do que um modelo tático ou uma nova ideologia política: o sentido simbólico de conseguir derrotar a maior potência do mundo e empreender a *libertação nacional*. Do mesmo modo, a resistência em condições mínima de subsistência da população do Vietnã diante da ofensiva bélica da maior potência do mundo também projetou a possibilidade de expulsar as investidas imperialistas.

Quando essas experiências são apresentadas nos documentos das organizações, cumprem o papel de legitimar a adesão à guerrilha:

Aquí como en Cuba, Argelia, Vietnam, etc., las masas se expresarán -aún para las luchas más elementales- a través de la lucha armada y de los movimientos que la llevan adelante⁵¹⁷.

No discurso de seus documentos internos havia sempre a preocupação em defender a possibilidade de luta armada no Uruguai, mesmo que adaptada ao espaço urbano, como exemplifica o trecho do *Documento 1*:

“No podemos reducir las condiciones objetivas para la revolución a meras condiciones geográficas. Uruguay carece de condiciones geográficas para la guerrilla rural, pero no por eso la revolución debe esperar”⁵¹⁸.

⁵¹⁵ BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 298

⁵¹⁶ Ibidem. p. 311

⁵¹⁷ Documento 1. 1969. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

⁵¹⁸ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

Para os Tupamaros o imaginário social da luta armada se impôs de maneira tão forte que a ausência de condições geográficas próprias da guerrilha foquista não foi um impedimento. Eles trataram de elaborar um plano de atuação dentro do espaço urbano de Montevidéu para que pudessem colocar em prática esse novo horizonte de luta, porque como dizia o documento, a revolução não poderia esperar.

Clara Aldrighi identificou esse como um dos principais desencadeadores da organização guerrilheira, pois ainda que o Uruguai passasse por um momento de crise econômica e por uma espécie de contradição entre as necessidades de reforma política e os caminhos seguidos, a formação do grupo foi fruto de uma transformação cultural daquele momento. Nesse sentido, essa vontade de atuar no cenário político casou fortemente com as estratégias da luta armada⁵¹⁹.

No caso da ALN, as experiências de Cuba, do Vietnã e da Argélia são sempre inseridas como símbolos de que era possível construir a revolução e enfrentar o imperialismo norte-americano por meio das armas. Na edição do jornal *O Guerrilheiro*, de abril de 1968 essas experiências recebem destaque em três textos curtos, cada um tratando das lutas em cada lugar. O texto sobre o Vietnã apresenta um trecho emblemático: “Os povos que se unem na luta por sua libertação e empreendem o caminho da guerra revolucionária acabam vencendo, como no caso do Vietnã”. Aqui se expressa o imaginário social partilhado pela nova esquerda nos anos 1960. Implementar a guerra revolucionária seria o suficiente para que a revolução acontecesse, independente das condições políticas, sociais ou geográficas, e o mais importante, sem precisar esperar.

No exemplar de maio de 1971 do jornal *Venceremos*, o grupo apresentou uma fotografia de Mao Tse Tung com os dizeres: “siga o exemplo chinês”⁵²⁰. Ao lado da imagem, há um texto criticando o imperialismo norte-americano ao mesmo tempo em que exaltava as decisões de Cuba e da China de não integrarem a Organização das Nações Unidas, a ONU.

Esse imaginário mobilizou fortemente as duas experiências guerrilheiras analisadas aqui, fazendo com que os militantes que o partilhavam conjecturassem na

⁵¹⁹ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001. pp. 75

⁵²⁰ Venceremos. Nº 2. Maio de 1971. In: OS0148. Dossiê de Ordem Social. Acervo Dops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 719.

tática guerrilheira a síntese para que a revolução acontecesse. Esse foi um dos motivos para que distintos núcleos políticos e sociais aderissem a tais grupos. No caso dos Tupamaros, a heterogeneidade ideológica de socialistas, castristas, anarquistas e trabalhadores rurais da cana-de-açúcar se aglutinaram no mesmo guarda-chuva representado pela luta armada que conduziria a revolução social. No caso da ALN, apesar de ter surgido como uma dissidência pecebista, a organização posteriormente recebeu inúmeros militantes que, até então, sequer se inseriam no espectro da esquerda.

O imaginário da vitória premente se enraizou de maneira tão forte entre esses militantes que a luta passou a ter um fim em si mesmo. As discussões apresentadas pelos documentos analisados na pesquisa versam exclusivamente sobre a guerrilha. Quando abordaram outras questões, como foi o caso do *Programa de gobierno* dos Tupamaros, o fazem sem deixar de defender a metodologia da luta armada.

Outro aspecto que revela a força desse imaginário social compartilhado pelos militantes da luta armada foi o quanto ele mobilizou a atuação mesmo diante de severas derrotas militares. A repressão no Brasil prendeu centenas de militantes da ALN entre 1969 e 1970, além de ter matado outros tantos integrantes do grupo, inclusive seus dois principais líderes. Mesmo assim, a ideia de que a guerrilha levaria à revolução foi propagada até o fim.

Analisando o último documento produzido pela ALN, a edição número 10 do jornal *O Guerrilheiro*, de abril de 1973 nota-se como a organização permanece atuando mesmo diante do seu fracasso militar. Nesse ano, a ALN já tinha sofrido com prisões e mortes de centenas de seus militantes, além de ter passado por seguidas dissidências. Isso diminuiu severamente o poder do grupo. Mesmo diante disso, o documento de abril de 1973 defendia de maneira irrestrita a continuidade da luta guerrilheira. No lugar de aceitar a derrota daquela ação, os militantes não aceitavam retroceder no processo e procuraram justificar a nova etapa. E para isso, afirmavam que a resistência de longa duração seria o novo modelo da guerrilha⁵²¹.

A força desse imaginário fez com que a luta armada não pudesse ser questionada internamente sob nenhum aspecto. Foi por isso que as críticas internas feitas por militantes que contestaram a luta armada resultaram em cisões e disputas políticas. O caso da ALN foi emblemático nesse sentido.

⁵²¹ O Guerrilheiro Nº 10. Abril de 1973. AEL/Unicamp.

Quando o grupo de militantes críticos à metodologia da luta armada lançou a *Tendência Leninista*, ressaltando a necessidade de voltar a atuar na frente de massas, criar um partido e utilizar outras formas de luta para além da guerrilha, a resposta da direção foi virulenta e agressiva, desqualificando tais argumentos. A partir disso, mesmo seguindo com as ações de expropriação, do ponto de vista político a luta da ALN se voltou contra os chamados “desertores”. Ou seja, a luta armada se constituiu em um fim em si mesma, sendo defendida de modo irrestrito, mesmo quando isso eventualmente afetasse a própria contra a própria esquerda.

Os processos revolucionários vitoriosos do século XX – China, Cuba, Argélia e Vietnã – aconteceram em países não-industrializados e foram feitos por meio do uso da violência como ferramenta de transformação. Essas vitórias projetaram a inevitabilidade do processo revolucionário e esse imaginário permeou ambos os grupos, sendo responsável por guiar a sua atuação.

Com isso, verificamos, ao longo da pesquisa, que analisar a influência do pensamento *guevarista* não se constituía em um problema de pesquisa sobretudo porque não houve uma influência ideológica categórica de um modelo nas experiências guerrilheiras analisadas. O que houve foi um despertar para ação revolucionária guiada pela luta armada que foi causado pelas vitórias nas lutas de Cuba, do Vietnã e da Argélia. O que guiou tais militantes era uma ideia de que se aquelas experiências foram vitoriosas, eles também poderiam ser.

Foi justamente por não serem forjados nas novas ideologias da esquerda mundial que tanto a ALN como os Tupamaros pensaram “modelos” próprios para a revolução em seus países. E nessas formulações, que como vimos, eram de caráter mais “prático” do que teórico, eles fundiram características de pensamentos políticos tradicionais de seus contextos. Isso se verifica ao observar as escolhas dos palcos para se implementar a revolução.

3.3 Luta urbana e papel da luta no campo.

Uma das principais distinções entre as organizações guerrilheiras aqui estudadas foi a função estratégica de cada espaço em que se constituiria a guerrilha. A ALN defendeu a luta no campo como o espaço privilegiado, ao passo que os Tupamaros estabeleceram o meio urbano como palco da revolução. Conforme discutido no primeiro

item desse capítulo, a luta armada na cidade era a forma de os Tupamaros de assumirem a ação armada mesmo não possuindo as condições preconizadas para tal.

Nesse ponto, os Tupamaros se colocaram de fato como exceção a todas as experiências de grupos guerrilheiros na América Latina, pois defenderam ideologicamente a cidade como palco da guerrilha revolucionária. Outros grupos atuaram no espaço urbano, mas não defendiam a ideia de uma guerrilha urbana.

No *Documento 1*, uma carta de intenções do grupo, há um tópico destinado à apresentação e discussão da luta urbana. Os militantes procuraram traçar relações diretas entre a Sierra Maestra e Montevidéu. Nota-se como a argumentação se insere nas demais experiências guerrilheiras da América Latina, e como ela se colocava em uma espécie de defesa.

“No pretendemos discutir cuál debe ser el factor en la relación guerrilla rural-guerrilla urbana, en cada uno de los países americanos, lo que sí nos proponemos demostrar es que la lucha armada en el Uruguay es posible y que existen condiciones para profundizarla”⁵²².

Essa situação indica que alguns setores da esquerda uruguaia acreditavam categoricamente que a luta guerrilheira deveria acontecer nos espaços rurais. Portanto, seria essencial para o grupo conseguir argumentar positivamente em favor dessa estratégia: Es posible encontrar refugio en la ciudad, y hasta verdaderas zonas de refugio en lugares de escasa vigilancia policial⁵²³.

Na mesma direção, se argumenta a possibilidade de formação do exército revolucionário na cidade:

Será difícil transformar a la guerrilla urbana en un ejército regular, pero no imposible. Hay que tener en cuenta la continentalidad del proceso y que esta transformación es sólo dable en la etapa final⁵²⁴.

O grupo reconhecia a dificuldade de constituição do exército regular no momento final do processo revolucionário, mas dizia que não seria impossível de constituí-lo, principalmente porque para ele entrar em cena, dependeria de outros

⁵²² Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ Idem.

fatores, como a adesão e atuação de grupos revolucionários de outros países da América Latina.

Nos quesitos em que as táticas de atuação na cidade não se encaixavam, os militantes apresentavam adaptações:

Si bien en la ciudad no se puede operar con unidades numerosas, se puede concentrar a partir de unidades pequeñas, el número de combatientes que se desee en un punto dado, siempre que se observen las leyes generales de carácter táctico que a nuestro juicio rigen la lucha urbana⁵²⁵.

Segundo os militantes Tupamaros, as melhores estruturas com relação a comunicação, maior oferta de alimentos e dinheiro colocavam o espaço urbano como um lugar privilegiado para o lançamento da guerrilha⁵²⁶.

Ao mesmo tempo, eles tentavam demonstrar possíveis fraquezas das forças do exército, mesmo na cidade, que contava com um contingente maior:

Las fuerzas enemigas concentran el mayor peso de su ejército y policía -como es lógico- en la ciudad. Pero su poder se asemeja al de un gigantesco cerco inmovilizado por la defensa estática. Casi un 50% de los efectivos enemigos están paralizados en la custodia y defensa de objetivos fijos⁵²⁷.

Chama a atenção o fato de que os Tupas reconheciam que a repressão poderia ser maior na cidade, e faziam questão de apresentar quais seriam os pontos fracos desse exército. Ainda assim, defendiam a guerrilha urbana apregoando que o sentido da luta armada naquele momento era a possibilidade de agir.

Essa pauta foi muito explorada por parte dos Tupamaros. Além de debaterem nos documentos políticos da organização, também abordaram o tema em textos voltados para militantes que não integravam o MLN.

Caso de um dos textos mais emblemáticos da organização, o *30 preguntas a un tupamaro*. Essa espécie de entrevista foi publicada na edição de julho de 1968 na revista chilena *Punto Final*, e traz trinta questões respondidas por um militante anônimo da organização. As perguntas se concentraram em questões de cunho ideológico da

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Idem.

guerrilha, como, por exemplo, quais eram os princípios que norteavam a organização, quais as diferenças da mesma com relação aos demais partidos de esquerda, quais eram as inspirações do grupo, etc. A pergunta número 18 traz o seguinte questionamento: “Sobre qué hechos reales básicos funda su organización las líneas estratégicas generales en este período”⁵²⁸.

A questão é bastante abrangente e a resposta do militante perpassou todos os aspectos da realidade vivenciada pelos militantes na década de 1960 no Uruguai. Aquela realidade que teria sido importante para a organização do projeto revolucionário. Em meio a essa discussão é feita referência ao modelo de guerrilha urbana:

“Otro factor estratégico a tener en cuenta –éste negativo-, es el factor geográfico. No tenemos lugares inexpugnables en el territorio como para instalar un foco guerrillero que perdure, aunque tenemos lugares de difícil acceso en campaña. En compensación tenemos una gran ciudad con más de 300 kilómetros cuadrados de edificios, que permite el desarrollo de la lucha urbana. Esto quiere decir que no podemos copiar la estrategia de aquellos países que por sus condiciones geográficas pueden instalar un foco guerrillero en las montañas, sierras o selvas con posibilidades de estabilizarse. Por el contrario, tenemos que elaborar una estrategia autóctona adecuada a una realidad diferente a la de la mayoría de los países de América”⁵²⁹.

Este longo texto atesta algumas questões já levantadas aqui. A primeira delas diz respeito, outra vez, à afirmação da guerrilha urbana como fator estratégico, inclusive para outros grupos de militantes. Mas, recuperando o trecho em sua historicidade, encontramos outros aspectos interessantes.

Esse texto foi publicado em uma revista chilena, com um projeto editorial voltado para as discussões da esquerda na América Latina. O Chile naquele período vivia uma conjuntura política de intenso debate, e ainda sob uma democracia, em meio à contextos autoritários que se propagavam na América Latina.

Tais debates políticos se intensificaram em solo chileno, motivados pela defesa da via democrática para alcançar o socialismo, com a formação da Unidade Popular, que conduziria o presidente Salvador Allende à vitória. Ao mesmo tempo, o *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, o MIR chileno, já estava atuando e defendendo a revolução via ação armada.

⁵²⁸ 30 preguntas a un Tupamaro. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

⁵²⁹ Idem.

Com isso, naquele momento o Chile era um lugar de intenso debate da esquerda latino-americana. Dentro desse ambiente, os Tupamaros seguiram defendendo sua interpretação da luta guerrilheira no meio urbano, mas de maneira extremamente cautelosa.

Talvez tenha sido por isso que o espaço rural não foi completamente rejeitado por parte dos Tupamaros. Em meio à intensificação das atividades militares e crescente repressão por parte do governo uruguaio, o grupo elaborou dois planos que vislumbravam alguma importância nas áreas rurais do país, divulgados em dois documentos datados do ano de 1971, o Plan Tatú e o Plan Collar.

O Plan Tatu foi um importante projeto produzido pelo MLN-Tupamaros, que se tornou público para a militância do grupo ainda no ano de 1971 e tinha como fundamento a elaboração de uma estratégia para criar guerrilhas no interior do país. Este plano teria sido elaborado durante o tempo em que os principais líderes da organização estiveram encarcerados na prisão de Punta Carretas, em Montevideu. Dentre as lideranças presas, destacavam-se Sendic, Candán Grajales, Martí-nez Platero, Bidegain Greissing, Edith Moraes, Jorge Pancera, que se dispuseram a organizar um modelo de atuação para levar a revolução para o campo uruguaio.

Trata-se de um documento de nove páginas, em cujo cabeçalho lemos o título junto da data - junho de 1971. Também se encontra no início do texto a explicação de que aquele documento havia sido elaborado durante a prisão em Punta Carreto, e que posteriormente havia sido discutido em reuniões internas. O único subtítulo presente no texto é o seguinte: “Guerrilla Tatú: Ideas estratégicas de la guerra en el interior”⁵³⁰.

O próprio grupo, antes disso, expressava relutância em relação à guerrilha rural, alegando não existir regiões no interior favoráveis a desenvolver focos guerrilheiros de modo similar ao exemplo cubano. Eles são claros em destacar que as condições materiais necessárias para implantar a guerrilha se encontram na cidade de Montevideu, local indicado pelos Tupamaros por permitir níveis de infiltração muito altos, além de contar com toda a estrutura econômica que a cidade dispunha. A guerrilha rural era vista como uma ferramenta que serviria para angariar meios materiais. Contudo, o Plan Tatú revela que a guerrilha rural passou a ter outro significado para os Tupamaros a partir de 1971.

⁵³⁰Plan Tatu. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

Na primeira parte, os militantes abordam uma série de ações realizadas no interior do Uruguai que lograram êxito. São rememorados diversos casos emblemáticos, dentre eles, o roubo a uma loja de armas que ficava na província de Paysandú em julho de 1963. Segundo os militantes, para obter sucesso com essa ação, foi necessário “caminar por los montes del Queguay hasta Rivera, pues era peligroso comprometer otra gente en el traslado por carretera”⁵³¹.

Posteriormente, o grupo segue com a retórica de mostrar que haveria condições materiais para implantar a guerrilha no meio rural. Eles afirmam que durante o ano de 1966 foram realizadas ações de reconhecimento de lugares no interior que deveriam servir para abrigar a militância em caso de necessidade. Além disso, durante esse reconhecimento, foram realizados contatos com alguns simpatizantes da organização, no intuito de conquistar apoio em situações especiais.

As diversas prisões efetuadas pelas forças armadas uruguaias, naquele ano, fizeram com que a atuação no interior fosse colocada como uma nova estratégia, fundamentalmente para escapar da repressão que se fechava em Montevideu. Após destacar as condições materiais propícias para a iniciativa de guerrilhas no campo uruguaio, o Plan Tatú apresenta para a militância qual seria a nova função dessa região.

“De los dolores de cabeza y autocríticas en los años de trabajo en el interior brotaron las *tatuceras*, como medio táctico para operar con éxito flexiblemente ante cualquier tipo de situación estratégica, por significar una retirada segura en el medio rural por un lado, y el hecho de que la caída del grupo que opera no pone en peligro el resto de la Orga, por otro”⁵³².

Como é possível perceber na leitura do trecho, a própria nomenclatura do plano indica seu propósito: criar mecanismos táticos para facilitar as fugas e escapar da repressão. Resulta daí o nome de Plan Tatú, dessas *tatuceras*, que seriam caminhos subterrâneos criados para facilitar a fuga⁵³³. Nesse sentido, a elaboração desse plano tem um viés tático, sobretudo. O que se apresenta posteriormente, revela aspectos simbólicos desse novo momento de incorporação do campo na estratégia tupamara.

La *tatucera* funciona tácticamente como la Sierra Maestra en Cuba; como la selva inasequible para los vietnamitas, y con todo la tienen llena de pozos para hacerla más segura⁵³⁴.

⁵³¹Plan Tatu. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

⁵³²Plan Tatu. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

⁵³³LESSA, Alfonso. La Revolución Imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la va armada en el Uruguay del siglo XX. Montevideo: Fin de Siglo, 2004. p. 218

⁵³⁴Plan Tatu. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

Mobiliza-se um aspecto simbólico bastante caro para a esquerda radicalizada da América Latina, que é o triunfo dos guerrilheiros cubanos e o papel fundamental que a selva teve nessa vitória. No entanto, a visão apresentada pelo Plan Tatú é oposta ao que foi engendrado nos primórdios da estratégia tupamara. Segundo Alfonso Lessa,

(...)el plan Tatú, implantado a partir de mediados de 1971, proponía extender la lucha guerrillera al campo dejando en los hechos la discusión teóricas acerca de su inviabilidad en un territorio como el uruguayo, sin selvas ni montañas”⁵³⁵.

Ao discutir as razões dessa mudança estratégica, o autor aborda os desdobramentos da guerrilha no início da década de 1970. Ele entrevista o ex-militante Marcelo Estefanell], que afirma que o plano foi elaborado e defendido por Raúl Sendic, e discutido internamente prisão de Punta Carretas. A ideia teria surgido justamente como uma resposta as prisões massivas de militantes, que assolaram o grupo em 1970. Ele afirma que:

“Por un lado el MLN crece tanto que es obvio que si sigue creciendo, la ciudad no lo puede suportar. Ya los militantes nos estábamos pechando por la calle. Vos ibas caminando y pensabas ‘ese debe ser tupa, por como camina, por como se viste’. Entonces se generó la necesidad estratégica de tener una retaguardia”⁵³⁶.

Estefanell procura demonstrar que é o próprio crescimento da organização que cria essa necessidade, mas não se pode deixar de problematizar essa afirmação, principalmente levando em conta que o plano foi elaborado enquanto os militantes estavam presos. Portanto, é possível concluir que esse viés tático da atuação no campo, ainda que tenha como um dos focos espalhar a grande quantidade de militantes, certamente tinha como objetivo criar refúgios diante da situação de repressão cada vez mais intensa.

Voltando a análise documento, se observa a inspiração da guerrilha rural para criar essa nova estratégia:

Hay que adecuar la Orga, al funcionamiento de la guerrilla Tatú como forma de llevar adelante la lucha armada en el interior. No le llamamos guerrilla rural porque no es la clásica, pero es a partir de este “método guerrillero” que nacerán los grupos de acción que la desarrollarán y enriquecerán en la práctica⁵³⁷.

⁵³⁵LESSA, Alfonso. La Revolución Imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la va armada en el Uruguay del siglo XX. Montevideo: Fin de Siglo, 2004. p. 221

⁵³⁶Ibidem p. 221

⁵³⁷Plan Tatu. 1971. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

Aqui se nota dois aspectos bastante conclusivos com relação ao papel do Plan Tatú. O primeiro é que ele é visto como sendo uma aplicação da guerrilha rural, método fundamental para as táticas guevaristas. Portanto, é possível afirmar que a partir de 1971, o MLN-Tupamaros adota a luta no campo como sendo parte de sua estratégia revolucionária, o que inicialmente estava descartado pelo grupo, diante das condições estruturais da sociedade uruguaia.

A incorporação do meio rural como palco guerrilheiro aconteceu em meio à intensa repressão sofrida pelo grupo. E isso é emblemático para compreender a força simbólica do movimento cubano. No momento em que a organização começou a sofrer derrotas militares que impactaram negativamente sua estrutura, eles recorreram ao modelo cubano vitorioso.

O Plan Tatú deve ser visto de modo complementar com outro documento, o Plan Collar, que também objetivava elaborar uma tática de atuação para a militância tupamara, e que data da mesma época do Tatú, 1971. Ambos os planos possuíam o objetivo de criar mecanismos de atuação para localidades ao redor da cidade de Montevideu. O Plan Collar é um documento de 11 páginas e que tinha como objetivo propor uma atuação nas regiões que estavam no raio de 70 quilômetros em torno de Montevideu, onde haveria diversas pontes e passagens estratégicas, além de concentrar várias bases militares e diversas indústrias naquela região. Também se destaca a quantidade de pessoas que ali viviam, e justamente por essas características, era uma região importante do ponto de vista estratégico. Na primeira metade do documento há basicamente a descrição de todas as características daquela região, ressaltando-se a importância para a estratégia guerrilheira. Já na segunda metade, são elencadas as necessidades para tornar o plano concreto e seus objetivos. No trecho final do documento está escrito que o Plan Collar

“No es uno más entre tantos. Porque en un futuro próximo la lucha armada será el resultado de la buena articulación de 3 grandes piezas claves: La urbana como hasta hoy (incrementada) que será el eje principal; la del interior según planes ya conocidos, y, la suburbana en la zona que rodea Montevideo”⁵³⁸.

Como é possível observar no trecho que encerra o documento, com a elaboração do Plan Tatú e do Plan Collar, a estratégia tupamara de ação guerrilheira não é mais de luta urbana. Ela ainda existe e é fundamental para o grupo, mas a partir do ano de 1971, havia a estratégia de interligar o meio rural e o urbano através dessa zona de atuação

⁵³⁸Plan Collar. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

proposta pelo Plan Collar. E essa mudança é fundamentalmente uma resposta tática às crescentes baixas sofridas pela organização.

Essas mudanças na elaboração das táticas guerrilheiras não tiveram resultado contra o forte aparato repressivo do governo uruguaio, e em meados de 1972, a organização já havia sido derrotada. Mas elas revelam como as condições específicas dos movimentos guerrilheiros restringiram o espaço de elaborações teóricas. Conforme a repressão se intensificava, adotavam outras perspectivas que tinham dado resultado positivo.

Já no tocante ao caso da ALN, a luta armada na cidade ganhou outros contornos. Analisando as documentações internas do grupo, não há dúvida de que a luta armada no campo era a estratégia fundamental e o objetivo da organização brasileira. O mesmo atestou a bibliografia de referência⁵³⁹.

O grupo se transformou em uma guerrilha urbana diante da conjuntura brasileira, no contexto do fortalecimento da repressão e da criação de órgãos específicos para desmontar os grupos guerrilheiros.

Com os desdobramentos do regime militar brasileiro, o grupo revolucionário foi se moldando às formas de repressão enfrentadas e passou a realizar cada vez mais ações no meio urbano, pois os assaltos a bancos e até mesmo o sequestro de figuras públicas se mostraram efetivos em algum sentido. Isso fez com que a discussão sobre o lugar da luta urbana tivesse destaque entre os militantes.

Em dezembro de 1968, no texto intitulado *Quem samba fica, quem não samba vai embora*, assinado por Marighella e direcionado a “todos os revolucionários de São Paulo”, se observa como as ações no meio urbano são consideradas como complementares à guerrilha rural.

“Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica”⁵⁴⁰.

⁵³⁹ RIDENTI, Marcelo. Opus cit. p. 50

⁵⁴⁰ Quem samba fica, quem não samba vai embora. 1968. Cedem/Unesp.

Essa valorização da luta na cidade é sintomática do processo que a ALN viveu, aquele ano em que se constituiu em uma rápida e forte ascensão do grupo. Em outro trecho do documento se reitera a necessidade de seguir agindo na cidade.

“Temos que ir empregando algo na cidade, sem perder o campo de vista, esperando o momento de lançar a área estratégica rural. Uma vez esta lançada, a cidade é arrastada.”⁵⁴¹

O princípio ideológico de luta no meio rural como fase decisiva para realizar a revolução foi sendo adiado. O ápice da valorização da luta no espaço urbano é representado pela publicização do texto *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella. O livro, que tem o objetivo de servir como base para todo o guerrilheiro atuar na luta armada, foi constituído a partir da experiência do próprio líder da organização e dos demais integrantes, abordando o que dava certo e advertindo sobre os erros cometidos.

Essa obra, que foi finalizada em junho de 1969, acabou valorizando ainda mais a atuação nas cidades e consolidando a visão da ALN como sendo um grupo de guerrilha urbana. A criação das guerrilhas nas áreas rurais seria intensamente trabalhosa e por isso o grupo seguiu atuando onde já tinha meios de seguir com resultados positivos. Dessa forma, a guerrilha urbana acabou se constituindo em uma característica muito importante da organização e certamente compôs a cultura política da mesma. A intensificação da repressão e o cada vez mais acirrado cerco feito às organizações de luta armada começaram a minar o horizonte de atuação no campo⁵⁴².

De modo semelhante ao que ocorreu com os Tupamaros, quando a ALN passou a sofrer fortes derrotas militares, seus militantes centraram a reflexão em torno da demora no lançamento da guerrilha no espaço rural como causa para o fracasso de sua atuação. Após a morte de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira estabeleceu como prioridade a instauração da guerrilha no campo⁵⁴³.

Ao colocar as duas experiências em paralelo, se nota que ALN e Tupamaros modificaram as estratégias guerrilheiras de acordo com as conjunturas de endurecimento nos regimes políticos de seus respectivos países. As experiências

⁵⁴¹ Quem samba fica, quem não samba vai embora. 1968. Cedem/Unesp.

⁵⁴² RIDENTI, Marcelo. Opus Cit. pp. 40 e 41

⁵⁴³ O Guerrilheiro, Nº 2. 1970. Cedem/Unesp.

radicalizadas de clandestinidade e de violência cotidiana moldaram diversas concepções estratégicas e táticas dos grupos revolucionários. Os grupos intensificaram suas operações militares, deixando discussões políticas ou ideológicas de lado.

Nesse aspecto, a ideia presente no pensamento de Hannah Arendt é importante para compreender as experiências de luta armada. A filósofa defende que nas manifestações de violência a esfera do político diminui consideravelmente, pois a violência impediria o diálogo, que é o lugar do político por excelência. Essa diminuição da política diante do crescente uso da violência foi algo perceptível nas análises feitas aqui e podem ser ainda mais evidenciadas no tema do militarismo, como será abordado agora.

3.4 Militarismo

O tema do militarismo é bastante latente nas análises sobre essas organizações. Como foi visto no capítulo dois, a ALN é costumeiramente criticada por ter subordinado toda a discussão ideológica às ações militares realizadas pelo grupo. E isso se intensificou após 1970, no contexto de crescente repressão e desmantelamento do grupo. Internamente o tema não foi debatido em nenhum momento. Ele foi apontado como uma crítica posterior, feita por alguns balanços acerca da experiência da luta armada. A mais emblemática foi feita pela chamada Tendência Leninista.

Em primeiro lugar, é importante entender o que de fato foi caracterizado como militarismo para os grupos de esquerda armada. Alguns autores o classificam como sendo determinados momentos em que as ações militares ou a própria violência exercida pelos grupos se afastou de relações com o projeto político que seria o sentido da luta. Portanto, é possível definir esse termo militarismo como sendo a conceituação de ações violentas armadas descoladas de um sentido político⁵⁴⁴.

Para a grande maioria dos autores, houve uma intensificação das ações de cunho estritamente militares a partir dos momentos de maior repressão que os grupos passaram no endurecimento do regime militar. Denise Rollemberg afirma que

⁵⁴⁴ Não encontra-se definições dos termos nas bibliografias de referência sobre o tema. Ainda assim, observando o que dizem Denise Rollemberg e Marcelo Ridenti quando abordam o tema, fica bastante clara essa ideia. CF: RIDENTI, Marcelo. Opus cit. pp. 52 – 53. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. Opus Cit. p. 72

“A partir de 1969, houve a intensificação das ações de luta armada e ao mesmo tempo a rápida desarticulação das organizações de vanguarda. O marco foi o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 4 de setembro de 1969, realizado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)”⁵⁴⁵.

Seguindo o mesmo argumento, a autora atesta em outra publicação que neste momento de intensificação das ações armadas, aconteceu o deslocamento final de seu projeto político⁵⁴⁶. Desse modo, é clara a relação entre maior uso de ações violentas e crescente militarismo, que gerou como consequência o abandono do projeto político. Mas a intensificação das ações armadas ocorreu mediante os crescentes movimentos de repressão pelos quais os grupos passaram com o endurecimento do regime militar no caso específico do Brasil. Tendo isso em conta, é possível estabelecer algumas relações com a experiência guerrilheira uruguaia.

Os Tupamaros expressaram por diversas vezes uma forte preocupação em fugir desse militarismo. Há um documento específico, de 1968, para debater essa questão, em que o militarismo é apontado como um dos principais problemas enfrentados pela organização. Nesse documento, o grupo afirmava ser *político-militar*, e que as ações armadas estavam subordinadas ao projeto político revolucionário:

“Una la definiríamos como militarismo. Consiste en poner algunas cuestiones técnico-militares por encima de todo en forma desmesurada, olvidando por completo el sentido especialmente político de nuestra lucha y de nuestra organización. Un afán de preservación desmesurado del aparato, como si fuera un fin en sí”⁵⁴⁷.

A primeira conclusão desse documento é que havia uma definição compartilhada entre os militantes uruguaio do que seria o militarismo. Sua definição aparece como sendo o esquecimento do projeto político que orienta o grupo, sendo deixado de lado pela intensificação de ações violentas deslocadas de sentido. O fato dos Tupamaros apresentarem isso inserido no documento que era espaço fundamental de discussão da organização revela que isso era uma preocupação durante o ano de 1968. O esforço em combater o desvirtuamento político era tamanho, que eles condicionaram a vitória da guerrilha a isso.

⁵⁴⁵ ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 141-152, 2006.

⁵⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. Opus Cit. Pp. 73

⁵⁴⁷ Documento 2. 1968. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

“Esta deformación pierde la perspectiva de nuestra larga y dura lucha, que estará llena de fracasos y derrotas, creando por eso condiciones para que cunda la desmoralización, la desilusión”⁵⁴⁸.

Portanto, é possível atestar que os Tupamaros tinham preocupação forte com o militarismo que poderia assolar a organização e leva-la a ser derrotada em seu projeto revolucionário. Entretanto, como foi discutido no final do capítulo 1, a derrota da guerrilha uruguaia esteve relacionada com as desenfreadas ações armadas. Clara Aldrighi ressaltou que esse crescente militarismo ocorreu diante das prisões de grandes levadas de militantes no ano de 1970, em pleno Pachecato, fazendo com que os chamados “militantes históricos” perdessem espaços e tivessem chegado a condição de lideranças outros militantes adeptos de ações armadas⁵⁴⁹.

Sendo assim, nota-se um paralelo entre intensificação da repressão e crescente militarismo por parte dos grupos revolucionários. Não se quer sugerir com isso uma interpretação de causa e consequência ou mesmo uma adesão à Teoria dos Dois Demônios. Compartilha-se aqui da visão de Oscar Bruchera, de que no Uruguai, as forças de repressão do Estado e os grupos guerrilheiros se retroalimentaram⁵⁵⁰. Esse processo de endurecimento das forças de repressão e de aprofundamento das ações armadas por parte dos Tupamaros contribui para explicar o crescente militarismo do grupo uruguaio no pós-1968.

No entanto, devemos admitir também que diante do quadro de repressão cada vez mais intensa, as possibilidades de reflexão e de autocrítica se limitavam consideravelmente. O cotidiano da clandestinidade dos grupos de luta armada foi responsável por diminuir os espaços de diálogo e o aumento da repressão, cresceram as ações deslocadas de sentido político.

Isso foi notório no caso dos Tupamaros, em que houve a expectativa do diálogo e da discussão constante durante os primeiros anos de atuação do grupo, a partir de 1965 até 1967, quando o Uruguai possuía uma sociedade democrática e os espaços de atuação no grupo aconteciam com maior liberdade. Tanto que quando se aponta o militarismo como um problema, a resposta dos Tupas é a autocrítica realizada através

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001.

⁵⁵⁰ BRUSCHERA, Oscar H. Las décadas infames. Análisis político 1967-1985. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986, p. 15.

dos diálogos e dos debates. À medida que se intensificou a repressão naquele país e com a perda de quadros históricos também se perdeu fortemente os espaços de diálogo.

Essa ideia fica ainda mais evidente quando se pensa sobre o caso da ALN, grupo que já surgiu inserido em um quadro muito mais repressivo do que os Tupamaros no Uruguai, formado já durante o regime militar. Sendo assim, sempre teve um espaço de discussão extremamente reduzido, que se estreitou ainda mais com as transformações no pós AI-5 e com a OBAN.

Por outro lado, é preciso deixar claro que no próprio pensamento estruturante das organizações clandestinas já havia uma disposição ao princípio da ação como elemento central da luta, e que sempre houve uma linha tênue entre o fator militar e o fator político.

Ao interpretar a luta armada no Brasil, Marcelo Ridenti destacou como isso foi se intensificando com o passar do tempo e como algumas experiências guerrilheiras como a clandestinidade e seu viés conspirativo, o uso de armas e o sucesso de algumas ações deram uma sensação de poder aos militantes, contribuindo com isso para um aumento nas ações militares, uma vez que se entendia que “(...) o poder estaria próximo a sua mão, faltando apenas a ação decidida de uma vanguarda para toma-lo”⁵⁵¹. Nesse quadro, as ações armadas passaram a ganhar cada vez mais destaque dentro das organizações e a consolidar uma hierarquia interna: quanto mais ações armadas o militante tivesse, maior seria seu poder na organização. O mesmo autor atesta que na ALN esse quadro se intensificou com a morte de Marighella, em 1969, quando o Grupo Tático Armado se consolidou e os dirigentes passaram a ser aqueles com maior participação em ações armadas. Ainda que esse pensamento já estivesse presente em escritos de Marighella, que sugeriam que os dirigentes da organização guerrilheira não deveriam surgir das eleições, mas sim das ações armadas, é muito interessante perceber como isso se intensificou consideravelmente a partir de 1969.

Esse processo da ALN reflete um movimento já explorado no capítulo 2, em que a organização intensificou suas ações armadas na cidade, pois eram as únicas que estavam tendo algum êxito. Nesse sentido, percebe-se como já havia uma tendência ao militarismo dentro das organizações da nova esquerda graças à importância concedida a ação revolucionária, militarismo que se intensificou diante da repressão

⁵⁵¹ RIDENTI, Marcelo. Opus cit. p. 53

Denise Rollemberg corrobora essa interpretação afirmando que:

“A luta armada entrou numa dinâmica que criou uma distorção na qual o militarismo, a capacidade de desempenho nas ações a partir da coragem, do preparo físico, de atribuições essencialmente militares, alçava o guerrilheiro-revolucionário a uma condição privilegiada na organização”⁵⁵².

Em panfleto da ALN divulgado em agosto de 1969, intitulado *Sobre a organização dos revolucionários*, há uma reafirmação do princípio norteador das ações revolucionárias perante a discussão política:

“Nossa Organização revolucionária cresce à medida que faz ações e não à medida que recebe ajuda dos assistentes políticos mandados de outra parte”⁵⁵³.

E essa ação se direcionava para questões militares, também explicitadas no decorrer do mesmo documento:

“Para manejar as armas, explosivos, munições; para fazer sabotagem, colocar minas, explosivos, explodir pontes, precisamos técnicos e técnicos com visão estratégica da revolução brasileira”⁵⁵⁴.

Essa visão acabou por diluir consideravelmente a importância dos militantes que não tivessem potencialidades para tais ações militares, e o próprio texto deixa claro que as lideranças da organização seriam escolhidas segundo seu desempenho nas ações armadas.

“Os dirigentes de nossa Organização não podem provir de eleições. Os dirigentes surgem da ação e da confiança que despertam pela sua participação pessoal nas ações”⁵⁵⁵.

Assim, a tendência de distorção apontada por Denise Rollemberg pode ser verificada já nesse documento de agosto de 1969, e o que chamava ainda mais atenção nessa abordagem é que nela se encontrava uma espécie de convocação para aumentar a quantidade de ações armadas:

⁵⁵² ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada.. Opus Cit. p. 72

⁵⁵³ Sobre a organização dos revolucionários. 1969. CEDEMA.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Idem.

O que resolve a falha da Organização é o crescimento do movimento, o aumento do volume das ações, a superação da desigualdade do movimento revolucionário de região para região⁵⁵⁶.

Lembremos que o texto havia sido escrito para rebater certas críticas da própria esquerda radicalizada no Brasil, que apontava algumas falhas na organização da guerrilha. A resposta da ALN a tais críticas foi a intensificação das ações armadas, como forma de garantir a estrutura organizativa do grupo.

Esse viés militar foi tão importante nas estratégias da ALN, que ele foi um dos argumentos mais destacados de um texto escrito por Carlos Marighella e publicado em espanhol na revista *Temps Moderns*, na edição 280, de novembro de 1969. O artigo foi intitulado *La acción revolucionaria en la constitución de la organización*, e tinha 10 páginas que versavam justamente sobre o aspecto da ação como princípio norteador do grupo guerrilheiro brasileiro. No artigo, Marighella afirmava que sua organização havia sido responsável por criar um novo modelo na esquerda brasileira, constituído justamente pela ação revolucionária. Após anunciar tais questões e retomar a trajetória de seu grupo até aquele momento, o líder da ALN anuncia o que ele chama de dois métodos para o desenvolvimento de uma organização de esquerda. O primeiro, seria com a utilização do proselitismo e da ideologia⁵⁵⁷. Segundo o autor, as organizações brasileiras que adotavam esse viés não apresentaram nenhum crescimento recentemente. Já o outro método, pautado pela ação revolucionária com o chamado a violência e ao radicalismo teria sido importante e levado ao desenvolvimento da ALN.

Isso demonstra como o militarismo presente na organização se enraizou de maneira bastante profunda, expressando-se até mesmo em textos voltados para militantes que não viviam a conjuntura revolucionária promovida pelo grupo no Brasil.

Portanto, observando tais questões é possível assegurar claramente que o militarismo foi uma característica presente nas duas organizações guerrilheiras aqui estudadas, mas mesmo estando presente, ela teve variações ao longo de suas trajetórias, e tais variações seguramente estão relacionadas com o endurecimento dos regimes políticos, seja no Brasil, seja no Uruguai.

Chama a atenção o fato de que na organização uruguaia houve uma elaboração teórica criticando esse militarismo ao passo que isso nunca se apresentou como um

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ *La acción revolucionaria en la constitución de la organización*. 1969. CEDEMA.

problema para a ALN. A hipótese para explicar essas diferenças foram as distinções na conjuntura política de cada país. O Uruguai ainda estava sob um governo democrático, e os espaços de discussão política eram maiores. Diferentemente da experiência da ALN, que já nasceu durante a Ditadura Militar. A intensificação do militarismo tupamaro diante do endurecimento do regime do Pachecato corrobora com essa interpretação.

Por outro lado, também é preciso destacar os aspectos que constituíram uma cultura política própria do Uruguai, que por ter viés institucional, incidiu nos Tupamaros que defenderam fortemente a importância de constituir um grupo que fosse político-militar, mas preocupando-se com a fundamentação ideológica e não apenas com a ação revolucionária.

Nesse sentido, mais uma vez se aponta para a visão de que dentro da radicalidade da experiência da clandestinidade somada a repressão ditatorial, houve pouco espaço para o florescimento de discussões de cunho teóricos, e os grupos atuaram estritamente na prática revolucionária da luta armada, constituindo assim um militarismo na acepção do termo apresentado anteriormente.

Concluindo o raciocínio, as diversas semelhanças entre as duas organizações estudadas foram frutos de ambas terem nascido em contextos sincrônicos de derrotas internas que levaram as esquerdas à intensa reflexão. A principal crítica apontada por esse debate interno residia no imobilismo da atuação partidária. E a resposta a isso aconteceu pela adoção da luta armada, que apresentava uma possibilidade direta de transformação.

Apesar das experiências guerrilheiras analisadas nessa pesquisa possuírem diversas semelhanças entre elas nos pontos indicados nesse capítulo, em alguns outros elas se diferenciaram. E não foi apenas por terem atuado em regimes políticos distintos. Elas têm raízes nas tradições políticas de cada país. Ao mapear as diferenças entre as duas organizações foi possível perceber como que na ausência da incorporação teórica das ideologias internacionais da revolução cubana ou chinesa, os grupos de luta armada expressaram diversas concepções presentes nas tradições políticas dos lugares em que atuaram, como será abordado no próximo item desse capítulo.

3.5 Protagonistas da revolução.

Os debates dentro da esquerda sobre quem seriam os sujeitos históricos capazes de guiar os processos revolucionários sempre suscitaram múltiplas interpretações. De modo geral, foi criada uma tradição dentro do marxismo que projetou nos operários a classe privilegiada para conduzir a revolução, pois ela estaria no cerne das contradições entre capital e trabalho. Conforme explorado anteriormente, esse entendimento foi responsável para que se difundisse entre os partidos comunistas a ideia de que a primeira etapa da revolução seria a burguesa, que cortaria as relações econômicas com características feudais e criaria a industrialização. Uma vez industrializadas, as sociedades criariam uma classe operária que se conscientizaria de seu papel, conduzindo ao segundo estágio revolucionário e chegariam ao socialismo.

Esse tipo de interpretação se enraizou fortemente nos países do chamado terceiro mundo que, segundo essa interpretação, não possuíam condições para realizar a revolução socialista. Isso fez com que partidos comunistas destes países – o do Brasil foi um exemplo claro disso – tivesse como primeiro objetivo transformar o campesinato em operariado. Mas apesar dessa compreensão ter sido difundida no programa político do PCB desde os anos de 1940 ela não deixou de ser questionada. Impactados pela importância dos setores rurais na sociedade brasileira, o PCB debateu em diversos momentos seu papel na revolução brasileira.

Mesmo mantendo o operário como sendo o principal sujeito revolucionário, houve uma certa particularidade no caso brasileiro. E o camponês se constituiu como um sujeito de importância para o imaginário social da esquerda brasileira. Ao estudar as representações sobre o camponês no imaginário político do PCB, Paula Elise Ferreira Soares afirma que os operários “eram poucos e, portanto, incapazes de sozinhos conduzirem a revolução”. Com isso, o Partidão buscou “nos trabalhadores rurais um aliado fiel, tendo o partido, inclusive, se tornado a primeira organização política a se voltar para as lutas do campo brasileiro”⁵⁵⁸. Concordando com o argumento da autora, nota-se que pelas características próprias do caso brasileiro, o partido comunista se voltou de maneira bastante concreta para as populações camponesas, buscando inclusive

⁵⁵⁸ SOARES, Paula Elise Ferreira. “Quem é Zé Brasil? As representações do camponês brasileiro em obras de Cândido Portinari.” In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Editora UFMG, 2013. P. 39 e 40

produzir conhecimento acerca desse grupo para entender quais seria o papel deles na revolução socialista⁵⁵⁹.

Soares demonstrou que o PCB foi responsável por construir uma imagem do campesinato brasileiro bastante definida e alargada, como sendo “todo aquele que trabalha na terra”. E essa grande massa de trabalhadores do campo foi vista por parte dos comunistas brasileiros como ambígua em diversos sentidos: “ingênuos e revoltados; resistentes mas sofrendores; trabalhadores explorados, mas passíveis de se transformarem em exploradores”⁵⁶⁰. A conclusão da autora é que para o PCB, os camponeses eram vistos como uma classe que dependia do amadurecimento político, que seria guiado pela classe consciente desse processo, que eram os operários. Ela afirma que os camponeses “Seriam os irmãos mais novos do proletariado, e por isso, deveriam ser por estes orientados. De toda a forma, tratavam-se de homens abnegados, resistentes, trabalhadores incansáveis e antes de tudo, como disse Euclides da Cunha, fortes”⁵⁶¹.

Observando a composição desse imaginário analisado pela historiadora, nota-se sem dúvida alguma, que esse é um elemento muito importante da cultura política comunista no Brasil.

Outro elemento que demonstra como a importância dos trabalhadores rurais na pecebista foi a difusão da aliança operário-camponesa. Esse termo historicamente se consolidou na visão dos comunistas brasileiros do PCB como sendo a aliança capaz de promover a revolução brasileira. Marcos Del Roy argumentou em favor dessa nova conformação em um período bastante específico da trajetória do PCB, que aconteceu durante a ascensão do nazi-fascismo europeu e no acirramento nacional durante o governo Vargas. Durante esse momento, figuras como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro perderam espaço para Luiz Carlos Prestes. Essa transformação também impulsionou uma nova visão revolucionária que foi paulatinamente se afastando do movimento operário e encarando a necessidade de uma ampla frente popular, que passou a incluir aí as camadas camponesas⁵⁶². Del Roy aponta

⁵⁵⁹ A produção sobre o campo brasileiro se fez presente não apenas com cunho exclusivamente político, mas foi alvo de intenso debate no conhecimento social brasileiro durante muito tempo. A intensão, entretanto, segundo Soares sempre foi produzir conhecimento para entender quais eram as características próprias do meio rural no processo revolucionário. Ibidem. pp. 41 – 42.

⁵⁶⁰ Ibidem. p. 57.

⁵⁶¹ Ibidem. p. 57.

⁵⁶² DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920 – 1940). In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (Org). História do marxismo no Brasil. Volume 5. Partidos e Organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. p. 56

para esses primeiros anos da década de 1930 como sendo o momento em que se conformou o “bloco operário-camponês”, que depois teria evoluído para uma “política de união nacional”⁵⁶³.

Uma vez criado o bloco operário-camponês, ele parece ter sido cada vez mais presente nas discussões internas do PCB, ao menos como uma faceta bastante forte do imaginário dos sujeitos revolucionários. Mesmo durante o momento mais crítico da trajetória do partidão, na crise pós-1956 e na consolidação da via pacífica como forma para a revolução, os pecebistas jamais abandonaram a ideia de que a revolução haveria de ser conduzida pela união entre operários e camponeses.

Nesse sentido, o principal veículo da esquerda brasileira teve uma atenção especial para os setores rurais, enfatizando sua importância no processo revolucionário. Concordando que esse projeto foi hegemônico no Brasil até meados da década de 1960, é possível afirmar que suas tradições consolidadas incidiram nas novas organizações que foram dissidências do PCB, como no caso da ALN. Portanto, a presença do bloco operário camponês no horizonte vislumbrado pela ALN não deve ser visto como aleatória, mas sim como uma reprodução de termos já presentes na cultura política comunista.

Seja nos principais jornais da organização ou nos textos teóricos de Marighella, o grupo sempre identificou nessa aliança entre operários e camponeses o núcleo que realizaria a revolução através das armas. Nota-se isso analisando um trecho do jornal *O Guerrilheiro*, de abril de 1968. Na sua primeira coluna, no tópico intitulado “o núcleo armado-operário camponês”, o jornal afirma:

“No que diz respeito a transformar a guerrilha em embrião do exército revolucionário de libertação, não conseguiremos isso se não contarmos desde o início com o núcleo armado de operários e camponeses”⁵⁶⁴.

Essa reprodução do pensamento pecebista foi expressada por meio do caráter da revolução defendido pela ALN. Marighella defendeu em seus textos teóricos e mesmo nos panfletos políticos a necessidade de ampla mobilização da sociedade brasileira para realizar a etapa de libertação nacional, a primeira do processo revolucionário⁵⁶⁵. Essas características são próprias do viés etapista defendido pelo PCB em que o socialismo

⁵⁶³ Ibidem. 68 - 69

⁵⁶⁴ *O Guerrilheiro*. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

⁵⁶⁵ Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil. 1968. Cedem/Unesp.

não seria alcançado de maneira direta, mas apenas após realizar a etapa burguesa do processo revolucionário. É ainda mais interessante notar como isso era distinto do propagado pelas ideias guevaristas, que apontavam a possibilidade de alcançar o socialismo de maneira direta mesmo com as características agrárias existentes na América Latina.

Marcelo Ridenti apontou para o fato de que a própria ideia de libertação nacional já estava presente de modo enraizado no pensamento do comunismo brasileiro desde a década de 1930 e que isso foi algo que se manteve no pensamento da ALN. O autor afirma que a versão mais difundida a respeito do caráter da revolução brasileira foi aquela consagrada pelo VI Congresso da III Internacional Socialista, que previa a luta em duas etapas, sendo a primeira de libertação nacional. Ele conclui seu argumento dizendo que “muitas organizações que pegaram em armas mantiveram com poucas alterações esse esquema analítico, como foi o caso da ALN”⁵⁶⁶.

Os sujeitos revolucionários vislumbrados pelo MLN-Tupamaros não foram os mesmos interpretados pela ALN, mas tampouco podem ser vistos como uma reprodução das teses *guevaristas*.

Analisando os documentos que revelavam as concepções políticas do MLN-Tupamaros foi muito difícil identificar uma visão concreta dos sujeitos que conduziriam o processo revolucionário. Destacaram o operário em um primeiro momento como sendo um setor importante na visão do grupo, mas posteriormente esse setor acabou sendo considerado como traidor e os estudantes, em um contexto de radicalização durante o ano de 1968, passaram à posição de destaque. Mas apesar desses setores estarem presentes nos debates internos da organização, em momento nenhum foi possível identificar sua definição como sujeitos revolucionários. Eles estavam presentes no horizonte dos Tupas assim como os demais setores da sociedade.

Ao observar essa característica, foi possível notar que a ausência de protagonistas determinados para a revolução indicava um pensamento mais abrangente por parte do grupo uruguaio. E a revolução naquele país aconteceria por meio da luta do povo, uma categoria propositadamente ampla e que não restringiu nenhum setor social.

Para os Tupamaros a ideia de povo é ligada diretamente a aspectos históricos da formação daquele país. Dentro dessa interpretação do conceito de *povo*, foi construída

⁵⁶⁶ RIDENTI, Marcelo. Opus cit. pp. 32 - 33

uma identidade do MLN que o identificava como herdeiro e continuador da luta empreendida por José Artigas, um dos líderes da independência do país e celebrado como herói nacional. Foi a partir dessa concepção que os *Tupas* expressaram os sujeitos revolucionários, como se nota no *Documento 2*, quando abordam quais seriam os militantes que poderiam entrar na organização:

“Las características de ese militante las da fundamentalmente el carácter político-militar de nuestro Movimiento. Por lo tanto el militante revolucionario integrante del Movimiento debe ser un individuo consciente y convencido de la lucha que debe desarrollar, capacitado técnicamente para llevarla adelante”⁵⁶⁷.

Seguindo o que foi preconizado pelos grupos guerrilheiros, a principal distinção para um militante tupamaro era entender que a revolução só aconteceria via luta armada. Não há nenhuma definição de um sujeito revolucionário enquanto pertencente a uma classe social ou atuação específica.

Ao tratarem disso no mesmo *Documento 2*, os *Tupas* afirmam literalmente que qualquer membro da sociedade poderia integrar os quadros revolucionários:

“Organización revolucionaria que no crece, perece. El crecimiento puede darse en distintas formas y puede expresarse en compañeros nuevos o en nuevos colaboradores, o simplemente en nuevo apoyo a nuestra lucha en nuevos sectores del pueblo. Nuestro Movimiento debe tener ojos, oídos y boca en todas las organizaciones de masas si es posible y los compañeros saben como desarrollamos nuestro trabajo en esas organizaciones”⁵⁶⁸.

Diversas questões podem explicar a inexistência de um protagonista determinado para o processo revolucionário. A heterogeneidade dos grupos que confluíram para a formação do MLN-T pode ser uma delas, uma vez que distintas concepções políticos se aglutinaram para formar a nova organização guerrilheira sob o prisma da luta armada. Ao concordarem com a metodologia de ação, as concepções ideológicas díspares foram colocadas de lado, fazendo com que definições tais como as dos sujeitos revolucionários não tenham sido debatidas.

Outra hipótese importante pode ser a tentativa do grupo de construir uma guerrilha de acordo com a conjuntura interna do país. O *Documento 1* dedicou uma parte considerável na análise das situações política, social, econômica e geográfica do

⁵⁶⁷ Documento 2. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

⁵⁶⁸ Idem.

país, afirmando que as estratégias deveriam nascer da prática e da realidade concreta⁵⁶⁹. Diante dessa realidade da sociedade uruguaia, os Tupamaros se depararam com uma classe trabalhadora muito heterogênea, com predominância de funcionalismo público em setores da burocracia estatal, além de grandes camadas de professores do ensino básico e superior⁵⁷⁰. Em contrapartida, não havia camadas amplas de operários, sobretudo porque a indústria uruguaia não representava um setor fundamental na economia do país. Entrementes, os ambientes rurais tinham camadas importantes da sociedade, como os trabalhadores da cana-de-açúcar, mas também não tinham expressão tão representativa.

Por fim, uma terceira hipótese interpretativa surgiu a partir da pesquisa sobre a trajetória do MLN. Conforme argumentamos no primeiro capítulo, a experiência do MLN-Tupamaros expressou forte característica da cultura política forjada no país durante os anos do Estado *Batllista*. Dentre os diversos aspectos da organização que mostraram essa incidência democrática, a amplitude dos sujeitos vislumbrados como revolucionários pode ser uma delas. Foi justamente por esse pensamento que o grupo se preocupou decisivamente em atingir as massas uruguaias como sendo algo central para a vitória no processo revolucionário. E por compartilharem dessa tradição democrática, não limitavam os sujeitos revolucionários aos setores de atuação ou classes sociais, mas sim à nacionalidade. Por isso que a definição do inimigo foi tão importante:

América Latina, y por lo tanto nuestro país, forman parte del sistema imperialista mundial. Su liberación, entonces, depende de la derrota a escala continental del imperialismo⁵⁷¹.

Uma vez que o inimigo da América Latina eram os EUA, caberia a todo o latino-americano desencadear essa luta. Isso foi um dos elementos que forjaram protagonistas da revolução mais amplos e calcados em identidades nacionais e continentais.

Independente das explicações sobre a amplitude dos sujeitos revolucionários vislumbrados pelos Tupamaros, é evidente como nesse ponto as organizações uruguaia e brasileira são distintas. E além disso, nenhum dos grupos reproduziu o mesmo

⁵⁶⁹ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

⁵⁷⁰ NAHUM, Benjamin. Manual de Historia Del Uruguay. 1903-1990. Montevideo: Bando oriental, 1995.

⁵⁷¹ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

pensamento propagado pelas teses *guevaristas*, o que reforça a compreensão de que elas não foram apropriadas como modelo.

Tendo isso em vista, é possível concluir que suas experiências foram representativas de um esgotamento dos modelos tradicionais das esquerdas, identificadas como imobilistas e que projetavam a chegada do socialismo em um futuro indefinido. Esse esgotamento foi potencializado pelas derrotas desmoralizantes que ocorreram nos dois países. Ao mesmo tempo, as experiências vitoriosas da China, de Cuba, Vietnã e Argélia incidiram simbolicamente essas esquerdas que criticavam o imobilismo partidário.

Foi justamente por essa característica que ambas as organizações tiveram impacto na juventude de ambos os países, ao mesmo tempo que suas atuações foram importantes para a crescente consolidação dos jovens enquanto sujeitos sociais.

Conforme analisa Maria Paula Araújo em seu texto *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nas décadas de 1960 e 1970*, no decorrer dessas duas décadas a população jovem dos mais variados lugares passaram a ter protagonismo na atuação política. Araújo analisa desde os casos dos movimentos de maio de 1968 na França, até os casos da população jovem que pegou em armas nas lutas contra a Ditadura ou na tentativa de implantar o socialismo. Araújo parte da ideia de que durante as décadas de 1960 e 1970, o fenômeno do radicalismo político encampado pela juventude foi algo que transcendeu os limites territoriais da América Latina, se tornando uma questão internacional no campo da esquerda, principalmente a partir da ação desses jovens que vivenciavam o limite das estruturas políticas-partidárias e mesmo a própria estrutura burocrática da democracia representativa, buscando constituir um modelo político com novas práticas e valores⁵⁷². Para a autora:

Estas novas práticas e valores calcavam-se na valorização da ação direta sem intermediários, do pragmatismo, do confronto – elementos que pareciam se contrapor às rígidas estruturas hierárquicas e burocráticas não só dos partidos políticos (inclusive dos comunistas e socialistas) mas também dos grandes sindicatos, todos eles domesticados e esvaziados pelo jogo parlamentar⁵⁷³.

⁵⁷² ARAÚJO, Maria Paula. *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970*. FICO, Carlos et al. *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*, v. 1, p. 247-274, 2008.

⁵⁷³ Idem.

De um ponto de vista mais amplo, a juventude se apresentou como um setor social específico a partir dos anos 1960, com anseios e lutas próprias⁵⁷⁴. A partir do momento em que as pessoas tinham a possibilidade de se inserir mais tardiamente no mercado de trabalho, o tempo de formação das pessoas se prolongou. Dessa forma, a juventude passou a ser vista como um grupo social, e não apenas como o momento de transição entre a infância e a vida adulta⁵⁷⁵.

No tocante ao caso brasileiro, mesmo se tratando de um país cujos índices de pessoas do ensino superior eram muito baixos se comparado aos países europeus ou mesmo aos EUA, já havia uma parcela significativa de pessoas que frequentavam o ensino superior no Brasil⁵⁷⁶, e até mesmo no próprio movimento de estudantes secundaristas, já bastante forte e mobilizado desde pelo menos as lutas pelas Reformas de base durante o governo Jango⁵⁷⁷.

No contexto uruguaio, segundo Vânia Markarian, a entrada em cena da juventude no palco político aconteceu nos primeiros dias do ano letivo de 1968, em que os estudantes saíram às ruas de Montevideu impulsionados pelo aumento das mensalidades. A autora destaca que essas manifestações iniciaram práticas que até então eram novidade, como a ocupação de locais públicos e o bloqueio das ruas⁵⁷⁸. Para Markarian, o fundamental é entender como o elemento da violência começou a se enraizar nesse setor social, principalmente com o apedrejamento de ônibus e a queima de veículos.

Contudo, o contexto uruguaio estaria submetido ao intenso endurecimento do próprio regime político, com Jorge Pacheco Areco. As mobilizações estudantis foram constantemente reprimidas pelo aparato policial, causando assim, na visão da historiadora uruguaia, uma relação que culminou em grandes atos de violência:

Em este sentido, hay que considerar en qué medida unos y otros, manifestantes y fuerzas represivas, fueron modificando sus actitudes y

⁵⁷⁴ HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

⁵⁷⁵ VENTURI, Gustavo; ABRAMO, Helena. Juventude, política e cultura. Teoria e Debate, v. 45, p. 28-33, 2000. Sobre a juventude como sujeito social, CF: HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995. JUDT, Tony. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. São Paulo: Objetiva, 2008.

⁵⁷⁶ DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista, n. 28, p. 17-36, 2006.

⁵⁷⁷ JÚNIOR, Antonio Mendes. Movimento estudantil no Brasil. Brasiliense, 1981.

⁵⁷⁸ MARKARIAN, Vania. El 68 uruguayo: el movimiento estudiantil entre molotovs y música beat. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012. pp.. 37 e 38

empujando los limites a lo largo de este ciclo en respuesta a las acciones de la otra parte.

Na visão de Markarian há o componente específico da violência sendo construída na própria relação com a repressão. De qualquer forma, é importante notar como a juventude uruguaia também surge como um ator político na segunda metade da década de 1960.

Portanto, a juventude emerge na década de 1960 se tornando de fato um sujeito histórico no campo da luta política. E nesse surgimento traz consigo certos elementos que se apresentam como novidade, principalmente no que diz respeito a rejeitar os tradicionalismos partidários ou burocráticos de instituições como partidos, grêmios ou sindicatos. Ao renegar esse tradicionalismo, a juventude abraça a violência como ferramenta de luta política, elemento esse que se apresenta no contexto de surgimento de ALN e Tupamaros. Os setores estudantis estiveram presentes como uma das principais, e mais numerosas, fontes de militantes para ambas as organizações.⁵⁷⁹

Em função disso, foi notável como ambos os grupos expressaram preocupações voltadas para esses setores. E nos dois casos, eram celebradas as radicalidades juvenis: “Unos centenares de estudiantes franceses actuando en un momento propicio, convierten en cruento uno de los habituales choques con la policía”⁵⁸⁰.

No trecho reproduzido do Documento 3, os Tupamaros celebravam as ações dos estudantes franceses durante maio de 1968 destacando a violência presente em tais mobilizações. Isso demonstra como houve uma projeção desses setores estudantis que representavam na prática o esgotamento dos modelos tradicionais de luta. No caso da ALN, o texto *Das questões de organização*, Carlos Marighella constatou a importância do movimento estudantil na luta contra a ditadura, com destaque para a radicalidade daqueles grupos.

Portanto, o surgimento dessa nova proposta de atuação radicalizada por meio da luta armada atingiu fortemente os anseios da juventude que não se identificava com as concepções políticas da esquerda tradicional. Ao mesmo tempo, o papel dessa juventude foi de alimentar a perspectiva revolucionária dos grupos armados, contribuindo ao

⁵⁷⁹ TRISTÁN, Eduardo Rey. Opus cit. e RIDENTI, Marcelo. Opus cit

⁵⁸⁰ Documento 3. 1968. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

mesmo tempo com camadas de militantes e com a disposição para o uso da violência, ressaltando de modo ainda mais considerável o imaginário de que a luta armada desencadearia o processo que levaria ao comunismo.

Todos esses aspectos discutidos até aqui mostram que mesmo expressando certas distinções, as trajetórias de ALN e Tupamaros tiveram algumas similaridades essenciais que demonstraram que ambos os grupos fizeram parte de um mesmo processo histórico. Tendo em vista essa proximidade, não seria inimaginável postular que ambas as organizações tivessem alguma pretensão de atuar em conjunto, uma vez que possuíam os mesmos princípios e comungavam da mesma luta com um inimigo em comum. Foi a partir disso que se verificou a existência de algumas conexões entre os dois grupos, tema que será abordado agora.

3.6 Conexões guerrilheiras

Diversos elementos localizados ao longo da pesquisa indicaram possibilidades de contato direto entre a organização uruguaia e a brasileira. As zonas de fronteira entre Uruguai e Brasil e o período de atuação comum para ambas as organizações já perfazem um cenário favorável a esse contato.⁵⁸¹ A isso somam aspectos políticos e ideológicos, como o viés voltado exclusivamente para as práticas armadas, que orientava as ações de ambas as organizações. Ou seja, do ponto de vista da concepção política não havia impedimento para que os grupos se relacionassem ou mesmo agissem conjuntamente, uma vez que concordavam com o aspecto principal de sua ideologia: o papel das armas no processo revolucionário.

Mas foi a pesquisa documental que projetou a possibilidade de contato entre as organizações. No primeiro momento, se identificou a atenção dos Tupamaros com relação aos demais países da América Latina, defendendo que deveriam criar uma atuação em nível continental. O primeiro tópico do *Documento 1* aborda essas questões, que foram definidas como *continentalidad*.

Nesse tópico, o Tupamaros apresenta a questão da seguinte forma:

⁵⁸¹ Os Tupamaros surgiram em 1965, dois anos antes da criação da ALN e foi derrotado militarmente dois anos antes do grupo brasileiro deixar de atuar, o que ocorreu em 1974. Mas apesar dessa pequena disparidade, ambos os grupos tiveram seu auge de atividade militar e político durante os anos de 1968 e 1970.

Es un derecho y un deber que las organizaciones revolucionarias colaboren con sus máximas posibilidades en la construcción y elaboración de la estrategia continental. Las tareas nacionales e internacionales se complementan. Es necesario coordinarlas y conectarlas. No deben perjudicarse mutuamente. (DOCUMENTO 1, MLN-Tupamaros, 1967)

Fica claro nessa primeira elaboração que a estratégia revolucionária empreendida pelo grupo projetava a perspectiva que abrangesse o continente latino-americano como um todo. O grupo julgava ser essencial que a perspectiva de luta confluísse do campo regional para o continental. E para isso, as organizações guerrilheiras deveriam colaborar entre si. As defesas dessa estratégia continental são amplas. Utiliza-se, no primeiro momento, o argumento de que a própria repressão seria continental, articulada pelo imperialismo norte-americano, visto como o grande inimigo do Tupamaros.

La represión y la contrarrevolución se continentalizan. La revolución no debe detenerse en las fronteras nacionales. América Latina, y por lo tanto nuestro país, forman parte del sistema imperialista mundial. Su liberación, entonces, depende de la derrota a escala continental del imperialismo. (DOCUMENTO 1, MLN-Tupamaros, 1967)

Nota-se que ao eleger os Estados Unidos como sendo o principal inimigo, a organização de luta armada busca defender que a estratégia de revolução deveria erradicar o imperialismo que assolava o continente. É a partir desse ponto que se desenvolve a elaboração da ideia de luta continental, o que vai ser decisivo na busca de articulação entre as organizações de guerrilha que lutaram na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Portanto, é possível afirmar que a estratégia de luta em conjunto com as demais organizações de guerrilha no continente americano era parte essencial da concepção revolucionária presente no pensamento dos militantes Tupamaros, como indica o seguinte trecho: “Mientras no se modifique esta situación, es imposible pensar en la liberación en términos nacionales, independientemente del resto de América Latina”⁵⁸².

Essa pretensão postulada por parte dos Tupamaros fez com que se aventasse a possibilidade de articulação mais direta com outros grupos. E o Brasil sempre foi estudado e analisado politicamente a ponto de alguns setores da esquerda uruguaia

⁵⁸² Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Campora.

defenderem que seu papel seria o de auxiliar o vizinho na luta revolucionária e não propagar uma em seu próprio país⁵⁸³.

Esse pensamento teve uma abrangência considerável, pois o grupo *Coordinador* foi responsável por promover algumas ações de roubos de armas e munições que teriam como objetivo municiar grupos armados do Rio Grande do Sul, que estavam prontos para resistir ao golpe de 1964⁵⁸⁴.

Entrementes, o Uruguai foi um lugar de importante refúgio para os primeiros exilados brasileiros diante do regime militar, como exemplifica ida de João Goulart para lá quando os militares tomaram o poder. Também há o caso de Darcy Ribeiro, que foi acolhido pela Universidade de la Republica entre 1964 e 1967. Além do caso de Paulo Schilling, que era assessor de Leonel Brizola e se exilou no país após o golpe. Outro exilado que partiu rumo ao Uruguai no pós-1964 foi o jornalista Edmur Péricles Camargo, o Gaúcho. Edmur era militante do PCB desde 1944, tendo sido responsável pelos jornais partidários. Ele se exilou no país até 1967, tendo regressado ao Brasil em 1967, acompanhando o pensamento de Marighella e aderindo ao projeto que criou a ALN.

A trajetória de Gaúcho é emblemática ao demonstrar essa possibilidade de contato existente entre as duas organizações, pois algumas fontes indicam que ele teve forte contato com os Tupamaros, tendo realizado treinamento militar com eles⁵⁸⁵. Em 1969 Edmur foi preso no Rio Grande do Sul, onde posteriormente foi trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher e se exilou no Chile⁵⁸⁶. Em 1971 foi capturado por militares argentinos e entregue à Força Aérea Brasileira (FAB), responsável por seu desaparecimento forçado⁵⁸⁷.

A escassez de documentos e o assassinato de Edmur impedem uma aferição mais completa sobre o contato entre a organização brasileira e a uruguaia, mas sua trajetória pode muito bem significar alguma relação entre elas.

⁵⁸³ SASSO, Rolando W. La toma de Pando: 8 de octubre de 1969; la revolución joven. Ed. Fin de Siglo, 2005. pp. 39 - 40

⁵⁸⁴ Idem.

⁵⁸⁵ MAGALHÃES, Mário. Opus cit.

⁵⁸⁶ CF: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edmur-pericles-camargo/index.html>

⁵⁸⁷ CF: <https://pt.scribd.com/document/124898658/CNV-23-Edmur-Pericles-Camargo>

Por outro lado, a projeção dos Tupamaros como uma organização presente no horizonte dos militantes da ALN foi verificada em dois documentos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Foi localizado um relatório que ao falar da prisão de Aton Fon Filho, militante da ALN, os agentes do DOPS citavam a apreensão de “um manual de guerrilha escrito em espanhol, feito pelos Tupamaros”⁵⁸⁸. A existência desse documento demonstra como havia algum tipo de contato físico entre as organizações que possibilitava a troca de materiais e de experiências⁵⁸⁹. Contato este que se materializou de modo ainda mais concreto com a localização de um segundo documento no mesmo arquivo.

Também foi encontrada uma carta apreendida pelo DOPS em que os militantes da ALN informavam o sucesso de um encontro realizado entre eles e membros dos Tupamaros. A única informação desse encontro é que seu objetivo teria sido aventar possibilidades de atuação em conjunto, o que teria sido bem recebido por parte dos Tupas. Não se sabe onde teria acontecido esse encontro, nem sequer em que condições ele teria sido realizado, mas sua informação demonstra como se estabeleceu uma possibilidade de contato entre as duas organizações aqui estudadas. De modo bastante claro, os Tupamaros eram um grupo bastante presente para os militantes da ALN, conforme revelou um terceiro documento localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esse documento era uma espécie de código que serviria de guia para que se escrevessem cartas cifradas, evitando que essas informações chegassem às forças da repressão caso elas fossem interceptadas. Esse código indicava um número específico para nomear os Tupamaros. A existência desse número demonstra como era recorrente a troca de informação sobre o grupo uruguaio, revelando sua presença no horizonte dos militantes da organização brasileira.

Aferir ao certo como esse contato se constituiu esteve além das possibilidades dessa pesquisa, pois iria requerer estabelecer contatos com militantes e entrevista-los especificamente sobre esse tema. Ainda assim, a localização dessa aproximação e essa

⁵⁸⁸ OS 1043. Dossiê de Ordem Social. Acervo Dops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁸⁹ Esse manual não estava em anexo no relatório e não foi localizado naquele arquivo. Foi feita uma busca nos anexos no acervo Brasil nunca mais que também não logrou êxito. Aton Fon Filho, militante que atua até hoje na pauta pelo direito à memória, verdade e justiça não respondeu ao contato solicitando uma conversa sobre o conteúdo desse manual.

possibilidade de relação foi importante para indicar esse caminho de pesquisa, que pode ser percorrido em análises posteriores.

De qualquer modo, é provável que esses contatos e essa relação não tenha evoluído para além do que esses três documentos indicam. Ambos os grupos vivenciavam uma realidade de clandestinidade e de opção pela luta armada que os colocava no centro da repressão de ambos os países. Nessas condições havia dificuldade para conseguir organizar os próprios militantes e as ações dentro do território nacional, e criar uma articulação continental seria algo ainda mais complexo. Nesse sentido, parece ser plausível aventar a hipótese de que a repressão brasileira e a uruguaia e, de forma orquestrada, a Operação Condor, dificultaram essa possibilidade de atuação em conjunto. Mas sem dúvida alguma ela esteve presente no pensamento das organizações estudadas.

Esse horizonte de atuação em perspectiva continental parece ter sido mais fortemente projetado por parte dos Tupamaros. As formulações nesse sentido que estiveram presentes no Documento 1 indicam isso, quando falam que: “El Movimiento ya ha realizado contactos internacionales que le permiten asegurar que su lucha dentro del país forma parte de una estrategia continental”⁵⁹⁰.

Esses contatos revelados no documento não deixam claro sobre quais países ou organizações estão falando, mas observando a incidência do nome dos Tupamaros nas organizações brasileiras pode concluir que um dos grupos seja a ALN. Mas sem dúvida alguma o Brasil não foi o único país com quem os uruguaio se articularam, conforme a experiência da *Junta de Coordinación Revolucionária* demonstra.

A JCR talvez tenha sido a principal experiência de articulação entre as diversas organizações de luta armada, criada a partir do contato do ELN boliviano e do Movimiento de Izquierda Revolucionária, o MIR do Chile. Segundo Izabel Priscila Pimentel da Silva, essa Junta nasceu quando o Chile passou a ser governado por Salvador Allende e o país se tornou uma espécie de exílio para os diversos militantes da luta armada na América Latina. Isso significou um espaço bastante importante de refúgio que acabou se tornando importante e viabilizou a formação da JCR.

Segundo Da Silva,

⁵⁹⁰ Documento 1. 1967. Textos de Documentos. Arquivo David Campora.

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam “hermanas”, começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de “Che” Guevara⁵⁹¹.

A JCR pode ser vista como a expressão mais acabada da tentativa de coalizão entre distintas organizações de luta armada e representa de maneira bastante elucidativa que o projeto das organizações tinha espaço para a proposta continental. E a presença do MLN-Tupamaros entre seus organizadores revela a disposição desse grupo de pensar na atuação em nível continental, ainda que pese o fato deles estarem já derrotados militarmente no Uruguai e projetarem na JCR a possibilidade de voltar para a luta no seu próprio país.

De qualquer forma, a experiência da JCR e os documentos que demonstraram certo contato entre ALN e Tupamaros indicam um caminho de pesquisa próprio para mapear como os distintos grupos armados que surgiram na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970 se articularam trocando experiências, materiais, etc. A própria JCR não foi estudada de maneira mais concreta pela historiografia podendo ser abordada de modo mais específico.

Esse primeiro esforço realizado nessa pesquisa de desvendar algumas questões sobre as conexões entre as guerrilhas demonstrou que este é um campo aberto a tais possibilidades e indica-lo, esperamos, foi uma das contribuições dessa dissertação.

⁵⁹¹ DA SILVA, Izabel Priscila Pimentel. 4. En El Camino del Che”: Ditaduras Militares, Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul Nas Décadas de 1960 E 1970. Cadernos do Tempo Presente, n. 15, 2014. p. 64

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa realizada teve como principal objetivo analisar a trajetória do MLN-Tupamaros e da Ação Libertadora Nacional em perspectiva comparada com o intuito de matizar suas semelhanças e diferenças, compreendendo transformações estruturais e motivações causas que foram fatores para a transformação da esquerda latino-americana na segunda metade do século XX. Ao estabelecer como objetivo a análise da trajetória das organizações, pretendíamos nos ater às transformações pelas quais elas passaram, demonstrando como o pensamento político que orientou sua luta se modificou de acordo com a escalada da violência nos respectivos regimes políticos. Já a escolha pelo corpus documental produzido pelas próprias organizações foi motivada pela intenção de analisar como se expressou a concepção ideológica dessa nova esquerda e como diretrizes políticas mobilizaram a prática revolucionária dos militantes.

Nessas conclusões, trataremos em princípio de cada grupo especificamente. Acerca dos Tupamaros, primeiramente é preciso destacar como o seu surgimento foi fruto de uma confluência de militantes oriundos de diversos grupos políticos distintos, caracterizando uma formação bastante heterogênea. E ela foi marcada pela crise política que assolou o país com a derrota nas eleições de 1962.

Outro aspecto fundamental da experiência tupamara diz respeito as suas características ideológicas calcadas em uma identidade nacional bastante latente, perceptível em questões como a presença da figura de José Artigas na identidade do grupo. A partir dessa característica, também foi possível aferir outras questões relacionadas, como uma maior abrangência entre os sujeitos vislumbrados pela organização como potenciais revolucionário, além de uma constante política voltada para as massas, buscando sempre ter uma base social ampla que apoiaria do projeto revolucionário defendido pela organização.

Essas características foram resultado da forte incidência que a cultura política institucional, forjada a partir do modelo de estado *batllista* teve perante o grupo guerrilheiro. A política de consenso, a violência quase inexistente e a marca das arenas democráticas foram um fator determinante para a atuação da organização. Isso se verifica de duas formas.

Em primeiro lugar, essa tradição política era uma marca presente naquela sociedade e os militantes da organização não escaparam dela, o que os fizeram criar uma atuação o mais próximo possível dentro de parâmetros legais. A principal expressão disso foi a criação do *Cárcel del Pueblo*, que teve como função garantir uma lógica de justiça para os inimigos do grupo. Havia uma clara tentativa de atuar dentro de princípios básicos da legalidade.

Em segundo lugar, os Tupas tiveram como foco de seu projeto político a intenção de realizar uma campanha voltada para conquistar as massas uruguaias. Internamente era corrente uma perspectiva de que esse era o caminho para lograr êxito na revolução. Nesse sentido, a atuação dentro da legalidade deve ser entendida de modo dialético. Por um lado, ele é resultado da incidência da tradição política democrática existente no Uruguai. Por outro lado, ele também é uma resposta da organização para essa tradição política. Apenas atuando dentro de certos aspectos morais e legais é que os Tupamaros teriam condições de realizar uma política de massas eficiente, conquistando o apoio da população do país.

Outro ponto relevante demonstrado com a pesquisa foram as transformações pelas quais a organização passou conforme o regime político uruguaio enrijecia. Isso se verificou sob o aspecto físico da organização, que diante das constantes perseguições sofridas, reelaborou sua estrutura organizativa, conferindo maior autonomia com vistas a evitar que a prisão ou morte de um determinado militante afetasse o grupo como um todo. Por outro lado, também foi possível perceber como a intensificação das medidas repressivas e a atuação do governo do presidente Pacheco Areco fez com que os Tupas criassem uma política de massas mais elaborada, o que resultou em um periódico voltado para a população externa aos círculos da esquerda.

Do mesmo modo, a intensificação do *pachecato* também foi responsável pelo crescente militarismo da organização, o que a afastou de modo crítico da sociedade em geral. Isolados e sob constante ataque das forças militares, os Tupamaros sucumbiram e foram derrotados militarmente em 1972.

Com relação a trajetória da Ação Libertadora Nacional, foi possível aferir uma forte presença de militantes formados dentro das tradições políticas do PCB, hegemônico dentro da esquerda brasileira do século XX. O golpe de 1964 foi responsável por desmoralizar grande parcela da esquerda, que se voltou contra o modelo

etapista defendido pelo PCB. Isso levou vários militantes pecebistas críticos à estratégia do partido a larga-lo, passando a defender uma atuação direta contra o regime militar e para instaurar o socialismo.

Essa forte presença da cultura política pecebista foi uma marca da ideologia da ALN durante toda a sua trajetória. Foi possível verificar diversas características dessa cultura política, tais como a continuidade de certa visão da revolução realizada em etapas, bem como a permanência dos sujeitos vislumbrados como revolucionários, a saber, operários e camponeses.

Acompanhando a trajetória da organização, foi possível perceber como o endurecimento do regime militar também a impactou decisivamente. Sem dúvida alguma, a principal transformação na ALN foi a guinada para uma política de massas no momento em que se viram isolados da sociedade e cada vez mais cassados pelas forças da repressão. Essa mudança foi sensível, pois os documentos mostraram uma visão que descartava na totalidade uma política voltada para as massas. Após o endurecimento do regime com a Operação Bandeirante, alguns líderes do grupo passaram a defender a necessidade de estabelecer um diálogo direto com a população em geral, criando o periódico *Venceremos* para cumprir essa tarefa.

Ao observar ambas em perspectiva comparada, diversas questões foram levantadas, ainda que muitas tenham permanecido sem uma resposta definitiva. De qualquer modo, a pesquisa foi capaz de matizar a compreensão sobre o impacto da revolução cubana para as esquerdas latino-americanas. Acerca desse tema, defendemos que a experiência dos revolucionários cubanos atingiu mais os corações e menos as mentes dos militantes de esquerda na América Latina. Dito de outra forma, o processo revolucionário da ilha desencadeou uma composição complexa de imaginários sociais partilhados pelas esquerdas do continente que tiveram como mola mestra o uso de armas para a revolução. Cuba representou a vitória independente do processo histórico em que o país se encontrava. E a leitura feita pelos demais setores da esquerda foi o de que bastava agir por meio das armas para alcançar o socialismo. Isso não significou em momento algum uma incorporação direta do modelo cubano no plano ideológico. Ou seja, o *guevarismo* não impactou a mente dos grupos aqui estudados.

A ideologia política que esteve no seio do projeto de ambos os grupos era muito mais uma continuação dos valores e das tradições existentes em cada uma das

sociedades. Justamente por isso que se ressaltou a importância da tradição política democrática em aspectos expressados pelos Tupamaros, bem como diversas características da tradição comunista brasileira presentes no ideário da ALN. O que nos leva a concluir que diante da experiência guerrilheira, caracterizado por momentos extremos de violência e de vivência quase que totalmente na clandestinidade, houve pouco espaço para discussões políticas, o que resultou na incorporação daquilo que já era partilhado entre os militantes. Apenas modificou-se a tática, adotando a luta armada.

Essa ideia de que a experiência armada deixou espaço restrito à política também pôde ser verificado na análise da trajetória da organização. Conforme se intensificaram as ações de repressão de ambos os regimes políticos, os dois grupos abandonaram cada vez qualquer tipo de projeto político e intensificaram as ações militares, o que contribuiu decisivamente para suas derrotas. Ao mesmo tempo que o cotidiano de extrema violência impulsionava os militantes para mais ações militares, essa perspectiva de violência também foi responsável por afastar a sociedade, o que acabou conferindo uma derrota também no plano político, que jamais foi partilhado pelas pessoas que estavam fora da guerrilha.

Nesse sentido, outra importante conclusão da pesquisa diz respeito a força desse imaginário social partilhado entre os militantes que pegaram em armas como meio para fazer a revolução. A ideia de que essa tática desencadearia um processo revolucionário inevitável mobilizou os militantes que aderiram à luta armada até o fim. Por isso mesmo que em ambos os casos os grupos continuaram até serem totalmente derrotados militarmente. E mesmo com a derrota militar inevitável, em diversos momentos se verificou uma luta interna entre os militantes, que se voltavam ferozmente contra aqueles que atribuíram o fracasso ao modelo de luta escolhido.

Portanto, o imaginário da luta armada como modelo de luta foi um fator muito importante para a esquerda latino-americana dos anos 1960 e 1970. Entendendo essa experiência como um momento de ruptura que impactou fortemente a esquerda, seria muito pertinente analisar de que modo ocorreram os debates internos sobre tais escolhas. Algumas questões sobre isso podem ser feitas. Como militantes que jamais renunciaram ao uso das armas encararam os debates no momento de redemocratização de ambos os países? De que modo militantes que aderiram às armas justificaram suas entradas em partidos políticos que adotaram o modelo eleitoral democrático como via política? E sem dúvida, a questão mais interessante, como as esquerdas que surgiram

nesses países interpretaram a experiência da luta armada para construírem seus novos projetos políticos? O tempo e o espaço limitados de uma pesquisa de mestrado impediram a resposta a tais perguntas, que sem dúvida alguma podem instigar novos trabalhos.

FONTES

10 Puntos. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Balance 69. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Balance 70 – 71. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Boletim 3. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Boletim N 1. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Boletim N 2. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Comunicado a la opinión pública. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Documento 4. 1969. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Documento 5. 1970. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Documento I. 1967. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Documento II. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Documento III. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

MONTY I e II. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Panfleto del comando Artigas. Diciembre/1963. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Proyecto de Documento nº 5. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Reglamento. 1971. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

Seguridad. 1968. Textos de Documentos. Archivo David Cámpora. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Republica, Montevideo.

A subversão e o terrorismo em São Paulo. Arquivo Público do Estado. 50 – Z – 9 – 86 – 16084.

Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil. 1968. Cedem/Unesp.

Ao povo brasileiro. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

Balanco dos três anos. Cedem/Unesp.

Das questões de organização. Anexos. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

Documento Sem título. João da Silva. Cedem/Unesp.

Manifesto ALN e MR-8. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

Marighella: vida e ação criadoras. Cedema.

Minimanual do guerrilheiro urbano. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

O Guerrilheiro Nº 10. Abril de 1973. AEL/Unicamp.

O Guerrilheiro. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 2. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 5. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 9. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

O papel da ação revolucionária nas organizações revolucionárias. 1969. AEL/Unicamp.

OS 1043. Dossiê de Ordem Social. Acervo Dops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

OS0001 Dossiê de ordem social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quem samba fica, quem não samba vai embora. Cedem/Unesp.

Uma autocrítica necessária. Cedem/Unesp.

Venceremos. Nº 1 Cedem/Unesp.

Venceremos. Nº 2. Cedem/Unesp.

MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão?* São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba Olodum, 1995.

MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL (TUPAMAROS) – Redactor Fernando Rodríguez (Falsa Escuadra); Prólogo de Eleuterio Fernández Hguidobro y Epílogo de Jorge Manera Lluveras - Actas tupamaras - Schapire Editor - Buenos Aires 1971.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Ediciones Trilce, 2001.

ALDRIGHI, Clara. Memórias de insurgência. Histórias de vida y militância em El MLN-Tupamaros, Montevideo. Banda Oriental, 2009.

ALMOND, Gabriel A. The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations. Newbury park, California: Sage, 1989.

ALONSO ELOY, Rosa; DEMASI, Carlos;. Uruguay 1958-1968: Crisis y estancamiento. Banda Oriental: Montevideo, 1986.

ALONSO, Jimena. Tupamaros en Chile. Una experiencia bajo el gobierno de Salvador Allende. Encuentros Uruguayos, n. 4, 2011.

ALONSO, Jimena; FIGUEREDO, Magdalena. ¿ Exilio o reorganización? Un análisis de la experiencia del Movimiento de Liberación Nacional: Tupamaros en Argentina. In: I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX 26, 27 y 28 de septiembre de 2012 La Plata, Argentina. Agendas, problemas y perspectivas conceptuales. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012.

ALONSO, Jimena; LARROBLA, Carla. “Una historia del Seispuntismo - memorias y sentidos en pugna-”. Monografía. Universidad de la república facultad de humanidades y ciencias de la educación. 2009.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume. Dumará, 2007.

ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. FICO, Carlos et al. Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas, v. 1, p. 247-274, 2008.

ARENDT, Hanna. Sobre a revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Munis de. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BÉDARIDA, François. “L’histoire de La Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain”. Vingtième Siècle, Paris, n. 11, jul – set, 1986.

BROQUETAS SAN MARTÍN, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. In: FREGA, Ana et. al. Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005). Montevideo: EBO, 2007, p. 163-210.

BRUSCHERA, Oscar H. Las décadas infames. Análisis político 1967-1985. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros –, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. Estudos Ibero Americanos. PUCRS, Porto Alegre, vol. XXXIII, n. 2, dezembro 2007.

CABRAL, Otávio. Dirceu: a biografia. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. Mujica. Editorial Fin de Siglo, 1999.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 131-148, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972. Graal, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration 1922-1972*. New York: Oxford University Press, 1974.

CRUZ, Fábio Lucas da. Frente brasileiro de informaciones e campanha: os jornais brasileiros exilados no Chile e na França (1968 – 1979). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DA SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. Carlos, a face oculta de Marighella. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

DA SILVA, Izabel Priscila Pimentel. 4. En El Camino del Che”: Ditaduras Militares, Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul Nas Décadas de 1960 E 1970. Cadernos do Tempo Presente, n. 15, 2014.

DE GIORGI, Ana Laura. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta: jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y Tupamaros. Revista de ciências sociais N 31, Universidad de La Republica, 2012.

DE GIORGI, Ana Laura. Las tribus de la izquierda en los 60: bolches, latas y Tupas; comunistas, socialistas y Tupamaros desde la cultura política. Fin de Siglo Editorial, 2011.

DE OLIVEIRA, Eder Renato. Metamorfoses políticas na esquerda brasileira: do IV Congresso (1954) à Nova Política (1958) do PCB. Faces da História, v. 3, n. 1, p. 159-181, 2016.

DE TOURON, Lucía Sala; DE LA TORRE, Nelson; RODRÍGUEZ, Julio C. Artigas y su revolución agraria, 1811-1820. Siglo xxi, 1978.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.) O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINGES, John. Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. História do marxismo no Brasil, v. 3, p. 201-244, 1998.

DOS SANTOS, Leonardo Soares. Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa”(1927-1947). Revista, v. 3, n. 2, 2015.

DREBAY, Régis. A Revolução na revolução. São Paulo: Centro Ed. Latino-Americano, 1980.

FARIA, Fabiano Godinho. Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ANL e PC do B (1962-1979). Departamento de História. Tese de Doutorado. Niterói, UFF. 2008.

FERREIRA, André Lopes. A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974). 2004. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004.

FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs) As esquerdas no Brasil volume 3: Revolução e Democracia 1964... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007

FICO, Carlos. Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FULANETI, Oriana de Nadai. Utopias em rotação: análise do discurso da esquerda armada brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCÉ, Adolfo. Ideologías políticas y adaptación partidaria: El caso del MLN-Tupamaros (1985-2009). Revista de ciencia política (Santiago), v. 31, n. 1, p. 117-137, 2011

GASPARI, Elio. A Ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002

GATTO, Hebert. El cielo por asalto. El movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y La izquierda uruguaya (1963-1972). Taurus-Santillana, Montevideo, 2004.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRANDIN, Greg. A revolução guatemalteca. São Paulo: Unesp, 2004.

GUEVARA, Che. Guerra de Guerrilhas. vol. 3. São Paulo: Edições Populares, 1982.

INSUELA, Júlia Bianchi Reis. Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias. Brasil, 1968-1971. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2011.

JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

KIERSZENBAUM, Leandro. “Estado peligroso” y Medidas Prontas de Seguridad: Violencia estatal bajo democracia (1945-1968) contemporanea Historia y problemas del siglo XX | Año 3, Volumen 3, 2012.

LABORIE. Pierre. Les Français sous Vichy et l’Occupation. Toulouse: Éditions Milan, 2003.

LABROUSSE, A e KLANG, L. G. Una historia de los Tupamaros: de Sendic a Mujica Montevideu: Fin de Siglo Editorial, 2009

LESSA, Alfonso. Estado de guerra. De la gestación del golpe del '73 a la caída de Bordaberry. Editorial Fin de Siglo: Montevideo, 1996.

LESSA, Alfonso. La revolución imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la lucha armada en el Uruguay del siglo XX. Editorial Fin de Siglo: Montevideo, 2002.

LÖWY, Michael. (org). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo. 2ª edição ampliada, 2006.

MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. Alameda, 2006.

MAGALHÃES, Mário. Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MARKARIAN, Vania. El 68 uruguayo: el movimiento estudiantil entre molotovs y música beat. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme. Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação de Mestrado, USP, 2002.

MCDOWALL, Duncan. Light: a história da empresa que modernizou o Brasil. Ediouro Publicações, 2008.

MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 – 1979) Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. "Tempo negro, temperatura sufocante": estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

NAHUM, Benjamin. Manual de Historia Del Uruguay. 1903-1990. Montevideo: Bando oriental, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). Comunistas brasileiros: cultura, política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NUÑEZ, Carlos. Tupamaros: la Única Vanguardia. Ediciones Provincias Unidas, Montevideo, 1969.

PADRÓS, Enrique Serra. Como El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985) Do *pachecato* à Ditadura Militar. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Enterrados Vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. Espaço Plural, v. 13, n. 27, 2012.

PALERMO, Vicente; SILVA, ALEXANDRA DE MELLO E. Ditadura Militar Argentina 1976-1983, A: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. EdUSP, 2007.

PANIZZA, Francisco. Batllismo y después. Pacheco, militares y Tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1990.

PANIZZA, Francisco. Los códigos y símbolos de la épica tupamara. Cuadernos del CLAEH, n. 36, 1986.

PAXTON, Robert. La France de Vichy. 1940 – 1944. Paris: Seuil, 1997.

PAZ, Carlos Eugênio. Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PESCHANSKI, Denis. Résistance, résilience et opinion dans La France des années noires. Psychiatrie Française, v. XXXVI, n. 2 – 5, fev. 2006.

PEZZONIA, Rodrigo. Revolução em debate: o grupo Debate, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974). Mestrado em Sociologia. IFCH, UNICAMP. 2011

PINTO, Julio Pimentel. Artigas. 1. ed. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

PRADO, Maria Ligia Coelho, Repensando a História Compartida na América Latina. REVISTA DE HISTÓRIA DA USP (153) 2º 2005.

PRIETO, Marina Cardozo. Violentos y corteses. Acerca de la violencia en el MNL-Tupamaros, a partir de algunas categorías de Norbert Elias. Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales, nº 4, agosto de 2009.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). **Modernidades alternativas**, v. 1, p. 57-96, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. As esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs) As esquerdas no Brasil volume 3: Revolução e Democracia 1964... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à Luta Armada do Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

SADER, Emir. A revolução cubana. Editora Brasil Urgente, 1992.

SADER, Emir.(Org). Che. Obras completas: política. São Paulo: expressão popular, 2011.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. UNESP, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. (Org.). Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. 151ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007

SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras. (1959 – 1974) Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH. Unicamp, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Revista em pauta**, v. 12, n. 33, 2014.

SASSO, Rolando W. La toma de Pando: 8 de octubre de 1969; la revolución joven. Ed. Fin de Siglo, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Ed.). História da vida privada no Brasil. 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’ ?” Esprit, Paris, n. 198, jan. 1994.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.

- TORRES, Jorge. Tupamaros: la derrota en la mira. Editorial Fin de Siglo, 2002.
- TORRES, Osvaldo. Democracia y Lucha Armada, MIR y MLN-Tupamaros. 2012. In: Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 12, N° 35, 2013, p. 595-599
- TRISTÁN, Eduardo Rey. A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Editorial Fin de Siglo, 2006.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 2010
- VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Ed.). Rebeldes e contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VILLAÇA, Mariana Martins. Cuba e a esquerda uruguaia: o Encontro da OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad, 1967) nas páginas de Marcha. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 59, 2017.
- VILLAÇA, Mariana Martins. Polifonia tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972). Humanitas, 2004.
- VILLAÇA, Mariana. Permanências nas representações sobre a guerrilha no Uruguai: do documentário Tupamaros!(Jan Lindqvist, 1972) à teoria dos dois demônios. *Cultura histórica & patrimônio*, v. 3, n. 1, p. 67-82, 2015.
- VINHAS, Moisés. O Partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974) São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEBER, Max. Ciência e Política – duas vocações. 3. Ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.
- WEINSTEIN, Barbara. “Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional”. *Aletheia*, vol.3, núm. 6, p. 1-14, Julio 2013.
- WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: UNESP, 2009.
- YOEA LIBROS - Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) - Yoea Libros - Montevideo agosto 1987 - Primera edición: octubre 1975 - Segunda edición: octubre 1986.

